

Giovana Helena de Miranda Monteiro

**O ESPAÇO PÚBLICO DA RUA**  
**COMO SÍNTESE DAS REFLEXÕES CRÍTICAS DO URBANO:**  
**ENCONTRO DAS DIFERENÇAS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE**  
**SÓCIO-ESPACIAL CONTEMPORÂNEA NA RMBH.**

Belo Horizonte  
Escola de Arquitetura da UFMG  
2012

Giovana Helena de Miranda Monteiro

**O ESPAÇO PÚBLICO DA RUA**  
**COMO SÍNTESE DAS REFLEXÕES CRÍTICAS DO URBANO:**  
**ENCONTRO DAS DIFERENÇAS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE**  
**SÓCIO-ESPACIAL CONTEMPORÂNEA NA RMBH.**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Prof. Dra. Celina Borges Lemos

Belo Horizonte  
Escola de Arquitetura da UFMG  
2012

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e aprovada em 06 de julho de 2012 pela Comissão Examinadora:



Professora Dra. Celina Borges Lemos (Orientadora - EA-UFMG)



Professor Dr. Carlos Antônio Leite Brandão (EA-UFMG)



Professor Dr. Sérgio Luis Abrahão (FIAM-FAAM-Centro Universitário/ PMSP)

Dedico este trabalho a crianças que, mesmo crescidas, continuam a encher minha vida de alegria e entusiasmo

Tetá, Sarita, Leo, Pedrinho, Paulinha, Cacá,  
Laura, Anna, Matheus, Verônica, Lucas, Rafa,  
Enriquinho, Zirique, Letícia e Erick

... e a mães; cujo envolvimento com os filhos, "com o mundo e com os outros" conforma inspiradores exemplos de desenrolamento

Mônica Belisário, Ignezinha, Simone, Renata e Aléxia.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por tudo: a inquietação do pensamento; que é a própria vida.

Ao MaVi, por tanto: a experiência do espaço, do tempo, da duração.

Ao meu Tio, por ser *Mon Oncle* e me mostrar o mundo como é; não como gostaríamos que fosse.

À Vovó Clarice; iluminada presença a enfatizar o que realmente importa.

À Mônica Belisário, pelo *ragionare amichevole* e o aprendizado da *resignificação* no cotidiano.

À Valéria, fonte de inesgotável admiração e amor fraterno.

À "Soguinha", pela arte, pelas flores, pelas cores.

À Cleise, pela generosidade e aconchego.

À Prof. Celina, pela motivação, instrução e carinho na orientação deste e de outros trabalhos.

Ao Prof. Carlos Leite Brandão, pelo renascimento de sentido.

Ao Prof. Cabral, pelas descobertas.

À Prof. Carmen, pela transformação do olhar sobre as coisas;

ao Luiz Márcio, pela sofisticação desse olhar.

Ao Prof. Flávio, pelas interfaces.

À Prof. Maria Lúcia, pelos caminhos;

ao Prof. André Penido, pelo Jardim onde inventá-los.

Ao Waltinho, pela disponibilidade e entrega.

À equipe da biblioteca, especialmente Juliana, Marco Antônio e Lúcia, pelo apoio constante.

À D. Lourdes, à Ci, ao pessoal da EA e à Renata do NPGAU, pela infra-estrutura plena de sorrisos.

Ao pai, pelas lições. Aos pais, Pessoa, Alberti, Freud, Marx, Heidegger, Goethe, Drummond, Rosa (e tantos outros) pela ajuda no processo de decifrá-las e, quiçá, compreendê-las.

Aos irmãos, pelos momentos compartilhados.

À Ignezinha, Anna e Matheus pela ligação que dispensa rótulos.

*To Andrew, for the sharing of so many "palavra-nova!"*.

*A Soninha et a Corinne, par les enseignements qui ne se trouvent pas dans les livres.*

Aos colegas, pela riqueza das trocas simbólicas.

Aos amigos, pela construção conjunta de um estar-no-mundo.

Aos clientes, pelo envolvimento e pela chance de praticar o que acredito.

Aos profissionais com quem interajo, pela criação conjunta de uma razão própria ao nosso trabalho.

Aos alunos das disciplinas que me inauguraram como docente, pelo desenrolamento.

E a todos os lugares cotidianos que estimulam a apreciação estética do mundo e de nós mesmos.

Se quer seguir-me, narro-lhe; não uma aventura, mas experiência, a que me induziram, alternadamente, séries de raciocínios e intuições. Tomou-me tempo, desânimos, esforços. Dela me prezo, sem vangloriar-me. Surpreendo-me, porém, um tanto à parte de todos, penetrando conhecimento que os outros ainda ignoram. O senhor, por exemplo, que sabe e estuda, suponho nem tenha idéia do que seja na verdade - um espelho? Demais, decerto, nas noções de física, com que se familiarizou, as leis da óptica. Reporto-me ao transcendente. Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.

(ROSA, 2005, p.113)

## RESUMO

Este trabalho analisa a presença e significação da esfera pública nos espaços públicos de uma sociedade. O espaço disponível para o desenvolvimento natural da vida é também lugar onde se desenrolam embates; quando o homem cria e constrói capacidades que não lhe são naturais, mas próprias à condição humana. Tornar-se mais consciente de si e da realidade são habilidades favorecidas e motivadas pela lida com a alteridade. Este trabalho dedica-se a investigar a participação das qualidades do sentir (*aisthesis*) no envolvimento do homem com o espaço, especialmente o das atividades cotidianas que se realizam fora do âmbito privado, ainda que coletivo. A fruição do espaço público da rua pelo pedestre e a elaboração de sua apreciação crítica são compreendidos como instrumentos do aprimoramento de uma específica relação: na medida em que se envolve com as questões (*res*) suscitadas pela edificação de lugares e suas leis, o humano edifica-se a si mesmo.

Palavras-chave: Desenvolvimento, rua, passeio, pedestre, estética, espaço público; âmbito público; parcelamento do solo.

## ABSTRACT

This work analyses the presence and meaning of public realm on the public spaces of a society. The spaces of everyday life are also places for encounters; where man creates and builds capacities related more to the human condition than to natural skills. Improving awareness of himself and of reality are competences favoured and motivated by the establishment of relations with otherness. This study explores the participation of the sensible qualities (*aisthesis*) on the human engagement with space, especially around his everyday life activities, taken place out of the private realm, even if collectively accomplished. The fruition of the public sphere of the street by pedestrians and their elaboration of critical appreciation about its tangible and intangible aspects are understood as tools for the improvement of a specific relation: as far as engaging on the issues (*res*) related to the building of places and its laws, individuals and society build and refine their human condition.

Keywords: Development, street, pavement, sidewalk, pedestrian, aesthetics, public space; public realm; land division.

Title: The public space of the street as synthesis of an urban critical analysis: encounter of differences in the context of contemporary socio-spatial diversity.

## RÉSUMÉ

Ce travail analyse la présence et la signification de la sphère publique au sein des espaces publics d'une société. L'espace disponible pour le développement naturel de la vie est également le cadre où se déroulent les confrontations quand l'homme crée et construit des capacités qui ne sont pas naturelles mais propres de la condition humaine. Prendre plus conscience de soi et de la réalité sont des compétences favorisées et motivées au contact de l'altérité. Cette présente étude est une recherche sur la participation des qualités du sentir (*aisthesis*) dans l'engagement de l'homme avec l'espace, particulièrement celui des activités quotidiennes réalisées en dehors de la sphère privée, même si c'est collectif. La fruition de l'espace public de la rue par le piéton et l'élaboration de son appréciation critique sont comprises comme des outils pour le perfectionnement d'une relation spécifique. Dans la mesure où il s'engage avec les questions (*res*) relatifs à l'édification de lieux et de ses lois, l'humain s'édifie lui-même.

Môt-clés: Développement, rue, trottoir, piéton, esthétique, espace public; sphère publique; remembrement des sols.

Titre: L'espace public de la rue comme synthèse d'une analyse critique de l'urbain: rencontre de différences dans le contexte de la diversité socio-spaciale contemporaine.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Eixos de representação do desenrolamento.....	33
FIGURA 2 - Rua Natal - Levantamento de Campo - Bairro Jardim Canadá, Nova Lima.....	35
FIGURA 3 - Mapa da área atingida pelo Grande Incêndio de Londres, ocorrido em 1666.....	47
FIGURA 4 - Área atingida pelo Grande Incêndio de Londres em 1666.....	48
FIGURA 5 - Detalhe do plano que se acredita ter sido de Robert Hooke.....	49
FIGURA 6 - Primeiro plano apresentado por John Evelyn.....	49
FIGURA 7 - Segundo plano de John Evelyn.....	50
FIGURA 8 - Plano do Capitão Valentine Knight.....	50
FIGURA 9 - Terceiro Plano de Evelyn (acima) e o primeiro de Wren (abaixo).....	51
FIGURA 10 - Proclamação de Charles II, em 13/09/1666.....	55
FIGURA 11 - Aglomerado Santa Lúcia e Bairro Luxemburgo a partir da Vila São Bento.....	67
FIGURA 12 - Fruição direta e indireta.....	72
FIGURA 13 - Castelo Sforzesco.....	76
FIGURA 14 - Porção da fruição que independe da posse.....	78
FIGURA 15 - Bairro Vale do Sereno visto da rodovia MG-30 - Nova Lima.....	82
FIGURA 16 - Bairro Belvedere visto da Av. Raja Gabaglia - Belo Horizonte.....	83
FIGURA 17 - Vista de Belo Horizonte com a Serra do Curral ao fundo.....	87
FIGURA 18 - Bairro Vale do Sereno, Nova Lima.....	89
FIGURA 19 - Avenida Toronto, Jardim Canadá, Nova Lima (RMBH).....	91
FIGURA 20 - Vista a partir da Rua Vancouver.....	92
FIGURA 21 - Cheios e vazios do ambiente construído,.....	92
FIGURA 22 - Av. Getúlio Vargas.....	95
FIGURA 23 - Município de Vespasiano.....	95
FIGURA 24 - Vista do bairro Buritis a partir da Av. Mário Werneck, Belo Horizonte.....	102
FIGURA 25 - Rua Búfalo, Jardim Canadá.....	107
FIGURA 26 - Rua Milton, Bairro Jardim Canadá.....	107
FIGURA 27 - Rua Tomé de Souza, BH.....	108
FIGURA 28 - Cenas do ambiente construído, RMBH.....	108
FIGURA 29 - Rua Maria Alves.....	108
FIGURA 30 - Becos inacessíveis aos carros.....	109
FIGURA 31 - Vias largas e passeios estreitos.....	109
FIGURA 32 - Champs Elysées, Paris.....	110
FIGURA 33 - Largo de São Pedro - Recife, Pernambuco.....	110
FIGURA 34 - Igreja de São Pedro.....	110
FIGURA 35 - Vista do Aglomerado de Santa Lúcia.....	112
FIGURA 36 - Duas meninas na porta de casa.....	117
FIGURA 37 - Vista panorâmica da Vila São Bento (porção central inferior da imagem).....	118
FIGURA 38 - Hieroglifo egípcio.....	119
FIGURA 39 - Rua Fernandes Tourinho.....	122
FIGURA 40 - Bairro Funcionários, Belo Horizonte.....	123
FIGURA 41 - Rua Professor Moraes.....	124
FIGURA 42 - Rua Professor Moraes.....	124
FIGURA 43 - Rua Germano Torres.....	124
FIGURA 44 - Pedestre na ciclovia.....	124
FIGURA 45 - Cheios e vazios do ambiente construído.....	125

FIGURA 46 - Bairro Jardim Canadá, Nova Lima (RMBH) .....	133
FIGURA 47 - Rua Cláudio Manoel.....	135
FIGURA 48 - Rua Germano Torres .....	135
FIGURA 49 - Avenida Bernardo Monteiro.....	136
FIGURA 50 - Avenida Bernardo Monteiro.....	136
FIGURA 51 - Rua Paraíba .....	136
FIGURA 52 - Avenida Bernardo Monteiro.....	136
FIGURA 53 - Rua Antônio de Albuquerque.....	136
FIGURA 54 - Rua Levindo Lopes .....	136
FIGURA 55 - Rua no bairro Jardim Canadá.....	140
FIGURA 56 - Avenida Luiz Paulo Franco.....	140
FIGURA 57 - Rua Labrador.....	143
FIGURA 58 - Mapa esquemático do Bairro Jardim Canadá, Nova Lima.....	144
FIGURA 59 - Mapa 1 - Declividades.....	146
FIGURA 60 - Mapa 2 - Ocupação e Acessos.....	147
FIGURA 61 - Rua Labrador.....	151
FIGURA 62 - Edificação comercial .....	151
FIGURA 63 - Edificação no Bairro Jardim Canadá.....	151
FIGURA 64 - Única praça do Bairro Jardim Canadá.....	151
FIGURA 65 - Edificação residencial.....	151
FIGURA 66 - Edificação industrial.....	151
FIGURA 67 - Posto Chefão.....	152
FIGURA 68 - Casas do loteamento original .....	152
FIGURA 69 - Bar e restaurante popular.....	152
FIGURA 70 - Restaurante, destaque gastronômico .....	152
FIGURA 71 - Planilhas do levantamento de campo .....	152
FIGURA 72 - Levantamento de campo.....	152
FIGURA 73 - Rua no Bairro Jardim Canadá .....	154
FIGURA 74 - Avenida Montreal, Jardim Canadá.....	154
FIGURA 75 - Os dois lados da faixa de Möbius.....	158
FIGURA 76 - Processo de montagem da faixa de Möbius .....	158
FIGURA 77 - Representação gráfica da relação entre apreciação estética e desenrolamento.....	159
QUADRO 1 - Fragilidades identificadas no significante "desenvolvimento" .....	30
QUADRO 2 - Características do processo de desenrolamento .....	34
QUADRO 3 - Circunstâncias criadas pela abordagem utilitarista do direito.....	61
QUADRO 4 - Apropriações: objetivações e subjetivações.....	65
QUADRO 5 - Marcos da gênese de cada estágio do desenrolamento individual .....	70
QUADRO 6 - Quadro de necessidades humanas .....	75
QUADRO 7 - <i>Usus</i> e <i>Abusus</i> vistos tanto como direito quanto como dever .....	84
QUADRO 8 - Posturas do sujeito protagonista do desenrolamento .....	89
QUADRO 9 - Qualidades dos espaços públicos descobertos e as atividades que abrigam.....	94
QUADRO 10 - "Novo rol de direitos urbanísticos" .....	116
QUADRO 11 - Fragilidades nos sistemas de produção do ambiente construído.....	116
QUADRO 12 - Direitos constitutivos do "Direito de Entorno" .....	126
QUADRO 13 - Apreciação estética e necessidades humanas.....	165
QUADRO 14 - Componentes do equilíbrio flutuante do processo de desenrolamento.....	177

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - Larguras mínimas de vias e passeios para novos loteamentos em Vespasiano, Minas Gerais .....	132
TABELA 2 - Percentual de áreas não parceláveis - loteamentos em municípios na Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	134

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF -	Constituição Federal
CPBH -	Código de Posturas do Município de Belo Horizonte
CTB -	Código de Trânsito Brasileiro
EA -	Escola de Arquitetura
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
LF -	Lei Federal
LPOUS -	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
LPOUS-BH -	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Belo Horizonte
NIMBY -	<i>Not in my back yard</i> ("Não no meu quintal")
NPGAU -	Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
ONU -	Organização das Nações Unidas
PBH -	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PDBH -	Plano Diretor do Município de Belo Horizonte
PDDI -	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDDI-RMBH -	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMBH -	Região Metropolitana de Belo Horizonte
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>DESENROLAMENTO.....</b>	<b>28</b>
2.1	SOCIAÇÃO.....	35
2.1.1	RELAÇÃO.....	39
2.1.2	DIREITO.....	41
2.1.3	MEDIAÇÃO.....	46
2.2	ESPAÇO.....	62
2.2.1	APROPRIAÇÃO.....	64
2.2.2	FRUIÇÃO.....	72
2.2.3	PROPRIEDADE.....	78
2.3	TEMPO.....	90
2.3.1	COTIDIANIDADE.....	93
2.3.2	RESPONSABILIDADE.....	97
2.3.3	<i>RES</i> .....	100
<b>3</b>	<b>RUA.....</b>	<b>104</b>
3.1	A RUA, HOJE.....	106
3.1.1	A RUA E A MEDIAÇÃO.....	112
3.1.2	A RUA E A FRUIÇÃO.....	117
3.1.2	A RUA E O COTIDIANO.....	130
3.2	A RUA EM PROSPECÇÃO.....	137
3.3	A RUA E SEU PAPEL PEDAGÓGICO.....	141
3.3.1	NA ESCOLA.....	143
3.3.2	NA <i>PÓLIS</i> .....	153
<b>4</b>	<b>A RUA E O DESENROLAMENTO.....</b>	<b>155</b>
4.1	APRECIAÇÃO ESTÉTICA.....	161
4.2	DISCIPLINA CRÍTICA.....	168
4.3	CIBERNÉTICA.....	171
4.4	POLÍTICA.....	172
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>174</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>179</b>
	<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>189</b>
	<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>190</b>
	<b>ÍNDICE.....</b>	<b>195</b>

# 1 INTRODUÇÃO

*Fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz.*  
(BARROS, 2000, p.103)

O humano não é sem espaço<sup>1</sup>. Também não é sem sociedade. Mas não é simplesmente por existirem que essas instâncias são importantes. Espaço e sociedade têm valor no processo de aprimoramento da condição humana na medida em que se constituem como alteridade com a qual o humano estabelece relações. "Todo valor é um valor de relação." (FURLAN, 2011).

O envolvimento do homem com o espaço e com a sociedade é povoado de aspectos latentes e manifestos que, juntamente com seu aparato sensível, condicionam os relacionamentos. Ao longo da história, o destino dado às teorias elaboradas acerca da capacidade mental do homem fez com que fosse dividida e classificada como capacidade moral e intelectual (READ, 1955). A priorização das capacidades intelectuais levou o humano a formar uma excelência técnica que passou a ameaçá-lo (SENNETT, 2008). Essas ameaças resultam da insuficiente importância conferida à significação moral de cada uma de suas invenções, conquistas e escolhas (READ, 1955). É também no domínio da moral que se elaboram os limites aceitáveis à aplicação dessas técnicas. Não se trata de não usá-las, pois podem ser muito úteis ao homem; principalmente quanto ao que constitui sua verdadeira riqueza: "a mestria do tempo" (CAYE, 2004, p.533). Uma grande virtude da técnica é possibilitar ao homem um uso mais proveitoso de seu tempo. A abordagem moral não exerce sobre a técnica uma leitura crítica no sentido de abolir seu uso ou de aprimorar a especificidade de seus métodos, mas de avaliar o uso que dela se faz. A capacidade crítica exercida pela moral sobre a técnica ocupa-se de elaborar, conjuntamente com a capacidade intelectual, os procedimentos segundo os quais essa técnica será aplicada para possibilitar ao humano uma vida melhor e mais justa (ALBERTI, 2004).

Sem a elaboração intelectual dos aspectos morais de sua aplicação, a técnica - fruto da racionalidade - é usada de maneira irracional. Essa irracionalidade no uso da razão expõe o humano a dificuldades (READ, 1955). Uma das medidas de contenção do comportamento

---

<sup>1</sup> "Cabe aí considerar dois aspectos: a exploração da terra com o fim de reprodução ou de extração, e o espaço, elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana" (MARX, 2008, p. 1026).

destrutivo do homem ocorre pela elaboração de abordagens que considerem simultaneamente a técnica, seu significado e a realidade em que se inserem (CHOAY, 2006a). A partir dessa perspectiva podem-se construir novos procedimentos. A ação que o procedimento configura não é inerente à técnica ou àquele que a utiliza, mas ao processo de utilizá-la; às relações que se estabelecem com ela. Assim, a ação não é instrumento sem que seja também o resultado das interações humanas com o conteúdo de sua realidade. Dessa articulação consiste a finalidade da utilização dos objetos; cuja lida permite avaliá-los, elaborando e empreendendo-lhes transformações, inclusive no uso que deles se faz, e no próprio indivíduo. Essa é a potência latente na reflexão acerca dos procedimentos e gestos que configuram as relações.

Ao dedicar um olhar crítico ao cotidiano, o indivíduo atenta-se para suas necessidades e para os meios através dos quais poderá satisfazê-las. O atendimento às necessidades compõe-se muitas vezes do aprimoramento do que se encontra disponível. Esse aprimoramento ocorre por meio da realização de uma atividade capaz de transformar o pré-existente. A essa atividade dá-se o nome de trabalho. O trabalho deve instituir-se a serviço da administração das pulsões; inerentes à estrutura humana. Construir espaços onde as pulsões possam circular em prol do aprimoramento do agir humano favorece suas eventuais inclinações tanto para o bom quanto para o bem. Sobre as pulsões é erigido o edifício da cultura (HOLZINGER, 2011). Constrói-se a partir do que há à disposição, aprimorando os efeitos segundo as capacidades criadas na lida com os resultados obtidos.

Nesse processo, o primeiro elemento de que o homem dispôs foi a terra: suporte de suas atividades e, ao mesmo tempo, instrumento a que atribuía valor na medida em que nela depositava frutos de resultados anteriores. Sendo assim, a terra é tanto metáfora quanto instrumento do homem a serviço da criação e do aprimoramento de suas capacidades morais e intelectuais (PIRÈNNE, 1927). A disponibilidade da terra, aliada à disposição do homem em com ela lidar, possibilitam-lhe a criação de objetos e procedimentos que objetivam tanto a otimização do uso do tempo, quanto uma maior apreciação das coisas (CAYE, 2008). Tal circunstância confere ao solo um valor que nunca deixou de existir em qualquer época da história (PIRÈNNE, 1927). O solo ocupado por uma sociedade reflete o grau de consciência que ela possui acerca de seu potencial de se transformar a si mesma (CHOAY, 2011). Essa consciência é diretamente proporcional à noção das potencialidades do instrumento de que se serve (READ, 1955). Assim, o solo não é instrumento sem que seja também o resultado do

grau de consciência que uma sociedade possui de si, de seu biótopo<sup>2</sup> e de seu potencial conjunto (MITSCHERLICH, 1970). Espelho a refletir o grau de consciência, o solo é também sintoma das instâncias que demandam atenção; sejam objetos ou procedimentos. Essa dupla imagem, a um só tempo significado e significante, forma-se na mente de quem elabora uma reflexão crítica sobre o que vê.

Tal reflexão é tanto mais eficaz quanto mais conjuga os aspectos morais e intelectuais do homem aos sentidos e percepções despertados pela experiência corporal do espaço. A repressão dos instintos destrutivos exige a restauração da capacidade moral da mente humana e sua articulação com um agir integrado à capacidade intelectual (READ, 1955). Essa articulação demanda um operador que evidencie os elementos que a constituem, provocando uma maior compreensão das distâncias que unem e ao mesmo tempo separam os homens de si mesmos, dos outros e do espaço que habitam. Esse operador é a ambigüidade. Operar com a ambigüidade permite vislumbrar o contexto em que se insere o objeto apreciado, que inclui a elaboração de sua significação. Apreciar algo com o auxílio da ambigüidade provoca a reflexão acerca do significado da parte no todo. Desencadeia, ainda, a conscientização da importância da articulação em detrimento do isolamento e da fragmentação. Se as ambigüidades são combatidas, prevalece a fragmentação; se são valorizadas, torna-se possível compreender as partes tanto enquanto partes, quanto como parte de um "todo". Dessa "visão em paralaxe" decorre a construção do significado (ŽIŽEK, 2009). A abordagem cartesiana pretende distinguir claramente os elementos. A aplicação da ambigüidade permite elucidar a importância de sua articulação e significação conjunta.

A aplicação do operador ambigüidade faz a percepção tornar-se apropriação. A fruição que o corpo faz do mundo ocorre pelo exercício dos sentidos e das percepções. A apropriação é resultado desse conjunto aliado à elaboração mental acerca do significado do que é fruído. A significação atribui sentido e confere finalidade às atividades. Para bem utilizar o tempo - sua maior riqueza - ao homem cabe escolher as atividades a que se dedicará pelas potencialidades

---

<sup>2</sup> "Biótopo" corresponde à menor parcela de um *habitat* que é possível discernir geograficamente. Sendo uma superfície (*topos*) onde a vida (*bios*) acontece, adota-se neste trabalho o termo biótopo nas referências à parcela do *habitat* urbano do espaço público da rua, que não prescinde do ato de habitar. Não prescindir de ser habitado não torna o espaço público da rua prioritário aos espaços privados onde o humano preferencialmente reside; mas denota seu reconhecimento como espaço que não dispensa ser alvo da mediação e interesse dos indivíduos e da coletividade. A adoção do termo biótopo também remete à sua definição como "lugar onde a vida espera um equilíbrio entre suas formas mais diversas e se perpetua." *La ville où des hommes vivent depuis des siècles est un biotope, c'est-à-dire un endroit où la vie atteint un équilibre entre ses formes les plus diverses et se perpétue.* (MITSCHERLICH, 1970, p.50).

que sua apropriação oferece. À atividade enfraquecida de sentido, cabe passar por um processo de deslocamento e resignificação até que mereça espaço em seu cotidiano. Esse processo consiste na revisão do objeto e do procedimento de modo a ressurgirem, juntos ou separados, em uma configuração diversa da primeira (CAYE, 2008). Esse processo de transformação não cessa de se repetir, mas é sempre diferente.

O procedimento de elaborar alternativas e realizar escolhas segundo resultados anteriormente obtidos compõe o processo de aprimoramento do agir humano. Seu campo de exercício é essencialmente o envolvimento com a cotidianidade, pois essa dinâmica demanda a possibilidade de se retroalimentar com agilidade e garantir motivação e significação a si mesma. Este trabalho analisa essa dinâmica segundo questões levantadas em torno da lida com o que se dá a apreciar no espaço público da rua.

O recorte desta investigação inscreve-se na fronteira entre a propriedade privada e a pública. A aplicação do operador ambigüidade na interseção desses domínios permite vê-lo como alvo primeiro da fruição do ambiente urbano; contato sensorial e perceptivo que permite a elaboração mental de sua forma, de seu conteúdo e de seu significado. Considerada instrumento e resultado da importância que o humano atribui ao uso do solo e aos aspectos de sua conformação, compreender essa fronteira demanda investigar os princípios que regem a articulação do homem com o ambiente construído. Relacionar-se com essa superfície de contato é relacionar-se com o que há de mais profundo no conhecimento do humano sobre si mesmo<sup>3</sup>. No âmbito urbano, o uso do solo condiciona o ambiente construído que se oferece à apreciação por meio dessa fronteira; pele que une e ao mesmo tempo separa os volumes cheios e vazios que dão corpo a uma cidade. "Não é apenas a fisionomia de uma cidade que se imprime em nós, é também toda sua anatomia." (MITSCHERLICH, 1970, p.41)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A idéia da superfície de contato como pele edificada do urbano, e a compreensão de sua significação para o processo de aprimoramento da consciência, decorre das discussões em torno de algumas interlocuções entre o pensamento dos filósofos franceses Paul Valéry (★1871 †1945) e Maurice Merleau-Ponty (★1908 †1961), elaboradas pelo Prof. Carlos Antônio Leite Brandão e abordadas em disciplina ministrada no NPGAU onde a questão da pele é colocada como expressão do "mais profundo de mim mesmo". A relação desses dois filósofos franceses sobre a significação da pele também inspirou a leitura crítica que a psicanalista brasileira Lélia Dias (École Freudienne de Paris) realiza do filme "A pele que habito", de Pedro Almodóvar (2011); onde ela afirma - em evento promovido pelo Aleph Escola de Psicanálise, em 31/03/2012 - que "o mais profundo no humano é a pele enquanto ele se conhece".

<sup>4</sup> *Ce n'est pas seulement la physionomie d'une ville qui s'imprime en nous, c'est aussi toute son anatomie.* Tradução da autora.

A aplicação da ambigüidade torna possível a abordagem das circunstâncias que configuram a superfície de contato tanto como sintoma quanto como espelho da amplitude de consciência da sociedade que a produz e do grau de seu envolvimento com o biótopo. Abordada enquanto espelho e sintoma, a superfície de contato evidencia questões que se fazem notar por meio de elementos latentes e manifestos. A apreciação que se enuncia atenta-se não só à existência, mas também à disposição conjunta desses elementos no tempo e no espaço. Unindo os aspectos mentais e físicos próprios às capacidades e habilidades humanas, a apreciação é combustível que retroalimenta o aprimoramento da consciência, tornando-o motivação para si mesmo. Este trabalho procura elaborar uma compreensão acerca da amplitude quantitativa e qualitativa com que combustível é produzido pela relação que o humano estabelece com o espaço coletivo e cotidiano da superfície de contato. Não só com aquela que ele habita e com que se envolve em caráter permanente, mas também com aquela cuja apreciação se lhe oferece temporária e eventual em visitas e viagens.

O humano não é sem espaço, mas não tem necessariamente que possuí-lo para apreciá-lo. O que de fato lhe pertence forma uma trilogia: o corpo, a mente e o tempo<sup>5</sup>. Tudo o mais pode lhe ser oferecido e confiscado pelo fluir da vida e dos acontecimentos (ALBERTI, 2004). A apreciação do espaço promove a aproximação entre corpo e mente. Um bom aproveitamento do tempo de uma vida humana é usá-lo para aproximar o que mais lhe pertence; ação que se delinea pela elaboração mental do significado das coisas que corpo e mente, em conjunto, inclinam-se a apreciar. Essa capacidade é valiosa na contemporaneidade; quando as sensações provocadas pela fluidez do tempo e pela ampliação das possibilidades disponíveis faz com que se tenha que escolher com agilidade e um certo grau de segurança (CAYE, 2008). A apreciação das coisas e a elaboração de seu significado formulam uma síntese que constitui um processo criativo (READ, 1955). A elaboração dessa síntese demanda como resultado a ampliação das capacidades humanas que, aplicadas ao espaço, estimulam e retroalimentam o processo de aprimoramento da consciência (CAYE, 2008).

---

<sup>5</sup> Para Alberti (2004), o que pertence ao homem são "o corpo, a alma e o tempo". Propõe-se a troca de "alma" por "mente" devido à relação que esta estabelece com a conquista da consciência como parte do aprimoramento da condição humana (ARENDETT, 1998). Tal proposta encontra inspiração na teoria de Freud que, após a descoberta do inconsciente, passou ao compreender o homem como não sendo mais senhor em sua própria casa. Sendo a casa do homem a composição de mente e corpo, algo de sua mente não lhe era dado controlar: o inconsciente. A pesquisa de Freud (2010) indica que as sensações e a elaboração de significações são influenciadas pelo inconsciente que, integrado à dinâmica de apropriação do mundo, não oferece ao humano total controle sobre esse processo. Essa impotência diante do desconhecido é análoga às questões suscitadas pela idéia de alma, mas apresenta-se mais objetivamente endereçada do que estas pelo marco teórico deste trabalho.

O capítulo 2 apresenta e explica o que se entende pelo aprimoramento da condição humana. Dele fazem parte aspectos variados da formação da consciência do homem e de sua vida em sociedade. Marx (1972) afirma que buscar a essência humana consiste em tornar-se cada vez mais produtivo, social, consciente e livre. Porém, a liberdade não é algo que se pode atribuir *a priori*, pois só é conquistada retroativamente a partir de uma abordagem crítica (ŽIŽEK, 2011). Para a análise que este trabalho elabora, propõe-se substituir liberdade por disciplina (RUSKIN, 1889). Ser livre não é fazer o que se tem vontade, mas agir pela razão tanto moral quanto intelectual (DURKHEIM, 2010). Na modernidade, acreditava-se que quem tinha interesse, tinha capacidade; essa relação estabelecia-se em proporção direta: quanto mais interesse, mais capacidade. Era como se todas as potencialidades humanas fossem sementes plantadas com o nascimento, prestes a germinar; bastando, para isso, que o interesse por elas fosse despertado. A pós-modernidade trouxe à tona um combate contra essa certeza, pois desconecta esses elementos da reciprocidade gratuita: ainda que tenha capacidade, pode-se não ter interesse, e vice versa. A análise da história como produto da ação de sujeitos permite compreender essa dissociação (SANTOS, 2010). O sujeito constitui-se de uma essência humana, mas também de suas escolhas e de suas invenções; procedimentos e competências que ele cria e aprimora em si mesmo a partir das relações que estabelece com o espaço e com a sociedade. Esse conjunto - que não nega o que é da natureza humana, nem o que ele cria para além dela - entende-se por condição humana (ARENDDT, 1998). Aprimorar a condição humana é consequência da elaboração de uma síntese, em cada sujeito, dos atributos que favoreçam essa realização; o que não prescinde do contexto sócio-espacial<sup>6</sup> de sua inserção.

O capítulo 3 explicita o espaço público da rua como metáfora do lugar onde acontece o processo de aprimoramento da condição humana. Relacionado a significados e funções públicas, esse lugar consiste do espaço urbano aberto à apreciação independentemente de dia e hora, geralmente localizado ao longo de vias de acesso; entre as pistas de rolamento e as divisas dos terrenos. Via de regra, recebem o nome de passeio, passeio público, calçada. Como passeio, faz analogia à errância<sup>7</sup>; como calçada, a estar (re)vestido apropriadamente para a frequência social. Podem ocorrer ainda como largos que, do francês *enceinte*, trazem a conotação do espaço interior onde algo é gerido, criado; nesse caso o âmbito coletivo, a coisa

---

<sup>6</sup> Segundo o geógrafo e sociólogo urbano brasileiro Marcelo Lopes de Souza (2008), "a escolha entre as grafias sócio-espacial e socioespacial é complexa" (Revista Formação, num.15, vol.1, p. 159-161). Utilizam-se neste trabalho as versões hifenizadas por fazerem referência simultaneamente às relações sociais e ao espaço, como dimensões da sociedade concreta que, reciprocamente condicionadas, são essencialmente interdependentes.

<sup>7</sup> *Wander*, em inglês e alemão; *flanerie*, em francês.

pública (CHOAY, 2011). O sentido do espaço público da rua como lugar precípuo na criação e ampliação da condição de república em uma sociedade é assunto premente, abordado por diversos autores a quem este trabalho presta especial tributo.

O contexto sócio-espacial desta observação empírica é a Região Metropolitana de Belo Horizonte, cuja apreciação sintetiza-se nas fotos, vivências e leitura crítica dos instrumentos jurídicos vigentes quanto ao parcelamento, uso e ocupação do solo. A análise leva em consideração a ideologia política predominante no Brasil, configurada como uma mistura de liberalismo e social-democracia. Enquanto o liberalismo autoriza o agir por não acreditar na capacidade humana de criar procedimentos e segui-los, a versão da social-democracia instaura conceitos pré-estabelecidos voltados a substituir o envolvimento do homem com o ambiente e com a sociedade de que faz parte (CAYE, 2008). Essa mistura ideológica faz uso da ambigüidade para encobrir seus agentes sob uma nuvem que impede sua clara distinção e identificação. Nesse sentido, a ambigüidade configura-se efetivamente como um operador, pois pode agir a serviço de elementos desfavoráveis, quando conta com o auxílio da utopia, dos juízos de valor e dos conteúdos vazios e panfletários. Essa propriedade da ambigüidade - de ser ela mesma ambígua - configura um dos pontos a que se deve estar atento na contemporaneidade. Abrir mão da ambigüidade é impensável, pois é essencial à ampliação da consciência; mas aquela não é um instrumento sem que seja também obstáculo à apropriação da diversidade sócio-espacial do mundo contemporâneo.

Aprimorar a condição humana implica identificar potencialidades e agir em prol de sua realização; dinâmica cuja otimização ocorre quando torna-se capaz de se motivar a si mesma. A identificação de potencialidades demanda uma atenção voltada para as características da própria identidade; aquilo que torna um homem diferente do outro, um espaço diferente do outro, uma sociedade diferente da outra. A identidade encontra-se no espaço entre as diferenças (BARBOSA, [199-]). O encontro dessas diferenças reflete a diversidade própria do espaço público da rua que, através da superfície de contato, remete ao vis-à-vis das abordagens que seus apreciadores elaboram; sejam eles cidadãos com sua experiência prática cotidiana, os balizamentos técnico-científicos dos consultores (arquitetos, urbanistas, entre outros) ou profissionais de planejamento e gestão urbanos. A rua é instrumento e resultado de todos esses encontros, pois é elemento constituinte de múltiplas instâncias no sistema urbano: o leito viário, o lugar do encontro social espontâneo e despretenso, a estrutura onde se

delineia a pele do ambiente construído. Essas múltiplas potencialidades são condicionadas por características que se originam no embrião da superfície de contato: o parcelamento do solo.

A elaboração desta abordagem sobre o homem, o espaço e os relacionamentos que oferecem oportunidades de ampliação da consciência conta com mais um operador que, a exemplo da ambigüidade e da superfície de contato, permeia toda a análise. Esse operador é a "transtemporalidade" (BRANDÃO, 2011). Ela permite que o encontro das abordagens de diversos autores dispersos no tempo e no espaço efetive-se no contemporâneo, em busca de contribuições a questões atuais, em torno de cujos temas esses autores dedicaram reflexões e modos de vida. O operador ambigüidade é um dos que surge desses interstícios. Ele não é encontrado propriamente na teoria elaborada pelo intelectual italiano e arquiteto renascentista Leon Battista Alberti, mas nos aspectos que permeiam sua personalidade e sua biografia, e que conferem harmonia à abordagem prática que empreendeu acerca do que ecoava em seu mundo (CHOAY, 2004). A consideração pela singularidade humana não era ausente na teoria elaborada por Alberti. Ele se inclinava nessa direção tanto no que concerne às características projetuais e materiais da obra, quanto em fazer compreender a significação que o ato de construir possui no livro de pedra em que o homem escreve sua história (CAYE, 2004). "Alberti não disserta sobre uma coisa. Ele se interroga sobre a natureza de uma atividade criadora; a edificação." (CHOAY, 2006a, p. 97). Entre os apreciadores dessa abordagem podem-se citar o escritor inglês e crítico social John Ruskin e seu contemporâneo, o poeta e crítico de arte e literatura Sir Edward Herbert Read. A abordagem estética que Ruskin defendia apontava suas potencialidades na construção de um sentido para as atividades humanas, cujas necessidades essenciais seriam, segundo ele: disciplina, harmonia, sociedade e propósito. Read, por sua vez, foi expoente de um movimento de educação pela arte; ao qual imprimiu seu espírito democrático e humanístico proveniente da prática da estética, pedagogia, sociologia e filosofia política. Sua abordagem foi inspiração para os pedagogos brasileiros Paulo Freire e Ana Mae Barbosa que, nesta análise, são fundamentais na adaptação dos conceitos oriundos da pedagogia tanto à autonomia quanto à criatividade.

Mantendo estreita relação com as questões caras a Alberti, o pensamento do arquiteto e urbanista brasileiro Carlos Nelson Ferreira dos Santos permeia todo o texto. Às vezes formais e às vezes bem coloquiais, suas interlocuções delineiam a expressiva similaridade com que esses autores pensam, sentem e atribuem valor à relação do homem com o espaço. As

atividades a que Carlos Nelson se dedicou testemunham uma abordagem teórico-prática muito consistente com as abordagens de Alberti e, assim como este, apropriadamente articuláveis ao momento presente. A ênfase de ambos no papel do ambiente construído e da expressividade e significação do espaço habitado para a conformação das identidades de uma coletividade consciente de seus deveres e direitos torna-os estruturantes para este trabalho. A teoria albertiana evidencia-se em Carlos Nelson quando este afirma que para planejar a cidade deve-se pensar no contexto de uma realidade plural e tornar eficaz essa maneira de pensar (SANTOS, 1988). Ao elucidarem que a lida com o ambiente construído trata de investigar e poder articular essa pluralidade, entendo que muito do que os articula está presente em algumas das teorias estéticas elaboradas no intervalo de tempo que os separa<sup>8</sup>. Na defesa de que o envolvimento com o mundo concreto articula potências humanas - conhecimento, fala, iniciativa, imaginação e a capacidade de pasmar-se com tudo isso - encontro na teoria albertiana motivação e sentido para o levantamento de questões que, aliadas às demais interlocuções prático-poéticas, ganham notável voz.

A contribuição de um olhar sociológico para esta abordagem inclui as análises do filósofo, economista, sociólogo e historiador alemão Karl Marx, do sociólogo alemão Georg Simmel e do sociólogo francês Émile Durkheim. As teorias desses autores aliam-se às daquele que entendia estética como a teoria das qualidades do sentir; o neurologista austríaco Dr. Sigmund Freud, fundador da psicanálise. Esse olhar estético freudiano funde os operadores utilizados nesta análise e compõe uma liga capaz de expressar não só a especificidade de seu conteúdo, mas também a inspiração que sua metodologia oferece a quem se dedica a uma apreciação transcendental do cotidiano. Nada há de místico na noção escolástica de "transcendental". Transcendentais são as noções simples e universais que descrevem a constituição fundamental das coisas, assim como as condições que as iniciaram como presença no mundo; seus princípios (CAYE, 2008). Essa mesma motivação leva o filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Žižek a combinar os temas freudianos aos de Marx e aos de diversos outros intelectuais com cuja produção teórico-prática à contemporaneidade é dado haver-se. Através das interlocuções transdisciplinares e transtemporais que promove, Žižek difunde e amplia as contribuições desses eruditos; não sem perpetuar seu entusiasmo pelas questões que suscitam. As reflexões de Žižek, do filósofo francês Pierre Caye e do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos são, além de motivadoras, conteúdo fundamental para a análise histórica da

---

<sup>8</sup> Entre as quais este trabalho dedica especial atenção à do poeta português Fernando Pessoa (1980), por ele denominada "Teoria estética não-aristotélica".

contemporaneidade; inclusive devido aos esclarecimentos que elaboram acerca das especificidades da pós-modernidade. "De fato, houve um esforço para aquartelar o 'pós-modernismo' no domínio da arte. Ali ele não tinha conseqüências muito sérias. Enquanto isso, havia uma recusa em localizar os fatos e efeitos pós-modernos na vida social." (MAFFESOLI, 2010, p. 13). O caráter ambíguo próprio da pós-modernidade e o caos que nela se instaura não se restringem aos limites de seu tempo. Boaventura (2010) elucida que identificam-se abordagens pós-modernas em muitos episódios de um passado longínquo até séculos bem recentes. Caye (2008) esclarece que o caos apresenta-se atualmente como a nova forma do bem; expressão espontânea da vida e essencialmente indiferente ao homem, mesmo quando este ajuda a causá-lo. Nesse preâmbulo, transtemporalidade e transdisciplinaridade coadunam-se nos autores que compõem este diálogo. Circulando por múltiplas áreas - poesia, literatura, filosofia, política - suas abordagens abstêm-se de preconceitos epistemológicos e dedicam-se à composição de compreensões amplas e diversas; elaboradas a partir do conhecimento que o humano edifica e resignifica por meio do olhar crítico que lança sobre as atividades, o mundo concreto e os relacionamentos.

Atribuir significação aos fatos e às coisas constitui processo criativo que participa da formação humana tanto moral quanto intelectual (READ, 1955). Nessa tarefa, a sociedade conta com alguns "materiais didáticos", entre os quais listam-se a propriedade privada e a atividade exercida como trabalho. A exemplo de todo auxílio pedagógico, sua simples existência não promove aprendizado e transformação. É na lida, no relacionamento que se estabelece com eles, que as oportunidades de aprimoramento individual e coletivo surgem e são aproveitadas. A abordagem pedagógica que a disciplina optativa "O espaço público da rua" procurou praticar, no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da EA-UFGM em agosto e setembro 2011, considerou a disponibilidade desses "materiais" aliada a uma metodologia que lhes permitisse o uso e aproveitamento segundo uma dinâmica própria ao aprimoramento das capacidades humanas de apreciação da realidade. Essa abordagem pouco ortodoxa contou com a percepção das necessidades latentes dos alunos e intencionou conduzir sua transformação em desejos manifestos, por meio do incentivo à sugestão de temas a serem abordados nos encontros semanais. Tendo a superfície de contato como instrumento de trabalho, os alunos realizaram um levantamento de campo que pretendia lançá-los à experiência sensível do espaço, cuja intencionalidade não lhes havia sido comunicada *a priori*. A elaboração da síntese em que tal apreciação resultou foi efetivada por meio de

desenhos e textos que, à moda de Ruskin, Read, Durkheim e Barbosa, ajudaram a construir o entendimento que cada um deles criativamente elaborou acerca do ambiente visitado em seu processo pessoal de apreciação. Aliada aos conhecimentos próprios da arquitetura e do urbanismo, a apreciação que este trabalho delinea constitui a base de uma propedêutica que pretende fomentar abordagens singulares e plurais do ambiente construído; tanto em seu estudo quanto em sua produção e autorização. Acredita-se que não cabe aos cidadãos, nem às profissões ligadas ao ambiente construído, prescindir dessas abordagens (CHOAY, 2006b). O potencial pedagógico da rua, abordado no capítulo 3, é articulado tanto à escola quanto à *pólis*, onde busca-se fortalecer os laços entre o habitar e o haver-se com o âmbito público da vida cotidiana. Essa abordagem encontra inspiração no pensamento do filósofo húngaro Georg Lukács; que aponta o cotidiano como fonte primitiva do pensamento e do comportamento estético e científico, que brotam do pensamento cotidiano para diferenciar-se e regressar, no processo de apropriação, ao lugar de onde partiram (HELLER, 1977).

A promoção do encontro das diferenças segundo sua participação no cotidiano estende-se ao uso da linguagem, pois realiza-se entre as palavras de um mesmo idioma, de idiomas diferentes e entre essas e as "palavras que ainda não tenham idioma"<sup>9</sup>; que não saíram do campo das idéias mas podem ser apreendidas pela experiência, mesmo se ausentes do dicionário. O poeta brasileiro Manoel de Barros expressa as potencialidades desse encontro ambíguo também quando alterna a posição entre o sujeito que vê e o objeto que é visto. "As coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis: / Elas desejam ser olhadas de azul / Que nem uma criança que você olha de ave." (BARROS, 2000, p.21). O convite claro de Barros à transcendentalidade do olhar albertiano estende-se pela prática que o leva a explorar a linguagem como instrumento que unifica sem homogeneizar (RICOEUR, 2005). As interlocuções com o uso que esses autores fazem da linguagem inspiram e fomentam a construção e o aprimoramento de uma razão própria à produção do ambiente construído.

A análise a que este trabalho se dedica no capítulo 4 envereda-se pelas práticas locais, singulares e plurais de um sistema urbano (CERTEAU, 1994). Um dos pontos de vista primordiais segundo os quais procuro analisar a rua é como espaço público cotidiano que sintetiza diversos dos modos de vida contemporâneos merecedores de atenção e de um olhar crítico capaz de suscitar reconsiderações práticas e teóricas. Frequentemente observo que a

---

<sup>9</sup> BARROS, 2000, p.11

formação como analista de sistemas povoa de singularidades próprias àquele campo do conhecimento as práticas e abordagens da designer, arquiteta e urbanista, que posteriormente passaram a dialogar na mesma pessoa. Entre os cacoetes decorrentes dessa articulação, destacam-se inclinações no sentido de identificar e questionar princípios, procurar desvios em procedimentos, construir geometrias que melhor respondam aos estímulos com os quais os sistemas se articulam. A criação e aperfeiçoamento da linguagem de programação, resultado e instrumento do trabalho do analista, exige antes de tudo uma gramática; a partir da qual serão inventados procedimentos, programas e sistemas tão múltiplos e diversos quanto os próprios seres humanos. O conjunto desses elementos conforma o que se conhece por aplicativo, instância que interage com o humano objetivando tornar sua vida mais fácil, mais simples, mais divertida. As semelhanças com a arquitetura e o urbanismo não se restringem a essas. Ambos lidam com planejamentos e estão sujeitos a condicionantes próprios de abordagens que partem do que existe para transformá-lo e resignificá-lo. Alguns configuram-se como armadilhas ao conectarem-se à utopia, ao enquadramento e à imposição de condutas. Compilar programas inclui aplicar-lhes uma ferramenta de verificação de erros. Mas não se podem automatizar compilações éticas nem estéticas dos sistemas. Compilar a cidade implica, por analogia, dedicar-lhe um olhar atento tanto aos detalhes quanto à totalidade. Um olhar dotado de consistência teórica múltipla e abrangente. Provido do ferramental crítico, o analista não está só; ele identifica desvios e elabora abordagens que representem avanços e resignificações em seu campo de trabalho e nos objetos com que se envolve criativamente (BACHELARD, 1991).

O espaço é apreciado pelo que significa no processo de aprimoramento do agir humano: veículo e alvo da mediação praticada por quem com aquele se envolve e se interessa. O levantamento de questões acerca do espaço público da rua torna-se tangível na superfície de contato: a pele edificada do urbano, instrumento através do qual tem-se acesso ao resultado de sua articulação com o humano que o habita. Mutuamente condicionados, seu futuro não é determinado. Aprimoradas por processos educativos de apreciação estética, as reflexões sobre as interações cotidianas com o ambiente construído abrem possibilidades e não se fecham em determinismos. O que se dá a apreciar criticamente pode ser problemático, mas não é inexorável (FREIRE, 2011). Esta análise elucida o caráter dinâmico de uma relação que possibilita edificar a condição humana sem negar a natureza humana, mas mantendo-se atento às limitações e potencialidades de cada uma. A articulação do homem com o espaço remete a

uma potência identificada na viagem de Ulisses, relatada por Homero na *Ilíada*, e analisada pelo escritor italiano Ítalo Calvino:

*Em todas as situações, Ulisses deve estar atento, se não quiser esquecer de repente... Esquecer o quê? A Guerra de Tróia? O assédio? O cavalo? Não: a casa, a rota da navegação, o objetivo da viagem. A expressão que Homero usa nesses casos é "esquecer o retorno". [...] O que Ulisses salva [...] não é apenas o passado e o futuro. A memória conta realmente - para os indivíduos, as coletividades, as civilizações - só se mantiver junto a marca do passado e o projeto do futuro, se permitir fazer sem esquecer aquilo que se pretendia fazer, tornar-se sem deixar de ser, ser sem deixar de tornar-se. (CALVINO, 1993, p.18-19).*

## 2 DESENROLAMENTO

De primeiro, as palavras são só ideias; não têm aspecto.<sup>10</sup>

Em um trabalho que aborda princípios, regulamentações e procedimentos por trás do que se nota no mundo concreto, começa-se por questionar e buscar alternativas para as palavras que dão aspecto às ideias; sua primeira dimensão concreta. A proposição de se adotar o termo "desenrolamento" decorre da identificação de fragilidades presentes no significante "desenvolvimento". A inovação semântica é a criação momentânea de sentido, processo que produz uma maior amplitude no olhar sobre a realidade (RICOEUR, 2011). As fragilidades identificadas no termo "desenvolvimento" remetem a questões semânticas, ao valor que lhe foi agregado e ao uso que se faz dele na contemporaneidade.

Ao abordar o ponto de vista semântico, começa-se por estabelecer uma distância crítica entre o significado e o significante; voltando a atenção ao que realmente se quer dizer. Em uma primeira análise, cabe a menção a três deferências:

- a) "Desenvolvimento", como deixar de estar envolvido por algo que o impede de mostrar a que veio; tirar o envoltório, desenrolar. Essa conotação encontra eco no francês *développer*, no espanhol *desarollo* e no italiano *sviluppare*. Nessa conotação, "desenvolvimento" e "desenrolamento" são sinônimos (FERNANDES, 1991);
- b) "Desenvolvimento", como o processo daquele que se desvincula paulatinamente do que lhe é dado por natureza ao caminhar em direção a outros vínculos que irá formar, fabricar, constituir; como quando se fala do desenvolvimento da criança. Essa conotação tem relação com o alemão *bilden* e remete ao aumento das faculdades intelectuais (BIVAR, 1948);
- c) "Des-envolvimento" como o não se envolver, o não se incluir, o não ter parte em alguma coisa<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Parafraçando Manoel de Barros: *De primeiro as coisas só davam aspecto / Não davam idéias* (2000, p. 85).

<sup>11</sup> Nenhum dos dicionários pesquisados apresenta antônimos para "envolver" ou para "envolvimento". A construção léxica dessa conotação para "des-envolvimento" foi elaborada a partir da definição do termo "envolver" como "incluir-se, ter parte em alguma coisa" (BIVAR, 1948); e das propriedades do prefixo latino "des", de negação, ação contrária, separação, afastamento, exemplificado por termos como "desarmonia, desonesto, descascar, desfazer" (CEGALLA, 2008, p. 111).

Apesar de não ser, a terceira, conotação explicitamente dada a "desenvolvimento", nota-se uma relação semântica com "envolvimento", que remete prioritariamente à ideia de "incluir-se", "participar", "envolver-se com". Assim, na afirmação da busca pelo desenvolvimento, está implícita a mensagem do não envolvimento. Porém, é o envolvimento que promove a articulação entre planos técnicos, modos de vida, expectativas e desejos do cotidiano (SANTOS, 1983). Desenvolvimento não é sem envolvimento.

Na contemporaneidade, a promoção de uma sociedade "harmoniosa" faz uso de uma fórmula social que combina a expansão econômica com o desenvolvimento e a assistência social (ŽIŽEK, 2011). Nesse caso, o termo desenvolvimento é lido - sem prejuízo de compreensão - como "des-envolvimento", pois a assistência social é inserida no lugar do envolvimento; pretensiosamente determinada a substituí-lo.

*A população "carente de assistência" não é simplesmente um excedente desnecessário; ela se incorpora de várias maneiras à economia global. [...] Sua situação é o verdadeiro "sintoma" de slogans como "Desenvolvimento", "Modernização" e "Mercado Mundial" (ŽIŽEK, 2011, p. 419).*

Ao tratá-lo como um *slogan*<sup>12</sup>, Žižek levanta a questão do esvaziamento de significado, cujas conseqüências agravam ainda mais o quadro social; configurado como sintoma desse esvaziamento. Além disso, para não ser confundido com o simples crescimento econômico, o termo demanda o acompanhamento de adjuntos esclarecedores:

*Não haverá desenvolvimento econômico e social autêntico no Brasil senão mediante mudanças estruturais. (PAULA, 2005, p. 7);*

*Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 10.257/2001, art. 3, V).<sup>13</sup>*

*O preço da ambigüidade é duplo: superficialidade e pouca efetividade. A utilização do rótulo "desenvolvimento sustentável" demanda o questionamento acerca do que de fato se deseja sustentar. Uma tal indagação pode até parecer ingênua, por ser a resposta óbvia demais, mas é ela que fornece a chave do debate mais importante: se o que se busca é a sustentabilidade ecológica do capitalismo e do crescimento econômico, então são inevitáveis outras perguntas: sustentável para quem? Qual o nível de compatibilidade entre capitalismo e proteção ambiental a longo prazo e em escala global? (SOUZA, 2005, p. 260)*

A necessidade de qualificar "desenvolvimento" denota a demanda por sua superação e reflete o esgotamento de um paradigma social (VEIGA, 1993). Fortalecido na era industrialista, esse

<sup>12</sup> Palavra ou frase usada com frequência, em geral associada a propaganda comercial, política, etc. (FERREIRA, 1994, p. 604)

<sup>13</sup> Estatuto da Cidade.

paradigma partia do princípio de que "o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica libertariam a humanidade da penúria, da injustiça e do mal-estar." Previa-se que as atividades de produção e dominação da natureza trariam consigo a emancipação de todos e o aperfeiçoamento singular de cada um. Essa visão prefigura a simultaneidade de direito e dever. "Da utopia, nada resta." (GORZ, 2003, p. 20). Os processos de produção têm relação com o aprimoramento da condição humana, mas entre eles há uma distância e uma diferença.

A demanda por explicitar a diferença entre "referência ao crescimento econômico" e "aprimoramento da condição humana" expõe a necessidade de propor alternativas ao termo "desenvolvimento". Quando este trabalho adota "desenrolamento" em substituição a "desenvolvimento", a opção é pela clareza de sentido. A elucidação dessas diferenças faz com que, por "desenrolamento" seja entendido o processo tanto individual quanto coletivo de envolver-se e esforçar-se para construir e aprimorar a condição humana. O desenrolamento não segue os padrões naturais do desenvolvimento. Sobre ele incidem intervenções provocadas por escolhas e resultados anteriores que alimentam as próximas ações, não sem modificá-las. O desenrolamento não prescinde do crescimento econômico, mas este não implica necessariamente naquele (PAULA, 2005). Sua definição não é construída exclusivamente por indicadores econômicos instrumentais, pois entende-se que "Produto Interno Bruto", "Renda per Capita" - ou índices que carregam a palavra "desenvolvimento" no nome - não são capazes de, isolados, refletir o complexo processo de transformação da sociedade (SOUZA, 2005). Se o desenrolamento é uma meta endereçada por instâncias que vão de projetos de governo à própria legislação, suas finalidades e procedimentos precisam estar bem claros de modo que não apenas detalhem-se os objetivos e meios de alcançá-los, mas também que se afirmem os resultados.

#### QUADRO 1

##### Fragilidades identificadas no significante "desenvolvimento"

SEMÂNTICA	"desenvolvimento" não é sem envolvimento
VALOR	seu conteúdo simbólico substitui e mascara a definição de medidas específicas que teriam por objetivo a sua realização
INDETERMINAÇÃO	demanda frequentemente o acompanhamento de outros termos que intencionam especificar sua abrangência, tais como "desenvolvimento econômico e social", "desenvolvimento sustentável", etc.

Fonte: elaborada pela autora, 2012.

As fragilidades identificadas em "desenvolvimento" aludem à ambigüidade e aos efeitos de sua ocorrência na pós-modernidade. Quando se diz que "desenvolvimento" não é sem envolvimento, levanta-se um aspecto pós-moderno onde a realidade pode ser apreciada de inúmeros pontos de vista; não reciprocamente excludentes ou prejudiciais (SANTOS, 2010).

Dois contos do escritor alemão E.T.A. Hoffmann<sup>14</sup> são emblemáticos no entendimento dessa questão: "Rat Krespel"<sup>15</sup> e "O Homem de Areia"<sup>16</sup>. No primeiro, o personagem principal tem a visão prejudicada de forma peculiar: diante de um espelho, percebe-o como um vazio. O reflexo que se apresenta, nada significa; é desprovido de valor. Já em outro momento, seus olhos são como a lente de um ourives; enxergam detalhes mínimos, mas não vislumbram uma figura mais ampla. Krespel, portanto, enxerga, mas é como se conscientemente reprimisse algumas das faculdades da visão com o objetivo de exercitar outras mais profundas e desafiadoras. No segundo conto, o papel dos olhos divide-se em dois. Um, representado pela personagem Klara, é aquele que vê o mundo com clareza; são olhos que se contentam com a aparência das coisas. O Homem de Areia, por sua vez, tem olhos mais potentes. Apesar de envidados, enxergam além das aparências. Os olhos de Klara são como espelhos e o que vêem nada significa para o Homem de Areia. Este, assim como Krespel, percebe os espelhos como ocorrências do vazio, pois o que refletem é apenas o mundo exterior; desprovido de significado. Os olhos desses dois personagens, ao contrário dos de Klara, são capazes de emitir uma luz que, acionada, ilumina internamente a visão enquanto se processa. Ele mais projeta que reflete; aplicando, ao mundo exterior, suas forças internas de interpretação. Trabalhando o mundo por meio de sua força, esse olhar transforma tanto quem o possui quanto o mundo em que vive. Para quem possui instrumentos tão eficientes, os espelhos não têm utilidade (VIDLER, 1992). O que importa a esses personagens não é uma imagem nítida e superficial, mas o uso de uma visão excêntrica - descentrada, peculiar - para fomentar outras maneiras de perceber e interpretar o que existe. Tomada superficialmente, a palavra "desenvolvimento" parece transmitir uma idéia clara do significado que carrega. Analisada, porém, com mais critério, denota um valor que não produz nem específicas ações e posturas necessárias à sua prática.

---

<sup>14</sup> Ernst Theodor Wilhelm Hoffmann (★1776 †1822) adotava o pseudônimo Ernst Theodor Amadeus Hoffmann, por isso E.T.A. Hoffmann. Era também jurista, compositor, crítico de música, desenhista e caricaturista. A literatura que produziu foi inspiração para Freud, por exemplo, quanto ao sentimento de estranheza (*Unheimlich*); explorado por este a partir da leitura do conto "O homem de areia".

<sup>15</sup> Publicado em *Die Serapionsbrüder*, em 1819.

<sup>16</sup> *Der Sandmann*, publicado em *Nachtstücke*, em 1817.

Até o fim do modernismo, a busca por sentido, por exemplo, em uma obra de arte, exigia a capacidade de interpretá-la segundo um conjunto de conhecimentos específicos (ŽIŽEK, 1994). Tais conhecimentos não faziam referência somente à técnica ou aos materiais utilizados pelo artista, mas principalmente à leitura crítica que fazia do momento histórico em que sua obra estava imersa ou propunha-se a retratar. A produção artística do século XIX, por exemplo, é melhor compreendida quanto se está atento para as transformações promovidas pela mecanização da indústria, pelo advento dos meios de transporte coletivos e para as implicações de todo esse contexto nos âmbitos do indivíduo, da sociedade e do ambiente natural e urbano.

As obras de arte de caráter pós-moderno, por sua vez, não têm necessariamente que ser interpretadas para serem compreendidas (ŽIŽEK, 1994). É como se fossem dotadas de duas camadas: uma que não demanda qualquer conhecimento ou esforço de interpretação - passível de ser fruída sem qualquer reflexão, pois já é o próprio reflexo - e outra que, por trás da aparente superficialidade da primeira, pode suscitar interpretações e elaborações de significado. O caráter ambíguo que a obra de arte pós-moderna freqüentemente possui não está restrito ao período histórico da pós-modernidade. Ele pode ser percebido em obras de todas as épocas (SANTOS, 2010). "O que, no princípio, tomado apenas em sua superfície, proporcionava um prazer alegre, faz-se depois árdua opressão, quando se vê que, sem o conhecimento profundo, também o verdadeiro prazer inexistente" (GOETHE, 1999, p. 193).

O ambíguo não é indeterminado ou indefinido, mas composto de diversas significações susceptíveis de serem precisadas, nenhuma das quais prevalecendo necessariamente sobre as outras (CASTORIADIS, 2007). Essas múltiplas significações não habitam apenas o domínio da arte. Conhecer as peculiaridades da pós-modernidade oferece vantagens que não se limitam a um campo específico do conhecimento. A dicotomia moderna representou o mundo segundo dois pilares: o da regulamentação e o da emancipação. Paulatinamente, a regulamentação passou a encobrir a emancipação; chegando, na pós-modernidade, a confundir-se com ela (SANTOS, 2010). Em outras palavras, o pilar da regulamentação seqüestra o da emancipação prendendo-o em um cativeiro entre cujos guardiões estão a ambigüidade, a utopia, a alienação. Importa resgatar a emancipação pois, sem ela, não há desenrolamento. Parte da estratégia de resgate é tomar consciência da força dos guardiões. Como o Homem de Areia, ambigüidade, utopia e alienação tomam formas variadas. Transformam-se facilmente em

subterfúgios a serviço do seqüestrador que, fazendo-se passar pelo seqüestrado, pretende que a ausência deste não se faça notar. Um olhar atento pode mostrar que, sob uma aparente superficialidade, valores despretensiosamente atribuídos a algo podem esconder sentidos ainda por desvelar.

A ocorrência simultânea de direito e dever, salientada pelo filósofo austríaco André Gorz (2003), é uma das ambigüidades percebidas na pós-modernidade. O direito pode ser visto como um "prazer alegre", mas já não se descarta a possibilidade de vir agregado a um dever que, antes de ser assumido, precisa ser interpretado. Se assim não for, o próprio direito tende a esvaziar-se de sentido. Em muitos países que adotam a democracia representativa, o eleitor tem tanto o direito quanto o dever de votar. No Brasil, os planos diretores municipais têm no dever da participação pública a legitimação do direito de participação pública, pois tal plano só é aprovado se recebe anuência da população. Se o pilar da regulamentação for representado pelos deveres e o da emancipação, pelos direitos, está formada uma das possíveis figuras que ilustram a ambigüidade pós-moderna. Deveres e direitos compõem um terceiro elemento; com o qual é dado, ao homem, haver-se por meio da interpretação e da ação. Enquanto o direito faculta-lhe a fruição, o dever não lhe oferece mais que a obrigação de ser cumprido. É necessário posicionar-se diante dessa constatação. Muitos instrumentos são vantajosos quando apresentam essa ambigüidade, cujas virtudes são evidentes ao se contraporem ao determinismo de definições únicas e indiscutíveis próprias à modernidade e ao modernismo. A questão a ser enfrentada é o quanto o homem compreende e exerce o papel a que essa ambigüidade o expõe: o papel ativo e crítico de quem não recebe desinteressadamente eventuais determinações que se interponham entre ele e o desenrolamento.

O desenrolamento é, a um só tempo, resultado e instrumento dessa postura ativa e sua geometria pode ser representada por meio de três eixos (FIG. 1). O primeiro considera o indivíduo e suas relações com outros indivíduos; as interações que tecem entre si, motivados pelos mais diversos propósitos e impulsos. A importância dessas interações está no fato de fazerem com que esses indivíduos formem uma unidade; uma sociação.

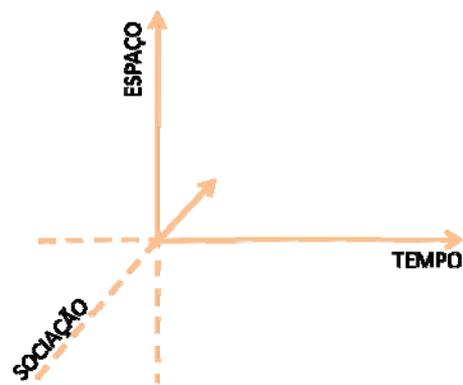


FIGURA 1 - Eixos de representação do desenrolamento  
Fonte: elaborada pela autora, 2012.

O segundo eixo remete ao espaço; condição e símbolo das relações humanas (SIMMEL, 1983). Ao desenrolamento importa a elaboração de uma apropriação corporal e uma experiência emocional do espaço; que passam também por uma reapropriação do tempo (CHOAY, 2011). O tempo é o terceiro eixo da representação tridimensional do desenrolamento.

## QUADRO 2

### Características do processo de desenrolamento

Comporta um amplo espectro de escalas qualitativas singulares e plurais;

Não é um processo natural, mas histórico; demanda ser criado, trabalhado, apropriado pelos indivíduos e pelas sociações;

Depende de capacidades propriamente humanas (conhecimento, fala, iniciativa, imaginação e a capacidade de pasmar-se com tudo isso) para aprimorá-las e acrescentar-lhes outras que, criadas e tomadas em conjunto, constituem a condição humana;

Depende de um biótopo favorável à natureza humana e ao aprimoramento da condição humana.

Fonte: elaborada pela autora, 2012.

## 2.1 SOCIAÇÃO

O eixo da sociação na configuração do desenrolamento tem o papel de possibilitar o agir histórico; que enfrenta conscientemente os obstáculos impostos pela realidade do tempo: sua finitude, fluidez, invencibilidade. Esse agir histórico possibilita enfrentar também a realidade imposta pelos condicionantes presentes no espaço, nos lugares; seus limites, leis e vulnerabilidades. Percebendo o mundo e compreendendo que pode transformá-lo, o humano desenrola-se. O desenrolamento confunde-se com sua própria finalidade, mas a principal virtude desse processo é ser instrumento que motiva e possibilita a ação e sociação humanas.

O que está presente nos indivíduos que compõem uma sociação constitui também conteúdo dessa sociação<sup>17</sup>. Impulsos, interesses, propósitos, inclinações, estados psíquicos não são capazes, por si mesmos, de comporem uma sociação; tornam-se fatores de sociação na medida em que transformam o mero agregado de indivíduos em formas específicas de ser com e para o outro. O propósito de fazer um levantamento de campo, por exemplo, reúne os indivíduos em uma sociação (FIG. 2).



FIGURA 2 - Rua Natal  
Levantamento de campo  
Bairro Jardim Canadá, Nova Lima (RMBH)  
Fonte: foto da autora, 2011.

Sociação é a articulação de indivíduos que se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses temporários ou permanentes, gerais ou específicos. Esses interesses formam a base das sociedades humanas. "Sociedade é o estar com um outro, para um outro, contra um outro." (SIMMEL, 1983, p.168). As sociações possuem forma e conteúdo. Seus conteúdos específicos são fomentados pelos interesses próprios aos seus fatores de sociação, mas elas também se

caracterizam por um sentimento derivado do fato de estarem sociados e pela satisfação que isso provoca. "Os sociados sentem que a formação de uma sociedade é um valor e são

<sup>17</sup> O termo adotado pelo sociólogo alemão Georg Simmel (★1858 †1918) para o conceito por ele elaborado é *Vergesellschaftung* (*socialisation*) que, traduzido para o português como "sociação" denota, nas palavras do filósofo brasileiro Evaristo de Moraes Filho, "o permanente vir-a-ser da vida social, processo sempre *in fieri*, que está acontecendo sem que se possa dizer que já aconteceu.[...] Através da interação, da relação recíproca, é que se constitui a *Vergesellschaftung* [...]" (SIMMEL, 1983, p.31)

impelidos para essa forma de existência." (SIMMEL, 1983, p.168). O conteúdo de algumas sociações apóia-se, de fato, apenas sobre esse impulso.

Formada por indivíduos segundo a ótica das singularidades que os diferem uns dos outros, as sociações reconhecem o humano como uma totalidade: um complexo dinâmico de idéias, potências e possibilidades. De acordo com as motivações e relações que estabelecem entre si, cada indivíduo passa por transformações; fazendo de si mesmo um fenômeno único, singular (SIMMEL, 1983).

O homem, enquanto singularidade, participa dos domínios público e privado. No domínio privado, o indivíduo se reafirma e se fortalece como singularidade. No domínio público, ele interage com outros indivíduos; outras singularidades que, juntas, conformam a pluralidade que caracteriza o âmbito público. A significação de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que cada um vê e ouve a partir de posições diferentes. Essa é a importância de freqüentar um ambiente público. Apenas onde se percebem as semelhanças em meio às diferenças, a realidade apresenta-se confiável (ARENDDT, 1998).

O fenômeno "sociabilidade" difere da sociação a partir da separação, promovida pela sociologia, dos componentes da segunda em dois princípios: forma e conteúdo. A sociabilidade apresenta-se quando as formas passam a existir por si mesmas; as interações não têm propósitos objetivos, conteúdo ou resultados exteriores. As motivações da sociação, condicionados pela realidade da vida, não têm importância para a sociabilidade. Por meio do escudo da forma, esta se poupa dos atritos com a realidade que a presença de conteúdo tornaria inevitável. O homem sociável é um fenômeno peculiar: ele não existe em outro lugar, a não ser nas relações sociáveis. Na sociabilidade nem são exercitadas as qualificações e motivações objetivas dos indivíduos, nem os aspectos característicos de sua personalidade. A sociabilidade é a máxima da eliminação tanto da esfera privada quanto da pública. O domínio público é substituído pelo domínio social (SIMMEL, 1983). Socialização é o "processo de criação, em cada ser individual, de uma dimensão constituída pela assimilação das idéias, sentimentos e hábitos que ultrapassam essa individualidade e exprimem crenças, práticas morais, tradições e opiniões coletivas dos grupos aos quais pertence o indivíduo." (DURKHEIM, 2010, p. 13).

A esfera social é essencialmente ambígua porque sua forma surge na medida em que as atividades da esfera privada tornam-se preocupações coletivas que colonizam o domínio público. O enfraquecimento do domínio público restringe o homem às circunstâncias impostas por suas necessidades de sobrevivência que, no domínio social, são necessidades de todos (ARENDDT, 1998). Os valores que, na sociação, constituem fonte de identificação das singularidades e das causas que os unem; na esfera social reduzem-se a artificios utilitários que obstaculizam um contato frutífero do humano com a alteridade<sup>18</sup> e com a realidade.

A ideologia que fomenta as sociações consiste de idéias-força, projetos de ação e até se faz animar por um "vago intento revolucionário" (ARGAN, 2000, p.10). Porém, a sociabilidade transforma a ideologia em um conjunto de ideias que se refere a uma realidade não para esclarecê-la ou transformá-la, mas para encobri-la e justificá-la nesse imaginário que o âmbito social constrói. Nessa conotação, a ideologia "permite às pessoas dizerem um coisa e fazerem outra, apresentarem o que não são." (CASTORIADIS, 2007, p.21).

*A utilidade e a eficácia sociais consistem em reforçar a crença da comunidade em seus valores e por consequência, reforçar seus códigos, sem que seja jamais questionada a relação entre os valores e seus códigos através da validação efetiva do agir.*<sup>19</sup> (CAYE, 2008, p. 295).

O valor que o âmbito social carrega foi-lhe imposto para substituir o processo de significação e a própria ação produzida pela lida com a alteridade no domínio das sociações (ARENDDT, 1998). Essa utopia não é um momento sequer inicial da ideologia, pois não parte da prefiguração de um tempo melhor, mas do desgosto e da impossibilidade de viver o presente. A utopia representa a desconfiança da eficácia da ação, da capacidade de viver o devir histórico. Apesar de ser gerada a partir da experiência vivida, recusa-se a nela continuar rumo à elaboração de uma crítica capaz de resignificar o apredizado que o vivido possibilita com a finalidade de transformar o que está por vir. A utopia representa a frustração diante de uma realidade imperfeita e instável, sensível aos efeitos da pluralidade (ARGAN, 2000). A lógica artificiosa que caracteriza a utopia confere qualidades previsíveis e lineares a modelos, cuja miopia temporal e espacial os afasta cada vez mais da realidade que aspiram resolver. O

<sup>18</sup> A alteridade é partilhada pelo humano com tudo o que existe. Importante aspecto da pluralidade, a alteridade é razão pela qual tudo o que define algo também o distingue dos outros; sendo esse o processo que permite criar identidades pela percepção das diferenças. Sua idéia remete ao conjunto de objetos e pessoas que compõem a realidade (ARENDDT, 1998).

<sup>19</sup> *L'utilité et l'efficacité sociales consistent à renforcer la croyance de la communauté dans ses valeurs et, par conséquent, à renforcer ses codes, sans que soit jamais questionné le rapport des valeurs et de leurs codes avec la validité effective de l'agir.* Tradução da autora.

processo que esse tipo de utopia instaura define-se pela possibilidade de uma tríplice negação: do espaço (a), do tempo (b), das sociações (c).

- a) a produção de um espaço protético<sup>20</sup>, que nega a articulação e a pluralidade característicos dos sistemas urbanos genuínos;
- b) o estabelecimento de um "não-tempo", os indivíduos perdem sua dimensão de sujeitos históricos, a quem importa a relação entre passado, presente e futuro;
- c) a criação e legitimação de um "Outro" que, abstrato, passa a responder pelas coisas em substituição a múltiplos sujeitos reais, grupos, sociações, indivíduos. (CERTEAU, 1994).

Construídos a partir de elementos ambíguos, processos utópicos e ideologias, esses processos de cunho social compartilham com o desenrolamento os eixos do tempo, do espaço e das interações humanas. Os pontos que delineiam a geometria de seus princípios são precisamente escolhas; feitas em um amplo espectro de possibilidades. Negar algum desses eixos é atribuir-lhe o valor zero. O desenrolamento nega essa negação. Um de seus princípios irreduzíveis é não negar qualquer dos eixos. Essa constatação evidencia que o desenrolamento não se faz através de modelos. Seus valores são resultados e instrumentos de múltiplos modos de construção e apropriação da história (tempo), do lugar (espaço) e da forma e conteúdo das relações humanas (sociação). A negação de algum desses eixos tem relação com a capacidade dos modelos utópicos de desvirtuar a esfera pública da carga significativa que a pluralidade lhe pode conferir. Enquanto a sociação resulta na soma de indivíduos singulares, o social resulta na multiplicidade de iguais. O caráter dinâmico da primeira, que não se desprende das instabilidades e incertezas, contrapõe-se à estabilidade do social, caminho que também pode levar à inércia. A potência<sup>21</sup> da sociação gera-se em presença da ação; onde as palavras não são vazias nem usadas para esconder a realidade; onde os feitos não violam ou destroem o que existe sem estabelecerem novas relações e abordarem o significado da realidade que produzem. A dinâmica fundamenta e justifica a existência do domínio público porque, enquanto este existir, aquela permanece presente. Dessa dinâmica nasce o âmbito político da sociedade; de que dependem seu valor genuíno e sua persistência no tempo e no espaço (ARENDDT, 1998).

---

<sup>20</sup> O conceito de "espaço protético" é trabalhado pela historiadora do urbanismo, a francesa Françoise Choay (2006b, p.106-121).

<sup>21</sup> Potência, em grego, é *dynamis*. Essa etimologia possibilita que se entenda "potência" e "dinâmica" como sinônimos (ARENDDT, 1998).

### 2.1.1 RELAÇÃO

A habilidade dos sujeitos em administrar as relações no interior das sociações elucidada seu grau de desenrolamento. Mas o trabalho que essa administração exige é árduo: demanda substituir a distância simbólica - habitada por valores artificiais, utopias e ideologias - pela distância que promove o questionamento e a crítica (BENJAMIN, 1998). Os valores criados pela ordem simbólica do social são produtos da imaginação do homem quando este procura desviar-se da postura exigida pelo agir histórico. A ênfase da ação desloca-se da atividade, da relação, para o objeto ou para o outro, processo que configura a alienação (MARX, 2010). A alienação derivada desse desvio tem o intuito de amortizar o impacto que a consciência da incompletude e da incerteza - características da estrutura humana - têm sobre a decisão de enfrentar a realidade (ARENDDT, 1998).

*A ordem, qualquer que seja, é um produto do conjunto social que a usa para definir a si mesmo, estabelecendo uma rede de obrigações, direitos e deveres aos quais tudo e todos se submetem voluntariamente e dentro de certos limites. A realidade ou o que dela é perceptível ou digno de atenção passa a ser o que faz sentido, o que é classificável dentro da ordem criada. (SANTOS, 1983, p. 83).*

Forjar os próprios valores é um propósito povoado de ambiguidade: significa tanto trabalhar sobre os próprios valores para compor regras que os potencializem quanto falsear esses mesmos valores. Nesse segundo sentido, forjar seus próprios códigos não diminui a alienação, mas a intensifica; transferindo para uma alteridade abstrata aquilo que dependeria de todos e de cada um. Não faz parte dos planos do desenrolamento confortar as credices, justificar a artificialidade dos valores ou contemplar-se no espelho das ideologias (CAYE, 2008). Partidária dessas posturas, a teoria que fundamenta a ação governamental contemporânea não se dedica prioritariamente a fomentar a formação da consciência individual e coletiva que, valorizando as singularidades, produz sujeitos (HELLER, 1977). Instituídos em sociações onde as relações criem espaço para o diálogo e o questionamento, os sujeitos protagonistas do desenrolamento não aceitam os conflitos socio-econômicos como inevitáveis, mas os politizam, abrindo-os à discussão (ABRAHÃO, 2008). Identificados como sintomas, os conflitos tornam-se alvo da verdadeira subversão: o levantamento de questões como ponto de partida para a elaboração de exigências locais e específicas; as únicas capazes de promover transformações (ŽIŽEK, 2011). Na modernidade, quem tinha interesse, tinha capacidade. Na pós-modernidade, a equação não é tão equilibrada. O sujeito histórico da transformação social

é um "arquipélago de subjetividades que se combinam diferentemente sob múltiplas circunstâncias pessoais e coletivas." (SANTOS, 2010, p.107). Cada sociedade, região ou comunidade tende a privilegiar uma combinação específica de subjetividades no devir de sua transformação social. No processo de perceber suas necessidades individuais, relacionar-se com a alteridade e haver-se com os meios de atender suas demandas, o sujeito sempre poderá errar, mas "errará cada vez melhor" (ŽIŽEK, 2011). O produto improvisado de seu esforço conjunto pode ser superado, a cada tempo, por uma nova tentativa, por uma nova solução da qual cada singularidade não se esquivou de participar (RYBCZYNSKI, 2010). O conflito, a divisão, a instabilidade não prejudicam a esfera pública; são condições necessárias à sua existência. As eventuais "desordens" compõem instrumentos anti-hegemônicos; questionadores da ordem estabelecida (SANTOS, 1988). A ameaça reside no esforço de se anularem esses conflitos (ABRAHÃO, 2008). "O perigo é a política vir a desaparecer inteiramente do mundo." (ARENDETT, 2010, p.148). A esfera pública não é apenas o lugar do diálogo e do encontro, mas é também o lugar construído por esses elementos e onde residem as ambigüidades; o encontro das diferenças. E mesmo que tenha sido construído para o encontro só a construção pelo encontro, ao longo do tempo, legítima e confere beleza a esse lugar (ALBERTI, 2004). Se as cidades refletirem demandas coletivas, pode-se esperar que exibam uma variedade tão rica quanto a dos próprios seres humanos (RYBCZYNSKI, 2010). O desmantelamento dos monopólios os substitui por infinitas comunidades interpretativas; que não redundam em inúmeras renúncias à interpretação. Seu agir conjunto de palavra, ritmo e gesto é como o dos coros que, nos *Carmina Burana*, atuam como se fossem solistas. Essa polifonia é contra as verdades fortes; tantas vezes vazias, imprudentes e autoritárias. (SANTOS, 2010). A potência das diferentes vozes em uníssono define o impacto que seu canto provoca. Seu poder reside na relação que estabelecem entre si e que é reforçado pela postura e movimento que assumem em conjunto no espaço concreto onde se inserem.

### 2.1.2 DIREITO

Determinado a aprimorar seu agir, o humano lançou mão de um mecanismo que lhe permitisse analisar criticamente seus procedimentos e seus efeitos. (CAYE, 2008). "O direito é obra da atividade humana impulsionada e mantida pelas necessidades da vida, pela pressão das circunstâncias, pelas razões de oportunidade." (VON JHERING, 1886 *apud* CAYE, 2008, p.288)<sup>22</sup>. O direito que nasce dessa capacidade busca não aplicar a lei, mas apenas estar em conformidade com ela. Existem duas esferas do direito: uma recente - formada de maneira cotidiana pelas atividades relacionadas à técnica e às relações humanas - e uma esfera antiga constituída pelas situações e procedimentos estabelecidos e lançados por intervenções precedentes já validadas pela lei (HAURIU<sup>23</sup>, 1907 *apud* CAYE, 2008, p.288). É suficiente que a esfera recente seja conforme a esfera precedente para que o direito seja respeitado e tenha continuidade, pois tal conformidade garante a articulação da nova esfera nas esferas antigas. A esfera recente, uma vez validada pela lei, agrega-se às esferas antigas e enriquece a atividade jurídica de novas competências. Esse processo de retroalimentação é análogo ao promovido pela crítica no âmbito do sujeito e das sociações e ocorre, no direito, na relação que mantém com o que interessa à coletividade. A regra do direito é, por essência, procedural e disciplinária e essa natureza é consequência de sua origem técnica. Quando utiliza procedimentos existentes, o homem pode dedicar-se à tarefa de avançar em seu conteúdo ou de aprimorá-los no ponto em que se encontram. Os procedimentos e a disciplina presentes na regra do direito são elementos que favorecem o aprimoramento do agir humano, tornando-o ainda mais disponível para o exercício de suas competências. A regra do direito que esquece essa dimensão procedural e disciplinária perde toda a relação com o agir e seu exercício (CAYE, 2008). O exercício do agir nas sociações traz novas ocorrências que poderão proporcionar a atualização do conteúdo jurídico.

*Para estimar a dignidade de qualquer ação ou ocupação do homem, talvez não haja melhor teste que a pergunta "suas leis são austeras?". Pois a severidade provavelmente indicará sua proporcionalidade com a grandeza dos números a cuja lida ela remete ou a cujos interesses ela se refere (RUSKIN, 1889, p. 201)<sup>24</sup>.*

<sup>22</sup> Rudolf von Jhering, jurista alemão (★1818 †1892).

<sup>23</sup> Maurice Hauriou, jurista francês (★1856 †1929).

<sup>24</sup>*So also in estimating the dignity of any action or occupation of men, there is perhaps no better test than the question "are it's laws strait?". For their severity will probably be commensurate with the greatness of the numbers whose labour it concentrates or whose interest it concerns.* Tradução da autora.

O direito, assim como a sociação, também possui forma e conteúdo mas, nele, ambas se manifestam tanto em seu caráter procedural quanto disciplinário. É possível compreender a disciplina como forma e o procedimento como conteúdo, e também o contrário; ambos invariavelmente voltados ao exercício cotidiano e incessante de lidar com a realidade.

Face aos valores que tentam dele fazer uso, o direito não se outorga, ele se toma. O homem não reivindica o direito pela força, mas pelo exercício de suas competências. O exercício provém do termo latino *exercitus* e se define pelo grupo que se exercita no manejo das armas e das regras de combate. Sua força provém mais do treinamento que dos instrumentos. É no *savoir-faire*<sup>25</sup> que se concentra a essência de seu poder de luta. A realidade não traz tantas oportunidades de combate - e o que se espera é nunca chegar às vias de fato - mas isso não impede que o soldado treine exaustivamente suas habilidades em prol da maestria de todo um repertório de técnicas e regras de organização. Da maestria desse *savoir-faire* e de seu exercício ininterrupto depende sua sobrevivência. "A metáfora militar clareia a etimologia do termo. *Exercere* vem de *ex-arcere*. Exercitar-se consiste em expulsar (*ex-*) de sua própria cidadela (*arx*) os assaltos do exterior."<sup>26</sup> (CAYE, 2008, p.300). Não há melhor modo de efetivar e validar os direitos; pois não se atribuem direitos ao homem a não ser exercitando mais, melhor e persistentemente os gestos que produzem os questionamentos e a postura crítica. O Estado não é adversário dessa postura; ao contrário, é o dispositivo jurídico e institucional que o exercício do agir instaura para sustentar e nutrir a luta interminável contra a heteronomia<sup>27</sup> radical.

*Todo Estado que não consagra a união de seus meios a defender cada cidadão e a sustentar seu combate no enriquecimento da cultura de seus atos, favorecendo o exercício de suas competências, trai sua missão e contradiz os direitos do homem. Não são nem as cartas nem as grandes declarações que garantem ao homem seus direitos e sua liberdade, mas o cultivar de seus gestos e de seus procedimentos; que o refinamento das competências e seu exercício contínuo enriquecem pouco a pouco através do tempo*<sup>28</sup>. (CAYE, 2008, p. 300).

<sup>25</sup> Saber fazer, saber manejar, saber lidar com algo.

<sup>26</sup> *La métaphore militaire éclaire l'étymologie du terme. Exercere provient d'ex-arcere. S'exercer consiste donc à repousser (ex-) de sa propre citadelle (arx) les assauts de l'extérieur.* Tradução da autora.

<sup>27</sup> Ao contrário de autonomia, que é a organização de si por si, heteronomia é a organização de si pelo outro. "É a condição de pessoa ou de grupo que receba de um elemento que lhe é exterior, ou de um princípio estranho à razão, a lei a que se deve submeter." (CASTORIADIS, 2007, p. 418).

<sup>28</sup> *Tout État qui ne se consacre pas l'ensemble de ses moyens à défendre chaque citoyen et à soutenir son combat en enrichissant la culture de ses actes et en favorisant l'exercice de ses compétences trahit sa mission et contrevient aux droits de l'Homme. Ce ne sont ni les chartes ni les grandes déclarations qui assurent aux hommes*

Através da dimensão utilitária que pode ser atribuída à sua forma disciplinária, o direito que não utiliza o espaço do exercício, adere-se às paredes e mantém-se inerte, incapaz de empreender o processo dinâmico que o atualiza e fortalece. Para disfarçar-se em meio aos códigos legais, a utilidade ganha novas feições: os valores. Pode-se ver alguma instância reguladora na difusão desses valores, mas eles não fazem mais que reforçar a alienação do agir. Os gestos que o valor impõe não são autênticos, mas emprestados; estranhos à lida com o mundo concreto e aos efeitos dessa lida. Quando se é consciente da potência latente na organização coletiva, a face funcionalista e pragmática do direito é útil e legítima, pois povoa de eficácia o agir. Mas o máximo alcance da eficácia, ilusão que o valor insiste em difundir, está inserido no âmbito irrealizável do ideal. A armadilha é a crença de que a utilidade e a eficácia da regra, ao invés de suporte à potência do agir, trabalham para justificar os valores que a substituem (CAYE, 2008).

Não é a regra que cria a diferença; o exercício do direito acontece na relação que os procedimentos e a disciplina estabelecem com a regra. Porém as concepções puramente pragmáticas ou empíricas ameaçam reduzir toda diferença em benefício respectivamente da regra ou do fato. O empirismo descarta a pré-elaboração conceitual ou relativa à origem das coisas. Assim, afasta o cidadão da ampliação de sua consciência a respeito do que ecoa em seu mundo concreto. O utilitarismo quer ir direto ao alvo sem respeitar o tempo e os procedimentos. Ele persegue a agilidade proporcionada pela ausência de mediação. Por meio das ambições da utilidade, o fato está, em sua impaciência, sempre no limite do abuso de poder, da usurpação, do que se chama em direito a "via de fato" que é também a "via do fato".

*A tarefa do direito consiste em sondar a validade e a solidez do fato, ou seja, sua capacidade de atravessar o tempo para além de sua utilidade imediata, de fazer a obra útil na duração, ao se inserir, como uma humilde pedra comum e coletiva, na obra concreta que a civilização edifica. Paciência, disciplina e procedimentos são os martelos que exploram os fatos. Eles geram o som da diferença temporal.*<sup>29</sup>  
(CAYE, 2008, p. 292)

---

*leurs droits et leur liberté, mas la culture de leurs gestes et de leurs procédures que le raffinement des compétences et leur exercice continuel ont peu à peu enrichie à travers le temps. Tradução da autora.*

<sup>29</sup> *La tâche du droit consiste à sonder la validité et la solidité du fait, c'est-à-dire sa capacité à traverser le temps au-delà de son utilité immédiate, à faire œuvre utile dans la durée, à s'insérer, comme une humble pierre ordinaire et commune, dans la muraille de l'arche que construit la civilisation. Patience, discipline et procédures sont les marteaux qui sondent les faits. Ils rendent le son de la différence temporelle. Tradução da autora.*

Movido apenas pela utilidade aliada à imensa capacidade técnica que possui, o homem expandiria o agir irrefletido e irresponsável até a completa consumação não só do direito, mas de si mesmo e do mundo (ŽIŽEK, 2011). O exercício do direito é dado pelo trabalho de diferenciação que coloca em relação tanto os fatos e o costume quanto os códigos e os valores sociais (CAYE, 2008). Tal exercício não se restringe às questões jurídicas. Ele se faz praticar na promoção do encontro das diferenças: entre as palavras, entre significantes e significados, entre as diversas áreas do conhecimento e o modo como enfrentam as questões que lhe chegam. Contra o poder destrutivo que provem de cada uma dessas estruturas, a instituição - encontro das coisas, dos procedimentos e das competências - cria a distância que promove a diferenciação e a crítica. Se a civilização urbana exerce o papel de impor valores e códigos, contribui mais para agravar os sintomas apresentados pelo sistema, que para possibilitar o seu enfrentamento (RYBCZYNSKI, 2010).

A regra do direito e o espaço do diálogo que ela engendra são, nesse quadro, substituídos pela norma. Regra e norma são coisas diferentes, pois a segunda não está aberta à discussão. A regra é da ordem da linguagem, cujo uso pode ser articulado livremente conforme os usos e o contexto, desde que sejam obedecidos alguns padrões específicos definidos pela língua culta. O domínio da gramática, da regra - de uma espécie de geometria da linguagem - possibilita disciplinar-se sem abrir mão da criatividade e originalidade que enriquece a linguagem (BARBERY, 2008).

Enquanto o liberalismo rejeita o exercício do direito em nome da desregulamentação, a social-democracia o faz em nome da normalização. O liberalismo autoriza o exercício do agir - e mesmo o favorece - porque subestima a sua capacidade de criar a instituição e, por consequência, o estatuto, onde se estabelecem os procedimentos. A social-democracia, por sua vez, atrapalha o exercício do agir ao instituir em lugar do estatuto e do direito, a norma. Seu objetivo consiste em assegurar, pela norma, a instituição do cimento social em detrimento da força própria que cada cidadão tem a chance de exprimir na medida em que realiza e reconhece o livre exercício de suas competências. Sob os traços contrários - ideologia de exercício sem regra de um lado e norma sem exercício do outro - liberalismo e social-democracia favorecem a destruição do direito. A intenção de ambos é eliminar a mediação entre os homens e as coisas; tanto para facilitar a lida com a massa homogeneizada, quanto para acelerar o movimento das trocas - inerentes à estrutura do capital. O capitalismo apaga

todo traço do trabalho do homem em um processo de destruição e recriação de bens e valores pelos quais o próprio capitalismo se regenera e se perpetua.

*A aversão ao direito ameaça perigosamente os regimes políticos e administrativos. A incultura do agir, o desprezo ao direito, a ignorância do exercício, a desinstitucionalização dos estatutos se propagam de modo um tanto mais insidioso que ele resta dissimulado sob a capa de uma proliferação monstruosa de leis, de decretos e de regulamentos arbitrários<sup>30</sup>. (CAYE, 2008, p. 300).*

Pela primeira vez na história, o enriquecimento material das sociedades não se acompanha do enriquecimento jurídico. Pode-se até mesmo julgar que a riqueza jurídica forma um obstáculo ao crescimento da riqueza econômica (CAYE, 2008). "Por baixo da capa de ordem sobrevive algo impossível de gerir." (SANTOS, 1988).

---

<sup>30</sup> *La haine du droit menace dangereusement nos régimes politiques et administratifs. [...] L'inculture de l'agir, le mépris du droit, l'ignorance de l'exercice, la désinstitutionnalisation des statuts se propagent de façon d'autant plus insidieuse qu'ils restent dissimulés sous le couvert d'une prolifération monstrueuse de lois, de décrets et de règlements arbitraires.* Tradução da autora.

### 2.1.3 MEDIAÇÃO

A propriedade é definida a partir do direito romano como *jus utendi et abutendi*, que se poderia traduzir por "direito de usar e abusar", mais conhecido como *usus et abusus*. O significado de *usus* é claro: trata de assegurar a utilidade na fruição de um objeto ou propriedade (CAYE, 2008). Contudo, usar não significa necessariamente usar bem e usar mais não significa usar melhor (VEIGA, 1993). Um dos desafios dessa definição de propriedade encontra-se sobre a noção do *abusus*; que não é intensivador, mas privativo ao uso (CAYE, 2008). Lê-se *ab-usus*. Significa não o abuso das coisas, sua exploração excessiva, mas ao contrário, a suspensão do uso; do mesmo modo que "abster" é a suspensão do "ter". Em nome do *abusus*, desvia-se da necessidade tanto individual quanto coletiva por uma finalidade, um propósito; desvia-se também do excesso próprio à estrutura humana. O direito de *abusus* é, em resumo, o direito de não usar (CAYE, 2008). Coerente à ambigüidade própria do uso, o direito de *abusus* ampara ambos os sentidos. Por meio desse direito, o proprietário não só se abstém do manejo inerente ao uso direto, mas muitas vezes também a si mesmo e aos outros da fruição das qualidades do sentir que esse objeto poderia despertar direta ou indiretamente. No momento em que se liberta dessa lida, o proprietário elimina a possível contribuição do objeto ao processo de desenrolamento coletivo e individual, tanto dele quanto dos demais fruidores. O não uso direto da propriedade privada e sua não atribuição de uma finalidade são entendidos pela legislação como especulação imobiliária. Enquanto tal, o *abusus* já é alvo de instrumentos jurídicos elaborados no sentido de combatê-lo ou, pelo menos, de desestimulá-lo. Mas essa conquista passou por um longo percurso - já abordado - de perceber o fato, pensar em alternativas, fazer incursões precisas e promover transformações. Uma das hipóteses da invenção desse instrumento remonta à Londres do século XVII.

Descrita em diversos relatos ao longo da história, a capital da Inglaterra já era, nesse tempo, rica e atraente aos investidores e visitantes. As muralhas de pedra, remanescentes à sua fundação ainda no Império Romano, delimitavam a área central apinhada de gente, mercadorias e movimento - em um traçado urbano que mantinha um caráter eminentemente medieval. Ali, apenas alguns edifícios eram de pedra, sendo a grande maioria em madeira e até sapê, mesmo essa última já tendo sido proibido nos códigos de obras de 1189 e 1212<sup>31</sup> (RASMUSSEN, 1988). As edificações projetavam-se sobre as ruas, que se tornavam cada vez mais estreitas. Os lotes, também estreitos, abrigavam um imenso número de pessoas onde

<sup>31</sup> Códigos de obras de Londres: *Building Acts*.

paralelamente ocorria a principal atividade econômica da cidade: o comércio. Desde os mais rudimentares artefatos até as mais finas sedas tudo se podia encontrar naquelas vielas estreitas, enlameadas e populosas. Fora dos limites da muralha, o panorama era bem diferente. Ruas mais largas e casas de tijolos dividiam o espaço com parques e praças onde se caminhava livremente. A brisa circulava nessa amplidão e ventilava os corredores de circulação; incluindo o Tâmis - nessa época um rio cheio de peixes, barcos e cisnes - ladeados por jardins e mansões. A área central - a *City*<sup>32</sup> - abrigava famílias tradicionais de mercadores e artesãos. A maior parte da nobreza já havia deixado, a essa altura, as ruas de tráfego difícil e rumado para o norte, instalando-se na cidade de *Westminster*, onde podiam dispor de espaço e sossego. Os cidadãos da área central não se furtavam ao desejo de fazer esse mesmo movimento. Muitas famílias ricas já usavam suas casas de campo para passar o fim-de-semana sem, contudo, desfazerem-se de suas propriedades no centro da cidade. Justamente em uma dessas madrugadas de sábado - no fim do verão – quando muitos deles estavam fora e apenas alguns empregados haviam ficado para trás, um forno mal apagado de uma padaria em *Pudding Lane*<sup>33</sup> deu origem ao maior incêndio da história de Londres.

Estima-se que as casas de 70 mil dos 80 mil habitantes da área central tenham se reduzido a cinzas; em uma seqüência de dias batizada como "O Grande Incêndio", em setembro de 1666. Na figura 3, delinea-se a amplitude da área destruída pelo fogo.



FIGURA 3 - Mapa da área atingida pelo Grande Incêndio de Londres, ocorrido em 1666

Fonte: <[www.fireoflondon.org.uk](http://www.fireoflondon.org.uk)>.

<sup>32</sup> *City of London*, área onde originalmente se instalou o comércio, vindo posteriormente a abrigar o centro financeiro. Os órgãos de governo não se instalaram na *City* mas na vizinha *Westminster*, configurando uma separação até então inédita entre a gestão governamental e a produção das riquezas (RASMUSSEN, 1988).

<sup>33</sup> Rua na *City*, próxima ao local onde foi erigido *The Monument*; projetado por Christopher Wren como marco edificado em memória ao Grande Incêndio. Do alto desse mirante pode-se ver o horizonte da cidade em 360°. Sua altura, de 202 pés (aproximadamente 61,57m), corresponde à distância dali até a padaria, a leste, onde o incêndio se iniciou. Fonte: <[www.themonument.info/history/construction.asp](http://www.themonument.info/history/construction.asp)>.

Dez dias depois do início do incêndio, o rei - Charles II - recebeu das mãos do cientista, intelectual e arquiteto Christopher Wren, um plano para reconstrução da cidade. O plano de Wren foi apenas o primeiro entre os principais planos que o rei recebeu nos onze dias que se seguiram. Elaborados enquanto o fogo ainda rugia, representam o produto abstrato de poderosos intelectos motivados por uma grande oportunidade. Entre os planos de Robert Hooke (FIG. 4 e 5), John Evelyn (FIG. 6, 7 e 9), do capitão Valentine Knight (FIG. 8) e de Christopher Wren (FIG. 9) para a reconstrução de Londres, apenas o de Knight ocupou-se das questões relativas ao parcelamento do solo. Nos demais, apenas o traçado das ruas foi definido, deixando a divisão dos quarteirões entregue ao que o destino pudesse lhes conceder (RASMUSSEN, 1988).

*A questão da rua, como desenhá-la, prever sua ocupação e usos, é básica. [...] É preciso procurar uma reintegração. A rua sai da oposição entre o dentro e o fora. É o complemento lógico dos lotes que a ela se vinculam e dos quarteirões por ela definidos. Quando se articulam esses três elementos, segundo determinados padrões, surge o tecido urbano. (SANTOS, 1988, p.90).*

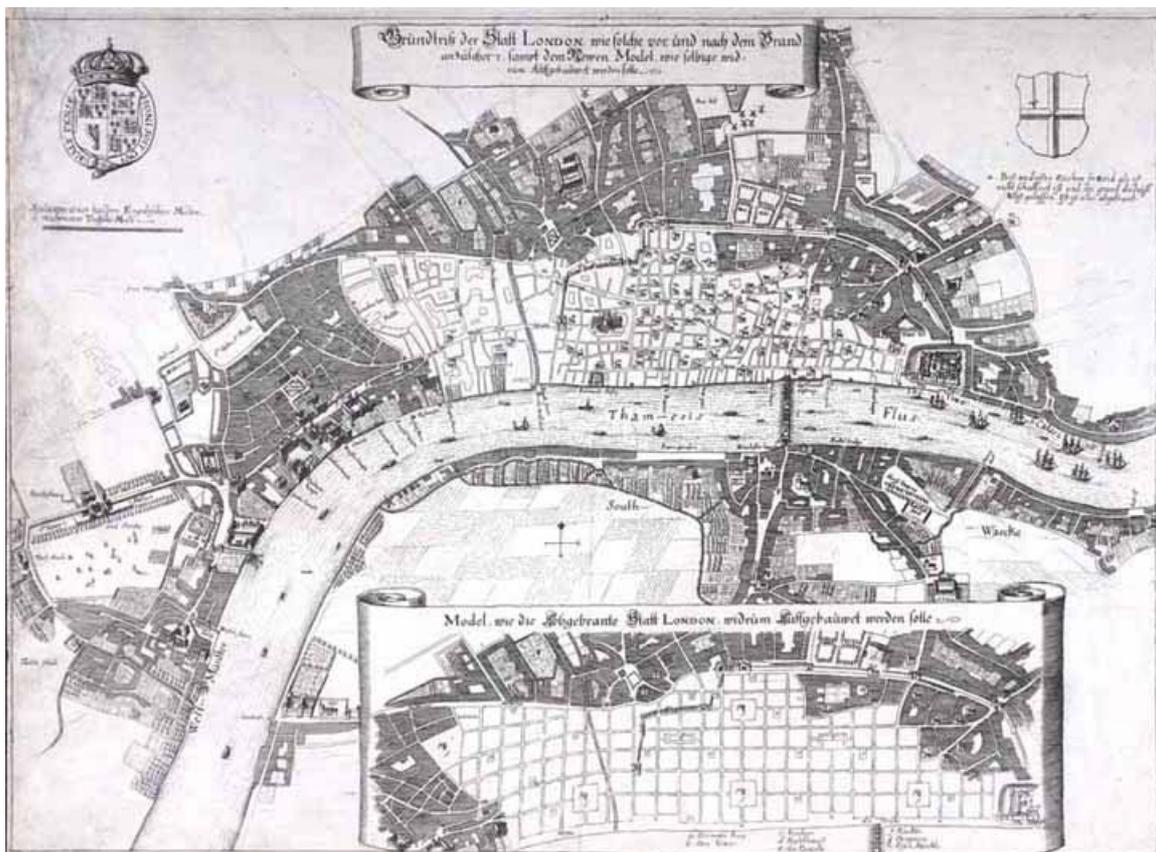


FIGURA 4 - Área atingida pelo Grande Incêndio de Londres em 1666

No detalhe, o plano que se acredita ter sido de Robert Hooke para o novo traçado de ruas dessa área

Fonte: <[www.museumoflondon.org.uk](http://www.museumoflondon.org.uk)>.

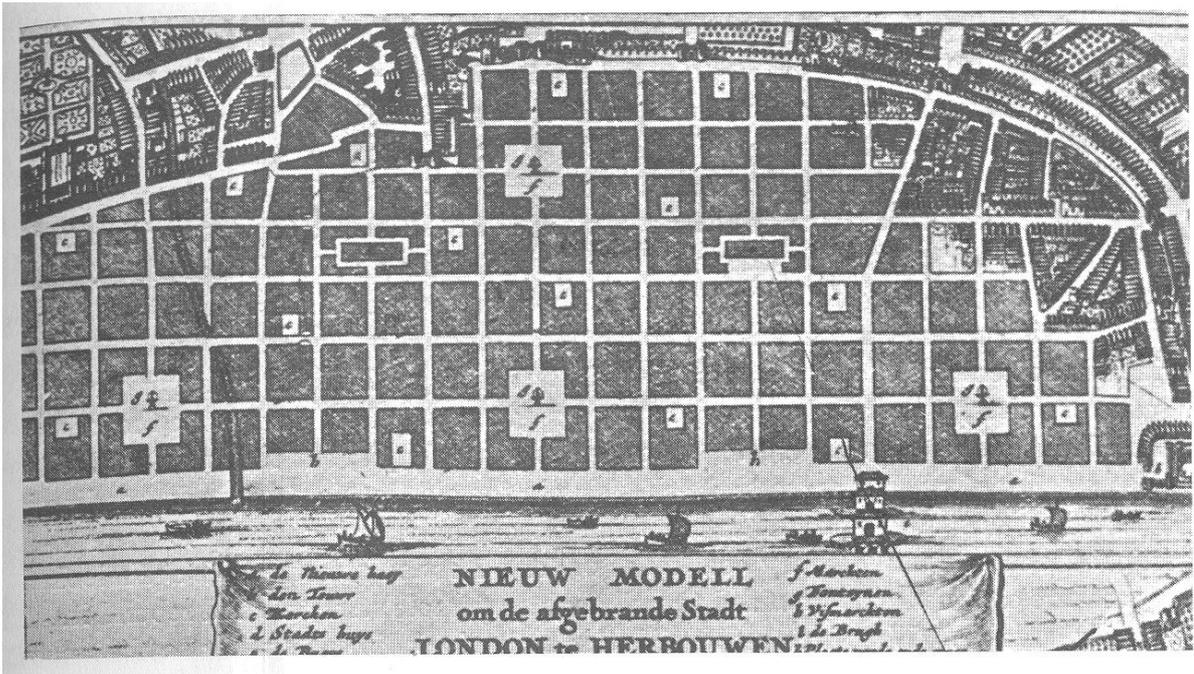


FIGURA 5 - Detalhe do plano que se acredita ter sido de Robert Hooke  
 Fonte: RASMUSSEN, 1988, p. 111.

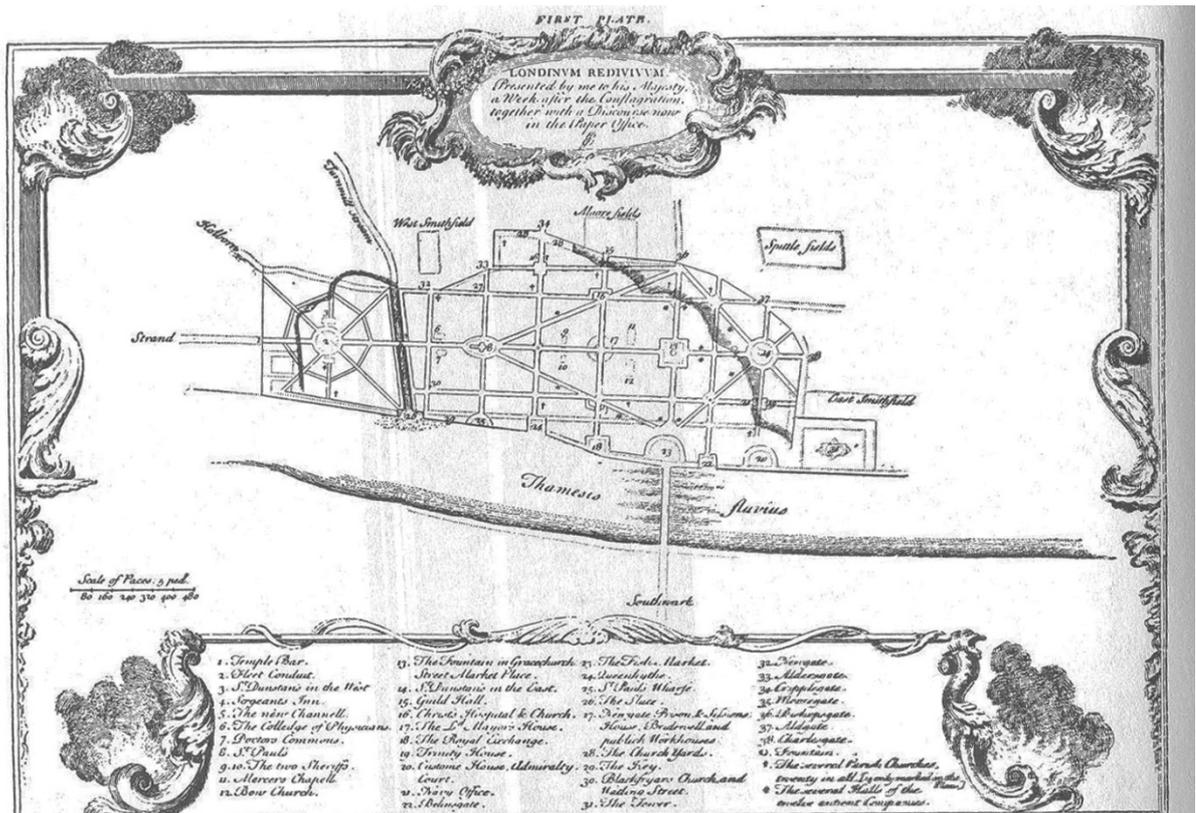


FIGURA 6 - Primeiro plano apresentado por John Evelyn  
 Fonte: RASMUSSEN, 1988, p. 108.

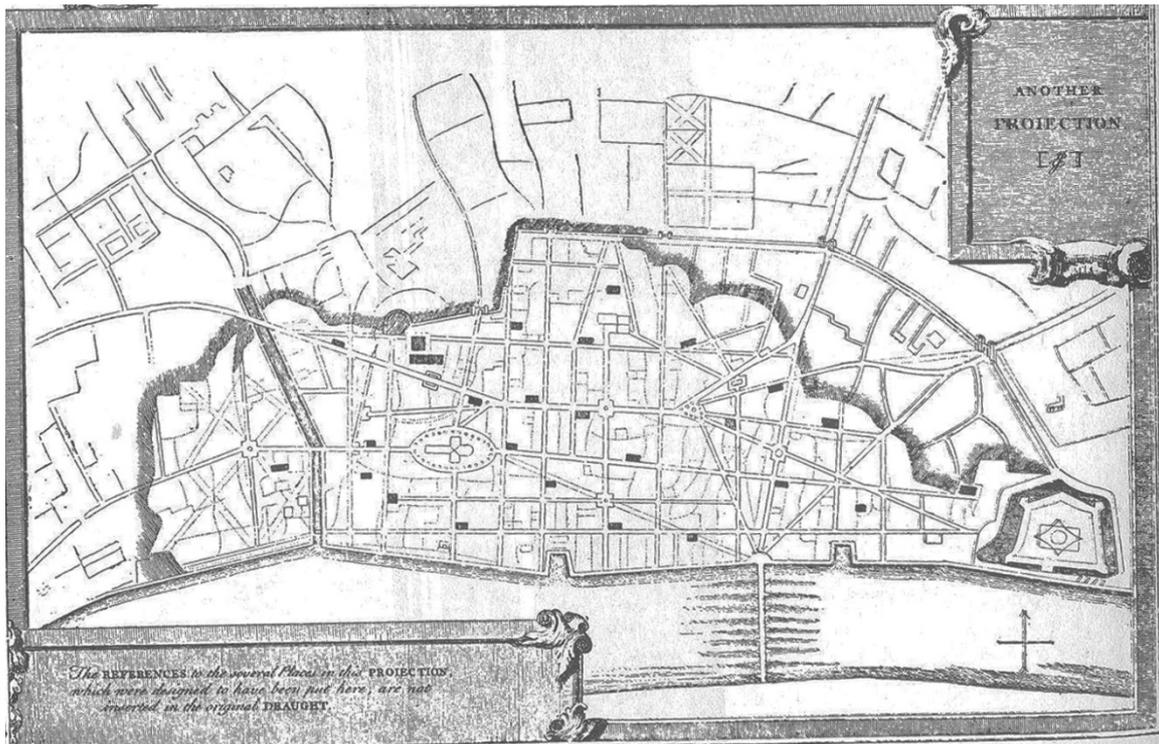


FIGURA 7 - Segundo plano de John Evelyn  
 Fonte: RASMUSSEN, 1988, p.108

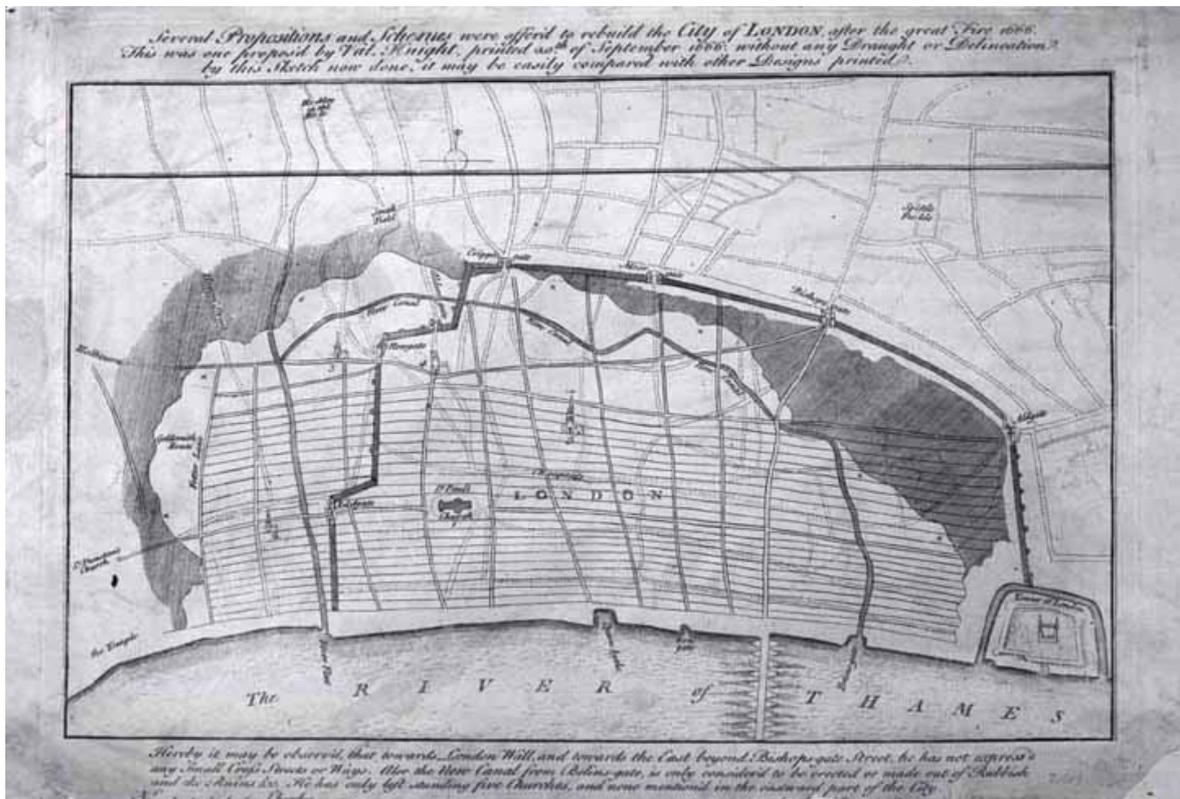


FIGURA 8 - Plano do Capitão Valentine Knight  
 Fonte: <[www.museumoflondon.org.uk](http://www.museumoflondon.org.uk)>.



Nenhum dos planos foi executado. Sequer alcançaram o Parlamento ou a corporação da cidade para uma possível deliberação. O plano de Wren foi largamente apreciado na posteridade. Raramente falou-se dele sem uma ponta de arrependimento sobre o fato de não ter sido realizado. De outro ponto de vista, contudo, um plano elaborado dessa maneira e com essa rapidez é um bom exemplo de um tipo de planejamento urbano já em amplo estado de abandono: o planejamento urbano do Absolutismo, capaz de impor soluções e formas monumentais cujas configurações têm a capacidade de suprimir funções vitais do sistema urbano (RASMUSSEN, 1988).

*A multiplicidade total de forças infinitas é suspensa em favor de uma força única [...] que não pode ser considerada como uma força participante nem subsiste como um poder nos sujeitos, mas nela mesma, porque ela não é mais a força de um participante.*<sup>34</sup> (PROCLUS<sup>35</sup> apud CAYE, 2008, p.318).

O desenho de uma nova cidade a partir apenas das próprias idéias e experiências foi, durante muito tempo, a aspiração maior e até a prática de um número considerável de arquitetos, urbanistas e planejadores. É contra o retorno a essa prática que os sujeitos devem incansavelmente envolver-se.

*A atual economia que visa acima de tudo ganhar tempo produziu uma chamada por gastos massivos do governo no setor público. Inevitavelmente, muito desse gasto ocorrerá em cidades e áreas metropolitanas. Arquitetos e planejadores vão, uma vez mais, sentir-se tentados a implantar imaginações urbanas grandiosas - versões de renovação urbana e da Ville Radieuse do século XXI. A tentação será particularmente grande já que os projetos financiados pelo governo oferecem liberação das restrições impostas pelo mercado, uma oportunidade de substituir o urbanismo baseado na demanda pelo planejamento baseado no suprimento; nós dizendo para eles de que deveriam gostar, exatamente como nos bons e velhos tempos. Deve-se resistir a essa tentação. [...] O planejamento efetivo deve reconhecer que enquanto o mercado nem sempre está certo, uma agregação de decisões individuais geralmente se aproxima mais do alvo que os planos de bem intencionados visionários urbanos, por mais excitantes que esses planos pareçam no papel*<sup>36</sup>. (RYBCZYNSKI, 2010, p. 198).

---

<sup>34</sup> *La multitude totale des puissances infinies est suspendue à une puissance unique [...] qui ne doit pas être considérée comme une puissance participée ni ne subsiste comme un pouvoir dans les sujets, mais en elle-même, parce qu'elle n'est pas la puissance d'un participant[...].* Tradução da autora.

<sup>35</sup> "Éléments de theologie", §92, p. 115.

<sup>36</sup> *The current stalled economy has produced a call for massive government spending in the public sector. Inevitably, much of this spending will take place in cities and metropolitan areas. Architects and planners will once again be tempted to implement grand urban visions - twenty-first-century versions of urban renewal and the Radiant City. The temptation will be particularly great since government-funded projects provide freedom from the constraints imposed by the market, an opportunity to replace demand-side urbanism with supply-side planning; us telling them what they should like, just as in the good old days. This temptation must be resisted.*

Uma forma heteronomamente predefinida e fixa é um ideal - e como todo ideal - inalcançável e incongruente com o desenrolamento. O exercício da ação política não é possível onde a prática social mantiver aspectos totalitários. "O totalitarismo permanece íntegro e importante naqueles que julgam aquilo que existe em função do que deveria ser. Em função daquilo que eles gostariam que fosse" (MAFFESOLI, 2010, p. 48). Um plano urbanístico articulado com o desenrolamento não consiste apenas no traçado de ruas que um profissional ou grupo de profissionais talentosos seja capaz de elaborar em alguns dias de trabalho. "Não é diante de uma tábula rasa que o indivíduo pode edificar o que deseja, mas de realidades existentes a que não lhe é dado criar, nem destruir, nem transformar segundo sua vontade." (DURKHEIM, 2010, p. 31). Sobre a Piazza de San Marco, em Veneza, o historiador americano Lewis Mumford afirma:

*Tanto a forma quanto o conteúdo da Piazza foram, em suma, produtos de finalidades urbanas cumulativas, modificadas pelas circunstâncias, pela função e pelo tempo: produtos orgânicos que nenhum gênio humano sozinho poderia conceber em alguns meses, numa prancheta de desenho (MUMFORD, 1998, p. 350).*

Um plano urbanístico consiste no produto analítico e crítico da reunião sociada do conhecimento, da técnica disponível e de seu modo de utilização em benefício do desenrolamento em um dado contexto material, histórico, orçamentário, político. Essas condições fazem com que o plano urbanístico seja, por natureza, dinâmico e renovável; refletindo e proporcionando transformações no sistema urbano a partir do que importa às sociedades e à realidade que os coloca em relação. Esse dinamismo, por mais que seja algo previsto em lei não é efetivo enquanto não for assimilado e praticado pela sociedade que o produz<sup>37</sup>. Planejar a cidade é pensar a realidade de um sistema plural e articular, dinamicamente, a efetividade desse pensamento (CERTEAU, 1994).

A história mostrou que foi para tal interação que se voltou o futuro de Londres que, já nesse tempo, contava com sujeitos atuantes em uma concepção de vanguarda tanto no trato das relações humanas quanto do planejamento urbano (RASMUSSEN, 1988). O fato do rei ter tido que abandonar o plano foi apenas uma das inúmeras manifestações do fracasso do Absolutismo na Inglaterra. A rejeição do plano de Wren não é uma falha, mas um triunfo do

---

[...] *Effective planning should recognize that while the market is not always right, an aggregation of individual decisions is generally closer to the mark than the plans of willful urban visionaries, however exciting those plans appear on paper.* Tradução da autora.

<sup>37</sup> O Estatuto da Cidade obriga o Plano Diretor Municipal a ser atualizado a cada dez anos (BRASIL, 10.257/2001, art.39, 3º)

que se pode chamar de "princípio londrino"<sup>38</sup>; pois há um princípio por trás da aparente espontaneidade de sua reconstrução e expansão. "Esse princípio consiste em uma potência e vai além, pois consiste também em uma fonte de potência." (CAYE, 2008, p.315)<sup>39</sup>.

Ao longo de toda a história de Londres, pode-se identificar uma potência latente; manifesta no desejo inabalável de torná-la cada vez mais próspera. Ao contrário de outras capitais, Londres era auto-governada e mantinha uma considerável independência da Coroa, de modo que nenhum padrão lhe podia ser facilmente imposto. Esse governo local era o nervo vital da cidade; mais importante que qualquer plano. Pode parecer paradoxal que tenha havido mais planejamento urbano autêntico em Londres que em outras cidades cuja expansão correspondia a planos formais. O plano de Wren era, de fato, impossível de ser realizado; nenhuma rua ou edifício seria mantido no mesmo lugar de antes. Ainda que todas as casas se incendiassem, algo muito mais imóvel que pedra e madeira continuava existindo: os limites dos terrenos. Cada um dos cidadãos podia identificar perfeitamente, no meio das cinzas e dos escombros, o local onde estava sua casa e os limites até onde ia sua propriedade; cujo valor não se determinava apenas pelo lote, mas também pela implantação da edificação. Para que o plano de Wren pudesse ser construído, seria necessário que todas as propriedades privadas fossem reunidas em uma porção de terra que deveria ser, em seguida, desmembrada entre os proprietários. A quantidade de terra a ser desapropriada seria imensa e o governo não dispunha de recursos - depois da cidade ter sido acometida por um surto terrível de peste negra no ano anterior e, então, pelo fogo. Sequer havia, na época, métodos para calcular o valor dessas propriedades. Sendo assim, o que chama a atenção não é o fato do plano ter sido rejeitado - ele dificilmente poderia ter sido realizado - mas a rapidez com que foi rejeitado. No mesmo dia em que recebeu o plano de Wren, o rei enviou uma carta ao prefeito informando que tinha diante de si planos para a reconstrução da cidade de modo mais decente e conveniente, e ordenando que nenhuma casa tivesse permissão de ser construída até segunda ordem. Determinava, ainda, que a desobediência deveria ser punida com a demolição. O tom autoritário era eminente. Charles II tinha bastante intimidade com a corte francesa e, não raro, seguia o modelo absolutista por ela praticado na época. Três dias depois, uma nova proclamação (FIG. 10) procura deixar claro que 'jamais' foi intenção de Sua Majestade infringir o sagrado direito de propriedade. (RASMUSSEN, 1988).

---

<sup>38</sup> *the idea of London* (RASMUSSEN, 1988, pag 113). Tradução da autora.

<sup>39</sup> *Le principe est ici puissance et plus encore source de puissance*. Tradução da autora.

O tom da proclamação já não denota um rei que comanda absoluto, mas um cidadão humilde e preocupado com um destino mais belo e seguro que eventualmente possa ser dado às edificações que substituirão as precedentes. A proclamação é pontuada pelo senso comum: afirma ser impossível delinear regras para a reconstrução da área atingida, mas que todos devem estar atentos para os transtornos possivelmente causados por qualquer atitude precipitada proveniente de soluções individuais na reconstrução de cada edificação.

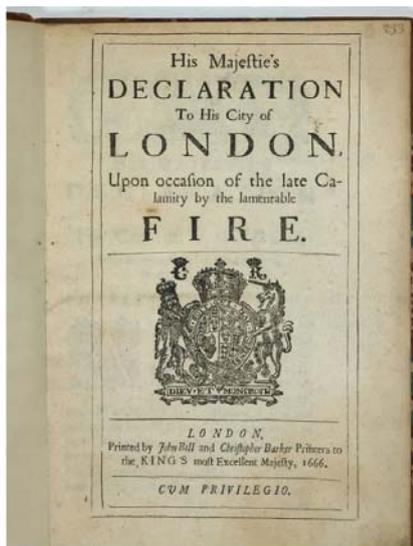


FIGURA 10 - Proclamação de Charles II, em 13/09/1666  
Fonte: <[www.fireoflondon.org.uk](http://www.fireoflondon.org.uk)>.

Essas circunstâncias levaram à instituição do procedimento de aprovação - por parte tanto da prefeitura quanto da câmara dos munícipes<sup>40</sup> - dos planos de construção de cada edificação. Ficou também estabelecido, entre diversas regras que depois tornaram-se lei, que só se podia construir em tijolo ou pedra. Nessa ocasião, foram abordadas as larguras mínimas das ruas de modo a dificultar que eventuais incêndios alastrassem-se de um lado da rua até o outro em frente. Para evitar que as casas muito próximas ao rio impedissem o acesso à água no combate a incêndios, ficou estabelecido que fosse construído

um grande cais ao longo do Tâmesa, hoje conhecido como *Victoria Embankment*. A proclamação também fez referência a que os usos do solo mais propensos a causar poluição do ar não se instalassem próximos ao rio. Além de serem passíveis de causar danos aos vizinhos, esses usos desvalorizavam os terrenos de seu entorno e não contribuíam para a beleza da paisagem urbana. A proclamação requeria ao prefeito e aos *Aldermen* que considerassem cuidadosamente os prós e contras de cada uma das atividades industriais de modo a se proverem áreas urbanizadas onde essas empresas contariam com serviços públicos necessários ao satisfatório desempenho de suas atividades. Segregadas, as atividades altamente poluentes seriam menos inconvenientes aos vizinhos do que se inseridas no tecido urbano destinado à convivência de diversas atividades (RASMUSSEN, 1988).

<sup>40</sup> A *Court of Aldermen* é uma das duas instituições que conformam o governo local da Corporação da *City* (*City of London Corporation*). A outra é a *Court of Common Council* (corte do conselho de comuns). A *City* é dividida em 25 áreas (*wards*) e cada uma delas tem um *alderman* como seu representante. Sua função atualmente é apenas cerimonial, mas seu papel histórico é de fundamental importância na configuração do forte governo local que a cidade de Londres é famosa por possuir.

Essas medidas londrinas semearam duas formas comumente difundidas no planejamento urbano e ainda em prática: a divisão da cidade por funções e o estudo de impacto de vizinhança. A divisão funcional do espaço urbano recebeu grande impulso devido às demandas da era industrial, tornando-se muito presente nos planos modernistas. Muitas cidades ainda organizam seu espaço sob essa influência. O Estudo de Impacto de Vizinhança possibilitou uma maior flexibilização do uso do solo urbano no sentido de permitir algum grau de mistura de usos. Sua existência formal ainda é embrionária, mas só foi possível no Brasil a partir do pós-modernismo, mais afeito às ambigüidades - também de uso do solo - do que o modernismo que o precedeu. Em alguns países, à vizinhança é dado o poder de veto à instalação de determinados usos em seu entorno. Esse poder originou um movimento denominado *Not In My Back Yard*<sup>41</sup> (NIMBY). Algumas dessas intervenções da vizinhança contra a anuência à instalação de usos não residenciais são criticadas como obstáculo ao crescimento econômico (GLAESER, 2011). Isso mostra que, em qualquer ação política, não pode ser dispensado o uso da justa medida<sup>42</sup> tanto na aplicação dos direitos quanto dos deveres.

Diante dessas circunstâncias, o que restou de imediato ao Dr. Wren e a uma equipe nomeada pelo rei, foi realizar uma pesquisa na cidade e fazer propostas relativas às regras a serem aplicadas à sua reconstrução. A situação anterior ao incêndio foi levantada e documentada, formando uma base para o que seriam os lineamentos da Londres do futuro. Admitiu-se que as ruas eram por demais estreitas, mas o comitê não cedeu à tentação de determinar que todas deveriam ter a mesma largura. Ruas largas eram importantes, devido tanto ao aumento iminente do número de carruagens, quanto às demandas relativas aos padrões urbanísticos adotados na época. Muitos planos urbanos dos séculos XVI e XVII mostram todas as ruas com a mesma largura. Tão ruim quanto ter ruas muito largas é tê-las estreitas demais. Todo o dinheiro gasto em ruas extravagantes tem de ser recuperado pela utilização mais intensa dos lotes. Isso implica em aumento na altura média dos edifícios e a imposição de uma maior densidade do uso do solo, o que não se colocava como questão na época (RASMUSSEN, 1988). Já na terceira reunião, o comitê decidiu, por exemplo, que a largura das ruas poderia variar de aproximadamente cinco a trinta metros. Durante o outono, o Parlamento trabalhou sob pressão para finalizar as leis que regulamentariam as edificações para a *City*, finalmente

<sup>41</sup> "Não em meu quintal" (GLAESER, 2011, p. 260).

<sup>42</sup> Em Alberti (2004), a justa medida é denominada *masserizia* e consiste na busca pelo equilíbrio, pelo domínio dos excessos próprios à natureza humana. Os estudiosos de Alberti são fontes para uma pesquisa sobre o assunto, entre eles: Bensimon, Brandão, Caye, Choay, Golsenne.

aprovadas em 8 de fevereiro de 1667; exatos cinco meses e sete dias após o início do incêndio. Sua regulamentação abrange a largura das ruas relativamente à altura permitida para os edifícios, sendo apenas os mais baixos permitidos nas ruas estreitas, inclusive por implicarem em carência de iluminação para os habitantes. O direito de propriedade foi preservado, apesar de ser permitido ao governo adquirir lotes para a construção de bens que atendessem às necessidades e demandas da coletividade por ela mesma definidas. Nesse caso, um júri imparcial seria nomeado para deliberar sobre o valor da terra e as condições de pagamento da indenização pelo governo. Ao mesmo tempo, tornou-se evidente que o plano era vantajoso para muitos proprietários que, por sua vez, deveriam reverter tal valorização à comunidade que a instituiu. Nesse ponto, nota-se o quanto a sociedade londrina era desenrolada para a época: a solução de uma questão tão delicada relativa à propriedade privada seria realizada sem a aplicação de recursos absolutistas, mas através da prática democrática da instituição de um júri<sup>43</sup>. Ainda outra estipulação na lei de reconstrução de Londres merece especial atenção: diz que se um proprietário não construiu em seu terreno por um período de três anos após o Grande Incêndio, o lote se tornaria propriedade municipal. A municipalidade deveria pagar por ele a indenização integral avaliada - guardado o direito de vendê-la a quem se interessasse nela construir. Por trás disso reside a idéia de que a terra não pode ser considerada uma propriedade inteiramente privada. Por direito, a terra pertence à comunidade e um indivíduo privado pode adquirir o direito de uso, mas se for deixada sem uso, ele perde o direito e tem que passá-lo a outros. Por outro lado, aquele que atribui um uso ao terreno adquire um direito sobre ele; que não lhe pode ser tirado. Isso inclui o uso do espaço para o lazer, mesmo em se tratando de uma propriedade privada. O uso para o lazer e o deleite também é considerado um aproveitamento produtivo da terra e uma vez que tenha se estabelecido como direito, a exemplo do imóvel edificado, não pode ser banido (RASMUSSEN, 1988). Esse foi o caso, por exemplo, de Hampstead Heath, parque e manancial de onde provém parte da água que abastece a cidade, localizado na porção norte da região metropolitana de Londres. Alvo de disputas acirradas que se estenderam por várias décadas entre a população e os proprietários dessas terras, a imensa área - hoje com aproximadamente 324 hectares - foi reconhecida também como elemento importante para o lazer da população e finalmente incorporada à municipalidade (FARMER, 1984). Com esses exemplos, evidencia-se que a instauração da juridicidade do mundo ocorre a partir do papel que a propriedade exerce na ampliação da capacidade de negociação dos homens (CAYE, 2008). Nisso reside uma de

---

<sup>43</sup> O processo pelo qual os sujeitos se apoderaram do direito de julgar remonta à Atenas do século 5a.C.; direito de, coletivamente, "opor uma verdade sem poder a um poder sem verdade" (FOUCAULT, 2003, p.54).

suas potencialidades fundamentais: no momento em que institui o espaço do estabelecimento de relações e torna-se objeto do levantamento de questões caras à coletividade, a propriedade transforma-se em coisa pública; expressão que elucida a origem etimológica do termo república. O ambiente construído não deve se constituir de uma mensagem em si, mas de uma mensagem que se insere nos espaços que ele conforma e nas relações de intersubjetividade que, nele, podem-se estabelecer (BRANDÃO, 2011).

*Entendo e aceito a necessidade de denunciar os absurdos que são feitos com os pobres sob o pretexto de promover melhorias em seu habitat. Arrisco-me até a deduzir que a maioria dos planos habitacionais é encaminhada de modo a promover o dismantelamento das relações nos universos favelados. Mas não endosso a proposição de programas fechados e completos e insisto no direito final de pobres, moradores, proletários e quem mais o seja saberem mais sobre si mesmos e usarem como puderem o discurso urbano, na qualidade de dialogantes responsáveis.* (SANTOS, 1983, p. 103).

A definição jurídica da propriedade segundo o *usus* e *abusus* evoca, em um paralelismo estreito, a fórmula moral que, no estoicismo<sup>44</sup>, define o domínio de si: *abstine ac sustine*; modere e conserve (CAYE, 2008). O proprietário conserva as coisas porque pratica a moderação em seu uso; responde às demandas regulatórias e não se omite perante a coletividade nem em relação ao direito de usar nem ao de não usar. Em Cícero<sup>45</sup>, o termo *abstine* é usado no sentido de "proibir, refrear, moderar" (SOUZA, 1928, p. 6). Sendo assim, para se conservarem as coisas é necessário assumir a postura de agente, moderador, mediador. "Ter é da ordem de abster-se, mas abster-se para melhor sustentar, conservar, manter." (CAYE, 2008, p.328)<sup>46</sup>. Essa fórmula estoicista não se limita à sua dimensão moral. Ela não se contenta em fazer um elogio à moderação e à contenção do gesto - embrião do agir - ou à economia parcimoniosa necessária de ser aplicada ao poder que se tem sobre as coisas em prol de inculcar-lhes duração e persistência. Abster-se é essencialmente não tomar parte, não se envolver. Abster-se significa não se expor, não praticar o princípio que rege a ação e, ainda, não dar uma destinação às coisas deste mundo. Por essa tripla e inseparável abstenção, o agir do homem torna-se incapaz de transformar as coisas e de ser transformado por elas. O *abstinere* insere-se como questão no ambiente construído por meio de um sistema cujo

<sup>44</sup> O estoicismo é uma escola de filosofia fundada em Atenas no início do século III a.C. e formalmente fechada pelo imperador romano Justiniano em 529 d.C. Porém, sua influência sobre o pensamento e a ciência estende-se para muito além de seu próprio tempo.

<sup>45</sup> Marco Túlio Cícero foi um filósofo, orador, escritor, lingüista, tradutor, advogado e político atuante em Roma (★ 106 a.C. †43 a.C.)

<sup>46</sup> *Tenir, c'est d'abord s'abstenir, mais s'abstenir pour mieux soutenir.* Tradução da autora.

equilíbrio demanda contínua atenção. Para que a dinâmica do sistema não seja prejudicada, a inércia de cada elemento demanda um contra-peso; uma força que se lhe contraponha e anule seu efeito. Esse é especificamente o papel do *sustinere*. O equilíbrio, a justa medida da abstenção demanda necessariamente a força de resistência da moderação, da mediação. Quanto mais abstenção, mais necessita-se de mediação. É assim que abstenção e mediação se entrelaçam. Esse sistema de forças não está no interior do objeto que é seu alvo; ele independe do alvo, e é isso que lhe garante eficiência (CAYE, 2008).

Quando os cidadãos da *City* tomam uma posição ativa na decisão do destino de suas propriedades e das áreas que lhes dizem respeito direta ou indiretamente, refreiam o rei de sua atitude autoritária. Intermediam a relação estabelecida entre a autoridade da lei, na figura do rei, e a propriedade, que representa seus bens, seu capital. Entre a lei e o objeto - o fato - surge um mediador: conjunto de sujeitos sociados no exercício do direito e da política. Essa é a essência do "princípio de Londres"<sup>47</sup>; a essência do governo local.

No que se refere ao loteamento de terras na cidade, nota-se que na era moderna e modernista, a proposta de uma propriedade socializada, que não seria formalmente dividida em lotes individuais foi tão comum por parte dos urbanistas quanto combatidas pela população. Exemplos brasileiros de tal posicionamento são analisados pelo urbanista brasileiro Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1984). Opondo-se a propostas urbanísticas que tornavam a área do empreendimento comum a todos os moradores, estes, consultados ao longo dos processos, preferem a divisão individualizada dos lotes, segundo o modelo tradicional de parcelamento. A tradição urbanística não se mostra eficaz quando assume um caráter ilusório, mistificador e destrutivo ao propor o atendimento de necessidades estimadas a partir de uma leitura genérica da coletividade (ABRAHÃO, 2008). Observa-se, na contemporaneidade, a popularização de condomínios onde a propriedade é representada pela fração ideal de um terreno comum a todos. Essa virtualização da posse não é sem conseqüências para o envolvimento de cada um com os interesses daquele grupo específico e também com o âmbito urbano. É possível perceber uma relação entre essa virtualidade e o processo de alienação apontado por Marx (2010). Nesse quesito, a propriedade privada não é um instrumento sem que seja também um obstáculo ao desenrolamento. Sua condição de obstáculo é maximizada pela abstração do manejo através da posse de uma fração ideal. Essa virtualização promovida pelo capitalismo

---

<sup>47</sup> *the idea of London* (RASMUSSEN, 1988, pag 113). Tradução da autora.

também é perceptível no trabalho; outro instrumento de apropriação do sujeito. Na contemporaneidade, raras são as ocupações que colocam o homem em contato direto com o produto de seu trabalho e com a elaboração de um significado para sua atividade. Alienado do produto, o homem estende sua alienação à atividade que realiza. Se o manejo, a lida com o objeto faz brotarem oportunidades de apropriação, a virtualização do produto, da propriedade e das sociações reforçam a alienação e o estranhamento do mundo e das relações humanas. A reprodução do espaço segundo um modelo de fração ideal contribui com o afastamento do contato com a rua, com as sociações promovidas pelas atividades realizadas no espaço público de uso cotidiano. O indivíduo afasta-se do processo que caracteriza o habitar propriamente dito. Afastando-se da ação, ele não habita, não modera; apenas mora.

No relato em torno do Grande Incêndio, ficou claro que a influência do poder das cidades não se posiciona sempre a favor do governo. A história da cidade de Londres oferece uma série de episódios<sup>48</sup> que ilustram o poder moderador, refreador que aos cidadãos é dado exercer sobre o governo dos reis e da nobreza. Essa seqüência de acontecimentos ressalta a importância de uma forma de governo que se relaciona diretamente com o desenrolamento e o crescimento econômico de uma sociedade. O fato do poder ser dividido em três instâncias, o rei, os lordes e os comuns era uma garantia de mediação contra o despotismo de qualquer um deles. Simultaneamente, o arranjo era elástico o suficiente para ser alterado na medida das exigências impostas pelo tempo (RASMUSSEN, 1988). O poder não está entre a lei e o rei, uma vez que esse a ela se submete; mas entre a lei e o fato - o capital, a propriedade, os objetos e eventos do mundo concreto - e é nessa relação que reside o verdadeiro poder: o exercício do direito e da política. A política consiste no conjunto de condições sob o qual os indivíduos - sujeitos da história - em sua pluralidade e sua diferença convivem e se aproximam para falar sobre algo - tangível ou não - e como isso lhes parece; pois consiste no que somente eles podem mutuamente se conceder e garantir (ARENDDT, 2010). "Não é a força que faz o direito, mas o manejo do que nos diz respeito. A regra do direito é da ordem de uma competência técnica que se elabora, se desenvolve e evolui ao mesmo tempo em que as coisas acontecem"<sup>49</sup> (CAYE, 2008, p. 288).

---

<sup>48</sup> Trata-se, por exemplo, da assinatura, no ano 1100, da *Charter of Liberties of King Henry I* - também conhecida como *Coronation Charter* - e da Carta Magna, de 1215, cujo verdadeiro legado, onde reside a perpetuação de sua importância, é a limitação que impõe à autoridade do rei pelo estabelecimento do princípio crucial de que a lei é um poder em si, ao qual ele deve se submeter.

<sup>49</sup> *Fait le droit non pas la force, mais le savoir acquis dans le maniement de ce qui nous concerne. La règle de droit est d'abord le fruit d'une compétence technique qui s'élabore, se développe et évolue en même temps que les choses nos échoient.* Tradução da autora.

A cultura do agir é dupla: trata tanto do autocontrole, imanente ao gesto, quanto da instrução na lida com as coisas. Ao instituir essa lida, na mediação do gesto, a cultura do agir institui o próprio homem. Uma não existe sem a outra: a mediação do gesto cultiva a perspicácia e a disciplina requeridas pela cultura do agir, enquanto esta tem garantida, na mediação, sua relação com o mundo concreto (CAYE, 2008). Quanto mais se aproxima do âmbito cotidiano e do que as sociedades percebem ecoar em sua realidade, mais a regra do direito se aproxima do caráter procedural e disciplinário que a torna útil e necessária à instrução na lida com as coisas. Mas o exercício do direito também está sujeito ao *abusus*. Isso ocorre quando se lança mão do direito de não utilizá-lo no exercício do agir; de aliená-lo, utilizando-o apenas como objeto: instrumento para imposição de valores e regras. A dimensão utilitarista do direito remete a três dimensões de dissimulação, cada uma derivada da precedente (QUADRO 3):

### QUADRO 3

#### Circunstâncias criadas pela abordagem utilitarista do direito

CIRCUNSTÂNCIAS CRIADAS PELA ABORDAGEM UTILITARISTA DO DIREITO	desconhece-se sua verdadeira utilidade
	determinam-se valores que a dissimulam
	reduz-se o direito a instrumento desses valores

Fonte: elaborada pelo autor a partir de Caye (2008, p. 296), 2012.

Partidário tanto da abordagem empirista, que acredita que todo conhecimento provém exclusivamente da experiência, quanto da pragmática, defensora de que é das idéias que se tem de um objeto que provém o poder de transformá-lo; o utilitarismo, ao reduzir o direito a mera ficção, também contribui para sua derrocada. Aproveitando-se de sua conotação restritiva à liberdade do agir - que incita ao ódio ao direito - essas forças contrárias combatem sua proximidade com os procedimentos e a disciplina (CAYE, 2008). A arquitetura vê-se diante de problema análogo quando já não mais dialoga com a sociedade, reservando-se apenas o papel de servir-lhe (VIOLET-LE-DUC, 1978).

## 2.2 ESPAÇO

A sociação, como toda atividade humana, não é sem espaço (MARX, 2008). A espacialidade tanto condiciona quanto simboliza as relações humanas (SIMMEL, 1983). A vida demanda uma espacialidade tanto quanto demanda uma sociedade (NORBERG-SCHULZ, 1993). Considerando a utilidade do teto e das paredes, Alberti (2004) afirma terem, esses, exercido um papel mais importante que a água e o fogo na aproximação dos homens e na sua permanência juntos<sup>50</sup>. "Em Alberti, edificar lugares aparece como a origem, a causa e o veículo de aperfeiçoamento do homem e da sociedade, e não sua conseqüência." (BRANDÃO, 2011)<sup>51</sup>. Constituir sociações é uma capacidade criada pelos indivíduos e motivada por propósitos e interesses coletivos. A espacialidade que a sociação demanda, muitas vezes inclui-se entre as motivações que unem seus componentes (SIMMEL, 1983). Conviver também é partilhar um mundo concreto que existe no espaço-entre; como uma mesa disposta entre aqueles que se sentam ao seu redor. O mundo, como tudo o que existe ou acontece no espaço-entre, ao mesmo tempo separa e coloca os homens em relação (ARENDDT, 1998).

A sociação é uma potencialidade favorecida pela disponibilidade e pela lida com o espaço. Ela favorece a propensão humana para o intercâmbio, em que se faz necessário o uso da razão e da palavra (MARX, 2010). Os homens são, por natureza, frágeis e diversos; juntos é que se tornam fortes. Essa natureza humana frágil e propensa às circunstâncias apresentadas pelo destino pode ser combatida pela construção de uma segunda natureza, a da *virtù*, dedicada ao combate da primeira; mas essa construção não é favorecida pelo isolamento (BRANDÃO, 2011)<sup>52</sup>. Por meio da consciência edificada nas sociações, o homem, de ser vivente, torna-se presença; e o espaço que lhe serve de suporte, um mundo (FREIRE, 2011). A produção prática de um mundo concreto é a afirmação do homem ao tornar-se um ser coletivo consciente (MARX, 2010). O limite superior dessa consciência é o nível a que, a cada tempo, desenrola-se objetivamente a condição humana no interior de determinada sociedade. O limite inferior e ponto de partida é sempre a particularidade do singular; o ser como pura existência individual.

---

<sup>50</sup> *Certains ont prétendu que l'eau et le feu furent à l'origine du développement des sociétés humaines. Pour ma part, considérant l'utilité du toit et du mur, je me persuaderai qu'ils ont joué un rôle bien plus important pour rapprocher les hommes les uns des autres et les maintenir unis.* (ALBERTI, 2004, p.48). Tradução da autora.

<sup>51</sup> O arquiteto brasileiro Carlos Antônio Leite Brandão, historiador e analista crítico da arquitetura, no texto *Arquitetura e Antropologia, hoje*, discorre sobre o "caráter antropogenético" - atributo que Alberti confere à edificatória; ambiente construído enquanto produção e produto. Esse texto encontra-se em fase de pré-publicação.

<sup>52</sup> Idéia de Alberti para a qual a leitura de Brandão é esclarecedora, em particular o texto intitulado *Fundamentos antropológicos da arquitetura albertiana* (2011, em fase de pré-publicação).

A presença dessas objetivações coletivas, que ocorrem na sociação, oferece ao "particular-em-si" a possibilidade de elevar-se acima da particularidade, de elaborar uma relação consciente com o coletivo. O "particular-em-si" começa a amadurecer para transformar-se em indivíduo quando deixa de aceitar que haja circunstâncias determinadas pelo destino. Não aceitar o destino como definitivo subentende a existência de uma ação recíproca consciente entre o indivíduo e o mundo. (HELLER, 1977).

A relação articulada entre o humano e o espaço leva o indivíduo a aguçar os sentidos e a atenção para uma interação capaz de promover transformações em ambos, pois o homem só se humaniza em sociedade e esta demanda um espaço para se instaurar (DURKHEIM, 2010). O espaço necessário para o estabelecimento das relações entre singularidades não é o espaço socializado. O domínio social transforma as comunidades em grupos que se concentram em torno das atividades indispensáveis à manutenção da existência. O domínio social não abriga as singularidades, mas uma massa homogênea em busca de sobrevivência. As atividades promovem o aprimoramento da condição humana se dispõem de um espaço adequado para o seu exercício. Nenhum invento ou habilidade substitui os elementos que constituem o domínio público e que o tornam lugar apropriado para o desenrolar desse processo. O espaço que favorece a 'aparecência'<sup>53</sup> das singularidades é o domínio público, onde o mundo interessa ao homem. Interessar significa povoar o espaço-entre que é o espaço da relação e que lhe serve de instrumento para a instauração do agir dinâmico que habita as sociações. Mesmo quando estão concentrados em um objetivo material os indivíduos se desvelam como sujeitos (ARENDRT, 1998). Tornar-se sujeito inclui, além de assumir sua singularidade e relacionar-se com a singularidade dos outros, ser capaz de fazer escolhas e assumir responsabilidades. Tornar-se sujeito já é propriamente uma dessas escolhas, mas esse processo não ocorre sem a conscientização acerca do que lhe é exterior.

---

<sup>53</sup> A conotação de *appearance* que Hannah Arendt (1998, p.50) utiliza no original em inglês faz referência a algo dinâmico e não, estático; e também a algo que necessariamente aparece, é visto. Em português, faz-se necessário o neologismo, pois a palavra *aparência*, apesar de satisfazer o significado estático e visual do termo - algo que tem a aparência de, que se parece com - não expressa claramente o significado dinâmico pretendido pela autora. "Aparecência" é usada como um hipotético substantivo correspondente ao verbo "aparecer". Foi evitado o termo "manifestação" porque não implica necessariamente em "aparecer"; pode ser anônima e/ou ocorrer em domínios públicos virtuais. A aparecência pode ser muda, mas tem voz; no gesto, no ritmo, no toque, na relação que estabelece com as coisas.

### 2.2.1 APROPRIAÇÃO

O recém-nascido não conhece a origem das sensações que lhe chegam, pois para ele não há diferença entre seu "eu" e o mundo que lhe é exterior. A fonte de alimento, tal como no cordão umbilical, é percebida a princípio como se fosse uma parte de seu próprio "eu". Pouco a pouco ele nota que existe uma diferença e essa percepção ocorre por influência de diversos estímulos. Um deles é a distância que a mãe toma do bebê, na realização de seus afazeres cotidianos. Esse distanciamento ajuda-o a dar-se conta da diferença que existe entre eles. Esses eventos - quando diferença e distância são ambíguos - conformam uma impressão que rende uma compreensão decisiva. O bebê começa a perceber que algumas fontes de satisfação - que mais tarde reconhecerá como partes de seu corpo - provocam-lhe sensações a qualquer momento, enquanto outras lhe são temporariamente subtraídas. A partir de então, o bebê não demora a perceber que para atrair a sensação pela qual mais anseia - o seio materno - precisa expressar sua urgência através do choro. Com isso, começa o processo de se opor a um "objeto"; algo que se encontra "fora" e para cuja aparição é necessária uma ação específica (FREUD, 2010). O choro torna-se um instrumento de mediação a que o bebê recorre para obter as sensações pelas quais anseia.

Um segundo estímulo para que o "eu" se desprenda da massa sensorial e aceite a existência de um mundo exterior são as freqüentes, múltiplas e inevitáveis sensações de dor e desprazer que o princípio do prazer induz a abolir e evitar. Grande parte do que não se quer abandonar por seu caráter prazeroso não pertence ao "eu", mas aos "objetos". Reciprocamente, muitos sofrimentos dos quais se pretende ficar livre são inseparáveis do "eu"; têm procedência interna. Muitos prazeres estão fora; muitos desprazeres estão dentro e vice-versa, mas a separação não é assim tão clara e distinta. A dificuldade de discernir o que vem de "fora" do que vem de "dentro" - o que faz parte de si, do que lhe é exterior - pode conduzir ao propósito de evitar as sensações de desprazer (FREUD, 2010). O hedonismo, doutrina que defende que apenas as sensações corporais são reais, é a forma mais radical de um modo de vida não político. Desconfiar da capacidade que os sentidos do homem têm de contribuir com sua experiência do mundo é correr o risco de não elaborar dele uma percepção precisa (ARENDDT, 1998). Essa desconfiança pode levar o humano a desprezar o uso das qualidades do sentir na experimentação que faz do mundo pois, para enfrentá-las, ele precisa adotar múltiplas estratégias e isso não ocorre sem algum esforço criativo (READ, 1955). O uso indistinto dos mesmos recursos no enfrentamento de quaisquer dessas sensações converte-se em origem de

importantes transtornos patológicos. Se o "eu" inicialmente inclui tudo, a percepção que fica é de que o mundo exterior se desprende desse "eu", e deixa neste o resíduo atrofiado de um sentimento amplo de comunhão entre os dois. Esse sentimento amplo aproxima-se da ideia de "infinitude" e de comunhão com o todo (FREUD, 2010).

O que lhe foi alienado é objeto com o qual ao "eu" é dado relacionar-se. Esse relacionamento ocorre essencialmente por meio de dois mecanismos: o homem se objetiva, se exterioriza; cria elementos que compõem o mundo concreto que lhe é exterior - e se subjetiva; faz com que os objetos e os acontecimentos do mundo exterior tornem-se parte de seu "eu" interior por meio dos sentimentos e das sensações que provocam (MARX, 2010; FREUD, 2010). Reflexões e ações elaboradas a partir desses processos possibilitam ao humano empreender transformações no mundo e em si mesmo.

#### QUADRO 4

##### Apropriações: objetivações e subjetivações

OBJETIVAÇÃO	O homem cria elementos e procedimentos para compor o mundo concreto.
SUBJETIVAÇÃO	O homem faz com que os objetos e acontecimentos do mundo concreto tornem-se parte de si por meio dos sentimentos, sensações e reflexões que provocam.

Fonte: elaborada pela autora a partir de Freud (2010) e Marx (2010), 2012.

O trabalho, enquanto lida perseverante e diligente, é elemento fundamental a possibilitar tanto a objetivação quanto a subjetivação no homem. "O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível." (MARX, 2010, p. 81). O mundo exterior percebido pelos sentidos é a matéria na qual o trabalho se efetiva e a partir da qual a atividade acontece. O trabalho é um meio importante através do qual a materialidade do mundo participa e contribui para o aprimoramento da condição humana. A apropriação sensível do mundo não se mostra apenas no resultado, mas também - e principalmente - no ato do trabalho, dentro da própria atividade produtiva que o compõe. O produto do trabalho é apenas o resumo da atividade, enquanto o processo de produção é apropriação ativa; atividade por excelência de objetivação e subjetivação. Outro elemento potencial nesse favorecimento é a propriedade privada. Porém, também sob a égide da distância, o objeto em si - a propriedade - é apenas o resumo de uma atividade composta pelo relacionar-se com ela. É a lida, o envolvimento com sua dimensão concreta e patrimonial, que abriga a verdadeira apropriação. A propriedade privada é um dos produtos do trabalho, resultado da postura ativa do homem diante do

mundo. É freqüente que tal objetivação seja indireta; que a propriedade seja obtida através da compra proporcionada pelo dinheiro proveniente do trabalho (MARX, 2010). Se restritos à sua condição de resultado, nem o objeto do trabalho nem a propriedade privada promovem o desenrolamento. Não são eles que habitam a distância, mas a relação que, com eles, o homem estabelece e que lhe permite avançar na construção e aprimoramento de suas capacidades. A relação que se estabelece com a propriedade privada inscreve-se tanto na posse quanto no uso, fruição e apreciação.

Quando o humano se abstém da dinâmica de apropriação, ele se aliena (MARX, 2010). A alienação ocorre quando o homem se desvia da realidade. Ele pode fazer isso por meio da utopia; quando extrapola a esfera do mundano, ultrapassando quaisquer limites impostos pelas circunstâncias (ARGAN, 2000). Outra forma de alienação é desviar a atenção do processo de apropriação para concentrar-se no objeto que a viabiliza ou que dela resulta (MARX, 2010).

*O termo "alienação" provoca a perda de um sentimento de pertença e de fato não é fácil pertencer a um lugar que acarreta desilusão e apresenta-se infrutífero. Não há escassez de sintomas dessa condição, apesar das pessoas continuarem sentindo-se à vontade em uma poltrona na frente da televisão. A vida ainda está lá, mas o lugar não é mais um mundo, mas apenas um refúgio sem matrizes de significado (NORBERG-SCHULZ, 1985, p. 33)<sup>54</sup>.*

Esse "lugar", mencionado pelo arquiteto norueguês, historiador e teórico da arquitetura Christian Norberg-Schulz, tem vários aspectos. Pode ser o trabalho, a casa, a rua, a cidade, os relacionamentos humanos, a sociedade, o mundo. Quando essa alienação torna-se extremada, por exemplo, no trabalho, o trabalhador só se sente junto a si quando fora do trabalho e quando no trabalho, sente-se fora de si. Encontrar-se "fora de si" significa não criar ou perceber oportunidades para o empreendimento de apropriações. Essa situação promove uma inversão de princípios e o homem, por ser cauteloso, passa a fazer da sua vida, da sua essência, apenas um meio para a sua existência<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> *The term "alienation" entails the loss of a sense of belonging, and indeed it is not easy to belong to a place that is being thwarted and rendered fruitless. There is no shortage of symptoms of this condition, even though people continue to feel at their ease in an easy chair in front of a television set. Life still takes place, but only a refuge, without any matrices of significance.* Tradução da autora.

<sup>55</sup> O termo latino *sisto* significa consolidar, fortalecer, reforçar. Segundo a mesma origem latina, *in* significa "no" e *ex* significa "fora" (SOUZA, 1928). Dessa etimologia entende-se que insistir é "consolidar dentro" e existir é "consolidar fora". Essa consideração é importante ao se observar a ênfase dada por Marx (2010) à existência como consolidação, fortalecimento de algo que está fora do indivíduo. O mesmo pode ser observado com a exteriorização: quando o homem se objetiva, tem algo de si colocado fora de si (no objeto) e quando se subjetiva tem, em si, algo do objeto que a ele é exterior (MARX, 2010).

*A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem além disso, que se torna uma existência que existe fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.*<sup>56</sup> (MARX, 2010, p.81).

No que se refere à propriedade privada, uma das formas de alienação ocorre quando a posse do objeto torna-se o principal objetivo (MARX, 2010). A ênfase na posse restringe as possibilidades de identificação decorrentes da vida, do envolvimento com o biótopo em que o objeto está inserido (FIG. 11).



FIGURA 11 - Aglomerado Santa Lúcia e Bairro Luxemburgo a partir da Vila São Bento  
Fonte: foto da autora, 2003.

*Vivi, estudei, amei, e até cri,  
E hoje não há mendigo que eu não inveje só por não ser eu.  
Olho a cada um os andrajos e as chagas e a mentira,  
E penso: talvez nunca vivesses nem estudasses nem amasses nem cresces  
(porque é possível fazer a realidade de tudo isso sem fazer nada disso);  
Talvez tenhas existido apenas, como um lagarto a quem cortam o rabo,  
E que é rabo para alguém do lagarto remexidamente.*<sup>57</sup>

As conseqüências dessa alienação remetem a um sentimento de estranheza<sup>58</sup> que acomete o indivíduo no próprio ambiente que construiu para si (VIDLER, 1992). O sentimento de

<sup>56</sup> É por isso que, muitas vezes, a alienação, em Marx (2010), é sinônimo de estranhamento.

<sup>57</sup> Trecho do poema *Tabacaria*, de Fernando Pessoa (1983, p.108).

estranheza é a percepção de algo familiar que se encontra reprimido; é o árduo reconhecimento da convivência com uma falta, da presença de uma ausência. (NESBITT, 1996). O homem estranha o ambiente que o rodeia quando não encontra, ali, possibilidades de identificação. Nem o ambiente contém algo que faz parte desse indivíduo, nem este consegue encontrar em si algo que esteja contido ou provenha desse ambiente. A paisagem urbana é, muitas vezes, o espelho desse estranhamento.

A alienação tem, na penúria, condição necessária e suficiente; mas não determinante (CASTORIADIS, 2007). A penúria está longe de abranger apenas carências materiais. Os seres humanos anseiam por algo que vai além da simples satisfação dessas carências. É importante notar que Freud (2010) não afirma que o bebê anseia pelo seio mas, sim, pelas sensações que este lhe provoca. A vida humana não é apenas existência animal; o homem tem necessidade de fruir a vida. Objetivando o sucesso dessa empreitada, muitas vezes acaba por fruí-la em excesso. Esse excedente a que se apega projeta-se acima da fruição, estragando o funcionamento regular das coisas (ŽIŽEK, 2011). Combinado à alienação, o excesso tende a reforçar a valorização da posse dos objetos ou dos objetos propriamente ditos; em detrimento da relação que se pode estabelecer com eles. Há que se voltar a atenção não apenas para administrar os sentimentos de acordo com sua proveniência e conteúdo, mas também para haver-se com o excesso:

[...] muitas das necessidades ainda insatisfeitas não exigem que se produza mais, mas sim que se produza de outra maneira, outra coisa, ou, até que se produza menos. É particularmente o caso do ar, da água, do espaço, do silêncio, da beleza, do tempo, dos contatos humanos.(VEIGA, 1993, p.186)<sup>59</sup>.

É próprio da estrutura humana submeter-se ao excesso e à alienação na busca por suprir a falta originada da subtração de um mundo onde prevalecia o sentimento de infinito e a comunhão despreziosa com o todo. Contudo, o excesso não é sintoma de força, mas de esgotamento (CAYE, 2008).

A evolução do homem desde a pré-história passa por um processo análogo ao do bebê, mas, na primeira, a harmonia original com a natureza recebe o nome de *oikeiôsis* (CAYE, 2004). Todo homem vem ao mundo como particular mas, no momento em que descobre que não

---

<sup>58</sup> O sentimento de estranheza (*Unheimlich*, em alemão) é trabalhado por Freud, de cujas idéias Ana Maria Portugal (2006) faz uma leitura esclarecedora, transtemporal e interdisciplinar. Antony Vidler (1992, 2000) dedica-se perscrutar esse sentimento (*Uncanny*, em inglês) quando relacionado ao ambiente construído.

<sup>59</sup> Esta numeração de página refere-se ao documento disponível no site de José Eli da Veiga na Internet. Esse documento está atualizado em relação ao que foi escrito em 1991 e publicado em 1993.

pode viver apenas com o que a natureza teria a oferecer-lhe, o particular torna-se "particular-em-si"; consciente de uma falta que sua relação com a natureza despertou. Ao tentar suprir essa falta, o "particular-em-si" tem que se haver com o mundo à sua volta e garantir a provisão, por algum meio, daquilo de que precisa. Todo ser nasce em uma situação concreta e, por isso, o campo de suas alternativas tem uma definição *a priori*; em toda escolha que faça essa delimitação está presente. Porém, o mundo concreto não constitui um obstáculo sem que seja, ao mesmo tempo, meio e instrumento para viabilizar o aprimoramento da condição humana (HELLER, 1977).

Outro momento que concentra oportunidades de apropriação no âmbito da evolução histórica é o advento do comércio. Praticado já no Império Romano tanto em maior escala - com as mercadorias provenientes do Oriente via mar Mediterrâneo - quanto no âmbito local dos burgos, o comércio instaurou uma nova dinâmica na vida do homem com o mundo e com seus próprios talentos e necessidades (PIRÈNNE, 1927). A possibilidade de obter de fora aquilo que, sozinho, não poderia produzir com primazia, transforma seu agir. A exposição do particular à coletividade produzida pelo encontro para realização das trocas oferece-lhe possibilidades de ampliação da consciência (MARX, 2010).

Perceber a participação do ambiente nas apropriações não implica na necessidade de transformá-lo, mas de transformar os modos como se lida com ele. Esses modos demandam o estabelecimento de um espaço, no interior de si, onde possa ocorrer o processo de transformação do "particular-em-si" em "indivíduo-para-si" (HELLER, 1977). A partir do momento em que essa distância se estabelece, o particular consegue enxergar-se como indivíduo. A percepção crítica ocorre em função do estabelecimento de uma distância que permite ao indivíduo fiscalizar-se a si mesmo (BENJAMIN, 2007). A partir dessa combinação de fatores, ele cria para si a moral. O exercício da moral ocorre na distância que o particular toma de si mesmo, com o intuito de avaliar suas próprias atitudes e modificá-las, se julgar necessário. Esse processo ético combina a avaliação crítica com a retroalimentação: possibilita a revisão dos gestos e procedimentos, a re-significação dos objetos e da alteridade, a aferição dos resultados (WIENER, 1968). Munido da crítica e da capacidade de transformar seu agir, o "particular-em-si" desloca-se para "indivíduo-para-si", autônomo enquanto capaz de se regular a si mesmo. Mas a capacidade de aprimoramento da condição humana não se extingue nesse patamar.

Quando coloca-se diante do coletivo, quando entende que tem um papel a exercer diante da coletividade e assume essa condição, o "indivíduo-para-si" transforma-se em "indivíduo-para-todos". Novas competências são construídas no estabelecimento do espaço de avaliação que se instaura entre estas duas instâncias: a individual e a coletiva.

*O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é a de quem tem nada a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história.* (FREIRE, 2011, p.53).

"Em face do mundo, com o mundo e com os outros", o "indivíduo-para-todos" passa a contar com o distanciamento que não é mais inscrito em si mesmo, mas nas sociações de que faz parte (QUADRO 5).

#### QUADRO 5

Marcos da gênese de cada estágio do desenrolamento individual

ESTÁGIO	MARCO DE SUA GÊNESE
PARTICULAR	condição no nascimento
PARTICULAR-EM-SI	consciência da falta originada do rompimento com a mãe/natureza
INDIVÍDUO-PARA-SI	consciência da distância crítica que permite enxergar a si mesmo, criar e praticar sua moral
INDIVÍDUO-PARA-TODOS	percepção e assunção de um papel a ser exercido na coletividade
SUJEITO	consciência da importância do tempo e da interação com a alteridade

Fonte: elaborada pela autora a partir de Heller (1977), Caye (2004) e Derrida (2004), 2012.

Esse distanciamento instituído entre o indivíduo e o que é exterior a ele - sejam os objetos do mundo concreto ou os outros indivíduos - constitui espaço de exercício do direito. Correspondente à moral na esfera individual, o direito habita o âmbito coletivo; o espaço que une e ao mesmo tempo separa o indivíduo da coletividade. Pelo exercício do direito, indivíduo e coletividade envolvem-se com o mundo e formam um império (CAYE, 2008). Esse império é a união de espacialidade e ação. Dele fazem parte a lei, a disciplina e a política; todos em permanente contato com a realidade dos homens e do mundo em que vivem.

Para os gregos, legislar não era uma atividade política. As leis eram construídas como também o eram os muros que protegiam as fronteiras da cidade. Era preciso que o serviço do

legislador se concluísse para que a atividade política pudesse começar. O serviço do legislador era considerado à semelhança do de qualquer arquiteto ou artesão; que podiam ser contratados para essa tarefa específica e até virem de outros lugares. Eles não precisavam ser cidadãos daquela cidade. Já o direito de se envolver nas inúmeras atividades que aconteciam no âmbito da *pólis* era inteiramente restrito aos cidadãos. Para estes, as leis - assim como os muros da cidade - não eram resultado da ação política, mas produto de uma obra, de um trabalho. Antes que a ação política pudesse começar, era necessário que um espaço específico lhe fosse assegurado. Esse espaço constituía a estrutura capaz de oferecer suporte às ações que ali teriam lugar.

O espaço é o âmbito público da *pólis*, cuja estrutura é a sua lei<sup>60</sup>. Porém, essas entidades tangíveis não são o conteúdo da política. O conteúdo da política é o produto da ação dos cidadãos e ela, apesar de se refletir no espaço, não coincide com ele. As leis não substituem a ação política (ARENDETT, 1998). O dinamismo e a imprevisibilidade da ação é que possibilitam a transformação da realidade. As leis são indispensáveis porque delimitam o espaço da ação, oferecem segurança e liberam o homem para o exercício e a criação de novas competências. Mas é a ação política que cria a *res*. Na medida em que, sociados pela motivação dos fatos, os indivíduos promovem o encontro das coisas, dos procedimentos e das competências, eles produzem uma instituição que libera reciprocamente o homem e as coisas. Essa instituição eleva os fatos à categoria de questão exatamente para que possam ser questionados (CAYE, 2008). O questionamento e a postura crítica próprios da ação política possibilitam rever esses processos e essas competências. *Resignificar* os processos e as competências implica levantar questões relativas:

- à instituição (coisas + procedimentos + competências);
- à lei que conforma o espaço da ação política;
- aos modos de interagir com os âmbitos concretos desse espaço.

---

<sup>60</sup> A palavra grega para lei é *nomos*; que é também a palavra que denomina a divisa entre propriedades; exista essa divisa fisicamente, ou não. No caso da muralha, *nomos* é seu nome.

## 2.2.2 FRUIÇÃO

O homem frui o espaço construído de modo direto e indireto. A fruição direta é da ordem do manejo, do contato tátil, cinestésico com o objeto. A fruição indireta está na esfera das influências, percepções e sensações que esse objeto provoca desde a simples existência até sua plena apreciação. Ambos relacionam-se com as qualidades do sentir, mas nem sempre com todas elas. A fruição direta possibilita uma apreciação que utiliza todos os sentidos. Mas na fruição indireta os sentidos ativados são os que possibilitam abarcar o objeto de forma relativamente abstrata. Tudo o que ocorre na fruição indireta é passível de ocorrer também na direta, mas não o contrário (FIG. 12).

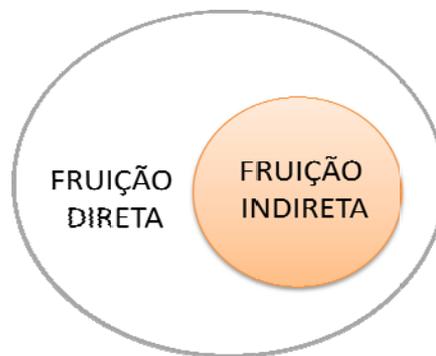


FIGURA 12 - Fruição direta e indireta

Fonte: elaborada pela autora, 2012.

Na fruição indireta é possível ver o objeto e também contemplá-lo; pensar sobre ele, perceber as sensações que sua existência e disposição provocam no contexto amplo de sua inserção. "Pode-se aprender pouco sobre as emoções se não se for capaz de refletir sobre elas" (BARBOSA, [199-], p. 5). No entanto, as associações indiretas muitas vezes ocultam-se à mente consciente do sujeito, o que não as impede de serem reais e importantes (READ, 1964). Dentro do ciclo de uma percepção há elementos que não estão ligados ao discernimento, mas ao sentimento. A disposição do fruidor diante de um fato ou de um objeto percebidos é tão real quanto o próprio alvo da percepção. Os sentimentos que compõem a ação e a disposição reativa a esse alvo são chamados de estéticos. São os sentimentos estéticos que marcam o ritmo da vida e mantêm o homem em seu curso segundo uma espécie de contra-peso que confere equilíbrio à sua condição psíquica. A disposição do fruidor em sentir a inteireza de algo que seja alvo de sua percepção constitui o fator estético dessa percepção (OGDEN, 1926 *apud* READ, 1964, p.60).

As teorias estéticas que viam o homem como um conjunto de necessidades permanentes e homogêneas, já não mais se sustentam. Essa descoberta é testemunhada pela obra de muitos visionários que percebiam sua evidência: o escritor alemão Goethe<sup>61</sup>, Hoffman, Ruskin, o poeta português Fernando Pessoa, Freud, o médico e escritor brasileiro Guimarães Rosa, o poeta brasileiro Manoel de Barros. Seus pensamentos uniam-se pela hipótese de que a vontade de cada indivíduo não era algo previsível, fixo e uniforme. Os desejos humanos podiam ser condicionados pelas necessidades que tinham em comum mas, não, determinados por elas. Essa abordagem estética entrecortada e inconstante já não permite que o homem assista a vida como espectador (EAGLETON, 1993). Ela requer avidez, intensidade, envolvimento com o mundo e com os outros (FREIRE, 2011). Os intelectuais que atentaram para a questão estética segundo esse ângulo peculiar não estão restritos à contemporaneidade.

*O gênio de Alberti consiste em ter cruzado os princípios, postulados e regras do nível da necessidade com a demanda dos interlocutores do arquiteto. Fez assim de seu tratado uma matriz de dupla entrada que dá à edificação um fundamento rigoroso, abrindo-a ao mesmo tempo à imprevisibilidade da imaginação e do desejo dos homens. Desde logo, é deixado e designado, portanto, um lugar às escolhas e aos valores. É evitada a armadilha [...] na qual caíram todos os teóricos do urbanismo, de acreditar na possibilidade de uma ciência normativa da edificação. (CHOAY, 1985, p.310).*

O caminho de Alberti (2004) leva em conta três variáveis: a realidade dos lugares, a demanda dos fruidores e sua sensibilidade estética. Esses fatores, a serem considerados pelos arquitetos e urbanistas para a produção do ambiente construído, também servem de referência para a sua fruição. Segundo essa ótica, aspectos ambíguos podem conviver lado a lado em ambos os processos: o planejamento do espaço e o caráter imprevisível e prazeroso com que o mundo edificado oferece oportunidades de realizar apropriações. Com essas qualidades, tanto o profissional povoa o objeto de potencialidades referentes ao aprimoramento da condição humana quanto esta pode ser despertada no fruidor por meio da apreciação que ele elabora sobre os lugares e a alteridade. A apreciação é uma elaboração individual que se enriquece na coletividade.

*Se cada homem há de ser contemplado apenas como um complemento dos demais, fazendo-se útil e caro ao máximo quando assim também se vê a si próprio, isso há de ser válido sobretudo para os viajantes e os relatos de viagem. A personalidade, os propósitos, as circunstâncias, o favor e o desfavor prestados pelo acaso, tudo isso varia de pessoa para pessoa (GOETHE, 1999, p. 408).*

---

<sup>61</sup> Johann Wolfgang von Goethe (★1749 †1832).

Como mencionado por Goethe, uma parte essencial das viagens - em que o viajante tenha a intenção de conhecer de fato as pessoas, a cultura e o ambiente que visita - está na interação com os habitantes e com o lugar. É essa interação que permite ao viajante fruir com "verdadeiro prazer" o que está à sua volta (GOETHE, 1999, p. 193). Quando viaja, o indivíduo insere-se em sociações diferentes daquela na qual está imerso em seu cotidiano. A capacidade de identificar as peculiaridades e a dinâmica de cada uma delas enriquece sua matriz de percepções.

*Que é, então, uma disposição mental de viajante? A receptividade poderia ser considerada sua principal característica [...]. Nossa própria cidade, por outro lado, encontra-nos mais acomodados em nossas expectativas. Estamos seguros de ter descoberto tudo o que há de interessante a respeito de um bairro, basicamente por termos morado ali muito tempo. Nós nos tornamos habituados e, portanto, cegos.* (BOTTON, 2003, p. 260-261).

Uma permanente disposição mental de viajante poderia favorecer um maior envolvimento do indivíduo com os espaços públicos cotidianos, constituído da alteridade e da ambiência que, juntos, conformam. A essência da alteridade é a consciência da diferença que existe entre o "eu" e o "outro" (HELLER, 1977). As relações que as sociações promovem, somadas às relações com o espaço, levam o sujeito a aguçar os sentidos e a atenção para uma interação capaz de promover objetivações e subjetivações.

A fruição do espaço provoca sensações de regeneração, privacidade, segurança, ordem, funcionalidade, comunicação, apropriação, participação, criatividade (MADERTHANER, 1995 *apud* SOUZA, 2002). Essas sensações são necessidades humanas e incluem aquela que representa o exercício conjunto dessas sensações: a necessidade estética. A satisfação da necessidade de obter essas sensações - verdadeiro anseio do homem - é passível de ocorrer nos diversos "domínios de uso e fruição"<sup>62</sup>: habitação, trabalho, circulação, lazer, consumo (SOUZA, 2002). "Essa categoria estética freudiana coloca em primeiro plano o corpo e o sujeito em relação à experiência vivida da arquitetura e da cidade." (NESBITT, 2006, p.617). O quadro 7 apresenta algumas das necessidades humanas e a cada uma delas correspondem alguns dos aspectos particularmente relacionados ao seu atendimento. Na terceira coluna são sugeridas possíveis conseqüências de sua carência; seja pela inexistência dos aspectos nos domínios de uso e fruição, seja por sua insuficiente qualidade (MADERTHANER, 1995 *apud* SOUZA, 2002).

---

<sup>62</sup> Tradução que Marcelo Lopes de Souza fez para *Nutzungsbereiche*, termo usado por Rainer Maderthaner (SOUZA, 2002, p. 77).

## QUADRO 6

## Quadro de Necessidades Humanas

NECESSIDADES	ASPECTOS PARTICULARES	POSSÍVEIS CONSEQÜÊNCIAS DA NÃO SATISFAÇÃO
Regeneração	Insolação, luz do dia, aeração, proteção contra barulho, espaços para atividades corporais, locais para a prática de esportes e brincadeiras.	Esgotamento físico e psíquico, vulnerabilidade a doenças, insônia, estresse, depressão.
Privacidade Segurança	Proteção do âmbito privado, proteção contra roubos e assaltos.	Raiva, medo, estresse, agressão, isolamento, atritos com vizinhos, fraca topofilia
Funcionalidade Ordem	Necessidade de espaço, conforto, senso de orientação.	Raiva, desperdício de tempo e dinheiro, desorientação, insatisfação com a moradia e a vida, fraca topofilia
Comunicação Apropriação Participação	Conversas, ajuda dos vizinhos, participação e engajamento.	Preconceitos e conflitos sociais, insatisfação com a moradia, vandalismo, segregação.
Estética Criatividade	Aspectos dos prédios e fachadas, arruamento, presença de praças e parques.	Fraca topofilia, insatisfação com a moradia, mudança de local, vandalismo.

Fonte: Maderthaner *apud* Souza (2002, p. 78).

Passível de desencadear e intensificar transtornos patológicos, as conseqüências da não satisfação dessas carências relacionam-se ao enfraquecimento da topofilia e remetem ao estranhamento que acomete o homem na relação com o ambiente construído (VIDLER, 2000). Os aspectos abordados pelo quadro 6 tratam das necessidades, mas as fruições ultrapassam os limites circunscritos às necessidades mais elementares. A capacidade de identificar, em seu biótopo, elementos que desencadeiam o sentimento de estranheza tem grande valor na leitura crítica que o humano elabora do ambiente em que se insere. Essas identificações nascem durante as experiências de fruição direta e indireta, evoluem ao longo da elaboração de seu significado e realizam-se nas apropriações. Desse processo originam-se demandas específicas de transformação. A abordagem das necessidades segundo os princípios de fruição e significação, desloca-as para a dimensão prática da apreciação estética.

Uma das possibilidades da fruição indireta que ultrapassa o âmbito das necessidades é a de despertar admiração. O ambiente construído, por exemplo, pode despertar no homem quatro tipos de admiração (RUSKIN, 1889). A primeira diz respeito aos sentimentos que provoca; remete às necessidades humanas de regeneração psíquica, rememoração, beleza.



FIGURA 13 - Castelo Sforzesco  
Torre projetada por Filarete, Milão, Itália  
Fonte: foto da autora, 2002.

Segundo Filarete, arquiteto italiano contemporâneo de Alberti, a beleza está na diferença (FIG. 13). "Nenhuma das obras de Filarete parece com as demais. É um jogo de singularidades." (GOLSENNE, 2011). Em Alberti (2004), beleza é resultado da harmonia de singularidades. Em ambos os casos, potencializa-se o poder da beleza de despertar admiração. "A beleza da obra arquitetônica é certamente uma sublimação da nossa vulnerabilidade, mas uma sublimação que não cessa jamais de se exprimir e de se assumir." (CAYE, 2004, p.549).

A segunda admiração é da ordem do êxito e do orgulho de um trabalho realizado. A terceira, remete à avaliação da qualidade desse trabalho. Por meio do ambiente construído, tem-se acesso à materialização do conjunto de capacidades humanas; não só de fazer algo, mas também de avaliar o que foi feito. A quarta admiração que o ambiente construído desperta é da ordem da arte. O uso da criatividade, aliada às habilidades singulares de cada sujeito, tem o poder de despertar admiração no homem. Ao admirar o ambiente construído e promover o encontro das sensações nele originadas com sua matriz de percepções, o sujeito se subjetiva e amplia sua disponibilidade para o aprimoramento da condição humana. A intensidade e a frequência com que as qualidades do sentir despertadas pelo ambiente construído são aproveitadas nesse aprimoramento são fatores relacionados ao desenrolamento. A conexão do desenrolamento com a fruição do espaço público da rua reside no fato deste ser lugar onde as oportunidades de apropriações podem ocorrer corriqueiramente, e não estão restritas a disponibilidades específicas de acesso.

As qualidades do sentir despertadas pelo ambiente construído não remetem sempre e somente a sentimentos positivos. Mas os sentimentos negativos também podem despertar a consciência e a capacidade de análise; passos iniciais a instigar ações em prol da transformação do que os provocou. Os sentimentos só são realmente negativos quando promovem a alienação, a desconexão, o "des-envolvimento". Quando ampliam a consciência e o envolvimento com as coisas, exercem um papel positivo. Ao promoverem sentimentos construtivos na consciência

do sujeito, os objetos fazem parte ativamente do processo de desenrolamento. Quando promovem sentimentos de estranheza em uma consciência envolvida com o desenrolamento, os objetos não se exoneram como oportunidades de subjetivação. Seu aproveitamento demanda mais tempo e esforço, mas também pode oferecer benefícios sólidos e duradouros. O sujeito identifica o estranhamento, as circunstâncias e características que o provocaram, leva-os à sociação, que os eleva à categoria de *res*, pensa em transformações possíveis - seja do próprio objeto ou do relacionamento que tem com ele - escolhe, faz incursões precisas, promove o deslocamento, experimenta a nova condição e afere os resultados. É provável que nunca se esteja plenamente satisfeito e o processo não tem fim. Do que toda essa dinâmica não pode prescindir é de uma sociação disposta a adotar uma postura ativa e avaliativa diante das coisas; e a disponibilidade de objetos com que construir essas matrizes de significado. Homem e espaço, nas muitas relações que estabelecem, condicionam-se e edificam-se mútua e continuamente (CHOAY, 2011). Entre essas relações, incluem-se as que são mediadas pela propriedade.

### 2.2.3 PROPRIEDADE

Usar ou possuir um objeto desperta alguns sentimentos; mas estes não representam o conjunto de todas as qualidades do sentir. A fruição indireta do espaço construído, rica em oportunidades de despertar a crítica e a resignificação não depende necessariamente da posse do objeto (FIG. 14). A fruição direta possibilita apropriações que não fazem parte da fruição indireta.

A fruição direta coloca o homem em contato com o objeto e com a tarefa de manejá-lo, de haver-se com ele. O objeto da fruição direta demanda do sujeito uma postura que circunscreve a responsabilidade de que não pode se abster.

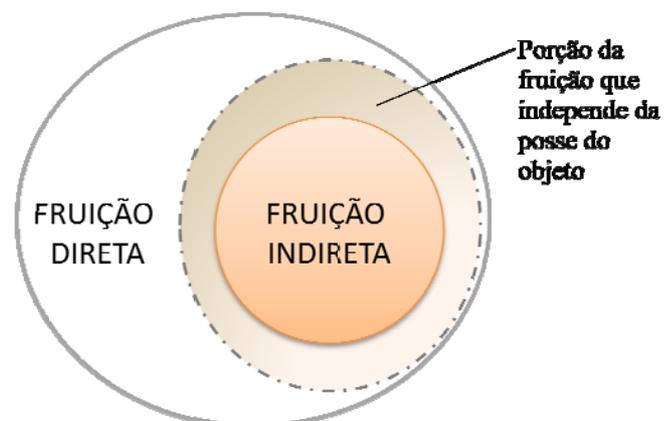


FIGURA 14 - Porção da fruição que independe da posse  
Fonte: elaborada pela autora, 2012.

O objeto da fruição indireta possibilita o estabelecimento de uma relação voluntária de posicionamento em relação ao objeto; circunscrito no conhecimento e no exercício das qualidades do sentir. O objeto da fruição indireta pode, ou não, pertencer ao fruidor. Os objetos que o sujeito não possui podem carregar o potencial de proporcionar-lhe algumas das oportunidades de apreciação proporcionadas pela fruição direta e todas da fruição indireta; os benefícios da aplicação de muitas das mais edificantes qualidades do sentir.

Visto dessa forma, o "uso" é ambíguo. Tanto pode significar usar diretamente o objeto, quanto pode também significar usar as qualidades do sentir que esse objeto, e a sua fruição, instigam. No decorrer da modernidade, a posse e o uso direto dos objetos colonizaram o uso das qualidades do sentir por eles despertado.

*A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto só é nosso se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou quando é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós, etc., enfim, usado. [...] O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser*

*ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do ter* (MARX, 2010, p.108)<sup>63</sup>.

A abordagem de Marx acerca da alienação provocada pela preponderância do sentido do ter sobre todos os outros sentidos esclarece aspectos contemporâneos dessa relação, mas levaram-no a condenar a propriedade privada. Ele entendia que abster o homem da lida com a posse do objeto contribuiria na luta contra a alienação. A proposta decorrente desse entendimento foi a socialização da propriedade. Isso significa a conversão da propriedade, de uma esfera privada para uma esfera social e não para uma esfera pública. A esfera social não é, como a pública, dotada de um âmbito político (ARENDDT, 1998). O prejuízo dessa conversão para o processo de desenrolamento inclui o fato de que a lida com a propriedade confere qualidades de que o corpo político de uma sociedade não pode prescindir.

Construir a *res publica* implica elaborar regras que permitam às esferas pública e privada colaborar entre si. Significa reconhecer no âmbito público não um domínio exclusivo da governança, mas da ação política dos cidadãos. Quando se abstêm da ação política - que é a um só tempo direito e dever - os cidadãos permitem que a governança aborde o âmbito coletivo como social. O resultado é a conversão de elementos privados - as necessidades de sobrevivência - em elementos coletivos e homogeneizantes.

A resistência ao reconhecimento da importância da propriedade para o dinamismo da esfera política de uma sociedade apóia-se na equação desequilibrada que dispõe de um mesmo lado a propriedade e a riqueza; e, de outro, a pobreza e a ausência de propriedade. Essas instâncias não podem ser confundidas, pois são de natureza inteiramente diversa. A propriedade sempre esteve entre os elementos mais respeitados pela esfera pública. A riqueza era um fator considerado, mas não representava garantia no processo de obtenção da cidadania. Possuir uma propriedade elevava o proprietário automaticamente à condição de participante da esfera pública. A pobreza não o alijava da cidadania garantida pela propriedade. Se ele porventura perdesse sua propriedade, perdia com ela sua cidadania e também a proteção da lei.

O comércio, que remonta às origens do poder do Império Romano, tem o papel de suprir as necessidades que antes precisavam ser providas com o próprio trabalho. Já não era mais indispensável produzir, por si mesmo, os itens de consumo; se muito, bastava ir a uma cidade vizinha para encontrá-los. Essa liberação das classes rurais é uma das conseqüências

---

<sup>63</sup> Grifos no original.

provocadas pelo renascimento econômico de que as cidades foram tanto o resultado quanto o instrumento. Tal liberação coincide com o crescimento da importância do capital mobiliário; do dinheiro desvinculado da terra; gerado pelo lucro da circulação de mercadorias. Durante a época dominial da Idade Média, não havia outra riqueza além da propriedade fundiária; que assegurava ao seu detentor a liberdade pessoal e a ascensão social. A terra era a garantia da situação privilegiada do clero e da nobreza que, vivendo do trabalho de seus inquilinos, protegiam-nos e dominavam-nos. A servidão das massas era consequência necessária de uma organização social onde não havia alternativa que a de possuir o solo e ser senhor, ou de trabalhar e ser servo.

Com a burguesia, surge uma classe que contradiz essa ordem estabelecida. A terra sobre a qual o comércio se estabelece, não somente não é cultivada pelos burgueses, mas também não necessariamente lhe pertence. Por essa terra manifesta-se e afirma-se, com uma força crescente, a possibilidade de viver e de enriquecer pelo simples fato de vender ou de produzir os valores de trocas. Até então, o capital imobiliário era tudo o que a riqueza material podia representar; o dinheiro era estéril. Relacionada ao comércio, a força do capital mobiliário surge e flui para as cidades; que registram a existência de capitalistas desde o século XI. (PIRÈNNE, 1927). O paradoxo é que, para eles, a melhor forma de consolidar a sua fortuna e seu crédito era por meio da posse de terras. Consagram, então, uma parte de seus ganhos à compra de imóveis na própria cidade em que se estabelecem e, em seguida, no campo. Tornam-se, enfim, grandes proprietários de terras; de onde acaba por provir sua riqueza material (RASMUSSEN, 1988). Logo transformam-se em banqueiros. A crise econômica provocada pela irrupção do comércio na vida social causara a ruína dos proprietários a quem a adaptação a essa economia não fora favorável. Tal ocorrência levou à elevação do custo de vida e fez com que diversas pessoas tivessem que tomar dinheiro emprestado para sobreviver. Ao longo do século XII tanto a igreja quanto os reis recorreram várias vezes aos capitalistas. O poder do capital mobiliário concentrado nas cidades não lhes deu apenas uma ascendência econômica, mas também misturou-se à administração do Estado. Uma vez que a sociedade não conhecia outro poder que não fosse derivado da posse da terra, o clero e a nobreza haviam sido os únicos a participar do governo. A hierarquia feudal - toda constituída sobre a propriedade fundiária - determinava que só aqueles que a detinham podiam intervir na direção dos negócios públicos. O advento do capital mobiliário somou-se às causas econômicas que transformaram de uma só vez tanto a organização fundiária quanto a social. As inovações

governamentais, como as inovações sociais que as acompanham, supõem a propagação da riqueza mobiliária e a circulação do dinheiro. As relações que se estabelecem entre os reis e os burgueses tiveram, assim, conseqüências administrativas e sociais de grande porte (PIRÈNNE, 1927).

*O desaparecimento do Estado-nação, a hegemonia burguesa e a evolução do processo de industrialização causam males e bens. Obrigaram os camponeses a se transferirem para as cidades superlotadas para melhor submetê-los e explorá-los. Mas, pela primeira vez, abrem o privilégio, até então exclusivo, da vida citadina e suas práticas à grande massa. Os segredos da política e seu manejo poderão ser apropriados por todos, já que as cidades deixam de ser exceções e privilégios.*  
(SANTOS, 1988, p.22).

As cidades - cujas riquezas crescentes davam aos comerciantes pronunciada ascensão social e influência cada vez mais forte na administração pública - podiam levantar, em caso de necessidade, milhares de homens bem equipados. As milícias urbanas já eram temidas pelos senhores feudais. Na França, os reis freqüentemente contavam com sua ajuda; mas os empréstimos que as milícias burguesas concediam ao Estado não dispensavam garantias. Sabendo que poderiam jamais receber o pagamento, elas os trocavam por licenças de uso de todos os tipos (PIRÈNNE, 1927). Instalação de feiras e mercados, fábricas e oficinas; licenças que rapidamente o Estado percebeu tratar-se de moeda de troca valiosa para os comerciantes (RASMUSSEN, 1988). Pouco a pouco, a autoridade de governo criou o hábito de incluir os burgueses - e, posteriormente, os capitalistas - nos conselhos em que decisões eram tomadas e negócios realizados. Esse costume afirma-se ao longo dos séculos e torna-se definitivamente legalizado por instituição dos Estados, que atribuem ao poder local das cidades, depois do clero e da nobreza, um lugar que se torna - apesar do terceiro em dignidade - o primeiro em importância (PIRÈNNE, 1927).

Essas circunstâncias elucidam a conquista, empreendida pelo capital, de um espaço onde exercer sua influência no uso do solo. Evidenciam a força que o capital adquire quando é priorizado em detrimento de ações e objetos comprometidos com o aprimoramento da condição humana. Essa situação configura o processo de fetichização: a transferência de um conjunto de significações - relativas a elementos do mundo concreto, percepções e sentimentos - para um objeto específico (ŽIŽEK, 2011). A origem da palavra fetichista

remonta a "idólatra"<sup>64</sup>; aquele que deixa de prestar atenção a tudo o que faz parte do mundo, para concentrar-se apenas no dinheiro. O fetiche, em Marx, é essencialmente relativo ao dinheiro e à mercadoria. No entanto, ao fetichista é dado resolver os problemas colocados, na prática, pelo objeto do fetiche (MARX, 2010). E, ao objeto do fetiche, é dado resolver os problemas por ele mesmo criados (HELLER, 1977) (FIG. 15). Nisso reside uma de suas ambigüidades fundamentais.



FIGURA 15 - Bairro Vale do Sereno visto da rodovia MG-30 - Nova Lima  
Fonte: foto da autora, 2012.

O fetiche dá corpo a uma espécie de desmentido do conhecimento; a recusa em assumir a realidade de uma determinada situação. Os sintomas trazem à luz o conhecimento que o fetichista tem e com o qual não se dispõe a lidar. "O fetiche é a encarnação da mentira que nos permite sustentar a verdade insuportável." (ŽIŽEK, 2011, p.298). Sob a égide do fetiche inscrevem-se muitas das relações que o humano estabelece com o espaço.

A relação do capital com a produção do ambiente construído compõe as diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico do Plano Diretor de Belo Horizonte: "o incentivo ao desenvolvimento da indústria da construção civil em locais em que se pretenda - por meio de parâmetros construtivos definidos em lei - estimular o adensamento e a revitalização de áreas degradadas ou subutilizadas" (BELO HORIZONTE, 7.165/96, art. 9, XIII). Institucionaliza-se, assim, a licença ao capital, de cuja iniciativa decorrerá a forma e o aspecto do ambiente construído. Se tal iniciativa não guarda relação com as necessidades humanas e correspondentes qualidades estéticas de seu biótopo (QUADRO 6), os "parâmetros construtivos" a que o artigo mencionado faz referência podem agravar o sentimento de

<sup>64</sup> *Fetishdiener*, em alemão.

estranheza; o "des-envolvimento". Uma preocupação voltada a essa possibilidade manifestou-se no decreto-lei federal que dispõe sobre loteamentos urbanos:

*Obedecidas as normas gerais de diretrizes [...], os municípios poderão, quanto aos loteamentos:*

*I - obrigar a sua subordinação às necessidades locais, inclusive quanto à destinação e utilização das áreas, de modo a permitir o desenvolvimento local adequado;*

*II - recusar a sua aprovação ainda que seja apenas para evitar excessivo número de lotes com o conseqüente aumento de investimento subutilizado em obras de infraestrutura e custeio de serviços. (BRASIL, Decreto-lei 271/1967, art.2, I-II).*

Apesar dos termos inespecíficos e inexatos (necessidades, desenvolvimento adequado), a lei oferece licença jurídica tanto para o estímulo à ação da indústria da construção civil, quando para o seu refreamento. O manejo equilibrado dessas licenças pode ser viabilizado por um sistema que administre variáveis que não neguem as fruições direta e indireta como instrumentos de mediação e envolvimento. O custo dessa negação é elevado (FIG. 16).



FIGURA 16 - Bairro Belvedere visto da Av. Raja Gabaglia - Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.

O interior da propriedade não tem significância pública, mas seu aspecto externo, sim. Este é fruído pela coletividade por meio das paisagens urbanas e fronteiras que limitam as propriedades umas das outras e do espaço público que coloca tudo isso em relação. A linha originalmente identificada como linha de fronteira era, na antiguidade, efetivamente um espaço, um tipo de terra sem dono entre o público e o privado; protegendo e ao mesmo tempo separando ambas as esferas. A lei da *pólis* ultrapassou essa compreensão, mas conservou sua significância enquanto espaço. A lei da cidade-estado não se configurava nem como conteúdo da ação política nem um catálogo de proibições. Sem essa abordagem da lei, constrói-se no máximo uma aglomeração de casas, não uma comunidade política. Sem a proteção da lei-muralha, o âmbito público não encontra lugar para efetivar-se. Enquanto a muralha cria o espaço público, as divisas da propriedade garantem abrigo e proteção à esfera privada. Se a lei se inclina no sentido de garantir a realização dos interesses da esfera privada do indivíduo e

esquece seu compromisso com o âmbito público, os cidadãos são privados do suporte necessário à conservação e potencialização de seu corpo político (ARENDRT, 1998). Esse enfraquecimento torna improvável a ocorrência de transformações.

O sistema de forças composto pela abstenção e pela mediação possibilita o dinamismo da propriedade à qual dirige sua apreciação e seu cuidado. O que é fruído diretamente insere-se no âmbito do *usus et abusus*. O que é fruído indiretamente insere-se no âmbito do *abstine ac sustine*. Aquilo que não é sua propriedade demanda do homem tanta atenção e mediação quanto aquilo que lhe pertence. A ambigüidade pós-moderna implica que o que tem a conotação de direito tem também a de dever, então o *usus et abusus* precisa ser compreendido segundo ambas as categorias.

O dever de *usus* implica em fruição direta e indireta; é instrumento de combate à especulação imobiliária (QUADRO 7). Aplica-se àquele que possui a propriedade e, através dos efeitos desse uso no âmbito da fruição indireta, atinge também aqueles que não a possuem. O dever de *abusus*, por sua vez, implica em fruição indireta e demanda moderação na sua conservação, pois não se trata necessariamente do dever de não usar, mas do dever de bem usar. É a moderação no uso que promove a justa medida para a apreciação do objeto. As críticas de que o NIMBY é alvo muitas vezes refletem a aplicação cega do dever de *abusus*, do dever de não usar um determinado terreno para uma dada finalidade. Já o direito, tanto de *usus* quanto de *abusus* implica, no mínimo, na fruição indireta.

#### QUADRO 7

*Usus et Abusus* vistos tanto como Direito quanto como Dever

	<i>USUS</i>	<i>ABUSUS</i>
DEVER	Fruição Direta e Indireta	Fruição Indireta
DIREITO	Fruição Indireta OU Fruição Direta e Indireta	

Fonte: elaborada pela autora, 2012.

É pelo reconhecimento da ambigüidade inerente ao direito de *usus* e *abusus* que se legitima o direito de fruição indireta do objeto por aqueles que não o possuem. O reconhecimento dessa ambigüidade promove e amplia a dinâmica com que a questão do exercício das qualidades do sentir merece ser tratada. Descolando a fruição da posse, expande-se o reconhecimento do papel que a lida com a propriedade privada exerce em prol do desenrolamento.

Há casos em que a aplicação da justa medida indica que a melhor solução é não permitir intervenções na área; e então o dever de *abusus* entra em cena com premência. O *abusus* é uma força que se equilibra por meio de um sistema dotado também de forças de resistência; realizadas por meio de contra-pesos. A atuação do contra-peso faz com que a margem de força admissível seja variável. Essa situação possibilita ao *abusus* variar desde a abstenção da exploração até a máxima utilização do objeto por meio da fruição indireta. Os parâmetros de fruição (direta e indireta) e de intervenção (moderação e mediação) garantem a dinâmica do sistema e sua indissolubilidade enquanto questão (*res*). A alienação das qualidades do sentir precisa ser combatida; e o exercício de seu uso, estimulado. Pela administração dos direitos e deveres de *usus* e *abusus* - aliada à postura de mediador - podem ser definidas áreas de expansão urbana, locais de estímulo à ocupação e regiões onde os investidores podem fazer estoque fundiário para posterior aproveitamento. *Abstinere* e *sustinere* não são apenas forças de conservação. Elas conformam um sistema de forças de retenção - e não de dispensa - que permitem ao homem pôr à prova um dinamismo tanto eficiente quanto eficaz (CAYE, 2008).

O controle desse mecanismo dinâmico permite a localização da ação no espaço e no tempo e o controle efetivo dos resultados em contraste com uma medida genérica e estática que reduz a questão a um mero fato isolado e incontestado. O manejo desses contra-pesos e dessas forças sob a forma de variáveis em um sistema de informações geográficas e georeferenciadas pode, por exemplo, constituir ferramenta para o trabalho de análise e gerenciamento das diretrizes de ocupação do espaço e principalmente de seus efeitos ao longo do tempo. A manipulação de ferramentas que interagem com as questões da cidade segundo o conceito de sistema urbano permite experimentar e reproduzir, de forma dinâmica e atualizável, diretrizes de áreas para as quais deseje-se voltar um olhar atento, especial. Nesse sentido, as diretrizes seriam especiais porque específicas, locais e fiéis à elevação dos fatos à condição de questão; além de possibilitarem analisar os efeitos de sua especificidade em âmbitos e escalas mais amplas do urbano. As variáveis do sistema, simples e de amplo entendimento, precisam possibilitar às sociedades levantar, compreender e prospectar questões caras à esfera pública do ambiente construído.

Por meio de instrumentos legais<sup>65</sup> de combate à especulação imobiliária, o "não-usar" tem um preço. A aplicação de uma flexibilização na ocupação do solo é endereçada pelos instrumentos que definem "com que"<sup>66</sup> e "o quanto"<sup>67</sup> se pode ocupar o solo. Os aspectos referentes a "como" ocupá-lo são endereçados pela legislação em alguns dos mais básicos aspectos tratados pelo quadro 6; como iluminação natural, ventilação e acessibilidade universal. Porém, a regra é omissa quanto aos procedimentos para atender às demais necessidades. Em processos totalitários de produção do espaço urbano, o atendimento a essas necessidades nem sempre é efetivo e o exercício das qualidades do sentir torna-se um fator desprezível no equilíbrio do sistema de administração do ambiente construído.

As necessidades humanas abordadas pela legislação, além de abstratas, são generalizadas; como se não tivessem uma relação importante com as singularidades. Além disso, essas características são obstáculos mesmo para o atendimento das necessidades mais básicas. Quando redundam na conversão de interesses privados em interesses coletivos elevados à categoria de sociais, condenam o corpo político à inércia. O direito de ter atendidas as necessidades abordadas pela legislação é submetido ao dever de sua aceitação como necessidades de todos, pois são anunciados como valores caros à sociedade. A igualdade é um desses valores ambíguos. Ser igual ao outro não é obrigatoriamente ter as mesmas necessidades que ele mas, sim, ter o direito de ver respeitadas - de maneira igual - suas respectivas individualidades e diferenças (HELLER, 1977). "Faz-se necessária a construção de uma nova política urbana com a participação da sociedade para reverter o quadro de exclusão e de desigualdade existente nas cidades." (BRASIL, Resolução 13, 2004). Os trechos a seguir, presentes na legislação brasileira em vigor, mostram a palavra "desenvolvimento", como emblema de um valor cujo conteúdo mostra-se como anuviado e inespecífico, pois não se faz acompanhar de procedimentos capazes de promover sua efetivação.

*A política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes. (BRASIL, CF, 1988, art. 182).<sup>68</sup>*

<sup>65</sup> IPTU Progressivo no Tempo para Lotes Vagos, Edificação ou Parcelamentos Compulsórios, Desapropriação, Consórcio Imobiliário (SOUZA, 2002).

<sup>66</sup> Os instrumentos que têm a finalidade de definir com que se deve ocupar o solo são o Zoneamento do Solo Urbano, o Estudo de Impacto de Vizinhança e o Licenciamento Ambiental.

<sup>67</sup> Coeficiente de Aproveitamento (CA), que define, proporcionalmente em relação ao tamanho do terreno e ao zoneamento em que se encontra na cidade, o montante de área passível de ser construída no lote. O CA pode ter um valor maior por meio da Outorga Onerosa do Direito de Construir cujas diretrizes de implementação estão em fase de elaboração pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

<sup>68</sup> Grifos da autora.

*A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no artigo 2º desta lei (BRASIL, 10.245/2001, art. 39).<sup>69</sup>*

Notam-se boas intenções e alguma preocupação com o "bem estar" da população; mas este não é objeto de uma definição específica que o caracterize a ponto de possibilitar tanto sua identificação quanto sua promoção e alcance. Mais que ser dotada de boas intenções, a legislação precisa estruturar convergências de intenções que, na prática da produção do espaço habitado, materialize-se em procedimentos capazes de fortalecer o corpo político formado pelos cidadãos.



FIGURA 17 - Vista de Belo Horizonte com a Serra do Curral ao fundo  
Fonte: foto da autora, 2012.

*Nos contratos que tu lavras  
não vi, Amor, valimento,  
Só palavras e palavras  
feitas de sonho e de vento<sup>70</sup>.  
(ANDRADE, 1987, p. 15)*

<sup>69</sup> Estatuto da Cidade. Grifos da autora.

<sup>70</sup> Mote de Joaquim-Francisco Coelho a que o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade responde com o poema *O Amor e seus Contratos*.

Enquanto o lema forem adágios imprecisos, é inevitável que se dispersem os esforços e se paralise os efeitos em consequência dessa dispersão.

*Para sair dessa era de confusão e incerteza, não se poderia contar apenas com a eficácia de decretos e regulamentos. Qualquer que seja a autoridade, regulamentos e decretos nunca passam de palavras que só podem se tornar realidade com a ajuda daqueles encarregados de aplicá-los. (DURKHEIM, 2010, p.119).*

A afirmação de que o humano não é sem espaço abrange várias conotações. O espaço das sociações; no qual os indivíduos relacionam-se entre si e com as questões que lhes são caras. O espaço entre suas propriedades; que lhes assegura um domínio privado indispensável para o provimento das necessidades vitais. O espaço delimitado pela lei-muralha; que confere aos cidadãos um lugar onde praticar a política e realizar ações capazes de empreender transformações: em si mesmos, na sociedade e no ambiente construído. O espaço possibilita a diferenciação, o questionamento, a avaliação crítica, a mediação, o estabelecimento da instituição, dos estatutos, da própria moral.

Através do manejo da propriedade segundo os âmbitos da fruição direta e indireta, o indivíduo tem a chance de estabelecer o espaço da relação e exercer o direito, a política. Nos exemplos acerca da cidade de Londres, o agir dos moradores determinou o tom do diálogo em torno de suas propriedades, muito antes que qualquer lei fosse aprovada e aplicada. O desenrolamento não é um processo natural, mas inventado, criado, elaborado, construído pelo homem. Porém, essa construção, que já conta com licença jurídica, demanda espaço para acontecer.

As ruas analisadas no levantamento empírico que as fotos deste trabalho testemunham não são avaras em mostrar a reduzida dimensão dos passeios. Se não oferecem lugar para o encontro, os passeios encontram dificuldades em se constituírem como ambiente de possibilidades para o estabelecimento de sociações e a realização de objetivações e subjetivações em prol do desenrolamento (FIG. 18). Para Alberti (2004), o diálogo motivado pelo ambiente construído torna-o instrumento de constituição da república. No manejo do espaço entre as coisas, os sujeitos, sociados, resgatam e criam competências e habilidades fundamentais para o aprimoramento de qualidades próprias à condição humana (QUADRO 8).



FIGURA 18 - Bairro Vale do Sereno, Nova Lima  
 Fonte: foto da autora, 2012.

#### QUADRO 8

##### Posturas do sujeito protagonista do desenrolamento

Envolver-se em sociações para cotidianamente levantar e mediar questões caras à sua realidade local

Praticar o exercício do direito atento para os excessos e os *abusus*

Habitar o mundo apropriando-se dele pela fruição

Elaborar a resignificação das regras e dos processos a partir da ação combinada dessas posturas

Fonte: elaborada pela autora, 2012.

## 2.3 TEMPO

Para Alberti (2004), o princípio do enriquecimento não estava na organização do trabalho, na teoria das trocas e ligações entre o mercado e a moeda; nem na sua acumulação mas, sim, na maestria do tempo. Segundo ele, só o tempo pertence ao homem, pois todas as formas de poder, honra, bens materiais e dinheiro pertencem ao destino e, como tais, podem lhe ser dados e retirados a qualquer momento. Não aceitar o destino como definitivo implica entender que é na administração do tempo que consiste sua verdadeira riqueza<sup>71</sup>. Não é coincidência que diversas iniciativas regulatórias determinam como o homem deve usar seu tempo. Uma das peculiaridades do trabalho operário, por exemplo, reside na administração heterônoma do tempo; que visa dirimir qualquer consciência sobre o valor que ele efetivamente significa. Essas circunstâncias, além de fazerem o homem queixar-se permanentemente da falta de tempo, induzem-no a não refletir sobre o uso que é feito dele. Se não administrar bem seu tempo o humano arrisca-se a tornar-se um mero instrumento a serviço de outrem.

Grande parte da atenção que o tempo exige em sua administração reside no fato de não poder ser trocado nem acumulado. Ou se o desperdiça, ou se o bem utiliza. Porém, bem utilizá-lo não impede que uma de suas características permaneça refratária ao homem: o fato de ser finito (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004). A consciência da finitude e escassez do tempo possibilita o estabelecimento de uma relação com a alteridade, com o espaço e com o próprio tempo. "Nas cidades, o tempo vira uma espécie de espaço, mas cada espaço fala de muitos tempos para leitores distintos." (SANTOS, 1988, p.24).

O passado permite elaborar reflexões a partir dele. Refletir sobre o futuro implica atentar-se para os possíveis efeitos que suas ações presentes podem provocar. A consciência do homem em relação ao tempo permite que ele se perceba como instância efêmera; localizada entre o nascimento e a morte, o conhecido e o desconhecido (HEIDEGGER, 1971). Atento à fluidez do tempo (sua *dilatatio*), o homem compreende que bem aproveitá-lo tem grande relação com a qualidade que se pode conferir à sua duração (*dilatatio*) (CAYE, 2004).

---

<sup>71</sup> A obra de Alberti é rica de reflexões acerca do tempo, assim como também a obra de Marx. Os títulos presentes nas Referências - desses e de outros autores que com eles trabalharam - constituem inspiradora e esclarecedora leitura complementar acerca desse tema. Quanto a Alberti, trata-se especialmente de Brandão, Bensimon, Caye, Choay e Read. Quanto a Marx, trata-se principalmente de Heller, Žižek, Eagleton e Boaventura de Souza Santos.

Cada uma das relações humanas com o mundo (ver, ouvir, cheirar, saborear, apalpar, pensar, observar, perceber, desejar, agir, amar) conforma, diante do comportamento do homem frente aos objetos, a apropriação que ele realiza desse mundo (MARX, 2010). O sujeito imprime duração à fluidez do tempo na medida em que aproveita as oportunidades de apropriação que se lhe apresentam. Fruir o mundo usando todos os seus sentidos faz parte de bem usar o tempo e os objetos concretos à sua volta.

*Se me recolho a pensar, como aprecio fazer em todas as ocasiões, descubro em mim um sentimento que me alegra infinitamente e que até ousa expressar. Quem, com seriedade, põe-se aqui a olhar em torno e tem olhos para ver, há de tornar-se sólido, há de apossar-se de uma idéia de solidez que jamais se lhe fez tão vívida. O espírito reveste-se de competência, alcançando uma seriedade desprovida de aridez, uma alegre serenidade. Para mim, pelo menos, é como se eu nunca tivesse apreciado tão bem as coisas deste mundo quanto aqui. Alegro-me das abençoadas conseqüências que isso trará para a minha vida. Deixem-me, pois, cobrar ânimo; venham as coisas como vierem, alguma ordem afinal se estabelecerá por si só. Não estou aqui para me divertir; quero aplicar-me no estudo das grandes coisas, aprender e me desenvolver<sup>72</sup>, antes de chegar aos quarenta anos. (GOETHE, 1999, p. 159).*

As "coisas deste mundo", a que Goethe se refere, são produzidas pela natureza ou pelo homem. Ambas são de importância fundamental para o exercício das qualidades do sentir (FIG. 19). Entre aquelas produzidas pelo homem, este trabalho aborda o ambiente construído enquanto objeto em que se habitualmente mergulha e de que se realiza uma acolhida tanto tátil quanto visual (BENJAMIN, 1969).



FIGURA 19 - Avenida Toronto, Jardim Canadá, Nova Lima (RMBH)

Fonte: foto da autora, 2012.

<sup>72</sup> Em alemão - idioma original de Goethe - a palavra "desenvolver" traduz-se por *bilden*, também compreendida como constituir, formar, fabricar, moldar, trabalhar. As considerações elaboradas por Alberti elucidam o tempo como o espaço de que o homem dispõe para se formar; o que implica que este não deve desperdiçá-lo. Segundo Alberti (2004), o ser humano forma-se por meio do aproveitamento de seu tempo.

O ambiente construído compõe-se de cheios e vazios; volumes construídos e espaços que intercalam esses volumes (CHOAY, 2011). Os cheios e vazios de uma malha urbana aludem às práticas cotidianas que se constroem, passo a passo, ao longo do tempo. "Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares" (CERTEAU, 1994, p.176). Os deslocamentos dos pedestres formam sistemas que elucidam o espaço-entre que separa o âmbito público e o privado. Esses sistemas, moldados ao rés do chão e ao longo do tempo, delineiam a cidade. Os processos do caminhar reportam-se em mapas urbanos que visam transcrever-lhes as trajetórias. Mas os cheios e vazios de seus traços remetem à presença de uma ausência: a duração daquilo que passou; atividade, gesto, fruição, percepção, sentimento.

*Só se deixa então captar um resíduo colocado no não-tempo de uma superfície de projeção. Visível, tem como efeito tornar invisível a operação que a tornou possível. Essas fixações constituem procedimentos de esquecimento. O traço vem substituir a prática. Manifesta a propriedade (voraz) que o sistema geográfico tem de poder metamorfosear o agir em legibilidade, mas aí ela faz esquecer uma maneira de estar no mundo (CERTEAU, 1994, p.176).*

Os espaços privados, representados pelas áreas preenchidas predominam sobre os espaços brancos; onde a vida pública pode acontecer (FIG. 21). Cabe questionar o quanto esse espaço é suficiente em quantidade e qualidade para o exercício ativo do corpo político da sociedade que nele se insere ao longo do tempo (FIG. 20).



FIGURA 20 - Vista a partir da Rua Vancouver  
Fonte: foto da autora, 2012.

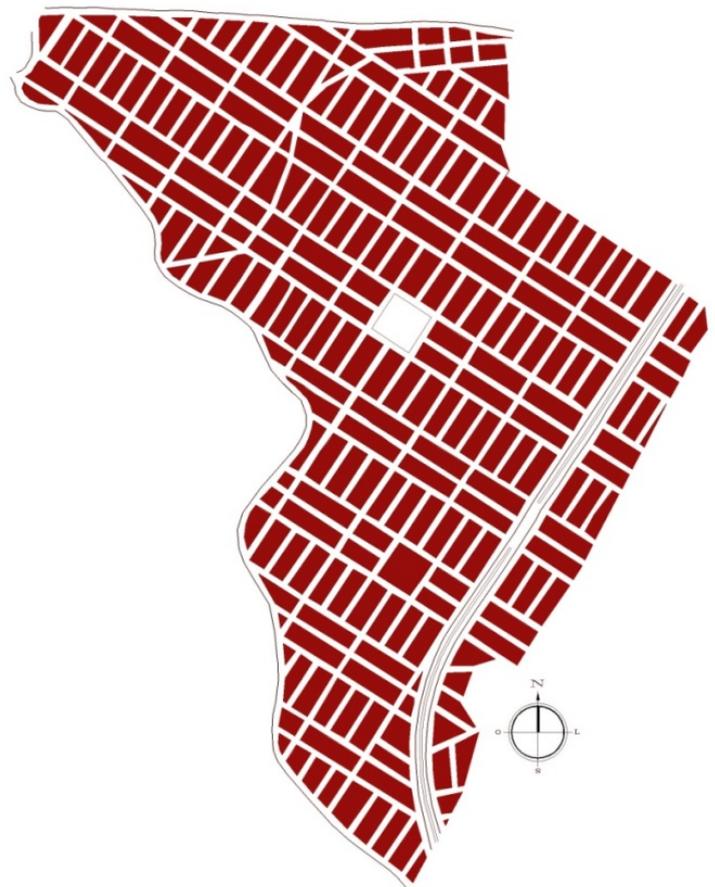


FIGURA 21 - Cheios e vazios do ambiente construído,  
Fonte: elaborada pela autora, 2012.

### 2.3.1 COTIDIANIDADE

A vida cotidiana tem lugar no âmbito do particular. O particular forma o mundo como seu ambiente imediato. A vida cotidiana se desenrola e se refere sempre ao ambiente imediato; lugar onde se adotam modos de vida. O âmbito cotidiano de um rei, por exemplo, não é o reino e, sim, a corte. Modo de vida é o conjunto de atividades cotidianas realizadas por um particular em uma fase de sua vida, em um dado período histórico (HELLER, 1977). Quaisquer apropriações que não se refiram ao particular ou ao seu ambiente imediato ultrapassam o cotidiano. Isso não significa que o raio de ação das apropriações da vida cotidiana restrinja-se ao particular e ao seu ambiente imediato. A apropriação das capacidades fundamentais, dos afetos, dos modos de comportamento desde os fundamentais até os da ordem da consciência do gesto - onde reside a elegância - ocorre no curso da vida cotidiana (BARBERY, 2008). É através desses gestos que se ultrapassa o ambiente imediato até chegar ao limite do que se consegue alcançar nas sociações e na esfera pública. O desenrolamento tem com o espaço e com o cotidiano uma relação em que esses lhe servem de palco, fonte de recursos, recurso em si e referencial identitário (SOUZA, 2002). Cotidiano e espaço urbano adquirem conotação de instituição no momento em que representam o lugar onde "co-habitam", "inter-agem" as coisas, os procedimentos e as competências. O encontro desses elementos acontece no tempo e no espaço. O espaço em que se encontram dá forma à duração desse encontro.

Entre as capacidades humanas fundamentais encontra-se a coragem, a disciplina, o compromisso frente às tarefas a realizar e a alegria do êxito. Elenca-se ainda a consciência da existência de uma comunidade, o apego, a gratidão. É na vida cotidiana que ocorre o treinamento para o que não é cotidiano na vida. As atividades cotidianas contribuem para o desenrolamento através do acionamento da crítica e do mecanismo de retroalimentação que promovem reelaborações nos modos de vida. Na vida cotidiana, o homem realiza a objetivações e subjetivações. Formando o mundo em seu ambiente imediato, forma-se também a si mesmo (HELLER, 1977).

A peculiaridade das atividades cotidianas remete à apropriação do mundo pelo sujeito e ao modo como esse processo o transforma. É na vida cotidiana que o homem se subjetiva; transforma a si mesmo diante do espaço e da alteridade. Essa retroalimentação entre o agir e o tornar-se mais consciente ocorre no espaço da crítica; onde instaura-se a ligação mais efetiva entre o cotidiano e o desenrolamento individual e coletivo. É a atividade consciente que

oferece resistência a que o aprimoramento da condição humana não se reduza a instrumento das necessidades da existência de um particular afastado tanto de si quanto da coletividade. Segundo o arquiteto dinamarquês Jan Gehl<sup>73</sup> (2006), as atividades que ocorrem em espaços públicos descobertos inscrevem-se em três categorias: necessárias, opcionais e resultantes (QUADRO 9).

QUADRO 9

Qualidade dos espaços públicos descobertos e atividades que abrigam

QUALIDADE DO AMBIENTE	ATIVIDADES NECESSÁRIAS	ATIVIDADES OPCIONAIS	ATIVIDADES RESULTANTES (ATIVIDADES SOCIAIS)
ALTA			
BAIXA			

Fonte: Adaptado de GEHL, 2006, p.11 e GEHL, 2010, p.21. Tradução da autora, 2012.

As atividades necessárias são entendidas por Gehl (2006) como aquelas que incluem o que se configura, de certa maneira, como compulsório: ir para o trabalho, para a escola, esperar o ônibus, fazer entregas; atividades relativamente independentes da vontade daqueles que as realizam. Nessa categoria estão incluídas as tarefas cotidianas que ocorrem por meio do caminhar. Sendo necessárias, sua incidência é pouco influenciada pelo contexto físico do ambiente. Elas acontecem ao longo de todo o ano e são, de certa maneira, independentes das condições meteorológicas. Seus realizadores não têm escolha.

As atividades opcionais pertencem a outra esfera. Os objetivos que as conformam relacionam-se a um desejo que só vem à tona se o momento e o lugar forem favoráveis. Essa categoria inclui atividades tais como dar uma caminhada para espalhar, ver o movimento ou tomar um pouco de sol. Elas só acontecem se o ambiente encontra-se favorável; quando tanto o clima

<sup>73</sup> Verifica-se grande conexão entre a teoria de Jan Gehl e a de William Hollingsworth Whyte (★1917 †1999), urbanista americano precursor de um olhar atento sobre os espaços públicos urbanos.

quanto o lugar estiverem convidativos naquele momento. A configuração de lugar convidativo é fator decisivo no planejamento físico dos espaços que se destinam a abrigar atividades recreativas, especialmente prazerosas nas áreas externas, descobertas e de livre acesso. As atividades que fazem parte dessa categoria dependem profundamente das condições físicas do ambiente. Quando o espaço público da rua tem baixa qualidade, realizam-se nele apenas as atividades estritamente necessárias. Quando tem alta qualidade, não se observa tanta alteração de frequência mas, sim, um prolongamento no tempo; já que o ambiente é favorável ao estabelecimento de contatos humanos. Um grande número de atividades opcionais ocorre porque a configuração mais convidativa do ambiente induz as pessoas a parar, sentar, comer, jogar, conversar. Se as ruas são espaços urbanos de má qualidade, abrigam apenas o mínimo indispensável de atividades; as pessoas correm para casa (GEHL, 2006). A qualidade do ambiente pode converter essa fluidez em duração e possibilitar um melhor aproveitamento do tempo; não no sentido de economizá-lo, mas de investi-lo em atividades que promovam oportunidades de apropriação.

*Ser mestre do tempo [...] consiste em superar sua dilatio, sua fluidez, para chegar à sua dilatatio [duração]. Através da fluidez do tempo, o próprio homem se desapropria e se perde. Para dar fim a essa fluidez deve-se saber dilatar o instante que passa, dando-lhe densidade e duração.*(CAYE, 2004, p.533)<sup>74</sup>.



FIGURA 22 - Av. Getúlio Vargas  
Esquina com rua Paraíba, Savassi, BH  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 23 - Município de Vespasiano  
RMBH, Minas Gerais  
Fonte: foto da autora, 2012.

*Imprimir forma a uma duração é uma exigência da beleza,  
mas é também uma exigência da memória.  
Pois aquilo que não tem forma é inalcançável, imemorable.*  
(KUNDERA, 1995, p.42).

<sup>74</sup> *Maîtriser le temps [...] consiste à surmonter sa 'dilatio', sa fuite, pour accéder à sa 'dilatatio'. À travers la fuite du temps, l'homme même se désapproprie et se perd. Pour mettre fin à cette fuite, il faut savoir dilater l'instant qui passe, en lui donnant son épaisseur et sa durée.* Tradução da autora.

As atividades sociais são aquelas que dependem da presença de outras pessoas no espaço público. Atividades sociais incluem crianças brincando, saudações cotidianas, conversas corriqueiras, e a atividade social mais difundida; os contatos passivos - simplesmente ver e ouvir outras pessoas. Diferentes tipos de contatos sociais ocorrem em muitos lugares; residências, áreas privativas, jardins, varandas, edifícios públicos, ambientes de trabalho, etc. Mas nesta abordagem, são levadas em consideração apenas as que ocorrem nos espaços públicos onde o acesso é livre. Essas atividades também são denominadas resultantes; porque freqüentemente derivam de atividades ligadas às duas outras categorias (GEHL, 2006). Favorecem-se por características próprias à vida cotidiana: a simultaneidade e a espontaneidade (HELLER, 1977). Sempre que as condições do ambiente são favoráveis, as atividades sociais são indiretamente favorecidas por quaisquer das atividades opcionais ou necessárias. A profundidade do contato social que ocorre no espaço público da rua depende, contudo, de muitos outros fatores. Se as pessoas se conhecem, o que as leva a estar ali, etc. Em áreas mais centrais o contato tende a ser mais superficial e fluido, enquanto nas esferas local e micro-local podem estender-se para além daquele espaço-tempo. Ver e ouvir as pessoas, encontrá-las, percebê-las já são, em si, formas de contato; atividades sociais (GEHL, 2006). O encontro despretenso em meio às atividades cotidianas pode tornar-se semente geradora de sociações; envolvimento mais profundos com o espaço e com a alteridade. Na participação ativa e cotidiana em sociações, o processo de apropriação se efetiva. Não se chega a objetivações coletivas sem passar pelo cotidiano, sem se subjetivar no cotidiano (HELLER, 1977). Desenrolar-se inclui envolver-se com a coletividade no cotidiano.

### 2.3.2 RESPONSABILIDADE

A vida cotidiana é o conjunto das atividades ligadas à manutenção da vida, que nasce das relações estabelecidas como o mundo concreto. Até agora, no curso da história, para a grande maioria, foi suficiente que o protagonista da vida cotidiana fosse o particular. Para o particular, a responsabilidade é um fator externo. Ele se crê inocente e vive com o contínuo sentimento de "não poder fazer de outro modo"<sup>75</sup>. Já para o sujeito, a responsabilidade é um feito interno. Não só é responsabilidade, como é também assunção dessa responsabilidade. Mesmo se não estiverem interessados no aprimoramento de sua condição humana, particular, indivíduo ou sujeito precisam realizar atividades que lhe confirmem a sobrevivência.

Na vida humana, uma das questões fundamentais da lida com o tempo é o fato de ser finito. Se os homens não se encontrassem sempre diante da escassez do tempo, tendo a morte como feito natural, não teriam sequer produzido a necessidade da moral (HELLER, 1977). A morte aparece como uma dura vitória do coletivo sobre o indivíduo (MARX, 2010). É ela que impele o homem a aproveitar o tempo que tem a seu dispor e que nem sabe o quanto se prolongará. Na maestria do uso do tempo e na consciência que lhe aporta, o homem produz e administra sua maior riqueza.

*Apenas um ser finito herda e é sua finitude que o obriga. Ela o obriga a receber o que é maior e mais antigo, mais poderoso e mais durável que ele. Mas a mesma finitude o obriga a escolher, preferir, sacrificar, excluir, largar e deixar para trás. Ele faz isso precisamente para responder ao chamado do que o precede, responder a isso e responder por isso - em seu nome e em nome do outro. O conceito de responsabilidade não faz qualquer sentido fora da experiência da herança. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p.5)<sup>76</sup>*

A maior herança do homem é a responsabilidade sobre a vida; a ação (BADIOU, 2009). Devido à necessidade de usar bem o tempo e o que mais lhe cabe administrar, ao homem é dado haver-se com o excesso presente tanto na fruição quanto na sua capacidade de destruição do mundo. "A voracidade pelo proveito imediato impede de pensar que o bem estar coletivo é moldura imprescindível para a realização pessoal." (SANTOS, 1988, p.165). Em prol desse manejo, competência que precisa ser construída, o humano atenta-se para o fato de que

<sup>75</sup> *no poder hacerlo de otro modo* (HELLER, 1977, p. 59).

<sup>76</sup> *Only a finite being inherits, and his finitude obliges him. It obliges him to receive what is larger and older and more powerful and more durable than him. But the same finitude obliges one to choose, to prefer, to sacrifice, to exclude, to let go and leave behind. Precisely in order to respond to the call that preceded him, to answer it and to answer for it - in one's name and in the name of the other. The concept of responsibility has no sense at all outside of an experience of inheritance.* Tradução da autora.

precisa responder pelas coisas, pelos que vieram antes dele, pelos que virão depois dele e por si mesmo frente ao mundo concreto e à coletividade em que se insere. Por esse processo, que se inicia com uma escolha e se perpetua como criação, o particular transforma-se em sujeito e assume a responsabilidade como inerente ao exercício de sua autonomia<sup>77</sup>. A ampliação das competências e a assunção dos gestos e modos de comportamento que visam a transformação em sujeito só acontecem se todo esse processo servir de motivação para si mesmo. O objetivo e a motivação do desenrolamento compõem o próprio desenrolamento. Os eixos em que ele se projeta configuram a vida do sujeito rumo ao infinito inalcançável que ele nunca deixará de buscar em um movimento constante e inextinguível, pois quanto mais desenrolada e complexa é uma sociedade, menos está concluída (HELLER, 1977).

A conquista da autonomia responsável é um divisor de águas no caminho a ser percorrido em direção ao aprimoramento da condição humana. Nesse ponto, o homem já tornou-se consciente de um mundo que lhe foi subtraído, no qual sentia-se infinito e em comunhão com o todo. Já percebeu que o que lhe causa conforto e desconforto pode lhe ser interno ou externo e que identificar-lhe a origem não é possível com muita clareza. Por isso, não pode abrir mão de haver-se com a ambigüidade. Ela age sobre o excesso de fruição; dotando-o de aspectos que podem impulsionar o humano tanto no sentido de ampliar quanto de destruir as capacidades que edifica ao longo do percurso. Nesse ponto, elementos favoráveis e desfavoráveis fazem-se notar: entre os primeiros estão as pulsões destrutivas e a alienação; que o leva a valorizar mais o objeto que a relação que estabelece com ele. Entre os muitos favoráveis, destacam-se suas tendências gregárias, que o tornam mais forte e disponível para o exercício de suas competências.

O particular não se desloca de um patamar para o outro a um só tempo nem de forma homogênea, como um elemento coeso e indivisível. Ele o faz em momentos e intensidades diferentes e pode nem chegar a sujeito em algumas áreas da vida; por exemplo, as que Marx (2010) classificou como aquelas em que a visão crítica aplica-se ao favorecimento da busca pela essência humana: o cotidiano, o trabalho e a lida com a propriedade privada. Não se observam simultaneidade e equivalência no aprimoramento da condição humana em todas essas áreas em cada sujeito. Freqüenta-se cada uma delas segundo a postura correspondente ao patamar onde se encontra naquele momento relativamente àquela área específica; e elas se

---

<sup>77</sup> Autonomia: o que ocorre quanto, na escolha de alternativas, o conteúdo da escolha é marcado pela individualidade da pessoa (HELLER, 1977).

subdividem. Dentro da diversidade que constitui internamente o sujeito, pode-se compreendê-lo como um "arquipélago de subjetividades" (SANTOS B., 2010, p.107).

*A porta da verdade estava aberta,  
mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só trazia o perfil de meia verdade.  
E sua segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil.  
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia seus fogos.  
Era dividida em metades  
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
Nenhuma das duas era totalmente bela.  
E carecia optar. Cada um optou conforme  
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

*Carlos Drummond de Andrade, poema intitulado "Verdade"<sup>78</sup>*

Ciente do caos que pavimenta o percurso e posicionando-se quanto à responsabilidade com que carece optar, a pessoa segue praticando, o quanto pode, nas sociações, a condição de sujeito capaz de assumir responsabilidades e interagir com a pluralidade.

---

<sup>78</sup> (ANDRADE, 1987, p.41).

### 2.3.3 RES

Os procedimentos jurídicos, para os leigos, freqüentemente parecem misteriosos e complicados; servindo a razões que mais parecem rituais incompreensíveis. Vive-se hoje em uma dinâmica de "imediatez" onde tudo parece acontecer sem necessidade de esforço, de envolvimento (CHOAY, 2011). Por imediato, entende-se não somente aquilo que tem a rapidez como prerrogativa, mas, nesse caso, principalmente, o que não é dotado de mediação<sup>79</sup>. O respeito aos procedimentos demanda um exercício de agir menos ingênuo e promove um melhor aproveitamento do tempo. Os procedimentos favorecem uma abordagem ponderada e atenta das coisas e marcam a isenção com a qual deve-se manejá-las. A regra do direito não se contenta em traçar os limites ao homem no interior dos quais lhe é dado agir.

*A regra-limite fez-se logo aparecer como um casco a frear a liberdade dos projetos. Tal concepção suscita rapidamente o ódio ao direito. A regra, em particular em sua dimensão procedural, tem uma função totalmente diversa. Ela é o instrumento segundo o qual se pode perceber as coisas, conservá-las e trabalhá-las. Fora dessa via, a ação não é mais que uma vã agitação condenada a usar prematuramente tudo o que toca<sup>80</sup> (CAYE, 2008, p. 289).*

Os procedimentos formalizam e formulam uma cultura do agir, um conhecimento não apenas das coisas na medida em que ecoam, mas de seu próprio enfrentamento. Tomadas à distância, as coisas revelam pouco a pouco de onde provêm e do que se pode provê-las. O procedimento faz a conexão dessas instâncias. As coisas revelam sua destinação aos homens pouco a pouco, em um lento desvelamento com o qual contribuem as competências mais diversas (CAYE, 2008). Desvelar tem tanto o sentido de cuidar com muito zelo quanto de revelar (FERREIRA, 1994). As coisas revelam seus propósitos na medida em que os sujeitos se ocupam delas com dedicação e cuidado, pois precisam do tempo de ser apreciadas e consideradas. O encontro das coisas, dos procedimentos e das competências, nessa série de apreciações, produz a instituição (CAYE, 2008). Por meio dessa transmissão no seio da instituição, as coisas se liberam do homem, como o homem se libera das coisas. Aquilo que estava encalhado é deliberado. Essa instituição equivale ao questionamento acerca do que é imposto. Colocar em questão uma determinação autoritária é despurificar suas estruturas, tornando-as mais

<sup>79</sup> A conotação do adjetivo imediato como "que não tem mediação ou mediador" não é dotada de substantivo que lhe seja exclusivo, por isso usou-se o neologismo "imediatez" ao invés de "imediatismo", que remete mais à conotação do que é rápido, instantâneo.

<sup>80</sup> *La règle-limite a tôt fait d'apparaître comme un carcan qui bride la liberté de nos projets. Une telle conception suscite très vite la haine du droit. La règle, en particulier dans sa dimension procedurale, a une toute autre fonction. Elle est l'instrument au moyen duquel nous pouvons nous saisir des choses, les conserver et les metre en oeuvre [...]. Hors de cette voie, notre action n'est qu'une vaine agitation condamnée à user prématurément tout ce qu'elle touche.* Tradução da autora.

receptivas às necessidades sentidas e percebidas pelo sujeito e por ele elaboradas como desejos e vontades (EAGLETON, 1993). Por isso a necessidade de criar procedimentos, ação que corresponde a passar a determinação autoritária pelo filtro que a faz mais tolerante e permeável à diversidade dos homens.

O respeito aos procedimentos exige disciplina. Sua ligação é estreita: o exercício dos procedimentos disciplina o agir do mesmo modo que a disciplina do agir assegura a consideração aos procedimentos. A disciplina tem mais a ver com a mestria das competências que com princípios hierárquicos. O agir dos homens é essencialmente um saber e esse saber, uma cultura. Deve-se cultivar o agir para que se torne eficaz. Não há agir espontâneo, apenas elaborado e exercitado ao longo do tempo. O agir encontra sua força ao se confrontar com as coisas e consigo mesmo. É a isso que se chama "exercício". O exercício do direito alimenta-se da interação entre a disciplina do agir e os procedimentos; do enfrentamento das questões que surgem na vida cotidiana com o espaço e com a alteridade. A disciplina possibilita o exercício da competência na especificidade de seu saber-fazer e nos limites que fixa ao exercício do agir. É por isso que a disciplina é, por essência, a origem do direito. O procedimento não tem outra finalidade que seu próprio desenrolamento; ele visa deliberar as coisas do cotidiano. A ausência de propósito do procedimento é fonte de desperdício. Sua ausência de especificidade o fragiliza: ele parece sem princípio e sem finalidade. Deve-se assegurar, em respeito aos procedimentos, tanto a manutenção da finalidade, quanto a despreocupação com o resultado. A competência do agir, essência do manejo das coisas, carece da habilidade de se colocar à parte. Manejar é, na origem do termo, retirar-se no momento da captura. A captura precede-se de uma entrega de si na relação com as coisas. A tarefa dos procedimentos consiste precisamente em organizar esse jogo de dispensa e captura para melhor traçar a distância entre o fato e o direito. Sob o regime de tal manejo, que caracteriza o tratamento jurídico, a coisa muda, ela mesma, de natureza: de fato ela se torna *res*. A *res* não é simplesmente a coisa que se apresenta sob a percepção dos sentidos, mas o assunto, a causa, a questão, o domínio que se institui, a partir do fato, no jogo de prender e soltar organizado pelos procedimentos. A *res*, no sentido do direito romano, realiza a síntese do fato e do direito, que ao mesmo tempo as une e as separa, em uma distância sempre a restituir. Dessa síntese depende a coexistência da realidade e do direito, a constituição empírica das coisas e sua manutenção imperiosa através do tempo (CAYE, 2008). O direito se constrói no espaço da *res*, no afastamento que se toma do objeto para melhor apreendê-lo e manejá-lo.

As relações estabelecidas no interior e entre as sociações criam a forma e o conteúdo de sua permanência. Sua forma, exemplificada pelo direito, tem no exercício do agir procedural e disciplinário - inculcado nas regras - a possibilidade de manejar o conteúdo dessas relações. Na forma de *res*, o conteúdo exercitado pelo direito eleva os interesses e motivações das sociações a um quadro articulado com a realidade. Do dinamismo das sociações depende a preeminência do agir desenrolado e a própria transformação da realidade; que não ocorrem sem as contribuições que o manejo do espaço e do tempo têm a oferecer.

Quando o levantamento da condição dos lotes e as demandas dos cidadãos da *City* são levados à discussão no Parlamento, já não são mais lotes, nem demandas, são *res*. Ao tornar-se *res*, o fato afasta-se de sua condição particular e recebe a contribuição de tudo o que possa se somar ao seu enfrentamento.



FIGURA 24 - Vista do bairro Buritis a partir da Av. Mário Werneck, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.

*Who keeps no guard upon himself is slack  
And rots to nothing at the next great thaw  
Man is a shop of rules; a well-truss'd pack  
Whose every parcel underwrites a law  
Lose not thyself, nor give thy humours way  
God gave them to thee under lock and key.<sup>81</sup>  
(HERBERT *apud* RUSKIN, 1889, p.222)<sup>82</sup>*

<sup>81</sup> "Quem não vigia a si mesmo é desleixado / E apodrece reduzindo-se a nada no próximo grande degelo / O homem é um conjunto de regras [ferramentas para qualquer propósito]; um pacote bem amarrado / A que cada parte subscreve-se uma lei / Não se perca [dessas regras], nem deixe-as ao sabor dos ânimos / Deus lhas deu em regime de confiança". Tradução da autora.

<sup>82</sup> Poeta inglês George Herbert (★ 1593 †1633).

Estabelecendo questões, o fato eleva-se acima das particularidades (HELLER, 1977). O principal *abusus* do direito, da prática política e da relação do homem com o espaço é dificultar que se articulem no âmbito da *res*. Mas essa obstacularização não tem uma identidade própria, como um objeto externo e visível a ser combatido. Inimigo realmente potente, ele se instaura como recalque na própria estrutura que deveria conformar o lugar de seu exercício. Fazendo-se passar por regra, direito, política e apropriação, o *abusus* segue seu curso destruindo as possibilidades de desenrolamento que a *res* tem o poder de despertar. Sendo a *res* a diferença que se estabelece entre o fato e o direito, sem tal distinção o direito se reduz ao costume. Como costume, contenta-se em avaliar os meios existentes, mesmo os mais arbitrários e destrutivos (CAYE, 2008). "É preciso fazer, portanto, a distinção entre consumo de regras e norma, que implica a noção de inércia e passividade, e a usança desses estatutos." (SANTOS, 1988, p.26).

Cabe à instituição assegurar a preservação dos homens, das coisas e da natureza. A instituição é estimulada pela lida com a propriedade; que promove o encontro das coisas, dos procedimentos e das competências no interior das sociações. Essa instituição não garante simplesmente a segurança do homem ao lhe conferir um direito sobre aquilo com que ele lida, mas fixa também as coisas em um quadro jurídico que as qualifica e as protege. Através da mediação da propriedade, as coisas adquirem também elas um estatuto (CAYE, 2008).

### 3 RUA

*Antes, no princípio era a idéia; hoje, no princípio, é a ação.*  
(ARGAN, 2000, p.11)

Do amplo espectro que constitui a relação do homem com o espaço, a rua sintetiza as interações que ocorrem no espaço público. Lugar de atividades que, despreziosamente, podem conduzir a contatos que configuram tanto sociabilidades quanto sociações, a prática cotidiana desse biótopo tem a possibilidade não só de oferecer informações sobre a sociedade que nele se insere, mas também de abrigar a articulação de seus habitantes (CHOAY, 2011).

Os humanos instauram-se materialmente segundo a dupla condição de seres vivos e capazes de verbalizar inclusive o que decorre de sua imaginação. A primeira condição é a que têm em comum com os animais, a segunda a que os diferencia deles. Diante da combinação das duas o homem firma-se concretamente no espaço e no tempo e é isso que lhe dá meios de se instituir na plena acepção do termo *instituere*, cuja etimologia remonta a colocar, estabelecer, regulamentar e fundar (CAYE, 2008). No espaço, o conjunto dessas capacidades permite a construção de um meio específico, em sua própria escala, que lhes solidarize entre si ao articular, na matéria, a diversidade e a diferença de suas habilidades e de suas instituições. Mas essa edificação não é sem uma necessária e íntima ligação com a terra, com a diversidade do solo e seu manejo, a interação com o clima e com os seres vivos que a povoam (CHOAY, 2006a). "Há um potencial para o entendimento da questão urbana a partir de uma perspectiva ambiental, tanto em termos de teoria quanto de prática." (COSTA; COSTA, 2005, p. 380).

A consciência e a disciplina estão atreladas à questão ambiental; o que pode inspirar reflexões acerca do *habitat* que o homem constrói para si. As preocupações ambientais têm sido paulatinamente abordadas pelos instrumentos legais e praticadas sob sua tutela. A carência que se faz notar é uma prática no sentido de preservar o âmbito público e o corpo político das sociedades; talvez porque ali resida sua verdadeira potência e peça de resistência.

*Sentimos necessárias as mudanças, mas mal sabemos quais devem ser [...]. Não se trata mais de colocar em prática idéias adquiridas, mas de encontrar idéias que nos guiem. Como descobri-las se não remontamos à origem? É preciso interrogar a sociedade, conhecer suas necessidades, já que é preciso satisfazê-las.*  
(DURKHEIM, 2010, p. 109).

A vida com o espaço público da rua pode favorecer o processo humano de perceber suas necessidades e dedicar-se à tarefa de encontrar meios de viabilizar seu atendimento. O passo seguinte remete à formulação de necessidades específicas e, por isso, efetivamente radicais que, como analisa Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 106), “emergem da imaginação social e estética de que são capazes as práticas emancipatórias concretas.” Somente a sociedade pode garantir a satisfação das necessidades e do bem-estar individual, mas isso não ocorre por uma via direta. A sociedade, por meio das sociações que a compõem, promove o agir desenrolado e político que permite ao homem identificar e elaborar meios de satisfazer suas necessidades. Quando a lei trata por "função social da cidade"<sup>83</sup> a tarefa de prover aos indivíduos as necessidades que supõe serem deles, ela está sujeita a obstacularizar o querer individual e coletivo e o exercício de suas competências no sentido de obtê-las democraticamente.

Uma sociedade democrática é aquela que produz sujeitos (HELLER, 1977). Se a democracia localiza-se apenas na esfera coletiva genérica e, ao invés de fornecer subsídios para a conformação de valores e posturas que sejam frutos do agir cotidiano na coletividade, ela impõe valores abstratos e "emprestados", insere-se mais na esfera do subterfúgio que do incentivo (CAYE, 2008). Pode ser democracia de direito, mas ainda precisa vencer etapas até tornar-se democracia de fato.

*A democracia, do modo como a palavra é usada hoje, diz respeito, acima de tudo, ao legalismo formal: sua definição mínima é a adesão incondicional a um determinado conjunto de regras formais que garantem que os antagonismos sejam totalmente absorvidos pelo jogo agônico*<sup>84</sup>. (ŽIŽEK, 2011, p. 267).

Desenrolar-se inclui assumir uma postura ativa diante das questões caras à própria singularidade. Na esfera coletiva, implica manejar as questões que importam à pluralidade, característica do domínio público de que o humano não pode prescindir; sob pena de desenvolver-se, des-articular-se enquanto corpo político. O sistema urbano, tanto como disponibilidade ampliada de estabelecer sociações, quanto como ambiente onde estão dispostos objetos com cuja relação delinea-se e motiva-se a supressão das carências, é lugar onde o envolvimento é indispensável. Participando do sistema urbano como espaço público de uso cotidiano, a rua oferece lugar para que as ações que a mediam sejam instrumento de transformação da realidade.

<sup>83</sup> BRASIL, CF, 1988, art. 182. Citada no item 2.2.3 *Propriedade*.

<sup>84</sup> Relativo à, ou próprio da agonia que, por sua vez, remete a um estado de ânsia, de ansiedade (FERREIRA, 1994, p. 23)

### 3.1 A RUA, HOJE

*Ando muito completo de vazios.*  
(BARROS, 2000, p.55)

Rua, na legislação brasileira, é um termo quase ausente. Tratada por logradouro público, o conjunto de via (espaço onde transitam os veículos) e calçada (onde transitam os pedestres) é um dos elementos que, no mundo concreto, denota a anomia referente à obliteração das qualidades do sentir. Este trabalho apresenta um ponto de vista radicalmente diverso da legislação vigente, pois entende que todas as dinâmicas (humanas, sócio-econômicas, políticas) dependem da rua, passam por ela e estão nela. A rua é veículo por excelência do lugar público de uso coletivo, materializado, friccionado no espaço-tempo. Quando a legislação aborda a necessidade de "recuperar os espaços públicos e tornar-lhes fácil o acesso" (BELO HORIZONTE, 7.165/96, art. 13, III).<sup>85</sup>, nenhuma menção é feita ao fato mesmo de tal "acesso" ser, freqüentemente, o próprio objeto da fruição.

Em Marx (2010) a alienação é a priorização do objeto almejado em detrimento da atividade que conduz até ele. A situação da rua, que a legislação evidencia, é a materialização do fenômeno que faz com que o resultado seja priorizado em detrimento do processo que leva a alcançá-lo. Esse fenômeno também acomete a política; desviando-a da finalidade primordial que é o seu próprio exercício (ARENDDT, 2010). A relação que se estabelece entre o espaço público da rua e a prática política coloca a primeira como espaço propício à ocorrência da segunda. Dirimir o valor atribuído à rua é promover a alienação acerca de suas potencialidades. A legislação analisada não explicita o termo rua e só lhe confere existência enquanto subentendida nos termos gerais que a elencam como "similares":

*Centralidades são os espaços de convivência para a comunidade local ou regional, como praças, largos e similares, bem como os monumentos e as demais referências urbanas* (BELO HORIZONTE, 7.165/96, art. 13, IV, 2º).<sup>86</sup>

*Espaços livres de uso público são as áreas verdes, as praças e similares.* (BELO HORIZONTE, 7.166/96, art. 21, 4º).<sup>87</sup>

Pressionada contra as paredes do utilitarismo, a rua despe-se de toda significação que lhe confira dignidade. O contraste com a teoria de Alberti é evidente: para este, a rua deveria ser tratada com tanta dignidade quanto os demais edifícios públicos, pois constitui tanto sua

<sup>85</sup> Plano Diretor de Belo Horizonte.

<sup>86</sup> Plano Diretor de Belo Horizonte. Grifos da autora.

<sup>87</sup> Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte. Grifos da autora.

escala quanto seu modo de divisão (CHOAY, 1980). Na malha urbana do Bairro Jardim Canadá<sup>88</sup> (FIG. 21), é possível visualizar a rua como modo de divisão de espaços cheios e vazios. Nas figuras 25 e 26, ficam evidentes os lineamentos e a materialidade de alguns dos componentes dessa trama: a largura dos passeios e das vias de circulação de veículos, a permeabilidade das fachadas, o volume das edificações.



FIGURA 25 - Rua Búfalo, Jardim Canadá  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 26 - Rua Milton, Bairro Jardim Canadá  
Fonte: foto da autora, 2011.

Em 2001, o então primeiro ministro britânico, Tony Blair, considerou a rua o serviço público mais constantemente usado, de cuja qualidade depende não só uma vitalidade melhor para as pessoas, mas também para os negócios (BOUJENKO; JONES; MARSHALL, 2007).

*Quando usamos uma rua, isso não significa necessariamente que estamos usando uma loja ou um escritório nessa rua, mas que estamos usando a rua enquanto rua, o que corresponde a dizer que outras coisas se passam durante nossa viagem por ela. A vida da rua é feita de surpresas e descobertas, a própria rua é, em si, um ambiente de possibilidades<sup>89</sup> (NORBERG-SCHULZ, 1985, p. 34).*

A dinâmica da rua e sua capacidade de ser um processo continuamente em formação fazem-na espelho das transformações de uma sociedade através do tempo. Mudanças não transformam a sociedade; deslocamentos, sim. Deslocar-se demanda desenrolar-se; instituir uma distância crítica onde tenha lugar a resignificação dos processos e dos espaços. Pensar é mais uma questão de deslocar questões que de elaborá-las (CAYE, 2008). Deslocar questões é colocá-las em relação com tudo o que puder contribuir para o seu enfrentamento.

<sup>88</sup> Parcelamento realizado pela iniciativa privada e aprovado pelo poder público em 1958 (BHERING, 2000).

<sup>89</sup> *When we make use of a street, this does not mean necessarily that we are using a store or an office on this street, but rather that we are using the street inasmuch as it is a street, and this amounts to saying that we penetrate into the taking place of the other things during our travel along this street. The life of the street is made up of surprises and discoveries, and the street itself therefore is an "environment of possibilities".* Tradução da autora.

*Em vez de agir sobre as coisas ou sobre os seres segundo modos determinados, pode-se refletir sobre os procedimentos de ação empregados, com o objetivo não de conhecê-los e explicá-los, mas de apreciar o que valem, se são aquilo que deveriam ser, se não seria útil modificá-los e de que maneira, até mesmo substituí-los totalmente por novos procedimentos. (DURKHEIM, 2010, p.70)*

A simples mudança empreendida na configuração do espaço não cria questionamentos. Onde ocorrem apenas mudanças, o espelho onde a sociedade contempla seu aspecto apresenta os sintomas de um falso movimento de intensificação. Os ônus desses sintomas são a sobreposição (FIG. 27), a repetição (FIG. 28) e a discronia (FIG. 29) (CAYE, 2008). Enquanto as duas primeiras não exigem mais que as edificações para se tornarem explícitas, a discronia manifesta-se também na relação entre o parcelamento do solo e as edificações.



FIGURA 27 - Rua Tomé de Souza, BH  
Fonte: foto da autora, 2012.

Ruas abertas em atendimento a um determinado modo de vida, já demolido, são ocupadas por edifícios que respondem a outras conjunções. A articulação entre parcelamento do solo, implantação e escala dos edifícios surte efeito na velocidade com que os pedestres transitam nesses espaços. Quanto maior a velocidade, menor o envolvimento e a fruição (GEHL, 2006).



FIGURA 28 - Cenas do ambiente construído, RMBH  
Fonte: fotos da autora, 2012.



FIGURA 29 - Rua Maria Alves  
Entre ruas Germano Torres e Pium-í, Bairro Carmo, BH  
Fonte: foto da autora, 2011.

A duração inverte essa relação. Pela transformação da fluidez (*dilatatio*) em duração (*dilatatio*) propiciam-se oportunidades de apropriação. A substituição e a justaposição de edificações antigas e novas, mesmo que acompanhadas da renovação dos espaços que as permeiam, não garantem vitalidade à rua. Não é a mudança que cria essas oportunidades, mas as possibilidades de identificação que o lugar suscita. "Sabemos que quando tudo muda, nada muda."<sup>90</sup> (CAYE, 2008, p.329).

De estruturadora do espaço privado e ordenadora dos objetos arquitetônicos, a rua, na configuração que freqüentemente recebe, converte-se em espaço residual, às vezes dotada de áreas verdes insignificantes e inomináveis (FIG. 30 e 31). Esses adjetivos foram usados pelo arquiteto francês Bernard Huet para designar um espaço que, a seu ver, era o resultado da ordenação privada do solo; circunscrita ao uso e ao seu caráter jurídico. (ABRAHÃO, 2008).

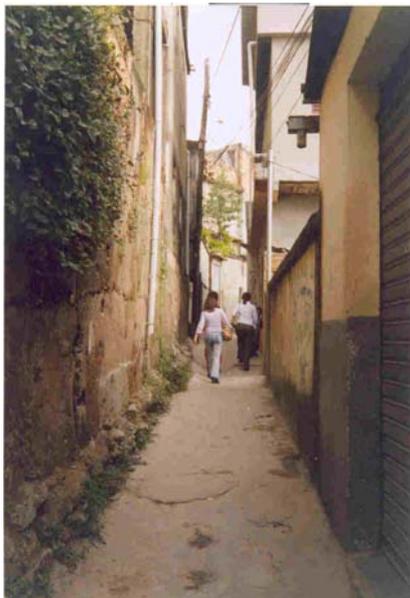


FIGURA 30 - Becos inacessíveis aos carros  
- ordenação privada do solo -  
Aglomerado da Serra, BH  
Fonte: foto da autora, 2005.



FIGURA 31 - Vias largas e passeios estreitos  
- submissão do espaço público da rua à sua utilidade para os veículos -  
Rua Piauí, entre Av. Getúlio Vargas e Rua Cláudio Manoel, BH  
Fonte: foto da autora, 2011.

O projeto idealizado por Huet, de renovação da avenida *Champs Elysées*, em Paris - com seus largos passeios (FIG. 32) - autentica sua defesa por calçadas largas e fartas como espaço para o desfrute de uma urbanidade dotada de ricas "possibilidades de identificação" (NORBERG-SCHULZ, 1985, p. 12).

<sup>90</sup> *Nous savons que lorsque tout change, rien ne change.* Tradução da autora.



FIGURA 32 - Champs Elysées, Paris  
Fonte: foto da autora, 2000.



FIGURA 33 - Largo de São Pedro - Recife, Pernambuco  
Fonte: foto da autora, 2003.



FIGURA 34 - Igreja de São Pedro  
Recife, Pernambuco  
Fonte: foto da autora, 2003.

Por meio dos largos passeios  
recupera-se o sentido do passeio nos largos:  
refazer ânimos e reanimar afazeres.

A leitura que Huet fazia das cidades italianas e islâmicas - das quais era profundo admirador - faz crer que transferia para os largos passeios o papel nelas conferido aos largos. Espaços livres, que de tanto em tanto interrompiam a malha de ruas estreitas, na gestação<sup>91</sup> da coisa pública, do âmbito coletivo (FIG. 33 e 34). Essa configuração de largos entremeados por estreitas ruas também caracterizam as principais cidades formadas na época do Brasil colônia (VASCONCELLOS, 2004).

*A calçada larga é um elemento urbanístico muito útil. Grande parte do lazer coletivo se dá no passeio [...]. Na realidade, a maioria das calçadas é mais utilizada do que a maioria das praças, por várias razões: estão mais à mão, são melhor*

<sup>91</sup> Remete ao outro significado da palavra francesa para "largo": *enceinte*; gestante (CHOAY, 2011).

*vigiadas, são mais familiares. A calçada acaba funcionando como uma verdadeira praça linear, com uma vantagem para o poder público: é hábito<sup>92</sup> brasileiro que cada um cuide do trecho em frente à sua casa. A conservação e a limpeza se tornam muito mais simples. (SANTOS, 1988, p.98).*

A idéia da calçada enquanto espaço público fundamental de elaboração da cidadania e da civilidade - conquistada em um amplo processo político e cultural - já estava presente na teoria do arquiteto brasileiro Eduardo Yáziqi, em sua tese de livre docência, em 1997.

*Para Yáziqi, civilidade era inseparável de tolerância, que reconhecia no outro o direito de ser diferente e, com isso, comportava relativismos. A seu ver, a civilidade em uma sociedade que se pretendia democrática implicava em algo mais que mera educação. (ABRAHÃO, 2008, p. 169).*

É possível que esse "algo mais" estivesse inscrito na sensibilidade que a convivência desperta, nas percepções ativas em uma "mente aberta"<sup>93</sup>, capaz de aproveitar as oportunidades de apropriação que o ambiente e as sociações oferecem. Comportar relativismos remete à não negação das ambigüidades e das singularidades; cujas tentativas de eliminação sempre causaram problemas ao desenrolar da história que os sujeitos, ininterruptamente, constroem. (ŽIŽEK, 2011). Comportar relativismos inclui promover o levantamento de questões.

---

<sup>92</sup> "Hábito" prescrito no Código de Posturas de Belo Horizonte: "Cabe ao proprietário de imóvel lindeiro a logradouro público a construção do passeio em frente à testada respectiva, a sua manutenção e a sua conservação em perfeito estado" (BELO HORIZONTE, 9.845/2010, art.12).

<sup>93</sup> NORBERG-SCHULZ, 1985, p. 12.

### 3.1.1 A RUA E A MEDIAÇÃO

A legislação urbanística analisada evidencia um padrão ordenador que define que seu conteúdo procedural será detalhado *a posteriori*:

*Possibilitar, por meio de programas específicos a serem definidos em lei, a melhoria do padrão das edificações nos programas habitacionais destinados à população de baixa renda. (BELO HORIZONTE, 7.165/96, art.31, XIV).<sup>94</sup>*

*O executivo pode estabelecer padrões de urbanização diferenciados para cada finalidade de loteamento. (BELO HORIZONTE, 7.166/96, art.25).<sup>95</sup>*

Um olhar atento e crítico ao ambiente construído possibilita conferir os efeitos desse adiamento (FIG. 35). O respeito às definições da legislação urbanística e ambiental distingue-se das demais por uma peculiaridade: seus efeitos são visíveis. As palavras que a compõem ganham aspecto no mundo concreto. "Querer ver" seus efeitos implica perceber, em seu conteúdo, um foco a iluminar a reflexão sobre o espaço que elas mesmas ajudaram a moldar.

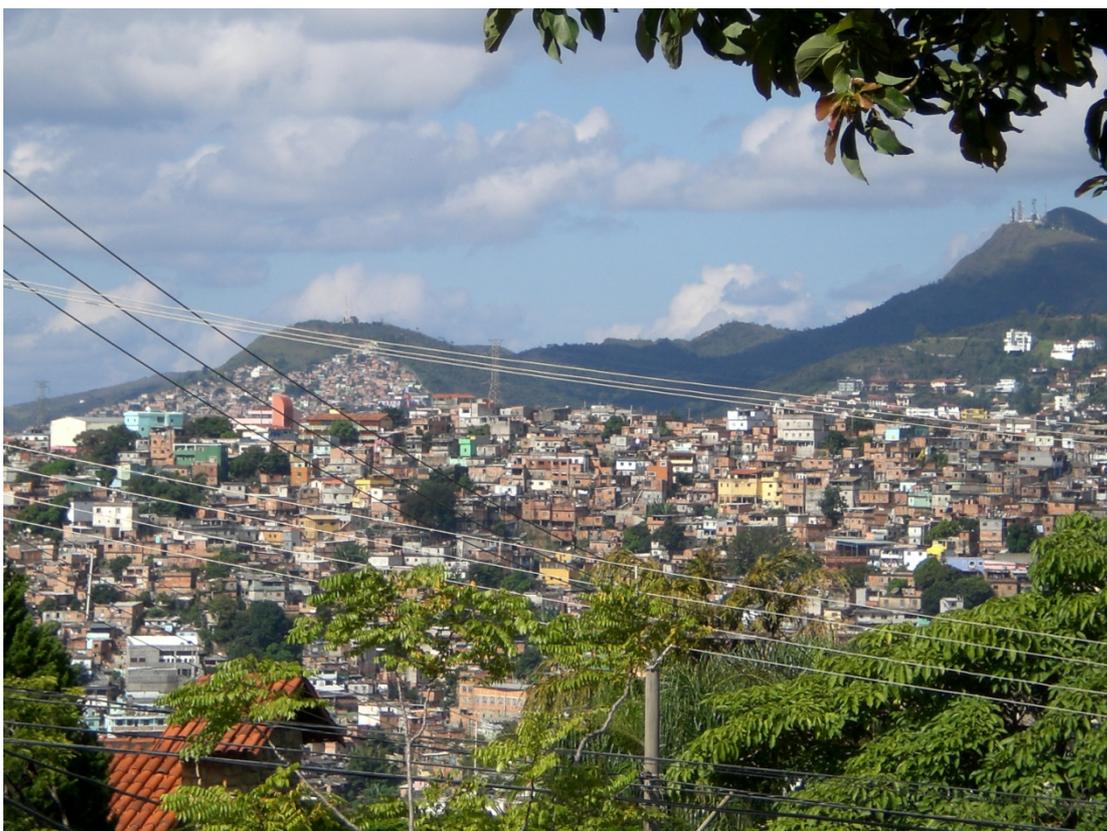


FIGURA 35 - Vista do Aglomerado de Santa Lúcia  
Fonte: foto da autora, 2012.

<sup>94</sup> Plano Diretor. Grifos da autora.

<sup>95</sup> Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. O artigo mencionado não foi alterado pelas leis posteriores (8137/00 e 9959/2010). Grifos da autora.

O Código de Posturas do Município de Belo Horizonte (Lei 9.845/2010), em alguns aspectos, aproxima sua finalidade do papel procedural e disciplinário da regra do direito:

*Destina-se a promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos (BELO HORIZONTE, 9.845/2010, art. 1).*

*As operações de construção, conservação e manutenção e o uso da propriedade pública ou particular afetarão o interesse público quando interferirem em direito do consumidor ou em questão ambiental, sanitária, de segurança, de trânsito, estética ou cultural do município (BELO HORIZONTE, 9.845/2010, art.5).<sup>96</sup>*

Em toda a legislação analisada, essa é a única ocorrência do termo "estética". Aproveitar essa licença jurídica implica estabelecer regras que instaurem as impressões dos sentidos (*aisthesis*) na produção prática (*poiesis*) e na elaboração de princípios (*arché*) relativos à edificatória. Os vazios que povoam o aparelho regulatório do ambiente construído quanto ao quesito *aisthesis* denotam a ambigüidade que caracteriza esse conceito.

A conexão que remete o termo estética ao conceito de beleza restringe o âmbito daquele aos limites oferecidos pela aparência do que se oferece à fruição. Os eventuais benefícios causados pela elaboração dessa síntese não a impedem de implicar em prejuízos à própria fruição, bem como aos efeitos desta. A fruição apenas visual do espaço intenta substituir algo que não está contido na imagem: a duração daquele momento. Povoada de inúmeras outras percepções, a apreciação que permite "dilatar o instante que passa dando-lhe densidade e duração"<sup>97</sup> é propriamente estética. Esse processo de apreciação não se abstém da amplitude espectral de um fruir capaz de gerar infinitas oportunidades de realizar objetivações e subjetivações.

A percepção estética é um processo complexo que não pode ser reduzido simplesmente a um comportamento mecânico ou a impressões sensoriais, experiências emocionais, subjetivas, ou à compreensão lógica. A estrutura da percepção estética de um lugar engloba tudo isso a um só tempo, formando uma cadeia de significados que é única para cada sujeito. O ambiente construído não é o resultado das ações do homem sem que seja também a concretização de um mundo que torna essas ações possíveis (NORBERG-SCHULZ, 1985).

---

<sup>96</sup> Grifos da autora.

<sup>97</sup> CAYE, 2004, p.533.

Diante de uma conjuntura de contradição entre modos coletivos de gestão e os modos individuais e singulares de apropriação, a investida estética na produção e fruição do ambiente construído visa ampliar a participação do espaço nas dinâmicas da sociedade e na transformação da realidade (CERTEAU, 1994). A importância da fruição estética para o resgate das interações entre socialização, espaço e tempo ocorre através do levantamento de questões que a reapropriação sensível desses elementos tende a suscitar; e que começa com a mediação.

A ênfase nos modos coletivos de gestão faz-se notar pelo tom autoritário com que a legislação analisada dispõe os conteúdos abstratos de valor e a eminência de uma alteridade supostamente capaz de operar milagres. Essa conformação encontra-se especialmente presente nos artigos que tratam das diretrizes. A definição de "diretriz"<sup>98</sup> remete ao conjunto de instruções para se tratar e levar a termo um plano, uma ação, um negócio; diz respeito a regras de procedimento. Por meio dessa definição, as diretrizes relacionam-se com o caráter procedural da regra do direito (CAYE, 2008). Contudo, o que se observa é da ordem de uma autoridade que, ao invés de dizer "como" fazer, diz – segundo um modelo totalitário - apenas "o que" deve ser feito (SOUZA, 2005).

*[...] Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, CF,1988, art. 182).<sup>99</sup>*

*Ordenar e controlar o uso do solo, de modo a evitar a deterioração das áreas urbanas (BRASIL, 10.257/2001, art. 2, VI-f).<sup>100</sup>*

*Implementar políticas setoriais integradas, apoiadas em dotações orçamentárias e dados estatísticos, visando a ordenar a expansão e o desenvolvimento urbano do Município, permitindo seu crescimento planejado, sem perda de qualidade de vida ou degradação do meio ambiente (BELO HORIZONTE, 7.165/96, art. 10, I).<sup>101</sup>*

*Melhorar a estruturação espacial criando condições de articulação interna que consolidem centros (BELO HORIZONTE, Lei 7.165/96, art. 18, IV).<sup>102</sup>*

Destacam-se, nos exemplos acima, valores de conteúdo inespecífico e **ordens** desprovidas de instruções. Esse conjunto tantas vezes nebuloso, retórico e demagógico é o que a lei pratica sob o nome de "diretriz". Não é raro a legislação restringir-se a ordenar o que deve ser feito pela instância que lhe é hierarquicamente inferior. Porém, tal instância dispõe de outra que lhe

<sup>98</sup> FERREIRA, 1994, p. 224

<sup>99</sup> Grifos da autora.

<sup>100</sup> Estatuto da Cidade. Grifos da autora.

<sup>101</sup> Plano Diretor de Belo Horizonte. Grifos da autora.

<sup>102</sup> Plano Diretor de Belo Horizonte. Grifos da autora.

é inferior, seguindo assim até que porventura chegue-se a uma instituição<sup>103</sup> que assuma a tarefa de definir, com mais especificidade e clareza, os objetivos e procedimentos da ação.

*Será prevista abertura para arborização pública no passeio, a qual será localizada junto ao meio-fio, na faixa destinada a mobiliário urbano, com dimensões e critérios de locação determinados pelo órgão competente. (BELO HORIZONTE, 9.845/2010, art.18).<sup>104</sup>*

O cenário jurídico brasileiro denota o embate entre a hegemonia do legalismo liberal - baseado na concepção individualista, mercantilista e patrimonialista da propriedade - e sua força contrária, que se apóia na afirmação do princípio da "função social da propriedade"; repetido em todas as constituições federais desde 1934 (FERNANDES, 2008).

*Na nova ordem jurídico-urbanística, o direito de propriedade é um direito vazio, cujo conteúdo vai ser dado pelo plano urbanístico. Essa importância jurídica central do Plano Diretor como elemento constitutivo do próprio direito de propriedade - agora não mais uma questão do Direito Privado, mas do Direito Público - ainda não foi plenamente compreendida. (FERNANDES, 2008, p. 128).*

Assim como talvez ainda não tenham sido compreendidos os perigos referentes à anomia, no direito de propriedade, do exercício da fruição direta e indireta da anatomia do ambiente construído. O enfraquecimento da topofilia, que é a um só tempo causa e resultado dessa anomia, evidencia-se na fisionomia dos espaços públicos cotidianos e na heteronomia com que freqüentemente são produzidos. Apesar da postura participativa ser autorizada e exigida pela legislação urbanística, sem uma opinião pública que saiba se conceber como instância política e crítica e não apenas como sociedade comercial, o direito de propriedade esvazia-se de sentido (MITSCHERLICH, 1970). Sob as virtudes inerentes à valorização do que é tido como "de interesse social" repousa a renúncia à *res*.

Quando o direito de propriedade é esvaziado, o espaço para levantamento de questões torna-se infrutífero. Se não se corre mais o risco de sofrer a primazia do fato sobre o direito, corre-se o de sofrer a primazia da lei sobre o fato. As peculiaridades da relação entre a propriedade e o espaço não entram em questão: o que se reproduz é a obediência cega a surdos instrumentos jurídicos. O conjunto de direitos urbanísticos de âmbito coletivo inaugurado a partir do prisma de Direito Público da legislação em vigor (QUADRO 10) exige da população uma postura engajada nas questões que dizem respeito à dignidade de sua condição enquanto

<sup>103</sup> Instituição = coisas + procedimentos + competências (CAYE, 2008).

<sup>104</sup> Código de Posturas de Belo Horizonte.

sujeitos que conscientemente exercitam as qualidades do sentir em seu cotidiano. Os efeitos desse envolvimento demandam ser compreendidos para que motivem uma prática que se aproxime qualitativamente de sua finalidade.

#### QUADRO 10

##### "Novo rol de direitos urbanísticos"

DIREITOS URBANÍSTICOS COLETIVOS
preservação ambiental
moradia nas cidades
separação entre o direito de propriedade e o direito de construir
princípio de recuperação das mais-valias urbanísticas geradas pelo investimento público
princípio da gestão democrática das cidades

Fonte: elaborada pela autora a partir de FERNANDES, 2008, p. 129.

No âmbito do urbanismo, as abordagens utilitaristas do direito, da edificatória e da política conformam fragilidades nos sistemas de produção do ambiente construído (QUADRO 11). "A organização funcionalista, privilegiando o progresso (o tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço [...]." (CERTEAU, 1994, p.173-174).

#### QUADRO 11

##### Fragilidades nos sistemas de produção do ambiente construído

ANOMIA	denota um sistema urbano carente de abordagens que considerem a edificatória como condicionante dos modos de vida dos sujeitos e da sociedade
IMEDIATISMO	falha no sistema urbano que promove o combate aos sintomas antes de abordar as causas relativas aos problemas latentes que os sintomas parcialmente manifestam
REGULAMENTAÇÃO EXCESSIVA	excesso e má formação no conjunto de regras destroem a inovação, a criatividade e o desejo de arriscar, dificultando realizar ressignificações no sistema urbano
CARÊNCIA DE SIGNIFICAÇÃO	o ambiente construído não é imune a um condicionante da contemporaneidade: sabe-se a quantia, mas desconhece-se a qualidade e o significado de seu valor
CARÊNCIA EDUCACIONAL	é preciso que se promova a educação e o exercício das competências necessárias à criação, interpretação e enfrentamento das demandas relativas ao sistema urbano
DISPLICÊNCIA	soluções que tendem à repetição, à sobreposição, à discronia denotam o enfraquecimento do diálogo entre a prática e a crítica
PRESSA	miopia temporal que não permite enxergar o que dista de mais que alguns anos

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos argumentos de Rouse *apud* Carmona (2010, p.13) e das reflexões despertadas pelos demais autores abordados neste trabalho, 2012.

### 3.1.2 A RUA E A FRUIÇÃO

"No início não é a origem, é o lugar." (LACAN, 2006, p. 12). Buscando compreender o que isso quer dizer, pode-se recorrer a dois termos tratados por Nietzsche<sup>105</sup>; que defende serem tempo e espaço preexistentes ao conhecimento. Sua idéia sobre esses elementos é de que conformam estruturas sobre as quais o conhecimento é construído, inventado<sup>106</sup>. O termo "invenção" (*Erfindung*) é apresentado em oposição ao termo "origem" (*Ursprung*). Origem remete à existência de um sentimento metafísico que estaria presente em todos os homens. O conteúdo da origem, nesse ponto de vista, inclui um núcleo a partir do qual desenvolve-se naturalmente um modelo verdadeiro e essencial. Para Nietzsche, buscar a origem da religião, da poesia e do ideal, por exemplo, não faz sentido, pois esses elementos foram inventados pelo homem em algum ponto no tempo e no espaço; em algum lugar.

A invenção apóia-se ainda sobre um terceiro elemento estrutural: uma ruptura, uma ação diante das relações que se estabelecem naquele tempo e espaço. À solenidade da origem, é necessário opor historicamente a meticulosidade dessas invenções (FOUCAULT, 2003). A fruição é precisamente uma dessas invenções. Em um determinado lugar da história (tempo + espaço), compreende-se que as percepções que o ambiente desperta no humano através de sua estrutura física e psíquica ficam registrados e participam da construção de sua consciência. Essa idéia é trabalhada por diversos pensadores, inclusive Heidegger, cuja *arché* é fundamentalmente presença e articulação (LACAN, 2006). Tornar-se sujeito da história implica

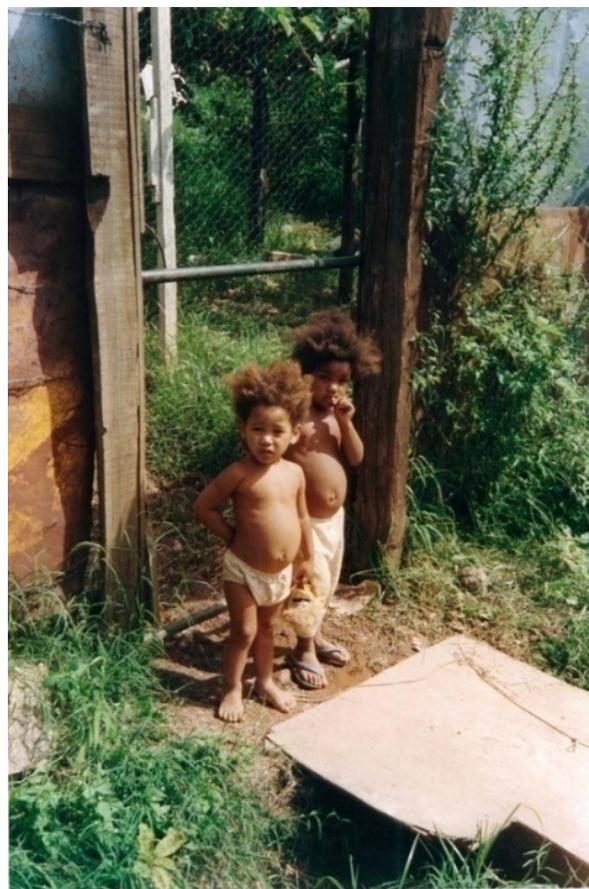


FIGURA 36 - Duas meninas na porta de casa  
Uma casa a menos de vinte metros da Avenida  
Nossa Senhora do Carmo  
(à altura aproximada do quilômetro 2 da BR356).  
Vila São Bento, Aglomerado Santa Lúcia, Belo  
Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2004.

<sup>105</sup> Filólogo e filósofo alemão Friedrich Wilhelm Nietzsche (★ 1844 †1900).

<sup>106</sup> Nietzsche *apud* Foucault (2003, p.14-21)

um contínuo inventar-se; em um processo que não decorre de uma origem cujo núcleo remonta a uma porção metafísica que conforma o humano desde seu nascimento. A condição de sujeito precisa ser criada, fabricada e o conjunto de percepções que participam da fruição dos lugares tem muito a contribuir com esse processo criativo (READ, 1964). O processo de formação da consciência divide-se em diferentes instâncias do aparelho psíquico. Enquanto um deles recebe as percepções, sem delas guardar marcas duradouras, o outro faz este trabalho. Enquanto o primeiro oferece a cada percepção uma folha branca onde são registradas; o segundo as armazena. As marcas duradouras dos estímulos recebidos são produzidas nos sistemas mnésicos situados em sua retaguarda. "O fenômeno inexplicado da consciência surgia no sistema da percepção no lugar das marcas duradouras." (FREUD *apud* DERRIDA, 1995, p.216). A consciência pode ser compreendida como a autenticação de um registro que a percepção elabora e que a memória arquiva. A teoria de Freud<sup>107</sup> esclarece que a formação da consciência é um processo psíquico e não um processo metafísico. Enquanto processo psíquico, a formação da consciência relaciona-se diretamente aos estímulos a que estão expostos os indivíduos na conjuntura formada por tempo, espaço e sociações.



FIGURA 37 - Vista panorâmica da Vila São Bento (porção central inferior da imagem)  
Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.

<sup>107</sup> Ao referir-se a uma parte do que hoje se conhece como capítulo 7 de *Traumdeutung* ("A interpretação dos sonhos") - que Freud informa ser de 1900 - Derrida afirma que esse conteúdo específico poderia ser datado de 1895, quando Freud escreveu "Projeto para uma psicologia científica", posteriormente abandonado e publicado somente após sua morte.

A conexão entre lugar e consciência lança um foco sobre a importância de se elaborarem análises estimuladas por um "querer ver"; abridor de caminhos onde brotam questões. Além de estrutura para a formação da consciência, o espaço é condição e símbolo das relações humanas (SIMMEL, 1983). O biótopo oferece ao fruidor a oportunidade de usar a ampla gama de sentidos de que dispõem suas faculdades físicas, psíquicas e intelectuais. A acolhida visual, seguida de perto pela tátil, é a que mais frequentemente se empreende ao fruir um lugar (BENJAMIN, 1969). A fruição do espaço público coletivo participa da formação da consciência com uma amplitude que ultrapassa a simples percepção da estrutura física do ambiente.

*De fato, estruturas econômicas, sociais, epistemológicas inscrevem-se no solo urbano, cujas informações por ele registradas decifram-se não apenas pela visão, mas por meio de todos os sentidos e, em particular, pela cinestesia do caminhar.*<sup>108</sup>  
(CHOAY, 2011, p. 31).

Na linguagem dos hieróglifos egípcios, a idéia de empreendimento, iniciativa (*enterprise*) era expressa pelo mesmo símbolo que a de caminhar (FIG. 38). A seqüência de significados a ele atribuídos denota uma possível ligação entre o ato de caminhar e o despertar de algo não exatamente visível: andar, parar, refletir, pasmar-se. (HILLMAN, 2001).



FIGURA 38 - Hieróglifo egípcio  
Fonte: <[www.ancientegyptonline.co.uk](http://www.ancientegyptonline.co.uk)>.

Essa seqüência de ações sintetiza as características de uma experiência concreta e única que distinguia a escola socrática de todas as filosofias que a precederam e à qual Platão deu o nome de *Thaumadzein*: o espanto com o que é, como é.

*Platão deve ter se deparado com ele pela primeira vez naqueles estados traumáticos, tantas vezes relatados, nos quais Sócrates caía de repente, como que extasiado, em total imobilidade, apenas olhando fixamente sem ver nem ouvir nada. A idéia de que esse mudo espanto é o início da filosofia se tornou um axioma tanto para Platão quanto para Aristóteles.* (ARENDDT, 2010, p. 77).

<sup>108</sup> *Effectivement, structures économiques, sociales, épistemologiques, sont inscrites dans le sol urbain dont l'information qu'il recèle est déchiffrable non seulement par l'oeil, mais au moyen de tous les sens et, en particulier, de la kinesthésie dans la marche.* Tradução da autora.

Para Platão e Aristóteles, a verdade última está além das palavras. O espanto com tudo o que é, tal como é - não relativamente a um aspecto particular, mas a uma totalidade - distingue as afirmações filosóficas das afirmações científicas. Ao tentar traduzir o estado de mudo espanto em palavras, não se começa por afirmações; mas por questionamentos. Da experiência concreta de não-saber - um dos aspectos básicos da condição humana - pode-se construir a capacidade de levantar questões. Para Platão, o que caracteriza os filósofos é o fato de se entregarem ao espanto; enquanto a maioria da população recusa-se a padecê-lo. Essa recusa recebe o nome de *doxadzein*. "*Doxa*, em outras palavras, pode se tornar o oposto da verdade, porque *doxadzein* é, de fato, o contrário de *thaumadzein*. Ter opiniões é um mau caminho no que toca àqueles temas que só conhecemos em mudo espanto com o que é." (ARENDDT, 2010, p. 79).

A conexão que os egípcios estabelecem por meio de um símbolo, a língua inglesa o faz pela troca de uma letra. Os significados de *wonder* e *wander* parecem diferenciar-se por uma distância mínima sempre a restituir (ŽIŽEK, 2009). *Wonder*, tradução do termo *thaumadzein*, expressa o sentimento misto de surpresa e admiração, mas expressa também a capacidade de imaginar. Explorada pelo escritor inglês Peter Ackroyd, essa dupla de significantes conforma ações que convidam à apreciação do ambiente construído.

*Os leitores deste livro devem caminhar e pasmar-se. Eles podem perder-se ao longo do caminho; experimentar momentos de incertezas e, ocasionalmente, estranhas fantasias ou teorias podem acometê-los. Em determinadas ruas, diversas e excêntricas pessoas vulneráveis vão parar ao seu lado, pedindo atenção. Haverá anomalias e contradições do mesmo modo que haverá irresoluções e ambigüidades. Mas também haverá momentos de revelação, quando a cidade será vista como abrigo dos segredos do mundo humano. Nesses momentos é sábio curvar-se diante da imensidão.*<sup>109</sup> (ACKROYD, 2001, p. 2).

O caminhar, por relacionar-se conjuntamente ao tempo e espaço, delinea o lugar para o empreendimento do espanto. A relação do caminhar com o registro das marcas duradouras no arquivo da consciência é explorado pelo escritor tcheco Milan Kundera:

---

<sup>109</sup> *The readers of this book must wander and wonder. They may become lost upon the way; they may experience moments of uncertainty, and on occasions strange fantasies or theories may bewilder them. On certain streets various eccentric or vulnerable people will pause beside them, pleading for attention. There will be anomalies and contradictions [...] just as there will be irresolutions and ambiguities. But there will also be moments of revelation, when the city will be seen to harbour the secrets of the human world. Then it is wise to bow down before the immensity.* Tradução da autora.

*Imaginemos uma situação das mais comuns: um homem andando na rua. De repente, ele quer se lembrar de alguma coisa, mas a lembrança lhe escapa. Nesse momento, automaticamente seus passos ficam mais lentos. Ao contrário, quem está tentando esquecer um incidente penoso que acabou de viver, sem querer acelera o passo, como se quisesse rapidamente se afastar daquilo que, no tempo, ainda está muito próximo de si. (KUNDERA, 1995, p. 42).*

A dinâmica que Kundera elucida entre o caminhar, o lembrar e o esquecer facilita o entendimento dessa relação. Um dos princípios do trabalho psíquico que culmina com o esquecimento é exatamente o repetido exercício de lembrar-se. Lembrar, lembrar, até esquecer. Cada lembrança é uma reelaboração do fato e possibilita ao sujeito posicionar-se novamente diante dele. É como se estivesse outra vez diante da mesma situação na criação de um novo modo de agir. Ele reflete sobre a situação a cada vez que se lembra dela. Seu enfrentamento se dá pela elaboração, pela lida com a questão, pelo manejo do que ela alude. Sua postura equivale à de quem retorna ao arquivo e faz mais uma leitura do conteúdo da folha para melhor apreendê-lo. A elaboração do significado daquele acontecimento permanece mesmo se o próprio desenrolar dos fatos for eventualmente esquecido. O processo que se opõe a este é o de quem esconde o registro para não ter que enfrentá-lo, mas que o está enfrentando nesse mesmo ato. Seu aparente torpor diante da realidade que procura esconder de si mesmo é um torpor falso, uma capa de indiferença que recobre um sentimento vivo que ele não consegue esquecer (PORTUGAL, 2006). O prejuízo maior é que, nesse caso, não se elabora o significado do acontecimento. O pedestre, no espaço público da rua, é um potencial fruidor. Por meio do caminhar, suas percepções estão expostas a inúmeras possibilidades de apropriação. A capacidade de subjetivação de um indivíduo - seu potencial de formação da consciência - é favorecido pelo caminhar no espaço público da rua porque ali ele está exposto aos mais diversos estímulos. Mesmo que os efeitos da fruição não sejam conscientes, o humano não lhes é refratário. A fruição o atinge e o transforma, mesmo que ele não saiba; mesmo que ele seja indiferente à influência que o espaço público da rua exerce sobre a formação da sua consciência (HILLMAN, 2001).

A fruição do espaço público da rua por meio do caminhar é instrumento importante para a ampliação da consciência, potência capaz de promover transformações na realidade. A fruição para o pedestre é como o uso do martelo para o ferreiro. Com esses procedimentos, ele não está só; o trabalho sobre a matéria, essa curiosa condensação de imagens e forças, origina uma síntese da imaginação e da vontade (BACHELARD, 1991). Essa síntese o capacita a

empreender transformações: alterar a forma e o significado das coisas tangíveis com que lida. Agente principal da fruição do espaço público da rua, o pedestre demanda uma análise de seu lugar na sociedade; a começar pela definição de seu conceito na legislação.



O pedestre é um fruidor  
Frui tão completamente  
Que chega a fruir o torpor;<sup>110</sup>  
Um torpor que deveras mente.<sup>110</sup>

FIGURA 39 - Rua Fernandes Tourinho  
Próximo à esquina com Avenida Getúlio Vargas e Rua Alagoas  
Savassi, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.

O pedestre não tem, na legislação brasileira, uma definição unânime. No Código Brasileiro de Trânsito (CBT), o termo sequer conta com uma definição. Essa circunstância foi apontada pelo PDDI-RMBH, que propõe uma definição dotada de termos como "trenó" e "polegadas", de uso raro no Brasil (MINAS GERAIS, 2011, p. 329)<sup>111</sup>. De modo a poderem identificar-se facilmente na legislação, propõe-se que os pedestres sejam considerados aqueles que caminham com algum propósito no espaço público da rua ou estão envolvidos em atividades como jogos e brincadeiras, socializando-se, trabalhando, fazendo compras, usando o mobiliário urbano, ou apenas passando o tempo. Entre esses, estão incluídos:

- a) usuários de patins, skate, cadeiras de rodas ou outros equipamentos sem rodas que assessorem a locomoção;
- b) pessoas conduzindo malas, carrinhos de mão, de compras, de bebês;

<sup>110</sup> Parafrazeando Fernando Pessoa: "O poeta é um fingidor..."

<sup>111</sup> PDDI-RMBH.

- c) pessoas de todas as idades, tamanhos e habilidades; além dos portadores de necessidades especiais, mesmo que tais necessidades não tenham relação direta com a mobilidade.<sup>112</sup> (MANUAL..., 2007).

A situação do espaço de circulação de pedestres, na legislação analisada, também denota o descaso com que é tratado. Na Lei Federal de Parcelamento do Solo (BRASIL, 6.766/79), não há qualquer menção ao passeio; apenas ao sistema viário como um todo. Não há, portanto, definição de uma largura mínima para o logradouro nem, nesse, para a área não destinada à circulação de veículos automotores e bicicletas. O CBT define o passeio como "parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas." (BRASIL, Código Brasileiro de Trânsito, Anexo I, 2008).

As escolhas que a cidade faz em um dado tempo condicionam os modos de vida de muitas gerações subseqüentes. No âmbito do uso do solo, essa conjunção de fatores certamente implica em regular melhor do que se regula hoje. A responsabilidade envolvida nesse processo é imensa; trata-se de um recurso natural não renovável. "Não há mais como tratar da questão do solo com a displicência tradicional, com a falta de compromisso jurídico-político que hoje tem caracterizado as administrações públicas em todas as esferas governamentais." (FERNANDES, 2008, p. 132).



FIGURA 40 - Bairro Funcionários, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.

Ao abster-se da austeridade necessária ao atendimento das necessidades humanas relativas ao ambiente construído, a legislação - aliada à inércia do fruidor, suposto mediador - provoca uma anomia perceptível nas ruas (FIG. 40). Parcelamentos, arruamentos e edificações que, mesmo obedecendo à legislação, geram uma ambiência urbana que desencadeia sentimentos dissidentes do envolvimento necessário ao desenrolamento.

<sup>112</sup> Conceito adaptado do manual que regulamenta as ruas inglesas e do país de Gales: Manual for Streets, 2007. Fonte: <[www.communities.gov.uk](http://www.communities.gov.uk)>.



FIGURA 41 - Rua Professor Morais  
Próximo à Rua Tomé de Souza  
Bairro Funcionários, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 42 - Rua Professor Morais  
Próximo à Rua Cláudio Manoel  
Bairro Funcionários, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 43 - Rua Germano Torres  
Próximo à rua Outono  
Bairro Carmo, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2011.



FIGURA 44 - Pedestre na ciclovia  
Avenida Professor Morais,  
próximo à Avenida Getúlio Vargas,  
Savassi, Belo Horizonte.  
Fonte: foto da autora, 2012.

Referências à utilização das qualidades do sentir não são frequentes na legislação. Essa anomia<sup>113</sup> gera uma heterogeneidade percebida no dimensionamento dos passeios e, na RMBH, denuncia a ausência de uma abordagem regulatória desse elemento.

Essa evidência é tão clara que dispensa a utilização de qualquer instrumento de medida; os objetos e a referência da escala humana captados pelo olhar são suficientes e possibilitam que a análise seja feita por qualquer pessoa.

<sup>113</sup> Ausência de leis, de normas ou de regras de organização (FERREIRA, 1994, p. 45).

Nas fotos de alguns passeios localizados na região centro-sul de Belo Horizonte, observa-se que sua largura é inferior à do veículo estacionado (FIG. 43). Na comparação entre a ciclovia e o passeio (FIG. 42 e 44), observa-se este mais estreito que aquela. Devido ao estreitamento provocado pela árvore – sem dúvidas uma qualidade que confere a algumas das ruas de Belo Horizonte um caráter extremamente agradável, o espaço restante não admite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas, nem mesmo com carrinho de bebê (FIG. 42 e 43). A condição precária da pavimentação do passeio estende essa dificuldade a todos os transeuntes (FIG. 43). O muro, alto e hermético (FIG. 40, 41 e 43), agrava essas condições na medida em que representa uma interrupção radical entre o espaço público e o privado.

As fotos dos passeios evidenciam um parcelamento do solo que não lhes confere parâmetros mínimos capazes de fazer do caminhar uma opção natural. Passeios estreitos e negligenciados elucidam a carência de uma postura voltada para a avaliação e o questionamento acerca do que toca os espaços de uso cotidiano. O papel do planejamento urbano não pode restringir-se à análise da questão fundiária e de uso do solo quando seu espaço é condição e símbolo de uma realidade sócio-econômica e política que não convém ignorar. A lida com o sistema urbano demanda a criação de princípios e práticas espaciais capazes de fomentar procedimentos dinâmicos e participativos (FERNANDES, 2008). O conjunto desses desafios elucidam questões acerca de formas e dimensões impostas ao lugar desde o embrião do espaço público da rua: o parcelamento do solo.



FIGURA 45 - Cheios e vazios do ambiente construído Siena, Itália  
Fonte: TIBBALDS, 2001, p.19.

*Siena - uma das cidades mais atraentes e amigáveis aos pedestres do mundo. Não há razão pela qual novos ambientes não tenham a mesma riqueza, organicidade, qualidades individuais, sem recorrer a reproduções submissas a cenários construídos para filmes (TIBBALDS, 2001, p.19).<sup>114</sup>*

<sup>114</sup> *Siena - one of the most attractive, pedestrian-friendly cities in the world. There is no reason why new environments should not have the same rich, organic, individual qualities, without resorting to slavish reproduction of film-set townscape. Tradução da autora.*

Se a sociedade abre mão de uma postura ativa quanto ao que é relevante às suas sociações na cotidianidade, acaba abrindo mão de direitos típicos de cidadania, entre os quais elenca-se o "direito de entorno" (YÁZIGI *apud* ABRAHÃO, 2008, p. 169). Yázigi batizou de "direito de entorno" o conjunto de questões ligadas à unidade estética, à ordenação espacial, à manutenção e adequação a portadores de necessidades especiais e idosos. Para que pudessem receber atribuições específicas no âmbito da legislação, ele o desmembrou conforme mostra o quadro 12, a seguir:

Direitos constitutivos do "Direito de Entorno"

QUADRO 12

de acesso
à reivindicação
à liberdade de ação
de circular e estacionar
à segurança física
à manutenção do espaço público das calçadas
à indenização por danos
às qualidades sonoras e atmosféricas
à limpeza e higiene
ao patrimônio ambiental urbano
à informação
à participação

Fonte: elaborado pela autora, a partir de Yázigi *apud* Abrahão (2008, p. 169-170).

O "direito de entorno", criado por Yázigi, tem grande relação com os atributos da fruição indireta, pois muitos deles não se referem necessariamente à apropriação decorrente da posse. Um ambiente dotado de um nível saudável de poluição sonora e atmosférica é um bem muito mais característico de uma coletividade que de um terreno em particular, pois suas fronteiras são inertes quanto à contenção desses fatores. O direito de usufruir de calçadas bem mantidas e adequadas ao uso ultrapassa sua habitabilidade e alcança patamares de agradabilidade<sup>115</sup>.

*A ausência estável do sentimento de agradabilidade leva justamente a um sentimento de insatisfação inclusive das pessoas que possuem uma vida individual, cujo comportamento está organizado sobre a base de uma relação consciente com a coletividade. Voltamos aqui a uma das afirmações iniciais, que determinadas*

<sup>115</sup> *Agrément*, em francês; termo usado por Françoise Choay e Pierre Caye na tradução que fizeram do *De Re Aedificatória*, de Alberti (2004).

*particularidades são também necessidades vitais do indivíduo mais evoluído.*  
(HELLER, 1977, p.400)<sup>116</sup>.

Apesar de ter aspecto - ou mesmo uma imagem simbólica no mundo real - e de, eventualmente, transmitir uma idéia clara do que significa, o termo agradabilidade não possui definição no dicionário de língua portuguesa.<sup>117</sup> Para que se convertam em elementos concretos presentes no biótopo humano, as sensações e percepções precisam percorrer um longo trajeto, que começa quando, ao se pensar a respeito delas, a imaginação as transforma em idéias. A criação de neologismos e a interpretação dos sonhos são exemplos desse trajeto.

"De primeiro as coisas só davam aspecto / Não davam idéias." (BARROS, 2000, p. 85). A distância que se estabelece entre o nome e a coisa é o espaço não só da diferença que guardam entre si, mas também lugar onde habita o simbólico; que pode variar para cada indivíduo. A distância que separa o simbólico da realidade é extensa e a forma mais saudável de acessá-la é por meio da imaginação (PANOFSKY, 1994). Esse é o mecanismo de criação do neologismo; precisamente o que Alberti faz quando cria *ichiarca* e atribui a esse significante o significado "daquele que comanda com doçura e tem uma autoridade marcada pela bem-querência" (BENSIMON, 2011). Os aspectos que a agradabilidade pode eventualmente assumir no mundo concreto, apesar de sua aparente semelhança com a idéia produzida pela reflexão a seu respeito, sob muitos aspectos a contradiz. A imagem pode estar tão afastada da idéia quanto seu significante; seu "nome". O significante agradabilidade, neste exemplo, é o instrumento gráfico com cuja ajuda o pensamento, submetido à necessidade de comunicação, exprime suas reflexões (PANOFSKY, 1994).<sup>118</sup>

Precisamente pós-moderna, a teoria freudiana acerca dos sonhos admite que estes podem ser esquecidos ou mesmo apenas superficialmente considerados; mas que também podem ser lembrados e interpretados com seriedade. Suas conexões com a realidade, registradas

---

<sup>116</sup> *Pero la ausencia estable del sentimiento de agradabilidad lleva - justamente - a um sentimiento de insatisfacción incluso a las personas que poseen una vida individual, cuyo comportamiento está organizado sobre todo, o al menos en parte, sobre la base de una relación consciente con la genericidad. Volvemos aquí a una de las afirmaciones iniciales, que determinadas particularidades son también necesidades vitales del individuo más evolucionado.* Tradução da autora.

<sup>117</sup> FERREIRA, 1994.

<sup>118</sup> Na tradução francesa dessa obra do crítico e historiador de arte alemão Erwin Panofsky, há uma nota de rodapé que esclarece o uso que o filósofo grego Platão faz da dupla significado-significante, também explorada pelo psicanalista francês Jacques Lacan. A nota diz: "Sabemos que, especialmente no Crátulo (430e-432c), Platão elucida metaforicamente o nome como retrato [...] da coisa, antes de defini-lo, mais conceitualmente, como sua imagem. "Essa definição de certo modo 'iconográfica' da linguagem institui entre os nomes e as coisas uma relação 'mimética' ou de 'representação', que significa referência e diferença, em todo caso 'afastamento' do nome em relação à coisa." (PANOFSKY, 1994, p.10).

primeiramente no inconsciente, podem ser frutíferas para a conscientização de questões caras ao sujeito. Mas a construção dessa interpretação é um trabalho criativo, análogo à interpretação de uma obra de arte. O uso das qualidades do sentir na fruição do ambiente construído constitui lugar para elaboração de registros capazes de tornar o sujeito mais consciente de si (corpo físico e psíquico), do ambiente e das relações que os permeiam (relações humanas que ocorrem no e com o espaço). Esses elementos - corpo, ambiente externo e relações - resumem, segundo Freud (2010), as fontes do sofrimento humano; lugares onde também não se esgotam as fontes de prazer e contentamento. A consciência dessa ambigüidade elucida a importância de haver-se com a realidade; manejá-la de modo a aumentar a satisfação e diminuir o sofrimento.

As idéias - fruto de um olhar atento e crítico sobre o cotidiano e expressão de alguma falta que nele se faz perceber - empreendem um ardo labor até se converterem em palavras. Assim como os particulares - que se transformam em sujeitos - e os fatos - que se transformam em *res* - o trajeto das palavras jamais termina. A linguagem é o veículo de maior influência constitutiva sobre a consciência (RICOEUR, 2005). Apenas depois que as ideias se manifestam em gestos e elevam-se acima das particularidades, tornam-se cultura e podem conformar as demandas de uma coletividade. Os efeitos desse trajeto incluem inspirar leis oriundas de uma demanda coletiva e legítima.

*Sem a linguagem, não teríamos ideias gerais, pois é a palavra que, ao fixá-las, dá aos conceitos consciência suficiente para que possam ser comodamente manipuladas pelo espírito. Foi, portanto, a linguagem que permitiu nos elevarmos acima da pura sensação e não é necessário demonstrar que a linguagem é, essencialmente, uma coisa social. (DURKHEIM, 2010, p.43).*

O sentimento de insatisfação do pedestre com os espaços disponíveis ao seu caminhar pode induzi-lo, por defesa, à indiferença e ao ceticismo em relação ao seu poder de transformá-los e à sua própria realidade. Ocorre com frequência a atribuição heterônoma de agradabilidade e habitabilidade a elementos da arquitetura e da cidade produzidos para serem consumidos. Essa inversão transforma direitos típicos da cidadania em questões de poder aquisitivo e converte uma relação com cidadãos em uma relação com consumidores. A civilidade e o exercício das percepções passam a fazer parte de um pacote comprado como "consumo do lugar", espaços de sociabilidade, "lugares de consumo". Interações capazes de aprimorar a edificação da condição humana, são - na prática sócio-espacial contemporânea -

freqüentemente substituídas por soluções para as quais não há envolvimento dos fruidores (ABRAHÃO, 2008). A concepção do ambiente construído segundo essa heteronomia passa a fazer parte de uma dinâmica em que o próprio objeto supostamente carrega, em si, os resultados da interação que lhe seria dado estabelecer tanto na concepção quanto na manutenção desse espaço. Essa circunstância aproxima o ambiente construído de um objeto fetiche. Ele desvia a energia do processo interativo e imaginativo para a materialidade do próprio objeto, e abstém o fruitor de enfrentar e assumir o comprometimento e a responsabilidade que tornam esse relacionamento uma via de mão dupla destinada à ampliação de sua consciência. O fetiche tem a habilidade de substituir a consciência da realidade por uma ilusão da realidade. Essa ilusão é mais confortável - não exige trabalho - e o fetichista apóia-se nela para não encarar a realidade com todo o seu peso. "[...] aquilo que o fetiche dá corpo é exatamente o meu desmentido do conhecimento, a minha recusa em assumir subjetivamente o que sei." (ŽIŽEK, 2011, p. 285). Essa compreensão do fetiche facilita o entendimento de algo que contrasta com ele: o sintoma; que incorpora o conhecimento recalcado, a verdade sobre o fato ou objeto que o sujeito não está pronto a aceitar. Frequentar ou produzir prioritariamente ambientes-fetiche pode ser sintoma de uma patologia que a sociedade ou não detectou em si mesma ou não está pronta a assumir. O fetiche é seu aliado na fuga dessa consciência, enquanto o sintoma manifesta-se nos recalques. Se os elementos que compõem o espaço público - cuja existência e qualidade configuram o direito de entorno - deixam a desejar; podem ser analisados como exemplos desses recalques.

*De fato o fetiche é um tipo de avesso do sintoma. Ou seja, o sintoma é a exceção que perturba a superfície da falsa aparência, o ponto em que a Outra Cena recalcada irrompe, enquanto o fetiche é a encarnação da mentira que nos permite sustentar a verdade insuportável. (ŽIŽEK, 2011, p.298).*

Se a relação com o ambiente construído é como a relação do fetichista com o seu objeto fetiche, para este é transferida a energia que deveria estar na interação entre os dois. O espaço público construído a partir do diálogo e da interação cotidiana em sociações abriga tanto uma configuração física quanto práticas e dinâmicas coletivas que tornam possível deles fazer uma leitura que relaciona a prática da cidadania com a materialidade do espaço público (GOMES, 2002). Essa habilidade é aderente à estrutura humana, mas não se efetiva sem esforço. Há que se começar de algum lugar. Uma hipótese são os espaços cotidianos; aqueles em que a fruição espera, à soleira da porta, o momento de motivar a ação.

### 3.1.2 A RUA E O COTIDIANO

O espaço público não é a negação do espaço privado. Se assim for, aquele transmite mais os sentimentos ligados ao estranhamento que os que promovem o envolvimento. O envolvimento implica em uma vida pública ativa, estreitamente ligada às questões caras às associações cotidianas locais e a uma condição cívica de maior amplitude. O lugar de ocorrência desse envolvimento não é determinado por suas características físicas, mas pelas possibilidades de acesso e participação que oferece a qualquer pessoa. Um lugar que se ofereça para o encontro das diferenças; convivência das ambigüidades e singularidades onde o exercício do direito e da política seja legítimo e irrestrito. Esse terreno da vida em comum, regido pelas regras de civilidade, é lugar para a prática da cidadania (GOMES, 2002). A assimilação das ambigüidades pós-modernas, se tomadas como operador capaz de otimizar a compreensão de questões anteriormente tidas como essencialmente dicotômicas, aplica-se também ao ambiente construído. Introjetadas, as ambigüidades possibilitam a fruição e a produção de um espaço que nem é totalmente público, nem totalmente privado. No âmbito do espaço público da rua, esse espaço de transição recebe o nome de "zona de fronteira"<sup>119</sup> (GEHL, 2006). As fachadas das edificações e os meios através dos quais elas interagem com o passeio, delimitam um espaço público cotidiano para o exercício das qualidades do sentir e a prática política e social. O conjunto que compõem produz um som, cuja harmonia depende do uso que é feito das regras que os conformam.

A "zona de fronteira" é, para o fruidor do espaço público da rua, um objeto de fruição direta e indireta. Não necessariamente circunscrita à posse, a relação do fruidor com o passeio e as fachadas não lhe atribui tarefas diretamente ligadas à sua conservação; o que não o impede de manter com eles uma estreita ligação. A abordagem estética da "zona de fronteira" explicita sua condição como superfície de contato, pois tanto expõe o apreciador à presença dos elementos que a fruição indireta desperta, quanto o coloca diante da possibilidade de uma postura ativa no exercício de suas habilidades sociais e políticas. A superfície de contato contém elementos fundamentais a estimular o envolvimento do sujeito com a alteridade. A forma como os edifícios interagem com o espaço público da rua, o grau de mistura de usos do solo, os horários de funcionamento das atividades que se abrem para o espaço da rua, o público que atraem e sua quantidade e diversidade são alguns dos aspectos capazes de colocar em relação os sujeitos e o ambiente público que freqüentam e pelo qual se interessam. Esses

---

<sup>119</sup> "Edge zone". Tradução da autora.

fatores somam-se a características do próprio espaço público da rua, como o quanto é agradável, arborizado, seguro. A disponibilidade de espaço para que a fruição aconteça e faça-se acompanhar das interações humanas que a enriquecem tem características tanto qualitativas quanto dimensionais; evidência apontada por Walter Benjamin (2007, p.98): "[...] finalmente aqui pode-se parar sem remorsos na frente das vitrines e seguir seu caminho sem ter que flunar de forma compartilhada, na marcha serpenteante para que a estreita calçada acostumou a maioria das pessoas."<sup>120</sup>.

A largura do passeio condiciona sua atuação efetiva como lugar de encontro com o outro e com as coisas; potencialidade determinada pelo parcelamento do solo. O custo social de um parcelamento ou de intervenções desatentas à *aisthesis* pode ser alto; e aumentar, se acompanhado de uma legislação que ignore ou omita-se diante da influência que o ambiente construído exerce sobre a natureza humana e também sobre o seu processo de desenrolamento.

O direito é criado e se fortalece a partir das questões despertadas pela lida com a propriedade (CAYE, 2008). A ligação entre o exercício do direito e o haver-se com a propriedade circunscreve a fruição; que não ocorre apenas em torno da posse. A fruição conduz a uma apreciação localizada do espaço de modo que se possam elaborar diretrizes específicas que conduzem seu processo de transformação. Essas diretrizes são responsáveis por conferir aspecto aos princípios que regem a própria sociedade que as definiu (ŽIŽEK, 2009). Esse mecanismo recíproco é uma das virtudes da lei que, por sua vez, estabelece uma estrutura no interior da qual os cidadãos estão entregues à potência da ação (ARENDT, 1998). Porém, a realidade da legislação não reflete esses princípios.

As sociações constituem oportunidades para o encontro de singularidades (SIMMEL, 1983). Entre as habilidades que o humano constrói e fortalece nessas sociações está a política (ARENDT, 1998). A política é exterior ao homem, ela se forma e se estabelece no espaço entre eles; no debate público partilhado das questões e decisões que dizem respeito à coletividade (ŽIŽEK, 2011). A compreensão do termo política é fundamental à aplicação de seu conteúdo,

---

<sup>120</sup> [...] here at last one may stop without compunction in front of shopwindows and go on one's way without partaking in the loitering serpentine gait to which the narrow pavements have accustomed most people. Tradução da autora.

pois as decisões políticas acerca de questões (*res*) abordadas pela coletividade, transformam-se em políticas (públicas): procedimentos e ações que intentam realizá-las no mundo concreto.

Na lei que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a autoridade licenciadora pode definir, complementarmente, diretrizes relacionadas à infraestrutura básica e complementar (BRASIL, 11.107/2005, art. 25, III). Apesar de ser delegada a uma instância inespecífica, há licença jurídica para que instituições políticas definam os parâmetros que desejam para o espaço público da rua. Entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Vespasiano explicita em sua legislação uma largura mínima para o passeio em novos loteamentos (TAB. 1):

TABELA 1

Larguras mínimas de vias e passeios para novos loteamentos em Vespasiano, MG

COMPONENTES DAS VIAS	VIA ARTERIAL	VIA COLETORA	VIA LOCAL	VIA DE PEDESTRE
Faixa de passeio	6,00m	5,00m	4,80m	4,00m
Largura pista de rolamento	12,00m	10,00m	7,20m	-
Ciclovias	2,00m	-	-	-
LARGURA TOTAL <sup>121</sup>	20,00m	15,00m	12,00m	-

Fonte: VESPASIANO, 003/2007, art. 78.

Na legislação dos demais municípios analisados, predomina o padrão apresentado pela lei federal 6766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e determina, em sua redação original, um percentual mínimo de 35% da gleba a ser loteada para áreas destinadas a sistema de circulação, implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público (BRASIL, 6766/1979, art. 4, I, 1°). A redação desse parágrafo foi modificada pela Lei federal 9785/99, que eliminou o percentual mínimo anteriormente definido, delegando à legislação municipal a tarefa de definir índices urbanísticos que incluíssem áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento.

*A legislação municipal definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação*

<sup>121</sup> Para Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1988, p.98-100), 23m constitui boa referência de largura mínima para as ruas. Diversas configurações de disposição dos componentes da rua são explorados com essa dimensão total. Nesses modelos, o passeio tem, de cada lado da via, 3m de largura. E há um modelo e que, de um dos lados, o passeio tem 8m de largura.

*do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento. (BRASIL, 6766/1979, art. 4, I, 1º)<sup>122</sup>*

Nota-se que o espaço destinado ao uso público, anteriormente referido apenas em termos percentuais - portanto sem distinção entre ruas, equipamentos urbanos e comunitários - não é sequer mencionado pela nova redação. A liberdade de legislar sobre esse aspecto concreto da cidadania soma-se ao rol de responsabilidades de cada município (FIG. 46).



FIGURA 46 - Bairro Jardim Canadá, Nova Lima (RMBH)  
Fonte: foto da autora, 2011.

Na RMBH são freqüentes os casos em que o percentual da redação original ainda é o que determina a metragem das áreas não parceláveis nos projetos de parcelamento do solo. Alguns desses casos são explicitados na tabela 2. No caso do município de Belo Horizonte, o percentual<sup>123</sup> era de 35%, incluindo o sistema viário. Depois da licença concedida pela lei federal 9785/99, o percentual mínimo das áreas não parceláveis passou a ser de 15%, excluído o sistema viário. Isso significa que, em Belo Horizonte, as vias de circulação do loteamento não precisam corresponder a padrões mínimos nem de percentual de área a ser por ele ocupado, nem de larguras mínimas exigidas das pistas de rolamento ou dos passeios. O Plano Diretor de Ribeirão das Neves determina, entre as diretrizes do sistema viário, "uma área de caminamento para pedestres com, no mínimo, 1,5m de largura, sem ocupação por mobiliário urbano, conforme disposto no Código Brasileiro de Trânsito" (RIBEIRÃO DAS NEVES, 36/2006, art.17). Vespasiano e Ribeirão das Neves, por terem levantado a questão acerca da necessidade de definição de larguras mínimas dos componentes de seu sistema viário, inauguram um exemplo a ser seguido pela legislação urbanística.

<sup>122</sup> Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999, ao §1º do art.4 da Lei 6766/1979, que originalmente tinha a seguinte redação: "A percentagem de áreas públicas prevista no inciso I deste artigo não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000 m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida."

<sup>123</sup> BELO HORIZONTE, Lei 7166/96, art.21.

TABELA 2

Percentual de áreas não parceláveis - loteamentos em municípios da RMBH

Município	Instrumento jurídico	Percentual mínimo não parcelável da gleba, exceto o sistema viário	Percentual mínimo não parcelável da gleba, incluído o sistema viário
Belo Horizonte	Lei 6766/1979, art. 4 <sup>124</sup>	15%	-
Contagem	Lei 3.015/1998, art. 104 <sup>125</sup>	15%	-
Nova Lima	2007/2007, art. 223, VIII <sup>126</sup>	24%	30% <sup>127</sup>
Ribeirão das Neves	Lei 82/2009, art.8, 1 <sup>o</sup> <sup>128</sup>	15% <sup>129</sup>	-
	Largura mínima de 1,5m para a "área de caminamento de pedestres" (36/2006, art.17)		
Vespasiano	Largura mínima das vias de circulação conforme tabela 1		

Fonte: elaborado pela autora, 2012.

O quesito largura do passeio, por ser facilmente percebido pelos fruidores, tem o potencial de elevar-se à categoria de questão e promover o afloramento de demandas e necessidades referentes não só ao espaço público da rua, mas também ao ambiente construído como um todo. Não se trata de arbitrar uma largura mínima aplicável a todos os casos, mas trazer à tona a relevância e os efeitos que essas dimensões exercem sobre os indivíduos e a sociedade. Abordada pela lei como parte do sistema viário, a rua é frequentemente negligenciada como lugar, em prol do papel de ligação que lhe é dado exercer.

*Enquanto Ligação, uma rua existe para os usuários passarem tão rapidamente e convenientemente quanto possível, no sentido de minimizar o tempo de deslocamento. Como Lugar, a rua é ela própria um destino, onde as pessoas são encorajadas a gastar seu tempo. A função de lugar procura otimizar as funções sociais, econômicas e políticas da rua. A maior parte das ruas, em diferentes gradações, exerce ambas as funções<sup>130</sup> (BOUJENKO; JONES; MARSHALL, 2007, p. 6).*

A rua oferece incontáveis estímulos ao exercício das percepções que motivam a ação do sujeito rumo à transformação de sua realidade. Mas ela é também lugar de manifestação de

<sup>124</sup> Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Belo Horizonte, alterada pela lei municipal 9959/2010.

<sup>125</sup> Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Contagem.

<sup>126</sup> Plano Diretor do Município de Nova Lima, aprovado em 28 de agosto de 2007.

<sup>127</sup> Desses 30% da gleba que não são passíveis de parcelamento, 60% deverão tornar-se áreas verdes e 20%, uso institucional; o que confere 18% do total para áreas verdes, 6% para uso institucional e apenas os 6% restantes para os demais benefícios públicos entre os quais deduz-se que esteja incluído o sistema viário.

<sup>128</sup> Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Ribeirão das Neves.

<sup>129</sup> No caso de Ribeirão das Neves estão excluídos deste percentual o sistema viário e as praças.

<sup>130</sup> *As a Link, a street is designed for users to pass through it as quickly and conveniently as possible, in order to minimise travel time. As a Place, the street is a destination in its own right, where people are encouraged to spend time. The Place function seeks to enhance the street's social, economic and community functions. Most streets perform both functions, to varying degrees.* Tradução da autora.

sintomas que denotam o *abusus* da *aisthesis*; entre os quais destacam-se tanto a fetichização quanto o desleixo. Ambos testemunham a heteronomia e a alienação que colonizam o espaço público da rua quando ao "outro" é atribuído o manejo do que diz respeito a todos. Em quaisquer dos casos, a rua é espelho das características de uma sociedade. Notam-se, na RMBH, superfícies de contato dotadas de elevados padrões de qualidade, que talvez não sejam difundidas ou legisladas com o rigor que merecem. Na mesma rua, há trechos que conferem agradabilidade à duração de uma caminhada e trechos inóspitos a elas. Assim como Krespel enxerga, a cidade conhece boas soluções, sabe praticá-las e tem licença jurídica para tanto. Resta definir o que deseja para seu espaço; assumir a responsabilidade de manejá-lo e trabalhar as regras com que irá delineá-lo. Regras que, como as da linguagem, unifiquem sem homogeneizar. Essas medidas demandam um olhar que não se contenta em ver apenas um reflexo, mas que elabora compreensões e imaginam lugares à luz do conhecimento e das evidências apontadas pelo que se dá a apreciar cotidianamente no mundo concreto. Alternativas podem estar mais próximas que distantes e, eventualmente, no mesmo quarteirão.



FIGURA 47 - Rua Cláudio Manoel  
Próximo à esquina com rua Professor Morais  
Bairro Funcionários, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 48 - Rua Germano Torres  
Próximo à esquina com rua Maria Alves  
Bairro Carmo, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.

Os pontos de vista das figuras 48 e 43 estão a menos de 20m de distância e no mesmo quarteirão. A esquina que se vê na figura 48 aparece na figura 29. As figuras 41, 42 e 44 retratam a mesma avenida, sendo que a distância entre 42 e 47 é de aproximadamente um quarteirão. A avenida das figuras 49, 50 e 52, no traçado urbano, é a continuação da que aparece nas figuras 40, 41, 42 e 44.



FIGURA 49 - Avenida Bernardo Monteiro  
(continuação da Avenida Professor Moraes)  
esquina com Rua Aymorés  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 50 - Avenida Bernardo Monteiro  
Entre Avenida Brasil e Avenida Professor Alfredo  
Balena - Feira de Comidas Típicas, aos sábados  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 51 - Rua Paraíba  
Entre Avenidas Cristóvão Colombo e Getúlio  
Vargas  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 52 - Avenida Bernardo Monteiro  
Próximo à esquina com Avenida Afonso Pena  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 53 - Rua Antônio de Albuquerque  
Entre Ruas Sergipe e Levindo Lopes  
Fonte: foto da autora, 2012.



FIGURA 54 - Rua Levindo Lopes  
Entre Ruas Fernandes Tourinho e Antônio de  
Albuquerque  
Fonte: foto da autora, 2012.

### 3.2 A RUA EM PROSPECÇÃO

*Quero enxergar as coisas sem feito.*  
(BARROS, 2000, p.63)

A rua é um dos campos de ação onde o sujeito interage com a coletividade. Elevar a rua à condição de questão gera frutos na forma de manifestos e demandas por políticas públicas; onde são definidas prioridades administrativas e a comunidade exige que a lei reflita suas demandas específicas. A verdadeira política só pode ser gerada em relação às necessidades específicas de um âmbito local. (ŽIŽEK, 2011, p. 399). Disciplinando o agir pela regulação dos procedimentos, o exercício do direito colabora com a prática política para, juntos, conferirem aspecto e significado ao espaço onde a vida pública acontece.

*A questão por ruas mais seguras, atraentes e agradáveis nunca foi mais importante. As ruas são elementos-chave para a criação de ambientes onde se possa caminhar e otimizar a qualidade de vida em toda comunidade. Seu papel é indispensável:*

- *na redução das emissões de carbono;*
- *na conquista por uma condição melhor de saúde;*
- *na redução dos engarrafamentos;*
- *no processo de reconectar as pessoas às suas comunidades locais;*
- *na melhoria da qualidade de vida;*
- *no suporte às economias locais sustentáveis.*

*Living Streets acredita que é preciso fazer viverem as ruas dando mais prioridade às pessoas. Queremos ver todas as comunidades aproveitando suas ruas e que as melhores condições possíveis sejam criadas no sentido de fazer da caminhada a escolha mais natural.*<sup>131</sup> (LIVING STREETS, 2011)<sup>132</sup>

O caminhar é prescrito como instrumento importante a serviço do trabalho psíquico, do condicionamento cardíaco, do combate à obesidade. Os médicos são incentivados pelas políticas públicas de saúde a prescrever as caminhadas como terapia preventiva e de combate a doenças (LIVING STREETS, 2011). James Hillman<sup>133</sup>, psicólogo americano, dedicou estudos à relação entre cidade e caminhar: "Quando é necessária uma prescrição para nos lembrar de caminhar, significa que vivemos mesmo em um novo mundo estranho, onde algo fundamental foi esquecido." (HILLMAN, 2001).

<sup>131</sup> *The case for safe, attractive, enjoyable streets has never been greater. Streets are key to creating a walkable environment and improving quality of life for every community. Their role is indispensable in reducing carbon emissions, improving health, reducing congestion, reconnecting people to their local communities, improving quality of life and supporting sustainable local economies. Living Streets believes we need to bring our streets to life by providing greater priority for people. We want to see all communities able to enjoy their streets, and the best possible conditions created to make walking the natural choice.* Tradução da autora.

<sup>132</sup> "Manifesto escocês por ruas vivas". Tradução da autora.

<sup>133</sup> James Hillman (★1926 †2011), psicólogo americano.

A retórica da caminhada, arte de moldar percursos, define um fenômeno pelo qual um sistema de comunicação oferece maneiras de expressar singularidades. Esse sistema de comunicação do sujeito consigo mesmo e com o âmbito público é uma poderosa ferramenta para a ampliação da consciência. Por meio do caminhar, o pedestre percebe potencialidades, nele e no espaço em que se insere. "Caminhar é ter falta de lugar." (CERTEAU, 1994, p.183). É estar alternadamente presente e ausente; é ser privado de lugar e ao mesmo tempo ter múltiplos lugares de onde observar o mundo e a si mesmo. O caminhar fornece ao indivíduo espaço e tempo para elaboração da visão crítica e definição da posição a ser tomada no campo coletivo de jogo. Uma das tarefas do âmbito político consiste em resgatar as virtudes de uma postura coletiva e consciente frente aos acontecimentos e circunstâncias que constituem sua realidade. "Nas condições presentes de transição, a atenção deve ser concentrada na capacidade de ver o formal no informal e o informal no formal." (SANTOS, 2010, p.109).

O PDDI-RMBH agrega chamadas a diversas políticas, entre elas a "Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano". Consiste de um conjunto de programas, projetos e ações interdependentes que podem criar condições para a autonomia da produção do espaço cotidiano na escala local (MINAS GERAIS, 2011, p. 358)<sup>134</sup>. Um aspecto fundamental seria, segundo esse Plano, programar medidas que ponham limites à atuação do setor imobiliário privado sobre o território. "Trata-se de facilitar o engajamento da população na produção do espaço micro local. Os esforços de cada prefeitura devem confluir com esse engajamento, respeitando o contexto específico do município e suas potencialidades." (MINAS GERAIS, 2011, p. 361)<sup>135</sup>. Mais uma vez constata-se a licença para que as associações trabalhem na definição de suas necessidades e na implementação de medidas que lhes possibilite o atendimento. A postura dos particulares de sempre esperar que o "Outro" faça por ele - seja o governo ou qualquer outra instância instituída pelo poder da democracia representativa - demanda ser substituída por uma postura ativa de sujeitos que praticam a democracia no cotidiano. Essa é a "política emancipatória radical", de que fala Žižek (2011, p. 306). "Não somos livres para propor ou adiar a questão: ela nos é proposta, ou melhor, imposta pelas próprias coisas, pelos fatos, pelas necessidades do viver." (DURKHEIM, 2010, pag. 73).

---

<sup>134</sup> PDDI-RMBH.

<sup>135</sup> PDDI-RMBH.

Partidário dessa política emancipatória radical, Carlos Nelson Ferreira dos Santos preocupava-se em registrar as especificidades sócio-espaciais das áreas de intervenção em que trabalhava. Procurava mostrar o lugar público urbano, em especial as ruas das cidades produzidas pouco a pouco no desenrolar da história. Para ele, esse lugar era imprescindível à vitalidade da vida pública. Ele considerava a rua um meio fundamental de elaboração de cidadania e civilidade (ABRAHÃO, 2008).

*Centros urbanos são fontes abertas e inesgotáveis de idéias que saltam de seu simbolismo escancarado e são todos os dias decodificadas, absorvidas e reelaboradas nas ruas, nas praças, nos meios de transporte, nos locais de trabalho, em todo o canto.* (SANTOS, 1988, p.46).

Está em campanha em Londres a definição do limite máximo de 20mph (aproximadamente 32Km/h) para os veículos transitarem nas ruas. A justificativa apresentada pela população é de que, acima desse limite, a rua torna-se insegura e deixa de exercer seu poder de atrair e bem recepcionar as pessoas, agindo como pouco mais que corredores para o tráfego. Evitando priorizar o papel de ligação em detrimento do papel de lugar, o bairro de *Islington* - que pertence a *Westminster* e faz limite ao norte com a *City* - foi o primeiro a instituir e adotar a regulamentação desse limite de velocidade: "Ao introduzir o limite de 32Km/h nessas ruas, procura-se torná-las mais seguras, vibrantes e atraentes em torno das quais prosperem tanto as comunidades quanto os negócios locais"<sup>136</sup>. (CITY..., 2011). Importante salientar, contudo, que *Islington* é um bairro amplamente atendido pelo sistema de metrô e trens urbanos; o que significa que a decisão de limitar a velocidade praticada nas ruas não compromete o acesso rápido dos cidadãos aos endereços a que se destinam. Medidas que interfiram na velocidade ou na quantidade de veículos<sup>137</sup>, se não acompanhada por um sistema digno de transporte público coletivo, é hipócrita e demagógica; inserindo-se mais na esfera do subterfúgio que de uma contribuição efetiva para o processo de desenrolamento.

O levantamento de questões é um instrumento que precisa ser elaborado artesanalmente e seu incentivo primeiro ocorre por meio da educação. O âmbito tangível do espaço público da rua não é resultado sem que seja também instrumento desse processo de formação da consciência. O manejo de suas questões e da diversidade de sua materialidade constitui ferramenta

<sup>136</sup> *Introducing 20mph on these streets would immediately make them safer, more vibrant and more attractive streets around which communities and local business could thrive.* Tradução da autora.

<sup>137</sup> O acesso de carro a uma área específica do centro de Londres submete o proprietário do veículo a uma tarifação por uso do sistema viário, chamada *Congestion Charging*. É por meio dessa tarifa que o proprietário ressarcia a coletividade do aumento na frequência e intensidade dos congestionamentos que o uso de seu veículo provoca.

pedagógica valiosa tanto para a formação cívica quanto para o treinamento técnico de profissionais diretamente relacionados à elaboração de seus princípios e de sua produção (FIG 55 e 56).



FIGURA 55 - Rua no bairro Jardim Canadá  
Fonte: foto da autora, 2010.



FIGURA 56 - Avenida Luiz Paulo Franco  
Próximo ao BH Shopping, Belvedere, Belo Horizonte  
Fonte: foto da autora, 2012.

### 3.3 A RUA E SEU PAPEL PEDAGÓGICO

*É preciso ser um errante do pensamento.  
Ter a humildade de seguir as pistas  
daquilo que se apresenta empiricamente.  
(MAFFESOLI, 2009, p. 3)*

As questões suscitadas pela rua denotam sua participação na formação e ampliação do caráter humano no homem. A rua exige dele habilidades que se relacionam à sua condição de ser social e capaz de usar a criatividade para oferecer respostas e elaborar perguntas mas também para, a cada tempo, propor novas respostas para as mesmas perguntas (CASTORIADIS, 2007). Essas competências não são gratuitamente inerentes ao homem, mas propensões com as quais freqüentemente nasce e que precisam ser praticadas para que se tornem efetivamente suas. Essa conquista não deixa de exigir dele algum esforço. Não é um processo espontâneo, apesar de tornar-se, a um certo ponto, voluntário. Oferecer oportunidades para a prática dessas habilidades é essencialmente função da educação. "Educação compreende até mesmo os efeitos indiretos produzidos sobre o caráter e as faculdades do homem por coisas cujo objetivo é totalmente distinto: as leis, as formas de governo, as artes industriais [...], os fatos físicos [...]." (DURKHEIM, 2010, p. 25). Nesse sentido, há um enorme potencial pedagógico na materialidade do espaço. Existe uma educação que se forma a partir do relacionamento do homem com o ambiente construído. Refletir sobre as questões dessa relação e atribuir-lhe importância são tarefas do que se poderia chamar de pedagogia do ambiente construído. Através da educação o homem transforma o mero existir na assunção de direitos e deveres; de simples ser vivo ele se torna presença. E presença não é sem envolvimento. Assim, o ambiente que ele habita não é apenas um suporte para sua existência; através da educação, ele o converte em um mundo submetido a regras de civilidade (FREIRE, 2011). "Uma cidade é um lugar onde um garoto, ao andar por ela, pode ver algo que lhe contará o que ele quer fazer por toda a sua vida."<sup>138</sup> (KAHN<sup>139</sup> *apud* SCULLY, 1962, p.12). O papel pedagógico da rua depende de disponibilidade e disposição. A disponibilidade de um ambiente propício ao envolvimento e a disposição dos sujeitos em, com ele, envolver-se.

A educação possibilita a proximidade na distância. Enquanto a distância garante que o apreciador não se confunda com o objeto - condição semelhante a afastar o fato da questão - é a proximidade que lhe permite apreendê-lo. A partir dessa conscientização, ele passa a

<sup>138</sup> *A city is a place where a small boy, as he walks through it, may see something that will tell him what he wants to do his whole life.* Tradução da autora.

<sup>139</sup> Louis Isadore Kahn (★ 1901 ou 1902 † 1974), arquiteto naturalizado americano, nascido na Estônia.

administrar uma "distância mínima" a ser mantida com as coisas, de modo a não se oprimir diante dos fatos nem alienar-se pela sua excessiva abstração (ŽIŽEK, 2009). Por meio dessa habilidade, o apreciador transforma o mero suporte em um mundo, e seu estar nele, em uma presença; a quem é facultada a percepção estética do conjunto das coisas. Ao refletir sobre o que vivencia, ele constrói sua compreensão de mundo; que se estende para a compreensão de si mesmo. "A primeira e mais importante coisa que você precisa fazer é perceber o modo como se sente por meio de uma cidade" (BENJAMIN *apud* VIDLER, 2000, p. 84). Esse potencial pedagógico do ambiente construído não pode ser desprezado, pois uma das funções da educação consiste em suscitar estados físicos e mentais indispensáveis à sociedade à qual pertence o indivíduo.

*É a sociedade, com efeito, que nos retira de nós mesmos, que nos obriga a ter em conta interesses além dos nossos, é ela que nos ensina a dominar nossas paixões, nossos interesses, a regrá-los, a nos incomodar, a nos privar, a nos sacrificar, a subordinar nossos fins pessoais a fins mais elevados. Todo o sistema de representação que inclui em nós a idéia e o sentimento da regra, da disciplina, tanto interna quanto externa, foi a sociedade que o instituiu em nossas consciências. Foi assim que adquirimos essa força para resistir a nós mesmos, esse domínio sobre nossas inclinações, um dos traços distintos da feição humana, tanto mais desenvolvido<sup>140</sup> quanto mais somos plenamente humanos. (DURKHEIM, 2010, p. 42).*

Essa pedagogia do ambiente construído promove sua investigação científica sem afastá-lo da apreciação estética. Eleva os fatos à condição de *res*, concentra-se em investigá-los constatando o que representam e como se apresentam independentemente de suas conseqüências práticas. Não se ocupa em saber se o que descobre é agradável ou desconcertante. Seu papel é exprimir a realidade e não julgá-la (DURKHEIM, 2010). A pedagogia do ambiente construído é uma questão teórica que apresenta-se fecunda em aplicações práticas, pois dedica-se a refletir sobre o potencial cognitivo do ambiente construído; que não se restringe à escola. Está presente na formação de uma condição cidadã. O levantamento de questões, através do exercício político no interior das sociações locais e cotidianas, pode levar à transformação do conteúdo e teor das leis que estruturam o espaço; motivada pelas reflexões e resignificações que a fruição deste pode suscitar.

---

<sup>140</sup> Traduzido por "desenvolvido", Durkheim usa o verbo *developper* que, em francês, quer dizer evoluir, crescer.

### 3.3.1. NA ESCOLA

A ênfase nas potencialidades pedagógicas do ambiente construído possibilitou uma peculiar abordagem à disciplina que pretendeu despertar, a partir dele, algumas reflexões. Partindo da materialidade do espaço e de sua apreciação estética, a prática pedagógica objetivou promover nos alunos a construção de sua própria compreensão do ambiente vivenciado. A importância atribuída às experiências oriundas do processo de levantamento de campo estrutura-se sobre a proposta de que os alunos precisam de uma ocupação prática que os incline em direção a um interesse mental (RUSKIN, 1889). Observou-se, contudo, que a determinação em realizar as atividades objetivas freqüentemente predominou sobre o empreendimento da apreciação estética; este o principal objetivo da experiência. Feito o levantamento de campo, a elaboração da análise crítica incluiu a elaboração de textos e desenhos. A justificativa de uso dos métodos aplicados apóia-se sobre a ampliação da consciência e das percepções despertadas pelo ambiente construído: o aprimoramento da linguagem, o poder do conhecimento e da argumentação, a comunicação e a interação (SANTOS, 2010). Essa abordagem pedagógica procura valorizar a dignidade e nobreza presentes na fragilidade da condição do homem e no desenrolar da vida; a favor do que testemunha a arte soberanamente refinada que nasce da experiência singular e inesgotável do cotidiano (CAYE, 2008).

A metodologia de apreensão das percepções despertadas pela materialidade do espaço consistiu na observação do espaço público da rua e no preenchimento de planilhas que registravam características específicas desse espaço (APÊNDICE B). Os alunos foram divididos em equipes, cada uma das quais ficou responsável por uma área delimitada em mapa (APÊNDICE A).

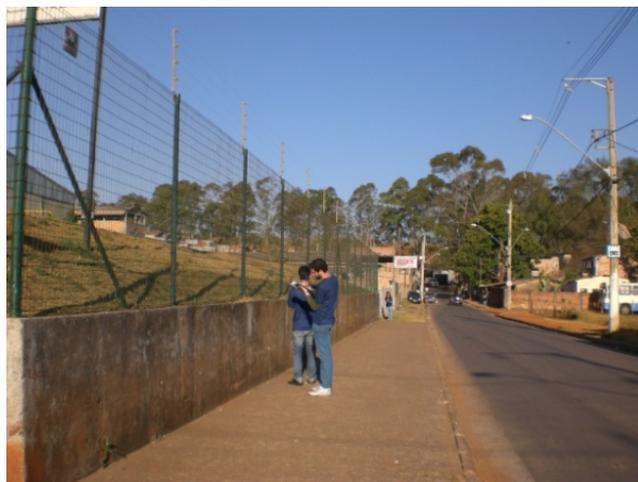


FIGURA 57 - Rua Labrador  
Levantamento de campo  
Bairro Jardim Canadá, Nova Lima  
Fonte: foto da autora, 2011.

O lugar escolhido para realização do levantamento de campo foi o bairro Jardim Canadá, cuja localização e história no contexto da RMBH, levou-o a uma conformação peculiar de parcelamento (FIG. 21) e uso do solo e também de nomenclatura de ruas (FIG. 58).



infraestrutura. Porém, a aquisição de casas prontas não correspondia ao desejo das famílias que procuravam uma região mais afastada da capital para passar os fins de semana. A compra do lote e a construção da casa de acordo com seu próprio gosto e necessidades eram medidas mais compatíveis com o padrão e estilo de vida dos que procuravam um maior contato com o campo. A ausência de transporte público também desfavorecia o acesso dos que não dispunham de veículo próprio para transitar até a região. Esses foram alguns dos motivos que contribuíram para o insucesso do empreendimento de lançamento do Bairro Jardim Canadá tal como os incorporadores pretendiam inicialmente (BHERING, 2002). Durante as duas primeiras décadas de sua história, a maioria dos habitantes do Jardim Canadá trabalhava ou prestava serviços para os moradores dos loteamentos fechados de seu entorno. Era uma população com baixo índice de alfabetização e precárias condições de vida. O Jardim Canadá não dispunha de serviços básicos de infraestrutura, como esgotamento sanitário ou água canalizada. A energia elétrica provinha de geradores, pois a distribuição de energia por linhas de transmissão só se realizou na década de 1970. Não havia transporte público urbano, nem escolas ou postos de saúde. As crianças se deslocavam até Belo Horizonte para estudar e as passagens dos ônibus intermunicipais que serviam aos moradores precisavam ser compradas na rodoviária da capital. A partir dos anos 1980, o Jardim Canadá começou a receber moradores com outros perfis socioeconômicos. O baixo valor dos terrenos tornou-se fator convidativo e, além do uso residencial, o bairro atraiu empresas para a construção de galpões e instalação de indústrias. Mas foi nos anos 1990 que essa tendência realmente se consolidou.

Entre o final da década de 1990 e início de 2000 foi a vez das casas de eventos, que buscavam espaços amplos, onde o barulho e o acúmulo de veículos não incomodassem os vizinhos. Essas edificações distribuem-se, em sua maioria, nas redondezas de onde estão instalados os grandes galpões de indústrias no bairro, minimizando os conflitos de vizinhança. O Jardim Canadá tem, em seu entorno imediato (FIG. 60 - MAPA 2), os loteamentos fechados Retiro das Pedras e Serra dos Manacás, ambos em Brumadinho; o Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, reserva com 3.941 hectares, abrigo de seis importantes mananciais de água que abastecem parte da população da região metropolitana de Belo Horizonte; e cavas de extração de minério de ferro.





A existência de grupos sociais de baixo poder aquisitivo e baixo nível de escolaridade vizinhos a grupos de perfis socioeconômicos mais privilegiados não representa necessariamente uma convivência ou proximidade social. Ocorre, principalmente nos loteamentos fechados, a simples reprodução de configurações tradicionais das relações de trabalho, incluindo os casos em que os trabalhadores domésticos moram no lote dos patrões. A própria concentração fundiária potencializa essa característica. Entretanto, o Jardim Canadá representa a possibilidade da diversidade típica do urbano (MENDONÇA, 2006). Sendo um bairro de livre acesso, a circulação de pessoas e a distribuição dos diversos usos deixam espaço para os encontros espontâneos no cotidiano; a festa “lefebvriana”.

Apesar das características urbanas tradicionais, observa-se no Jardim Canadá a presença de muros altos e pouca permeabilidade visual não só nas instalações industriais e comerciais, mas também nas residências. Repetidos, esses elementos acabam por se refletir no modo de viver dos habitantes, sua cotidianidade e a forma como enxergam seu bairro e são percebidos pelos visitantes. Outra característica que se observa é a ocorrência de lotes compartilhados por mais de uma edificação unifamiliar, conformando meios lotes ou terços de lotes. Essa situação provém da época em que o bairro não atraía compradores com maior poder aquisitivo e núcleos familiares vinculados acabavam por adquirir conjuntamente o terreno.

*A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais e, conseqüentemente, as enormes carências que marcavam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 1980, uma visão dualista da metrópole brasileira em que a periferia evidenciava a distância geográfica e social das classes populares em relação às classes médias e superiores. [...] No caso brasileiro, a omissão do poder público, tanto no que se refere à regulação do uso do solo quanto aos investimentos em equipamentos e serviços, garantia o baixo valor da terra e, por isso, a difusão da propriedade.*  
(LAGO, 2006, pag. 50)

Algumas preocupações refletidas no Plano Diretor do Município de Nova Lima, em 2007, encontram referência direta nas questões relativas ao bairro Jardim Canadá e nos benefícios que o seu crescimento econômico tem representado não só para Nova Lima, quanto para a região metropolitana como um todo. Uma delas é a diversificação da base de sustentação econômica do município, quando a estratégia de direcioná-la para o setor terciário superior é bastante proveitosa desde que aliada a uma política de fortalecimento das centralidades, reforçando a independência dos núcleos em relação à sede e à capital. Minimizando-se os fluxos migratórios, o impacto no sistema viário tende a diminuir, assim como o tempo gasto

nos deslocamentos, fazendo com que o município de fato corresponda à propaganda em que afirma proporcionar a melhor qualidade de vida da região metropolitana.

Os investimentos das grandes incorporadoras têm se concentrado nas regiões da MG030, Vale do Sereno e Alphaville e por hora não atingiram o Jardim Canadá de forma tão especulativa. O bairro ainda mantém características próprias e certa identidade nos modos de produção e reprodução do habitar. A característica de cidade-dormitório – tão temida e evitada pelas diretrizes do Plano Diretor de 2007 – já atinge as regiões citadas e talvez seja menos grave justamente no Jardim Canadá, onde a diversidade no uso do solo torna mais viável ao morador trabalhar no próprio bairro.

*No projeto de modernidade, instaurado no Brasil no início do século passado, a invisibilidade dos pobres foi sempre um objetivo a ser alcançado, e as políticas urbanas cumpriram muito bem a função de garantir tal invisibilidade através da distância geográfica. [...] A questão que se coloca hoje é se os novos condomínios periféricos estariam na contramão desse projeto de modernidade ao aproximarem as classes médias das classes populares. Ou seja, quais os efeitos da maior visibilidade dos pobres e de seus espaços de reprodução para as relações de dominação material e simbólica que determinam as possibilidades de acesso à cidade pelas diferentes classes sociais? (COSTA, 2006, pag. 47).*

À medida que se multiplicavam os loteamentos fechados destinados ao público de alta renda, também aumentava a exigência dos mesmos quanto aos serviços oferecidos. As lojas de material de construção foram sofisticando seus estoques, os produtores de móveis ganharam projeção nacional, novos restaurantes instalaram-se na região propondo-se a atender essa demanda por qualidade e, em 2010, um dos centros comerciais de destaque - um supermercado - conhecido pela qualidade de seus produtos na zona sul de Belo Horizonte inaugurou uma filial no bairro.

Em cinco décadas, as mudanças ocorridas no bairro Jardim Canadá são substanciais. O traçado ortogonal de ruas e avenidas (FIG. 21) pode não ter sido a melhor solução para a topografia do sítio (FIG. 59 - MAPA 1), mas as largas avenidas orientadas para a lua nascente proporcionam um contato direto com aquilo que o volume do ambiente construído já não permite facilmente apreciar na cidade grande. A ausência de legislação de uso do solo durante quase três dessas cinco décadas aliada à entrada em vigor do código de obras só em 1998, possibilitou que os usos se distribuíssem a critério dos proprietários e da iniciativa privada. A heterogeneidade dessa solução motivou a realização do levantamento de campo em uma

disciplina que pretendia despertar nos alunos a apreciação estética que inclui a observação da influência da configuração do solo no ambiente construído, usos e modos de vida que se estabelecem espontaneamente em um espaço com essas características.

*[...] visto do interior de cada tipo de fragmento, a grande diversidade de situações parece não estar relacionada somente à história da ocupação metropolitana, mas a processos diferenciados de produção e apropriação desses espaços, que, em última análise, são resultados de significados diferentes que a urbanização assume – e que também mudam rapidamente. Assim, identificam-se diferenças de estilos de vida, de consumo, de ativismo político e resistência à homogeneização [...]. (COSTA, 2006, pag. 16).*

A questão que a apreciação estética do Bairro Jardim Canadá pretendeu levantar em campo e ao longo das discussões teóricas realizadas em sala de aula, é se sua configuração continua - ao longo dos anos e das transformações por que passou - a dar forma aos desejos, ou se tornou-se o tipo de cidade em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por ela cancelados (CALVINO, 1990). A análise busca evidências sobre o quanto, em que e como uma tal configuração urbana, rica em ambigüidades, relaciona-se com o desenrolamento.



FIGURA 61 - Rua Labrador  
Esquina com rua Truto, de onde se vê a trincheira que atravessa a BR040, no Bairro Jardim Canadá, NL.  
Fonte: foto da autora, 2009.



FIGURA 62 - Edificação comercial  
Casa de recepção, Bairro Jardim Canadá, Nova Lima  
Fonte: foto da autora, 2009.



FIGURA 63 - Edificação no Bairro Jardim Canadá  
Fonte: foto da autora, 2010.



FIGURA 64 - Única praça do Bairro Jardim Canadá  
O espaço "deixado" pela praça, pode ser percebido na malha de cheios e vazios mostrado pela figura 21.  
Fonte: foto da autora, 2011.



FIGURA 65 - Edificação residencial  
Fonte: foto da autora, 2009.



FIGURA 66 - Edificação industrial  
Fábrica de artigos têxteis voltados à indústria moveleira e do vestuário, Bairro Jardim Canadá  
Fonte: foto da autora, 2009.



FIGURA 67 - Posto Chefão  
Primeiro estabelecimento comercial do bairro, após a instalação de energia elétrica por linha de transmissão, em 1973.  
Fonte: foto da autora, 2010.



FIGURA 68 - Casas do loteamento original  
Uma das casas remanescentes do loteamento da década de 1950 e que ainda permanece em sua configuração original, de inspiração modernista.  
Fonte: foto da autora, 2011.



FIGURA 69 - Bar e restaurante popular  
Fonte: foto da autora, 2011.



FIGURA 70 - Restaurante, destaque gastronômico  
Fonte: foto da autora, 2011.

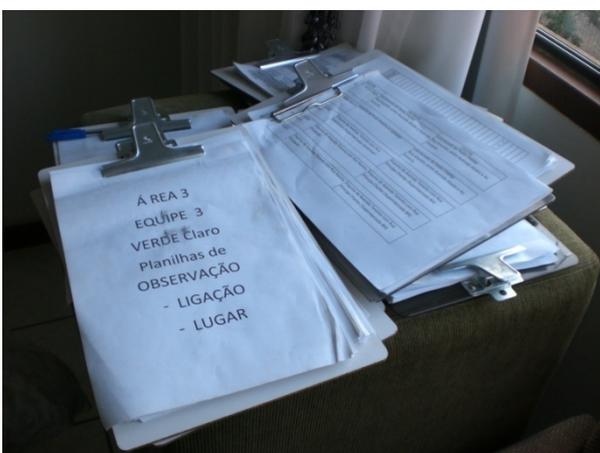


FIGURA 71 - Planilhas do levantamento de campo  
Fonte: foto da autora, 2011.



FIGURA 72 - Levantamento de campo  
Fonte: foto da autora, 2011.

### 3.3.2. NA PÓLIS

A primeira conexão entre *pólis* e ambiente construído é estabelecida pela etimologia. A palavra grega *nomos*, que significa muralha, indica os limites da cidade; no interior dos quais a *pólis* se organiza. *Nomos* é também a divisa dos lotes. Por meio dela eles se distinguem uns dos outros e do espaço público da rua. A separação entre espaços públicos e espaços privados ocorre pela existência do *nomos*. O espaço privado é lugar de comando, onde as hierarquias existem entre pais e filhos, patrões e empregados. No espaço público, as hierarquias são abolidas; a condição de cidadão é o reconhecimento dessa igualdade. Ao mesmo tempo, o espaço público é lugar onde cada indivíduo manifesta suas singularidades por meio das palavras e das ações. Da interação entre singularidades surge a pluralidade; condição que favorece a ampliação das capacidades humanas mas que também demanda ordenação e controle. A etimologia entra em cena mais uma vez: *nomos* também quer dizer lei. Isso significa que a construção que define os limites da cidade e de cada propriedade, consiste de códigos que definem um espaço público disponível para a ação política. A *pólis* não é a cidade, mas os seus cidadãos que, protegidos e contidos pela estrutura do *nomos*, são livres para praticar a política (ARENDDT, 1998).

O espaço que as divisas dos lotes definem no exterior destes é o espaço público da rua; que mais se aproxima da escala humana enquanto campo para o exercício do direito e da política. Nele os objetos são instrumentos de que o cidadão dispõe para definir e lidar com suas necessidades e vontades; para imaginar novos usos para as coisas e novos modos de vida para o seu cotidiano. No espaço público da rua, o cidadão não está mais sozinho. Ele tem a alteridade (pessoas e coisas) e, com ela e através dela, a possibilidade de dar forma aos desejos e realidade aos sonhos, pois ele dispõe de uma superfície concreta onde projetá-los. Contra a qual projetá-los, mais especificamente. A materialidade do espaço público da rua é uma realidade com a qual ao cidadão é dado haver-se no cotidiano. Porém, todo instrumento demanda procedimentos que viabilizam seu uso. As experiências vividas no espaço público da rua são registradas e depois arquivadas como memórias em uma espécie de "matriz de percepções do sujeito" (NORBERG-SCHULZ, 1985). A partir desse registro, as impressões se candidatam a compor os sonhos e a imaginação daquela pessoa e, se aplicados à materialidade das coisas, ajudam-na a definir como ela quer que aqueles elementos participem de seu modo de vida e também como ela quer aqueles elementos, como ela quer que eles sejam. O gatilho

desse processo são as sensações e sentimentos, singulares para cada indivíduo, despertados pela fruição dos componentes dessa experiência, inclusive as características físicas do espaço onde ela ocorre (FREUD *apud* DERRIDA, 1995). Nesse sentido, é possível compreender que o humano não anseia pelo espaço, mas pelas sensações que este lhe proporciona (FREUD, 2010). Suas sensações, seus sentimentos, dão origem a registros; tijolos para a construção de sua própria consciência. Essa é uma das potencialidades da rua no favorecimento da condição de república. A rua representa a disponibilidade de um espaço acessível por todos, onde ocorre o encontro das coisas, dos procedimentos e das competências humanas (CAYE, 2008). Nesse sentido, a rua é uma instituição em defesa da república e uma das competências que ela estimula origina-se da fruição desse espaço. Toda fruição é uma invenção; demanda um tempo e um lugar para ocorrer (NIETZSCHE *apud* FOUCAULT, 2003). Dependendo dos estímulos oferecidos pelo espaço público da rua, sua participação no processo de elaboração da consciência apresenta-se como obstáculo mais que como instrumento dessa construção; mas seu aspecto tende a refletir o resultado desse processo (FIG. 73 e 74).



FIGURA 73 - Rua no Bairro Jardim Canadá  
Fonte: foto da autora, 2010.



FIGURA 74 - Avenida Montreal, Jardim Canadá  
Fonte: foto da autora, 2010.

A superfície de contato é a tela onde as dinâmicas de uma sociedade se projetam para serem fruídas, analisadas, apreciadas. A apreciação é algo que se constrói, que se elabora criativamente a partir do que é fruído. Esse processo não leva em consideração apenas o aspecto, a utilização e a infra-estrutura dos lugares. Da apreciação também fazem parte as sensações e sentimentos provocados pela projeção da prática sócio-espacial nas superfícies de contato do espaço público - político - da *pólis*. Essa é a razão pela qual a prática pedagógica do ambiente construído, na *pólis*, é chamada de apreciação estética.

## 4 A RUA E O DESENROLAMENTO

*Nada tenho a ver com a possibilidade ou impossibilidade disso;  
simplesmente reconheço e afirmo sua necessidade.*  
(RUSKIN, 1889, p. 206)<sup>141</sup>

O momento em que as sensações são registradas pelos mecanismos psíquicos da percepção e da memória é um evento freqüentemente acompanhado de um poderoso silêncio (BADIOU *apud* ZIZEK, 2009). Aparentemente nada acontece. Mas as reflexões - sobre as superfícies que também são reflexo - não são inertes. Como fica claro nos contos de Goethe, Krespel enxerga, porém, segundo modos criados por suas próprias escolhas (GOETHE *apud* VIDLER, 2000).

A leitura que Marx faz de Hegel<sup>142</sup>, e que registra em seus manuscritos, denota algo que ainda lhe parece subliminar neste autor, mas já evidente para aquele: a importância da apropriação dos objetos para a formação da consciência. Para Marx, o aprimoramento das capacidades humanas essenciais origina-se da apropriação dos objetos que, por sua vez, são elaborações humanas que se instauram tanto pelo pensar quanto pelo fazer. O canteiro mental, de que fala Alberti (2004) em seus *Lineamentis* é enriquecido pelas reflexões de Marx:

*A aproximação das forças essenciais humanas tornadas objetos [...] é, primeiramente, apenas uma **apropriação** que se sucede na **consciência**, no **puro pensar**, isto é, na **abstração**; a apropriação desses objetos como pensamentos e movimentos do pensamento. (MARX, 2010, p.122)<sup>143</sup>*

Nessa leitura de Hegel, Marx declara perceber como um gérmen, uma potência, o mistério latente da dissolução filosófica e da restauração da empiria: "o conhecimento de que a consciência sensível não é nenhuma consciência abstratamente sensível, mas uma consciência humanamente sensível." (MARX, 2010, p.122). Os efeitos mais virtuosos da filosofia de Hegel, nesse entendimento de Marx, ultrapassam o que pode ser efetivamente lido, como se lêem números e letras em uma equação matemática. O que Hegel traça e que Marx entende à luz da leitura de Feuerbach<sup>144</sup> é a geometria de um pensamento. As regras dessa geometria negam a negação do que há de humano na apropriação dos objetos e das atividades que os coloca em relação.

---

<sup>141</sup> *I have nothing to do with the possibility or impossibility of it; I simply know and assert the necessity of it.*  
Tradução da autora.

<sup>142</sup> Georg Wilhelm Friedrich Hegel (★1770 †1831), filósofo alemão.

<sup>143</sup> Grifos no original.

<sup>144</sup> Ludwig Andreas Feuerbach (★1804 †1872), filósofo alemão que foi aluno de Hegel e cujo pensamento muito influenciou Marx.

*Essa história começa ao rés do chão, com passos. São eles o número, mas um número que não constitui uma série. Não se pode contá-lo, porque cada uma de suas unidades é algo qualitativo: um estilo de apreensão tática e apropriação cinésica. Sua agitação é um inumerável de singularidades. Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares." (CERTEAU, 1994, p.176)*

Ruskin foi um dos que estiveram atentos para as potencialidades dessa geometria da consciência, que se forma a partir do modo como o humano se apropria do que ocupa sua mente. Uma das conexões que o colocam em diálogo com Alberti, Marx<sup>145</sup> e Freud remete à sua abordagem do trabalho, pois eles entendem que a atividade do trabalho é instrumento potente na ampliação da consciência dos indivíduos acerca de si mesmos e do mundo. Para Freud (2010), a motivação e a justificativa para o trabalho sobre a consciência estava nos efeitos que esse processo trazia ao aprimoramento das capacidades de trabalhar (atividade produtiva) e de se relacionar consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

*Pensamos demais em nossos esforços benevolentes, mais múltiplos e mais vão a cada dia, de melhorar o homem dando-lhe conselhos e instrução. Poucos terão o que levar desses dois: o que eles realmente precisam é de uma ocupação. Não digo o trabalho no sentido do pão, mas no sentido de um interesse mental [...]."*  
(RUSKIN, 1889, p.211)<sup>146</sup>

Para Ruskin, é melhor um trabalho que esteja acima do homem, do que uma educação que esteja acima do trabalho. Os objetos - as coisas e o mundo construído - e as atividades - o trabalho, o habitar, o caminhar - são edificadores da consciência humana na medida em que interagem com a fruição. Uma fruição consciente, criadora de silêncio. Realizado o registro que a fruição viabiliza pela percepção, ao sujeito cabe inventar uma apreciação. Como o procedimento que a elabora leva em consideração tudo o que está ao alcance do homem, seu princípio fundador é negar a negação do que quer que possa contribuir para o aprimoramento do agir humano. A apreciação estética não nega a razão, como também não nega o sensível, não nega as singularidades nem a pluralidade, não nega o espaço, o aspecto, a beleza, a habitabilidade. Sua geometria estética considera tudo o que o corpo sensível consegue captar

---

<sup>145</sup> Importante salientar que a leitura feita de Marx é desprovida de qualquer abordagem ideológica que procure rotulá-lo ou classificar a própria leitura (materialista, marxista, etc). Este trabalho dialoga com Marx enquanto sociólogo e aproveita suas reflexões e elaborações que lhe possibilitaram construir um olhar crítico sobre os modos com que as qualidades propriamente humanas eram consideradas no mundo do trabalho e das relações sociais.

<sup>146</sup> *We think too much in our benevolent efforts, more multiplied and more vain day by day, of bettering man by giving them advice and instruction. There are few who will take either: the chief thing they need is occupation. I do not mean work in the sense of bread -, I mean work in the sense of mental interest [...].* Tradução da autora.

por meio da fruição do espaço, do tempo e das relações humanas que se estabelecem nessa tridimensionalidade.

Uma de suas potencialidades se efetiva por meio do caminhar. Caminhando na cidade o pedestre realiza uma leitura crítica, apropria-se do espaço e do tempo, e também elabora o seu entendimento sobre ela. Caminhar é uma forma de manifestar-se, pois as escolhas do pedestre constroem um texto que é resultado de sua apropriação. Seu caminhar inventa percursos em detrimento de trajetos que despreza, prioriza lugares enquanto condena outros ao esquecimento, à anomia. O pedestre se apropria do sistema topográfico assim como a comunicação se apropria de um idioma (CERTEAU, 1994). Assim como o essencial da caminhada não é o deslocamento, o essencial da linguagem não é a função de comunicação (LACAN, 2006). Para comunicar suas necessidades de sobrevivência, comuns a todos os seres vivos, o humano não precisaria da linguagem. Ele poderia fazê-lo por outros meios. A existência da linguagem se justifica por ser necessária à elaboração e expressão de questões que estão acima das necessidades de sobrevivência; para falar sobre seus sentimentos, suas sensações, seus sonhos, suas idéias (ARENDDT, 1998). Por isso o humano também não cessa de inventar palavras.

A primeira coisa de que se trata na comunicação é elaborar uma compreensão acerca do que aquele sujeito que fala quer dizer com o que ele diz (LACAN, 2006). O lugar de ocorrência desse trabalho interpretativo, dessa construção, é precisamente a distância; um sem número de distâncias mínimas que se interpõe entre o que se quer dizer e o que se entende que foi dito. A construção da frase e de sua compreensão, assim como a construção do percurso por quem caminha são, a um só tempo, condição, instrumento e símbolo da construção da consciência. Ao edificar o mundo, seja produzindo-o ou interpretando-o, o humano se constrói a si mesmo (ALBERTI, 2004).

Caminhar é processo, instrumento e princípio dessa construção interpretativa. A um só tempo apropriação do sistema topográfico, realização espacial do lugar e estabelecimento de relações entre posições diversas; o ato de caminhar configura-se como espaço de enunciação (CERTEAU, 1994). Caminhar no espaço público da rua é um dos modos de se realizar a aparência das singularidades. As escolhas de cada indivíduo, reflexo de seus interesses, povoam seus percursos e delineiam o espaço das interações que ele estabelece com o mundo e com os outros. Espaço que é instrumento para a instituição do agir dinâmico que confere valor

a essas interações (ARENDDT, 1998). A geometria dessa dinâmica remete à da faixa de Möbius<sup>147</sup>, forma tridimensional dotada de uma emenda e de um ponto de torção; que lhe confere a propriedade matemática de ser não-orientável. Fazendo uma analogia com as palavras *wonder* e *wander*, cada uma de um lado da faixa, o ponto de torção estaria localizado precisamente na letra que altera o significado da palavra (FIG. 75 e 76). Por meio desse ponto de torção, aquele que percorre a figura tem a possibilidade de se colocar dentro e fora de seu significado sem nunca distar dele o suficiente para esquecê-lo.

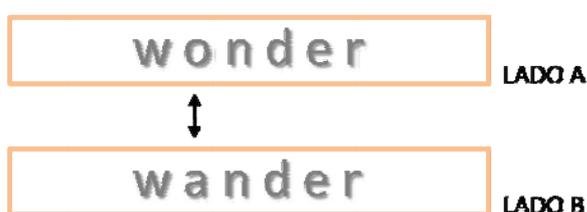


FIGURA 75 - Os dois lados da faixa de Möbius  
Fonte: elaborada pela autora, 2012.

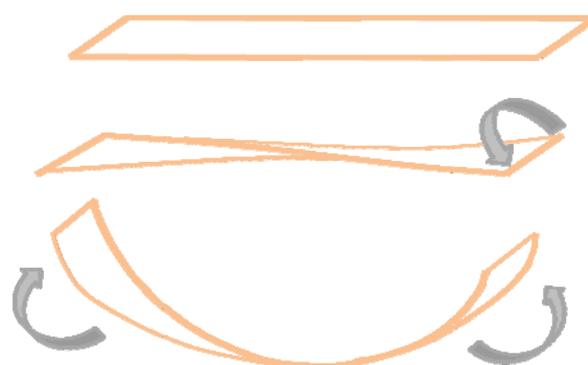


FIGURA 76 - Processo de montagem da faixa de Möbius  
Fonte: elaborada pela autora, 2012.

Considerando um exemplo em que a ação expressa por essa geometria seja o caminhar, o ponto de torção representa mais que a presença; representa a aparecência da singularidade nessa ação, sua capacidade de fazer escolhas. Segundo Žižek (2011, p. 320), "se há algo a aprender com Hegel, é que a negação de um destino determinado é o único poder infinito que existe". Na perspectiva do filósofo francês Jean Jacques Rousseau<sup>148</sup>, o poder está inscrito na capacidade de subjetivação (EAGLETON, 1993). Essa conotação se reforça por meio de uma outra relação matemática: a faixa de Möbius é uma superfície que se constrói por meio de regras. Regras que unificam sem homogeneizar; analogamente às regras da gramática (RICOEUR, 2005). O humano constitui-se de regras; a partir de cujo manejo ele se converte em ferramenta para qualquer propósito (HERBERT *apud* RUSKIN, 1889, p.222).

O movimento que a faixa de Möbius sugere ao sujeito do desenrolamento é a possibilidade de, em contínuo movimento, colocar-se dentro e fora de uma situação (FIG. 77). A distância mínima que separa essas posturas (espessura da faixa) coincide com a distância crítica,

<sup>147</sup> Criação dos matemáticos alemães August Ferdinand Möbius (★ 1790 † 1868) e Johann Benedict Listing (★ 1808 † 1882), em 1858.

<sup>148</sup> Jean Jacques Rousseau (★ 1712 † 1778), filósofo francês.

avaliativa. O sujeito não se aliena porque nunca se afasta demais do movimento, da dinâmica crítica; mas também não se aproxima a ponto de confundir-se com o que lhe é dado apreciar.

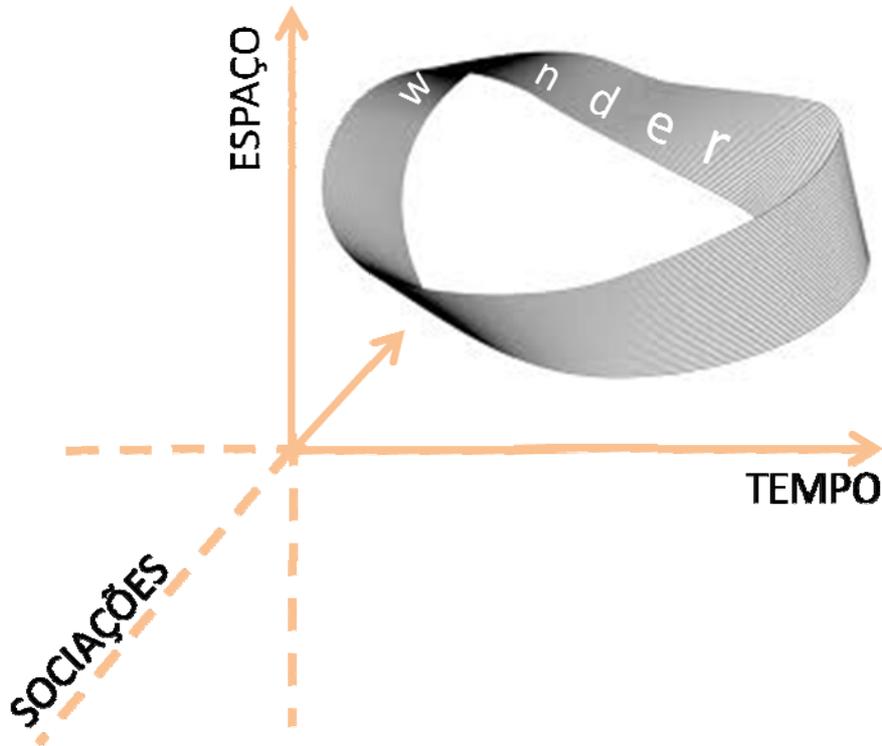


FIGURA 77 - Representação gráfica da relação entre apreciação estética e desenrolamento

Fonte: elaborado da autora, 2012.

A fruição, a disciplina, as sociações e o próprio sujeito, a cada momento, separados e unidos à realidade por essa distância mínima, instauram a crítica e o questionamento ao seu processo de apropriação do mundo. Fruto do movimento do fruidor nessa geometria, a apreciação estética é um dos motores do desenrolamento. Caminhando e deixando-se pasmar pelo que vê, o humano cria um espaço no interior do qual pode imaginar outros modos de vida e agir para transformar a realidade da qual ele se afasta em uma distância sempre a restituir.

*Tenho o costume de andar pelas estradas  
Olhando para a direita e para a esquerda,  
E de vez em quando olhando para trás...  
E o que vejo a cada momento  
É aquilo que nunca antes tinha visto,  
E eu sei dar por isso muito bem...  
Sei ter o pasmo comigo [...]  
Sinto-me nascido a cada momento  
Para a eterna novidade do mundo...  
(PESSOA, 2001, p. 26)*

A apreciação estética é um "querer ver"; olhar que promove o encontro das diferenças em um distanciamento capaz de oferecer uma aproximação qualitativa; essencial à apropriação das

coisas pela memória e pela consciência. A apropriação dos lugares possibilitada pelo caminhar aplica-se primeiramente a conhecer e compreender a literalidade dos sistemas urbanísticos tal como foram projetados. Essa compreensão permite o domínio da linguagem a ponto de abrir espaço para o uso figurado dos termos. A criação de outras possibilidades. Praticar o espaço é repetir a experiência jubilatória e silenciosa da infância: a criança que, diante do espelho, se reconhece um, mas não é senão outro; uma imagem com a qual se identifica (CERTEAU, 1994). Estar ciente de uma imagem que a ele corresponde é abrir-se à possibilidade de imaginar outras imagens possíveis e elaborar individual e conjuntamente modos de torná-la realidade.

Lugar diretamente afetado pelas construções feitas pelo homem - uma das quais recebe o nome de lei - a rua oferece oportunidades de espanto e apropriação (ARENDR, 1998). Mesmo a falta de oportunidades constitui, em si, uma oportunidade, do mesmo modo que a linguagem não produz apenas frases perfeitas ou a geometria, figuras regulares.

Inventar e difundir procedimentos de apropriação estética inclui criar oportunidades para que sejam praticados pelo maior número possível de pessoas que, apreciando e envolvendo-se com seu biótopo, dediquem-se a torná-lo cada vez mais o reflexo de seu próprio desenrolamento. Para isso precisam oferecer algum tempo seu, além de suas capacidades e competências, para que os procedimentos que produzem o ambiente construído sejam eficazes nessa reflexão. A licença jurídica já existe. O direito à pluralidade dos sistemas urbanos é de todos; a quem efetivamente cabe apreciar e agir.

*Antigamente, toda a comunidade participava na construção das moradias e dos seus implementos. O indivíduo estava em fecundo contato com essas coisas; as casas eram construídas com um sentimento natural em relação ao lugar, aos materiais e ao uso, e o resultado era uma edificação agradável aos olhos e perfeitamente adequada. Hoje, em nossa sociedade altamente civilizada, as casas onde as pessoas comuns estão condenadas a viver e que são forçadas a contemplar, em geral, são desprovidas de qualidade. Não podemos, entretanto, retornar ao velho método de artesanato supervisionado pessoalmente. Devemos nos esforçar por avançar, tendo interesse pela obra que o arquiteto realiza e procurando compreendê-la. A base do profissionalismo competente é um grupo compreensivo e inteligente de amantes não-profissionais da arte. Não é minha intenção tentar ensinar às pessoas o que é certo ou errado, belo ou feio. O meu objetivo é, com toda modéstia, empenhar-me em explicar que instrumento a arquitetura toca, mostrar a grande amplitude que ela tem e, portanto, despertar os sentidos para a sua música. (RASMUSSEN, 1998, p.3)*

#### 4.1. APRECIÇÃO ESTÉTICA

O lugar da prática das qualidades do sentir encontra-se no espaço entre as dimensões material e imaterial: coisas, sentimentos, sensações e idéias (BAUMGARTEN, 1993). Não é algo inserido apenas no âmbito do construído propriamente dito, mas do que ele edifica por meio das sensações e reflexões que provoca nos sujeitos que o freqüentam. Não se tratam de sensações fabricadas e entregues prontas, como na espetacularização - fetichização - urbana e arquitetônica, mas de sensações genuínas despertadas no haver-se de cada um com o espaço em que se encontra (FOSTER, 2011). Heidegger foi um dos que insistiu em mostrar que entre o edifício e a reflexão que desperta, encontra-se o habitar<sup>149</sup>. A importância dessa questão foi compreendida e explorada pelo arquiteto e historiador da arquitetura, o norueguês Christian Norberg-Schulz:

*Habitar no sentido qualitativo é uma condição básica da humanidade. Quando nos identificamos com um lugar, dedicamo-nos a um modo de ser no mundo. Habitar exige algo de nós e também de nossos lugares. Precisamos ter a mente aberta e os lugares precisam oferecer ricas possibilidades de identificação<sup>150</sup> (NORBERG-SCHULZ, 1985, p. 12).*

O habitar não está intrínseco ao material de que é feita a construção nem às reflexões que ela pode suscitar. A atividade do habitar realiza-se na relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto, pois reúne, a um só tempo, o aspecto técnico, as finalidades e as fruições. Vitruvius, arquiteto romano que viveu no século I a.C., "especifica que as construções públicas devem ser realizadas levando em conta a solidez, a utilidade e a beleza". (CHOAY, 1985, p. 129).

No século XV, Alberti dedicou todo um trabalho à questão suscitada pelo edificar da arquitetura e da cidade. Atento à importância de se considerar o processo recíproco com que o homem edifica seu biótopo e é por ele edificado, escreveu o *De Re Aedificatoria*,<sup>151</sup> cuja tradução a partir do latim é "A questão do edificar" (CHOAY, 2004). Alberti foi um dos que percebeu as possíveis perdas decorrentes da priorização da ciência; evento ambíguo, capaz tanto de combater quanto de potencializar a alienação no homem. O advento da ciência colocou em segundo plano a importância de procurar e considerar a origem e a finalidade das

<sup>149</sup> *Building, Dwelling, Thinking*; estudo antológico de Heidegger publicado em seu livro *Poetry, Language, Thought* (1971).

<sup>150</sup> *To dwell in the qualitative sense is a basic condition of humanity. When we identify with a place, we dedicate ourselves to a way of being in the world. Dwelling demands something from us as well as from our places. We have to have an open mind and the places have to offer rich possibilities for identification.* Tradução da autora.

<sup>151</sup> Abordado neste texto por meio das traduções para o francês (ALBERTI, 2004) e para o inglês (ALBERTI, 1955), o texto original foi escrito em latim e remonta à metade do século XV.

coisas em seu haver-se constante com elas (CAYE, 2004). Em Alberti (2004), o ambiente construído caracteriza-se pela sua capacidade de agregar, na comodidade de usos públicos e privados, a habitabilidade da reunião da utilidade, do prazer e da dignidade. Sua metodologia compunha-se de duas fases primordiais: a primeira - os lineamentos - unia *aisthesis* e pensamento para conferir virtudes à edificação. A segunda fase era aquela em que os materiais, a concretude da obra compunha com os lineamentos um processo dinâmico de, juntos, darem forma à ideia do objeto. A essência do projeto em Alberti é unir pensamento, sentimento e matéria em prol de fatores que incluíam e ultrapassavam os de Vitruvius, pois a singularidade era um fator relevante ao próprio edifício e à sua articulação com o contexto. Envolvendo-se ativamente na edificação do mundo, o homem forma-se a si mesmo; constrói para si uma *praxis*. A sensibilidade do sujeito que habita o espaço e as capacidades de reflexão, que o fazem levar em conta o conjunto de suas percepções, agregam peso de *res* à prática do habitar. Mais do que nunca o *De Re Aedificatoria* é válido hoje.

*Anos atrás, o ambiente não era assunto dominante na mente das pessoas. Hoje é. Nossos padrões são mais elevados. Queremos benefícios que o mundo concreto possam nos oferecer, tais como entornos mais atraentes. Também queremos sossego. Queremos escapar das preocupações do dia-a-dia e nos divertir, mas não sentados no engarrafamento por horas a caminho do litoral. Queremos uma educação melhor para os nossos filhos e oportunidades de trabalho quando terminarem a escola ou a universidade. Queremos nos precaver quanto ao futuro, viver no presente e manter algumas lembranças do passado. Queremos raízes, queremos segurança, queremos pertencer. Queremos viver em um habitat que seja conveniente, humano, dotado de elementos belos capazes de nos inspirar e elevar nossos espíritos em direção à ambição e à aventura. O que promove a excelência do Reino Unido é a iniciativa e engenhosidade de seu povo. Este é o momento de oferecermos nosso tempo, nossos talentos e nossas competências individuais para que ajudem a realizar um ambiente que possa ser compartilhado por todos, desfrutado por todos, e de que possamos todos nos orgulhar.*<sup>152</sup> (REINO UNIDO, 1972 apud TIBBALDS, 2001, s/d).

---

<sup>152</sup> *In former years, the environment has not been a dominant subject in people's minds. Today it is. We have higher standards. We want more worldly goods and more attractive surroundings. We also want repose. We want to escape from everyday worries and have fun, but not to sit in a traffic jam for hours on the way to the coast. We want better education for our children and job opportunities when they leave school or university. We want to provide for the future, live in the present and keep some reminders of the past. We want roots, we want security, we want to provide for the future, live in the present and keep some reminders of the past. We want roots, we want security, we want to belong. We want to live in a habitat which is convenient, which is human, yet containing elements of beauty which can inspire us and lift our spirit towards ambition and adventure. It is the enterprise and ingenuity of her people which has made Britain great. Now is the moment for us to give our time, our talents, and our individual expertise to help achieve an environment which we can all share, can all enjoy, and of which we can all be justly proud.* Tradução da autora.

O envolvimento de cada cidadão no planejamento de suas cidades é exigido por lei. O Plano Diretor não tem validade jurídica se não for comprovada a participação pública em sua elaboração. Torna-se necessário, portanto, conscientizar e capacitar a população no sentido do estabelecimento de uma postura crítica que não aceite propostas como determinações, mas como *res*: questões a serem levantadas e debatidas, em um processo que, só assim, pode ser chamado de democrático. Nessa ampliação da autonomia de fato, o destino heteronomamente administrado é substituído pelo destino que se constrói com a prática que une a ação à reflexão e ao conhecimento em um contexto de interesse tanto individual quanto coletivo. A perspectiva de mudança de um planejamento tecnocrático - estruturado sobre interesses e conhecimentos heterônomos e fragmentados - para o dialógico - onde predomina o diálogo entre a comunidade e os realizadores - representa um avanço que impulsiona o desenrolamento.

*Os fins têm que ser estabelecidos pelos próprios envolvidos, cabendo aos intelectuais, no máximo, o papel de contribuir para a sua discussão crítica. Um planejamento crítico [...] deve, por um lado manter-se vigilante diante do senso comum, desafiando-o e buscando "ultrapassá-lo" ao interrogar o não-interrogado e duvidar de certezas não-questionadas. Ao mesmo tempo, um planejamento crítico não arrogante não pode simplesmente ignorar os "saberes locais" e "os mundos da vida" (Lebenswelten) dos homens e mulheres concretos, como se as aspirações e necessidades destes devessem ser definidas por outros que não eles mesmos (SOUZA, 2002, p. 37)*

A construção de um ambiente propício à realização dessa ambição dialógica do planejamento urbano passa necessariamente por um sistema educacional que difunda e potencialize as capacidades crítica, analítica, de argumentação e de consciência do espaço desde a mais tenra infância (SOUZA, 2005). "A educação poderia ser o mais eficiente caminho para estimular a consciência cultural do indivíduo, começando pelo reconhecimento e apreciação da cultura local" (BARBOSA, [199-], p. 1). Tanto a propriedade privada quanto as associações têm um papel pedagógico na instauração do compromisso que o indivíduo paulatinamente assume com a consciência do mundo concreto à sua volta. Se, à soleira da porta, ele se coloca "em face do mundo, com o mundo e com os outros"<sup>153</sup>, amplia-se a possibilidade de que acabe por se envolver com esse mundo e com os efeitos que tal envolvimento provoca em ambos.

Os elementos que compõem a apreciação estética do espaço público da rua relacionam-se à fruição do que é tangível na superfície de contato; espaço composto pelos passeios e pela

---

<sup>153</sup> FREIRE, 2011, p.53.

fachada ou fechamentos que separam os espaços públicos e privados. O marco teórico deste trabalho, assim como seu levantamento empírico elucidou diversos elementos que participam da apreciação por meio da fruição desse espaço. Com o intuito de apresentar de forma esquemática os principais elementos estéticos desta abordagem, elaborou-se um quadro (QUADRO 13) que os relaciona ao caráter humano das necessidades trabalhadas por Maderthaner. Cada um dos autores abordados agregou componentes às questões da apreciação estética. Esses componentes podem referir-se tanto ao domínio público quanto ao privado, mas a maioria deles faz referência a ambos; principalmente no espaço ambíguo que é a superfície de contato. Os elementos presentes nesta síntese, que não se pretende completa nem perfeita, abre-se à apreciação crítica e ao desenrolamento.

*Não posso imaginar que não tenhamos alternativa mais atual para as opções progressistas (as cidades deverão ser assim ou assado [...]) ou culturalistas (ah, que pena que as cidades já não sejam mais como quando eram boas...) que nos perseguem e às quais recorreremos para pensar desde fins do século passado [XIX].*  
(SANTOS, 1983, p.104).



## QUADRO 13

## Apreciação estética e necessidades humanas

(Continua)

ASPECTOS PARTICULARES SEGUNDO OS AUTORES	NECESSIDADES HUMANAS										DOMÍNIOS DE USO E FRUIÇÃO	
	Regeneração	Privacidade	Segurança	Funcionalidade	Ordem	Comunicação	Apropriação	Participação	Estética	Criatividade	Público	Privado
Rasmussen (2002) especificamente em relação à superfície de contato												
Reentrâncias e Saliências	X						X	X	X	X	X	X
Planos de cor	X								X		X	X
Escala	X						X	X			X	X
Proporção	X						X		X	X	X	X
Ritmo	X				X		X	X			X	X
Efeitos texturais	X			X	X		X	X	X	X	X	X
Efeitos da luz do dia	X					X	X	X	X	X	X	X
Reverberação do som	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X
Heller (1977) fatores de satisfação cotidiana												
Sociabilidade	X					X	X	X	X	X	X	X
Agradabilidade	X				X	X	X	X	X	X	X	X
Utilidade	X			X		X	X	X	X		X	X
Marx (2010)												
Comer	X						X				X	X
Beber	X						X				X	X
Vestir							X				X	X
Morar	X	X	X				X				X	X
Ter							X				X	X
Ver							X		X		X	X
Ouvir							X		X		X	X
Cheirar							X		X		X	X
Saborear							X		X		X	X
Apalpar							X		X		X	X
Pensar	X						X		X		X	X
Observar							X		X		X	X
Perceber		X	X				X		X		X	X
Desejar							X				X	X
Agir				X	X	X	X	X		X	X	X
Amar						X	X	X	X	X	X	X
Choay (2011)												
Contato cinestésico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Caminhar	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Hertzberger(1999)												
Flexibilidade	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X
Polivalência	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X
Articulação entre lugares	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Código de Posturas de Belo Horizonte (2010)												
Afastamentos articulados ao passeio, proporcionando a sensação de maior amplitude	X						X	X	X	X	X	X

## QUADRO 13

## Apreciação estética e necessidades humanas

(Conclusão)

ASPECTOS PARTICULARES SEGUNDO OS AUTORES	NECESSIDADES HUMANAS										DOMÍNIOS DE USO E FRUIÇÃO	
	Regeneração	Privacidade	Segurança	Funcionalidade	Ordem	Comunicação	Apropriação	Participação	Estética	Criatividade	Público	Privado
Ruskin (1889)												
Admiração	X						X	X	X	X	X	X
Regeneração psíquica	X								X		X	X
Rememoração	X						X	X			X	X
Beleza	X						X		X	X	X	X
Êxito e orgulho do trabalho realizado	X				X		X	X			X	X
Avaliação da qualidade de um trabalho	X			X	X		X	X	X	X	X	X
Arte (habilidade + criatividade)	X					X	X	X	X	X	X	X
Trabalho (ocupação)	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento de Campo (2011)												
Mobiliário Urbano	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Arborização	X						X		X		X	X
Repousar e espairecer	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização	X		X	X	X	X	X		X		X	X
Faixa reservada para serviços (postes, etc)			X	X	X		X				X	
Ajardinamento	X				X		X		X	X	X	X
Largura do passeio	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X

Fonte: elaborado pela autora a partir da bibliografia citada, 2012.

## 4.2 DISCIPLINA CRÍTICA

Marx (1972) define a essência humana como a busca por tornar-se cada vez mais produtivo, social, consciente e livre. Tornar-se mais produtivo é um valor cuja crítica ele não se absteve de fazer. Suas análises sociológicas dos sistemas de produção não foram avaras em alertar acerca da crescente intensidade com que essas práticas conduziam a humanidade para a alienação e o estranhamento das capacidades humanas e da realidade. Simultaneamente, Marx (2010) apontou o trabalho como um grande recuso à disposição do homem para a ampliação da sua consciência. Tornar-se mais social é um valor que a evolução da sociologia, como campo científico, ajudou a esclarecer. Com Durkheim (2010), aprendeu-se que o homem aprimora sua consciência em sociedade e, com Simmel (1983), que a sociedade tem forma e conteúdo. A alienação que Marx compreendia como consequência possível dos sistemas de produção foi demonstrada por Simmel como presente também no âmbito social. Quando instalada nas relações humanas, a alienação as torna estranhas ao que têm de humano. Afetadas pela alienação, as sociações (forma e conteúdo) reduzem-se a meras formas; as sociabilizações. Sem o conteúdo das interações, as sociedades não criam demandas coletivas que as singularizam e fortalecem. Acima do domínio público que podem criar surge o domínio social, que passa a se ocupar da definição de necessidades privadas. Priorizadas como necessidades sociais - comuns a todos - a pluralidade se enfraquece. Sem o espaço da pluralidade, oblitera-se a singularidade humana. A essa altura, como tornar-se consciente diante da ameaça da alienação, da desagregação das relações, do estranhamento de si, do outro, das atividades? Quanto à liberdade, cabe refletir sobre a afirmação de Hannah Arendt (2010, p.147): "É muito difícil entender que existe uma esfera em que podemos ser verdadeiramente livres, isto é, nem movidos por nós mesmos nem dependentes dos dados da existência material."

Marx era apenas um ano mais velho que Ruskin. Na mesma década em que o primeiro escrevia "O Capital", Ruskin publicou uma de suas obras mais conhecidas: "As sete lâmpadas da arquitetura." Eram elas: Sacrifício, Verdade, Poder, Beleza, Vida, Memória e Obediência. Antes de discorrer sobre a última, Ruskin deixa clara sua opinião sobre a liberdade; que compreende como impossível, inalcançável porque inexistente. Segundo ele, se há um princípio que substitua a liberdade, ele entende que seja o direito. Procurando evitar que essa idéia caísse na dialética que restitui à liberdade o direito de reemergir como direito de

liberdade, Ruskin propõe que seu substituto seja a obediência. Mas o século XX ofereceu exemplos do quanto a obediência pode ser indesejável como conceito puro. O princípio que ainda se conecta ao direito, e ao qual a história ainda não dispõe de argumentos suficientes para combater é a disciplina (CAYE, 2008). Fundada sobre a liberdade, a disciplina não compactua com um mero subjugar-se. Sua configuração aproxima-se de uma regulação enriquecida pela apreciação crítica. A disciplina crítica também obedece, mas apenas quando concorda com a razão e o sentido do que se dá a praticar. Quando Alberti (2004, p.48), afirma que "a mão do artesão é instrumento do arquiteto", não quer dizer que o primeiro obedece o segundo, mas que entre eles existe uma razão comum que, construída sobre as bases do diálogo e do compartilhamento de abordagens, povoa de disciplina crítica o agir de ambos. O artesão sabe como fazer e o arquiteto sabe a significação do que precisa ser feito. "Enquanto uma medida de permissão é necessária para exibir as energias individuais, a retidão, satisfação e perfeição consistem na sua medida de restrição." (RUSKIN, 1889, p.200). As palavras de Ruskin dialogam com as de Alberti, principalmente quando apresentam a beleza como função do equilíbrio, da harmonia; e a importância do estabelecimento e domínio de regras análogas às gramaticais para se alcançar a excelência de "todo propósito prático na vida". (RUSKIN, 1889, p.207). Tanto para Alberti quanto para Ruskin o homem é dotado tanto do poder de obter quanto do dever de desejar, pois seu pensamento não se volta às exigências humanas de manutenção da vida - o labor - mas aos benefícios que o trabalho consciente no mundo concreto podem trazer para a ampliação das capacidades humanas. Nesse ponto Alberti, Marx e Ruskin expressam-se em uníssono.

A disciplina é um princípio relevante na contemporaneidade porque carrega consigo um dispositivo crítico a ser aplicado às próprias capacidades humanas. Antes da modernidade, quando o desejável era impossível, era entregue a Deus (ou aos deuses). O aprimoramento da técnica pela ciência - processo que não permite ignorar a importância do levantamento de questões - vem tornando o desejável cada vez mais possível, mas também, possível o indesejável. Essa situação faz com que o impossível torne-se desejável, indispensável e até urgente. É então que o humano conclui que terá que encontrar entre seus próprios inventos o que o ajudará a desenrolar-se e a que ele já não dava tanta importância: a linguagem, o poder do conhecimento e da argumentação, a comunicação promotora de efetivas interações. Não sem surpresa, ele constata que precisará de disciplina para recuperar e criar novas habilidades no uso dessas ferramentas. A disciplina o ajudará a conscientizar-se do excesso e manter-se vigilante contra a tentação de desejar tudo simplesmente porque suas capacidades técnicas lhe

permitem alcançá-lo. A ajuda proveniente da disciplina terá ainda outra finalidade: ajudá-lo a conscientizar-se de uma realidade que lhe demanda aprender a desejar e alcançar também o impossível. A disciplina de haver-se tanto com o excesso quanto com a falta permite ao humano formular demandas específicas que emergem da imaginação e da apreciação estética oriundas das práticas cotidianas (SANTOS, 2010).

*Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos - multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos - que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade com a cidade." (CERTEAU, 1994, p.175).*

### 4.3 CIBERNÉTICA

A disciplina crítica é criativa, inventiva. Seu princípio, que consiste em mediar, moderar para melhor conservar (*abstine ac sustine*), não é estranha à estrutura humana, pois provém de um mecanismo que lhe é próprio. O princípio da retroalimentação (*feedback*) possibilita aos sistemas resignificarem suas ações por meio da interpretação e da avaliação de respostas dadas por procedimentos anteriores. Analisado precisamente em suas conexões com as características próprias ao humano, o processo incorpora o aproveitamento de quaisquer elementos naturais ou artificialmente criados que contribuam para a eficácia dos sistemas. Essa eficácia recebe a denominação de equilíbrio dinâmico ou "equilíbrio flutuante" (VON BERTALANFFY<sup>154</sup> *apud* MITSCHERLICH, 1970). O sistema efetivamente observado pelo matemático americano Norbert Wiener<sup>155</sup> foi a sociedade. À capacidade de se equilibrar dinamicamente, de se governar com a ajuda da retroalimentação criativa, Wiener deu o nome de cibernética.

*Até recentemente, não havia palavra específica para designar este complexo de ideias, e, para abarcar todo o campo com um único termo, vi-me forçado a criar uma. Daí 'Cibernética', que derivei da palavra grega "kubernetes", ou "piloto", a mesma palavra grega de que eventualmente derivamos nossa palavra "governador". Descobri casualmente, mais tarde, que a palavra já havia sido usada por Ampère<sup>156</sup> com referência à ciência política [...] nos primórdios do século XIX. (WIENER, 1968, p.15).*

Quando um sistema responde de forma inédita a um estímulo, pratica um conjunto complexo de princípios, que incluem: a capacidade de melhor equilibrar-se, a habilidade de criar novas interpretações para as mesmas questões, além de novas respostas. Responder questões não é mais que deslocá-las para um outro ponto onde serão novamente elaboradas pelo pensamento (CAYE, 2008). Essa resignificação que caracteriza o processo cibernético ocorre precisamente no espaço entre a pergunta e a resposta, a entrada e a saída; no espaço delineado pelo deslocamento: o espaço-entre. Sua dinâmica alude a um espelho que ao invés de refletir os gestos de alguém, reflete os efeitos que esses gestos provocam na alteridade. O que se vê são os efeitos da ação que, por sua vez, resignificam e instigam novas ações.

<sup>154</sup> Ludwig von Bertalanffy (★1901 †1972), biólogo austríaco, um dos fundadores da teoria geral dos sistemas.

<sup>155</sup> A Norbert Wiener (★1894 †1964) é atribuída a invenção da cibernética enquanto ciência; uma formalização da noção de retroalimentação (*feedback*), com muitas implicações para a engenharia, controle de sistemas, ciência da computação, biologia, filosofia e a organização da sociedade.

<sup>156</sup> André-Marie Ampère (★1775 †1836), físico e matemático francês, estudioso do eletromagnetismo.

#### 4.4 POLÍTICA

De um trabalho que começa questionando e buscando alternativas para as palavras que dão aspecto a ideias, espera-se que termine compreendendo ideias por trás do significado das palavras. Levantar questões relativas ao edificar em prol de uma vida melhor e mais justa demanda partir da lógica inerente aos sistemas urbanos contemporâneos para construir abordagens capazes de transformar o decurso presente ou futuro das coisas. A consciência da realidade faz crer que uma transformação para melhor só pode resultar de uma espécie de milagre (ARENDETT, 2010). Porém, o futuro não reserva mais do que se é capaz de levar-lhe (CALVINO, 1990b).

*[...] toda nova ocorrência irrompe num contexto de processos previsíveis como algo inesperado, imprevisível e, em última instância, inexplicável em termos causais - como um milagre. Em outras palavras, todo novo começo é por natureza um milagre quando visto e vivenciado desde o ponto de vista dos processos que ele necessariamente interrompe. (ARENDETT, 2010, p.147).*

A trama tecida pelos passos, pelas frases, pelas fruições justapõe múltiplos modos de lidar com a diversidade dos homens e com o conteúdo e forma das interações que estabelecem entre si e com o mundo que habitam. A realidade é uma trama tecida organicamente, cuja existência deve-se à adição de infinitas improbabilidades. Estas compõem-se das escolhas, das ações de cada sujeito e de cada sociação. O desenrolamento não segue os padrões naturais de desenvolvimento. Ele é efeito de intervenções provocadas por resultados anteriores que alimentam a próxima ação, não sem modificá-la. É um processo que se inventa ao mesmo tempo que se realiza. Um processo histórico porque responsável, cibernético porque retroalimentante mas, acima de tudo, um processo dinâmico em busca de equilíbrio flutuante.

Sendo algo que circunscreve a natureza humana sem negá-la, o desenrolamento guarda estreita relação com a educação; faz do caminhar um de seus princípios pedagógicos e, da rua, material didático. A alfabetização, instrumento fundamental para o aprimoramento do agir humano, inaugura no sujeito a possibilidade de elaborar, de um texto lido, o seu próprio entendimento: criação efetiva de um outro texto que mescla o que entendeu com o que ele mesmo quer dizer (LACAN, 2006). A propedêutica do caminhar confere ao pedestre a capacidade de elaborar o seu entendimento sobre espaços e tempos vividos nos sistemas urbanos, e imaginar outros modos possíveis para as mesmas ou outras configurações

(CHOAY, 2006b). O processo de realizar transformações abrange âmbitos individuais e coletivos; singulares e plurais (CERTEAU, 1994). Para a finalidade de realizar elaborações coletivas, o humano carece da disposição de conviver, interagir, tomar iniciativa, participar. O produto dessas ações é o conteúdo da política; cujo dinamismo e imprevisibilidade configuram o equilíbrio flutuante que possibilita transformar a realidade. Essa dinâmica confere aspecto à idéia por trás do significado da política: a idéia de liberdade. "O milagre da liberdade é inerente a essa capacidade de começar." (ARENDRT, 2010, p.167). Essa afirmação permite elaborar uma compreensão acerca do que possa ter levado Marx (1972) a incluir a liberdade entre os elementos com que qualificou a essência humana.

Houve um tempo em que a busca por sentido exigia uma capacidade de interpretação segundo um conjunto de conhecimentos específicos. A essa fase, seguiu-se outra que oferecia a possibilidade de fruir sem carecer interpretar; capacidade esta tornada facultativa (ŽIŽEK, 2009). O movimento que se enuncia parece conduzir a uma postura que novamente demanda interpretação. Não uma interpretação que se empresta, que se adota, mas uma que se elabora. A capacidade de elaborar, de inventar, não se faz possível na ausência de uma dinâmica de envolvimento, de apreciação e apropriação da realidade.

A *arché* do que se enuncia consiste em seu próprio princípio: começar, conduzir, ser livre, agir (ARENDRT, 2010). Esse é também o princípio do caminhar, que o qualifica como propedêutica para a resignificação das ações no enfrentamento da realidade. Caminhar é criar o recuo; lacuna que sintetiza o lugar-múltiplos-lugares, o espaço-entre que abriga a postura reflexiva necessária ao exercício da apreciação estética, da disciplina crítica, da cibernética, da política. Essa lacuna é a distância que possibilita ao pedestre elaborar, de seu biótopo, múltiplas imagens; cuja formação demanda a imaginação própria ao "querer ver". "Pela possibilidade que oferecem de esconder ricos silêncios e desfiar histórias sem palavras [...] permitem saídas, meios de sair e de entrar e, portanto espaços de habitabilidade." (CERTEAU, 1994, p. 187). Espaços singulares, distâncias de apropriação sem os quais a imaginação não tem lugar. Em meio à aparecência estática dos espantos, dos silêncios e das narrativas tecidas pelos passos na superfície de contato, encontram-se reflexões que possibilitam ao humano construir aquilo que o futuro lhe concederá: "Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo." (ROSA, 2005, p.113).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Agora, tendo visto tudo e sentido tudo, tenho o dever de [...] trabalhar, quanto possa e em tudo quanto possa, para o progresso da civilização e o alargamento da consciência da humanidade."*

Fernando Pessoa, 1915<sup>157</sup>

As primeiras inquietações que originaram o projeto de mestrado<sup>158</sup> elaborado em 2009, eram motivadas pelos "aspectos socio-culturais e estéticos da produção do espaço público e privado", principalmente por seus efeitos "no âmbito da percepção e vivência coletivas". Esse instante ainda embrionário da investigação científica já apontava na direção de um crescente interesse pelas sensações estéticas que conectam lugares e modos de vida. A experiência do espaço anunciava que o aspecto do mundo concreto influenciava o comportamento das pessoas; cabia investigar como e compreender se e por que isso era importante. E se fosse realmente importante, restaria ainda a tarefa inesgotável de imaginar processos e instrumentos que favorecessem e estimulassem essa relação.

A idéia que parecia mais sensata era partir de um espaço específico e das relações que nele se estabeleciam. O bairro Jardim Canadá, exatamente por suas potencialidades pedagógicas, apresentava-se como lugar a partir do qual as análises se realizariam. Mas quais seriam os parâmetros a balizá-las? Crescimento econômico, infra-estrutura física, capital-social, produção industrial, relações sociais, organização política? Como averiguar cada um desses componentes da realidade local? Como analisar esse sistema? Seria possível haver um elemento que representasse sinteticamente todas essas relações? Pensou-se inicialmente que o "desenvolvimento" seria capaz de resolver esse impasse. Mas suas fragilidades logo tornaram-se evidentes. Era preciso trabalhar com um método que permitisse analisar o envolvimento das pessoas e das comunidades com seu espaço e com seu tempo, e não o des-envolvimento. Sem as interações, as comunidades nem podem ser assim denominadas, pois seu principal conteúdo desaparece, restando apenas a forma da aglomeração humana.

A ambigüidade não tardou em se proliferar; atingindo muitos dos elementos considerados na análise que se enunciava. Direito e dever, regra e norma, espaços públicos e privados. A presença das ambigüidades representou a um só tempo obstáculo e instrumento na formulação

---

<sup>157</sup> Carta a Armando Côrtes-Rodrigues, de 19 de Janeiro de 1915.

<sup>158</sup> Requisito parcial para admissão no curso de mestrado do NPGAU.

de questões, entre as quais delinea-se a mais crucial: como o espaço participa da construção e do aprimoramento de uma sociedade melhor e mais justa na contemporaneidade? No gramado semeado pelas reflexões despertadas pela teoria de Alberti, caminhos não há, mas podem ser inventados pelo caminhar<sup>159</sup>. E são inumeráveis.

O caminho que o desenrolamento cria nesta abordagem toma a rua como sua metáfora referencial. As sensações provocadas pela anatomia desse ambiente condicionam os elementos relevantes à análise que se enuncia. Da amplitude da rua, o foco da percepção especializa-se na apreciação crítica da superfície de contato: lugar de interações humanas, articulações com os objetos relativos à coletividade, relações com a coisa pública e os objetos propriamente ditos. Alvos efetivos da apreciação, fachadas, fechamentos dos lotes e passeios definem o lugar do pedestre ao mesmo tempo em que unem e separam o espaço público do privado. O espaço público da rua é fruído, pelo pedestre, como uma totalidade. Nele fica impresso muito mais que a fisionomia do ambiente construído. O volume dos edifícios, as atividades realizadas, a quantidade, escala e velocidade dos carros que passam, são alguns dos elementos que interferem no modo como o sujeito se sente em um espaço cuja apreciação se constrói a partir do ponto de vista do pedestre que caminha na superfície de contato. O que fica impresso constitui o que pode ser *resignificado*; o que se torna *res*.

No embrião humano, o mesmo tecido (ectoderme) que dá origem à pele origina também o sistema nervoso; tanto o central quanto o periférico. A analogia entre a pele humana e a pele do ambiente construído não remete a questões meramente superficiais. As sensações que a superfície de contato do ambiente edificado provocam e são transmitidos pelas diversas instâncias sensoriais participam do âmbito intangível da relação do humano com o espaço. Um intangível que só existe porque existe o tangível que o estimula e possibilita. Um intangível tão real que levou o apóstolo Paulo a compreender o mundo como um conjunto de coisas invisíveis, manifestadas visivelmente<sup>160</sup>.

A ênfase que as capacidades visuais do aparelho estético humano recebeu na modernidade encontra nesta abordagem um grande adversário. As sensações pelas quais o bebê anseia - e que paulatinamente o tornam consciente de sua relação consigo mesmo, com a alteridade, o tempo, o espaço - não dependem das capacidades visuais. A relação do humano com a sua

---

<sup>159</sup> Alusão ao verso do poeta brasileiro Ferreira Gullar: "Caminhos não há, mas os pés na grama os inventarão."

<sup>160</sup> São Paulo, Epístola aos Romanos I, 20.

realidade estabelece-se qualitativamente por um "querer ver"; olhar que não se constrói apenas pela visão e que dela pode, inclusive, prescindir. Esse "querer ver" faz uso de todo o aparelho sensível do homem. Evidências de sua importância são encontrados no pensamento de Alberti (2004) que, entre as questões do edificar, inclui como essenciais a agradabilidade e a comodidade; difíceis de serem aferidas senão por mecanismos de percepção e apropriação sensível muito pessoais. Este trabalho elucida a importância de conferir ao biótopo um caráter de habitabilidade: abertura que lhe permite ser alvo de apropriações. A ação humana de habitar remete a imaginar como se quer o ambiente construído, elaborar questões concretas e específicas acerca do que foi imaginado, delinear e realizar essas transformações.

À vida cotidiana não cabe dedicar-se apenas à manutenção da mera existência e posse. A maior parte das atividades cotidianas não se dirige aos objetos, mas às pessoas. O agir de que decorre o desenrolamento alimenta-se do envolvimento crítico com pelo menos três domínios: a vida cotidiana, a propriedade privada e o trabalho. No desenrolamento, a vida cotidiana representa o eixo do tempo porque é nela que o homem faz uso dessa riqueza e pode converter sua fluidez em duração. A propriedade privada é o espaço que serve de meio, argumento e instrumento para as sociações; articulações humanas que também se fortalecem no domínio do trabalho. Na teoria de Agnes Heller (1977), o cotidiano participa integralmente do processo de apropriação analítica e crítica da realidade. Quando afirma que o indivíduo frui o mundo como um homem total - aproveitando todos os seus sentidos e capacidades de percepção e raciocínio - Heller reflete em uníssono com os pensadores que, de qualquer época, fazem referência à linhagem albertiana de edificação da condição humana.

A legislação analisada não oferece instrumentos que fomentem posturas individuais e coletivas segundo a perspectiva de apreciação estética do ambiente construído. No âmbito da legislação urbanística, até onde se estendeu este levantamento empírico, nenhuma ênfase foi percebida na importância do uso das qualidades do sentir para o cumprimento da função social da cidade ou da propriedade.

Entre os processos e instrumentos relativos ao desenrolamento, destacam-se, entre os primeiros, dinâmicas e procedimentos. A dinâmica das relações, nas sociações, confere ao humano a possibilidade de articular-se com a singularidade dos demais e também com a pluralidade que compõem em conjunto. A dinâmica da apropriação permite que essas relações

e também o mundo concreto convertam-se em oportunidades de realizar objetivações e subjetivações.

Todas essas dinâmicas potencializam-se quando articuladas com a cotidianidade (QUADRO 14). O aproveitamento qualitativo do tempo na vida cotidiana oferece a essas dinâmicas um *telos*, uma finalidade.

QUADRO 14

Componentes do equilíbrio flutuante do processo de desenrolamento

DESENROLAMENTO	PROCESSO		INSTRUMENTO
	DINÂMICA	PROCEDIMENTO	
SOCIAÇÃO	Relação	Direito	Mediação
ESPAÇO	Apropriação	Fruição	Propriedade
TEMPO	Cotidianidade	Responsabilidade	<i>Res</i>
A RUA E O DESENROLAMENTO	Apreciação Estética		Superfície de Contato
	Disciplina Crítica	Cibernética	

Fonte: elaborada pela autora, 2012.

O âmbito procedural da regra do direito fortalece a dinâmica das relações que o humano estabelece com a alteridade. Esse fortalecimento amplia-se por meio da fruição e da assunção de responsabilidade diante dos processos e também dos instrumentos, entre os quais a mediação corresponde à linhagem das relações com a alteridade. Enquanto a propriedade é o instrumento do processo composto de apropriação e fruição, a *res* é instrumento da postura responsável do sujeito que se envolve com as questões que tocam o cotidiano.

Enquanto síntese das reflexões crítica do urbano, a rua aglutina elementos dos eixos tempo, espaço e sociação. Ela é lugar potencial de desenrolamento histórico, dialógico, onde práticas são construídas a partir das condições da realidade e das iniciativas da coletividade. O processo que essas ações delineiam é a apreciação estética, que tem na disciplina crítica, sua dinâmica essencial e, na cibernética, seu procedimento fundador. O instrumento dessa realização é a superfície de contato; representada, nesta abordagem, pelos passeios, fachadas, e fechamentos das edificações e lotes. A finalidade desses processos e instrumentos é o fortalecimento de um equilíbrio dinâmico; um equilíbrio flutuante sujeito à imprevisibilidade da ação humana. Um equilíbrio que depende da disciplina crítica e da permanente avaliação e

resignificação dos procedimentos e instrumentos que utiliza. Um equilíbrio que não está nem no homem, nem nas coisas, mas nas relações que estabelecem.

A rua, como espaço que possibilita interação com a alteridade, é lugar para o encontro das diferenças. A crença em que a fisionomia do espaço possa determinar transformações na sociedade é ingênua (ABRAHÃO, 2006). A ação que promove transformações não está nem no homem nem no espaço, mas em seu relacionamento. No envolvimento recíproco que constroem ao longo do tempo, homem e espaço são instrumentos e alvos de objetivações e subjetivações, motores primeiros do desenrolamento. Seu envolvimento tem como principal finalidade o aprimoramento de uma capacidade essencial à condição humana: o exercício da política. O protagonista desse processo é o sujeito, mas a rua é elemento dinâmico em seu biótopo. Através do processo de vesti-la, o humano aprende a combater a nudez que o priva de toda dignidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, 2008.
- ACKROYD, Peter. *London: the biography*. London: Vintage, 2001.
- ALBERTI, Leon Battista. *L'art d'édifier*. Paris: Seuil, 2004.
- ALBERTI, Leone Battista. *Ten books on architecture*. London: Alec Tiranti, 1955.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.
- ARENDT, Hannah. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2000.
- BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios da vontade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BADIOU, Alain. *Pequeno manual de inestética*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BADIOU, Alain. *São Paulo: a fundação do universalismo*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARBERY, Muriel. *A elegância do ouriço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Ana Mae. *Arte, Educação e Cultura*. [199-] In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Revista Textos do Brasil, edição n° 07, *Educação para um desenvolvimento humano e social no Brasil*. Disponível em: <http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/edicao-numero-7>. Acesso em: 22/02/2012.
- BARROS, Manoel de. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BAUMGARTEN, Alexander Gottlieb. *Estética: a lógica da arte e do poema*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- BHERING, Iracema Generoso de Abreu. *Condomínios fechados: os espaços da segregação e as novas configurações do urbano*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. Lei 7.166/96 e alterações posteriores. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 2010.
- BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. Lei 7.165/96. Plano Diretor. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 28/08/1996.
- BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal. Lei 9.845/2010. Código de Posturas. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 09/04/2010.

BENJAMIN, Walter. *Ideia do cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

BENJAMIN, Walter. *Reflections: essays, aphorisms, autobiographical writings*. Organização de Peter Demetz. New York: Schocken, 2007.

BENJAMIN, Walter. *The correspondence of Walter Benjamin 1910-1940*. Organização de Gershom Scholem e Theodor W Adorno. Chicago: University of Chicago Press, 1994 *apud* VIDLER, Anthony. *Warped space: art, architecture and anxiety in modern culture*. Cambridge: MIT, 2000.

BENSIMON, Nella Bianchi. *Unicité du regard et pluralité des voix: essai de lecture de Leon Battista Alberti*. Paris: Presses de La Sorbonne Nouvelle, 1998.

BENSIMON, Nella Bianchi. *Familia e Domus x Republica e Civitas: sobre os livros da familia (de familia libri IV)*. In: NA GÊNESE DAS RACIONALIDADES MODERNAS: EM TORNO DE ALBERTI, 1., 2011. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.ufmg.br/ieat/2012/01/na-genese-das-racionalidades-modernas-em-torno-de-alberti/>. Acesso em: 30/03/2012.

BIVAR, Arthur. *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*. Porto: Edições Ouro, 1948.

BOTTON, Alain de. *A arte de viajar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BOUJENKO, Natalya; JONES, Peter; MARSHALL, Stephen. *Link & Place: a guide to street planning and design*. London: Local Transport Today, 2007.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Quid tum?: o combate da arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Fundamentos antropológicos da arquitetura albertiana*. 2011 (em fase de elaboração). In: NA GÊNESE DAS RACIONALIDADES MODERNAS: EM TORNO DE ALBERTI, 1., 2011. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.ufmg.br/ieat/2012/01/na-genese-das-racionalidades-modernas-em-torno-de-alberti/>. Acesso em: 24/03/2012.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Arquitetura e Antropologia, hoje*. 2011 (em fase de elaboração).

BRASIL. Ministério das Cidades. *Código de Trânsito Brasileiro*. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Estatuto da Cidade*. Brasília: Ministério das Cidades, 2001.

BRASIL. Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. Criou a Regência Una e alterou a organização política e administrativa do Império. In: ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. *História Constitucional do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 593-600.

BRASIL. Decreto-lei 311 de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 1, n. 2, 1939. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/rbg/article/view/269/217>. Acesso em: 11/03/2012.

BRASIL. Decreto-lei 271 de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28/02/1967, p. 2460.

BRASIL. Lei 6.766 de 19 de fevereiro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20/12/1979. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109566/lei-lehmann-lei-6766-79>. Acesso em: 11/03/2012.

BRASIL. Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05/05/2000. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/leicom/2000/leicomplementar-101-4-maio-2000-351480-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 25/03/2012.

BRASIL. Lei 10.028 de 19 de outubro de 2000. Lei de Crimes Fiscais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20/10/2000. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2000/10028.htm>. Acesso em: 25/03/2012.

BUILDING ACTS, Londres. Disponível em <[www.buildinghistory.org/regulations.shtml](http://www.buildinghistory.org/regulations.shtml)>. Acesso em 30/12/2011.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.

CARMONA, Matthew; TIESDELL, Steve; HEATH, Tim; OC, Taner. *Public places Urban Spaces: the dimensions of urban design*. London: Routledge, 2010.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (org). *O estatuto da cidade comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: [http://www.citiesalliance.org/ca/sites/citiesalliance.org/files/CA\\_Images/PULICCOMPLETA\\_PORT\\_alt.pdf](http://www.citiesalliance.org/ca/sites/citiesalliance.org/files/CA_Images/PULICCOMPLETA_PORT_alt.pdf). Acesso em: 12/02/2012.

CAYE, Pierre. *Postface*. In: ALBERTI, Leon Battista. *L'art d'édifier*. Paris: Seuil, 2004, p. 529-550.

CAYE, Pierre. *Moral et chaos: principes d'un agir sans fondement*. Paris: Les éditions du Cerf, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CHOAY, Françoise. *Introduction*. In: ALBERTI, Leon Battista. *L'art d'édifier*. Paris: Seuil, 2004, p. 11-39.

CHOAY, Françoise. *La terre qui meurt*. Paris: Fayard, 2011.

CHOAY, Françoise. *Le De re aedificatoria et l'institutionnalisation de la société*. In: \_\_\_\_\_; PAOLI, Michel (org.). *Alberti: humaniste, architecte*. Paris: Louvre, 2006a, p. 93-109.

CHOAY, Françoise. *Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Seuil, 2006b.

CITY OF 20 CAMPAIGN, 2011. Disponível em: [www.sustrans.org.uk/resources/in-the-news/a-city-of-20](http://www.sustrans.org.uk/resources/in-the-news/a-city-of-20). Acesso em: 03/01/2012.

CONGESTION CHARGING. Disponível em: [www.tfl.gov.uk/roadusers/congestioncharging/](http://www.tfl.gov.uk/roadusers/congestioncharging/). Acesso em: 03/01/2012.

COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura. *Repensando a análise e a praxis urbana: algumas contribuições da teoria do espaço e do pensamento ambiental*. In: DINIZ, Clério; LEMOS, Mauro (org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Pag. 365-381.

COSTA, Heloísa Soares de Moura et al. *Novas periferias metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *For what tomorrow: a dialogue*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DINIZ, Clério; LEMOS, Mauro (org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Hedra, 2010.

EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELLIN, Nan. *Integral urbanism*. London: Routledge, 2006.

ELLIN, Nan. *Postmodern urbanism*. Oxford: Blackwell, 1999.

FARMER, Alan. *Hampstead Heath*. New Barnet: Historical Publications, 1984.

- FERNANDES, Edésio. *Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão*. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (org.). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. Pag. 123-135.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Sinônimos e antônimos*. São Paulo: Globo, 1991.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1994.
- FOSTER, Hal. *The art-architecture complex*. New York: Verso, 2011.
- FOUCART, Jean. *Pensée plurielle*. Paris: De Boeck Université, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: R&PM, 2010.
- FURLAN, Francesco. *Texto e Imagem III - Verba e Picturae em Alberti*. In: NA GÊNESE DAS RACIONALIDADES MODERNAS: EM TORNO DE ALBERTI, 1., 2011. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.ufmg.br/ieat/2012/01/na-genese-das-racionalidades-modernas-em-torno-de-alberti/>. Acesso em: 24/03/2012.
- GLAESER, Edward. *Triumph of the city*. London: Macmillan, 2011.
- GEHL, Jan. *Life between buildings: using public space*. Kóbenhavn: The Danish Architectural PRes, 2006.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Viagem à Itália: 1776-1788*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Maximen und Reflexionen*. Werke, Hamburger Ausgabe, v. 12, 1953 *apud* VIDLER, Anthony. *The architectural uncanny: essays in the modern unhomely*. Cambridge: MIT, 1992, p.31.
- GOLSENNE, Thomas. *Ética e decoro no Renascimento*. In: NA GÊNESE DAS RACIONALIDADES MODERNAS: EM TORNO DE ALBERTI, 1., 2011. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.ufmg.br/ieat/2012/01/na-genese-das-racionalidades-modernas-em-torno-de-alberti/>. Acesso em: 24/03/2012.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- GORZ, Andre. *Metamorfoses do trabalho: busca de sentido, crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLZINGER, Cristina. *Mesa redonda dirigida pela coordenação do seminário de leitura dos textos de Freud*. In: O MAL-ESTAR, XVI Jornada do Aleph - Escola de Psicanálise, 2011. Belo Horizonte: FUMEC, 21 e 22 de outubro de 2011.

HAURIOU, Maurice. *Principes de droit public*, 19- *apud* CAYE, Pierre. *Moral et chaos: principes d'un agir sans fondement*. Paris: Les éditions du Cerf, 2008.

HEIDEGGER, Martin. *Poetry, Language, Thought*. New York: (?), 1971.

HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1977.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HIGHMORE, Ben *et al.* *The everyday life reader*. London: Routledge, 2002.

HILLMAN, James. *Walking*. In: ERICKSON, Arthur; HILLMAN, James; WHYTE, Wm. H. *The city as dwelling: walking, sitting, shaping*. Dallas: Dallas Institute Publications, 2001. Pag. 1-7.

JHERING, Rudolf von. *L'Esprit du droit romain*. Paris: A. Marescq, 1886 *apud* CAYE, Pierre. *Moral et chaos: principes d'un agir sans fondement*. Paris: Les éditions du Cerf, 2008.

KUNDERA, Milan. *A lentidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

LACAN, Jacques. *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LAGO, Luciana Corrêa. *A dinâmica espacial em curso nas metrópoles brasileiras: algumas questões para discussão*. In: COSTA, Heloísa Soares de Moura et al. *Novas periferias metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2006.

LEFÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFÈBVRE, Henri. *Work and leisure in everyday life [1958]*. In: HIGHMORE, Ben *et al.* *The everyday life reader*. London: Routledge, 2002.

LIVING STREETS. *Manifest for living streets across Scotland*, 2011. Disponível em: [www.livingstreets.org.uk](http://www.livingstreets.org.uk). Acesso em: 03/01/2012.

LONDRES. *Proclamação de Charles II*, 13/09/1666. Disponível em: [www.fireoflondon.org.uk](http://www.fireoflondon.org.uk)> Acesso em: 28/12/2011.

LONDRES. *Building Acts*. Disponível em: [www.buildinghistory.org/regulations.shtml](http://www.buildinghistory.org/regulations.shtml) e [www.cityoflondon.gov.uk](http://www.cityoflondon.gov.uk)> Acesso em 30/12/2011.

MADANIPOUR, Ali. *Public and private spaces of the city*. London: Routledge, 2003.

MAFFESOLI, Michel. *A república dos bons sentimentos*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

MAFFESOLI, Michel. *Saturação*. São Paulo: Iluminuras, 2010.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la critica de la economia política*. Madrid: Siglo XXI, 1972.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; PERPÉTUO, Ignez Helena Oliva. *A metrópole belo-horizontina em expansão: periferização da riqueza ou polarização social?* In: COSTA, Heloísa Soares de Moura et al. *Novas periferias metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2006.

MINAS GERAIS. *Balanco Geral - 2010*. Contadoria Geral do Estado. Belo Horizonte, 2010. Disponível em:

[www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria\\_geral/demonstracoes\\_contabeis/balanco\\_geral/2010/a2010\\_diretav1.pdf](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/balanco_geral/2010/a2010_diretav1.pdf). Acesso em: 22/03/2012.

MINAS GERAIS. *Balanco Social - 2010*. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Belo Horizonte, 2010. Disponível em:

[www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria\\_geral/demonstracoes\\_contabeis/balanco\\_geral/2010/5programassociais2010.pdf](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/demonstracoes_contabeis/balanco_geral/2010/5programassociais2010.pdf). Acesso em: 22/03/2012.

MIRANDA, Sérgio. *Verdades e mentiras sobre a lei de responsabilidade fiscal: um estudo sobre a Lei Complementar nº 101/2000, seus reais objetivos e impactos sociais sobre a nação*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

MITSCHERLICH, Alexander. *Psychanalyse et urbanisme: réponse aux planificateurs*. Paris: Éditions Gallimard, 1970.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NA GÊNESE DAS RACIONALIDADES MODERNAS: EM TORNO DE ALBERTI, 1., 2011. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.ufmg.br/ieat/2012/01/na-genese-das-racionalidades-modernas-em-torno-de-alberti/>. Acesso em: 24/03/2012.

NESBITT, Kate (org.). *Theorizing a New Agenda for Architecture*. New York: Princeton Architectural Press, 1996.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *The concept of dwelling: on the way to figurative architecture*. New York: Electa Rizzoli, 1985.

OGDEN, R.M. *Psychology and education*. New York: -, 1926 *apud* READ, Herbert Edward. *Educacion por el arte*. Buenos Aires: Paidós, 1964.

PANOFSKY, Erwin. *Idea: a evolução do conceito de belo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PAULA, João Antônio de. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESSOA, Fernando. *Ficções do Interlúdio/4: Poesias de Álvaro de Campos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

PESSOA, Fernando. *Poesia: Alberto Caieiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PESSOA, Fernando. *Apontamentos para uma estética não-aristotélica*. In: *Textos de Crítica e de Intervenção*. Lisboa: Ática, 1980. Disponível em: <<http://arquivopessoa.net/textos/672>>. Acesso em: 23/06/2012.

Textos de Crítica e de Intervenção . Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 1980. - 251.

1ª publ. in “Athena”, nº 3 e 4. Lisboa: Dez.-Jan. 1924-25.

PIRÈNNE, Henri. *Les villes du moyen age: essai d'histoire économique et sociale*. Bruxelles: Maurice Lamertin, 1927.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. *Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias*. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 09/03/2012.

PORTUGAL, Ana Maria. *O vidro da palavra: o estranho, literatura e psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RASMUSSEN, Steen Eiler. *Arquitetura vivenciada*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RASMUSSEN, Steen Eiler. *London: the unique city*. Cambridge: MIT Press, 1988.

READ, Herbert Edward. *Educacion por el arte*. Buenos Aires: Paidós, 1964.

READ, Herbert Edward. *The grass roots of art: lectures on the social aspects of art in an industrial age*. London: Faber and Faber, 1955.

REINO UNIDO. *Charter of Liberties of King Henry I*. Disponível em [www.webmesh.co.uk/charterofliberties.htm](http://www.webmesh.co.uk/charterofliberties.htm). Acesso em: 29/12/2011.

REINO UNIDO. *Magna Carta*. Disponível em [www.bl.uk/treasures/magnacarta/shockwave/magna\\_carta\\_broadband.htm](http://www.bl.uk/treasures/magnacarta/shockwave/magna_carta_broadband.htm). Acesso em: 29/12/2011.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ROUSE, Jon. The seven clamps of urban design. *Planning*, Londres, n. 1293, 1998, p. 18-19 *apud* CARMONA, Matthew; TIESDELL, Steve; HEATH, Tim; OC, Taner. *Public places Urban Spaces: the dimensions of urban design*. London: Routledge, 2010.

RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. Orpington: George Allen, 1889.

RYBCZYNSKI, Witold. *Makeshift metropolis: ideas about cities*. New York: Scribner, 2010.

RYBCZYNSKI, Witold. *The look of architecture*. New York: Oxford, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros*. In: VALLADARES, Licia do Prado et al. *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Habitação - o que é mesmo que pode fazer quem sabe?* In: VALLADARES, Licia do Prado et al. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Em 30 anos passou muita água sob as pontes urbanas. *Revista Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, São Paulo, 1984, ano IV, n. 11, p. 28-40.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SIMMEL, Georg. *Georg Simmel: sociologia*. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Francisco Antonio de. *Novo Dicionário Latino-Português*. Paris: Librairie Aillaud, 1928.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática Sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Em torno de um hífen*. Revista Formação, São Paulo, v.1, n.15, 2008, p. 159-161.

TIBBALDS, Francis. *Making people-friendly towns: improving the public environment in towns and cities*. London: Spon Press, 2001.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura, Arte e Cidade*. Organização de Celina Borges Lemos. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2004.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico*. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>. Acesso em: 15/01/2012.

VEIGA, José Eli da. *A atualidade da contradição urbano-rural*. In: Análise Territorial da Bahia Rural, SEI, Série Estudos e Pesquisas n. 71. Salvador: SEI, 2004a. Disponível em: [http://zeeli.pro.br/old\\_site/Livros/2004\\_a\\_atualidade\\_contradicao\\_urbano\\_rural.pdf](http://zeeli.pro.br/old_site/Livros/2004_a_atualidade_contradicao_urbano_rural.pdf). Acesso em: 15/01/2012.

VEIGA, José Eli da. *A insustentável utopia do desenvolvimento*. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.M.F.; NABUCO, M.R. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: ANPUR-HUCITEC, 1993, p.149-169. Disponível em: [http://zeeli.pro.br/old\\_site/Livros/2006\\_a\\_Insust\\_utoxia\\_desenv.pdf](http://zeeli.pro.br/old_site/Livros/2006_a_Insust_utoxia_desenv.pdf). Acesso em: 15/01/2012.

VEIGA, José Eli da. *Nem tudo é urbano*. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 56, n. 2, 2004b. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf>. Acesso em: 10/03/2012.

VIDLER, Anthony. *The architectural uncanny: essays in the modern unhomely*. Cambridge: MIT, 1992.

VIDLER, Anthony. *Theorizing the Unhomely*. In: NESBITT, Kate (org.). *Theorizing a New Agenda for Architecture*. New York: Princeton Architectural Press, 1996. Pag. 572-576.

VIDLER, Anthony. *Warped space: art, architecture and anxiety in modern culture*. Cambridge: MIT, 2000.

VILLELA, Bráulio Carsalade. *Nova Lima: formação histórica*. Belo Horizonte: Cultura, 1998.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. *Histoire de l'habitation humaine: depuis les temps préhistoriques jusqu'à nos jours*. Paris: Pierre Mordaga, 1978.

SCHWAB, Klaus. *The Global Competitiveness Report 2011-2012*. Davos: Weforum, 2012. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GCR\\_Report\\_2011-12.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GCR_Report_2011-12.pdf). Acesso em: 11/03/2012.

WHYTE, William Hollingsworth. Biografia e bibliografia disponíveis em <<http://www.pps.org/articles/wwhyte/>> Acessado em: 30/03/2012.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1968.

YÁZIGI, Eduardo Abdo. *O mundo das calçadas: por uma política democrática de espaços públicos*. 1997. 546p. Tese de livre docência - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997 *apud* ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

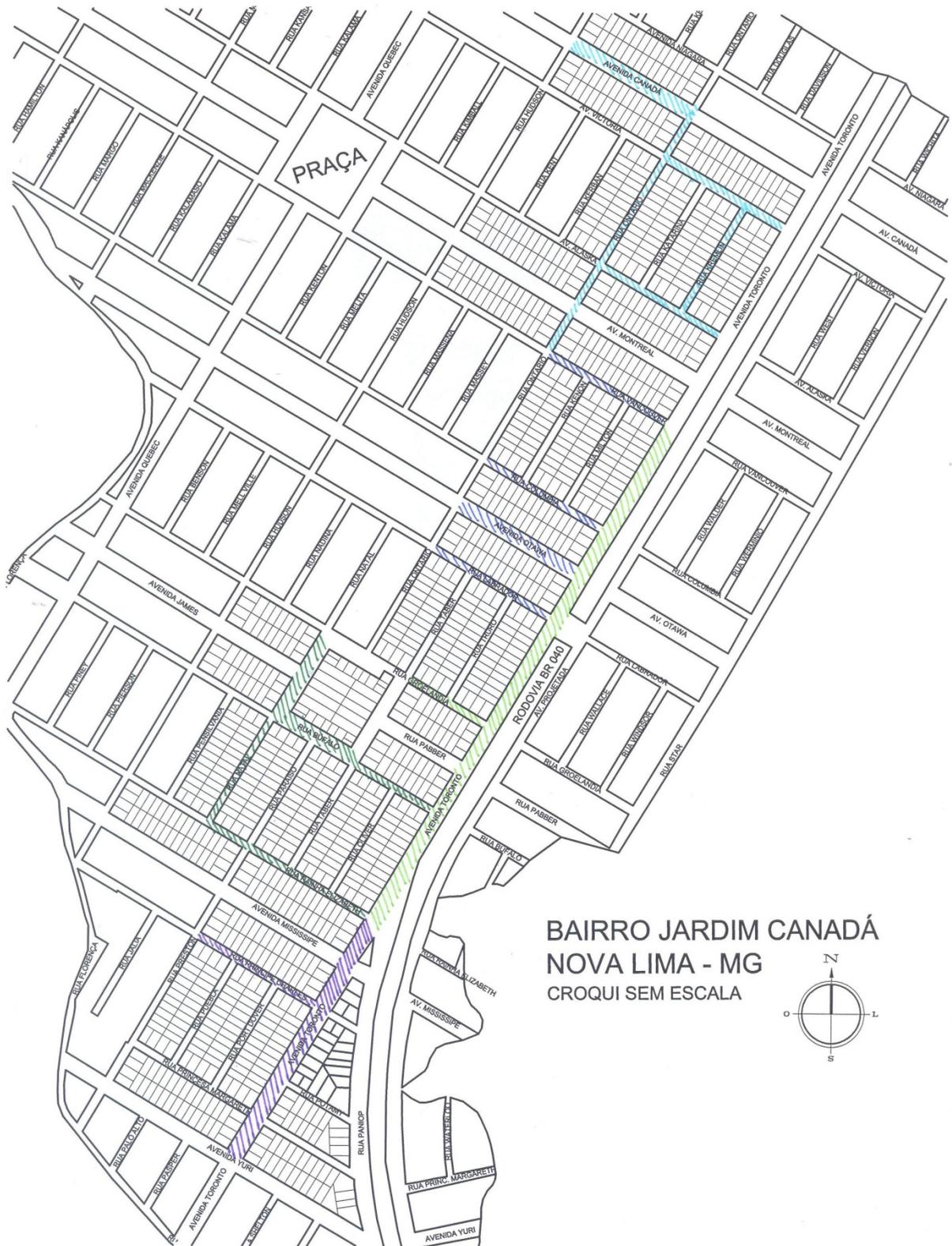
ŽIŽEK, Slavoj. *Todo lo que usted siempre quiso saber sobre Lacan y nunca se atrevio a preguntarle a Hitchcock*. Madrid: Manacial, 1994.

<<http://www.fireoflondon.org.uk/resources/imagebank/set1/Map+of+burnt+London.htm>>, acesso em 18/05/2012.

<<http://www.museumoflondon.org.uk/Explore-online/Past/LondonsBurning/objects/image.htm?rid=62231&size=3&pid=9&oid=466596>>, acesso em 25/05/2012.

<[www.bairrojardimcanada.com.br](http://www.bairrojardimcanada.com.br)>, acesso em 20/09/2010.

# APÊNDICE A



Mapa de levantamento de campo no Bairro Jardim Canadá, Nova Lima (RMBH)  
Fonte: elaborado pela autora a partir de (BHERING, 2002), 2011.



## Logradouro

## OBSERVAÇÃO - LUGAR

ÁREA:

TRECHO:

REFERÊNCIA		USO DO SOLO			INTERAÇÃO COM O ENTORNO		PEDESTRES
Número	Comp 1	Porte	Função	Detalhe da Função	Afast. ampl. sens. espaço	Permeabilidade Visual testada	Atividades
		<input type="checkbox"/> Pequeno <1 testada <input type="checkbox"/> Médio >1 e <=3 testadas <input type="checkbox"/> Grande >3 testadas	<input type="checkbox"/> Residencial <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/> Industrial <input type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Vago <input type="checkbox"/> Em construção	<input type="checkbox"/> Padaria <input type="checkbox"/> Supermercado <input type="checkbox"/> Hortifruti <input type="checkbox"/> Açougue <input type="checkbox"/> Serviço: _____	<input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Inexistente	<input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Inexistente	<input type="checkbox"/> Necessárias <input type="checkbox"/> Opcionais <input type="checkbox"/> Resultantes
MOBILIÁRIO URBANO					PASSEIO		
		Banco (assento)	Poste de Iluminação	Abrigo de Ônibus	Ponto de Onibus	Largura	Arborização
		<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Existente <input type="checkbox"/> Inexistente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Existente <input type="checkbox"/> Inexistente
Número	Comp 1	Porte	Função	Detalhe da Função	Afast. ampl. sens. espaço	Permeabilidade Visual testada	Atividades
		<input type="checkbox"/> Pequeno <1 testada <input type="checkbox"/> Médio >1 e <=3 testadas <input type="checkbox"/> Grande >3 testadas	<input type="checkbox"/> Residencial <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/> Industrial <input type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Vago <input type="checkbox"/> Em construção	<input type="checkbox"/> Padaria <input type="checkbox"/> Supermercado <input type="checkbox"/> Hortifruti <input type="checkbox"/> Açougue <input type="checkbox"/> Serviço: _____	<input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Inexistente	<input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Inexistente	<input type="checkbox"/> Necessárias <input type="checkbox"/> Opcionais <input type="checkbox"/> Resultantes
MOBILIÁRIO URBANO					PASSEIO		
		Banco (assento)	Banca de Revistas	Abrigo de Ônibus	Ponto de Onibus	Largura	Arborização
		<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Existente <input type="checkbox"/> Inexistente



OBSERVAÇÃO - LIGAÇÃO

ÁREA: \_\_\_\_\_

TRECHO: \_\_\_\_\_

RUA / AV	ENTRE NÚMEROS		ENTRE RUAS	PISTA DE ROLAMENTO		VIA
				Material da Pavimentação	Estado de conservação	Percepção de Limpeza
				<input type="checkbox"/> Asfalto <input type="checkbox"/> Calçamento <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado
				<b>VEÍCULOS</b>		
				Percepção da Velocidade dos Automóveis	Meios de transporte	
				<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Presença de redutores de velocidade	<input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Caminhões <input type="checkbox"/> Automóveis <input type="checkbox"/> Bicicletas	<input type="checkbox"/> Motocicletas <input type="checkbox"/> Tração Animal <input type="checkbox"/> Animais
				<b>PISTA DE ROLAMENTO</b>		<b>VIA</b>
				Material da Pavimentação	Estado de conservação	Percepção de Limpeza
				<input type="checkbox"/> Asfalto <input type="checkbox"/> Calçamento <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado
				<b>VEÍCULOS</b>		
				Percepção da Velocidade dos Automóveis	Meios de transporte	
				<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Presença de redutores de velocidade	<input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Caminhões <input type="checkbox"/> Automóveis <input type="checkbox"/> Bicicletas	<input type="checkbox"/> Motocicletas <input type="checkbox"/> Tração Animal <input type="checkbox"/> Animais
				<b>PISTA DE ROLAMENTO</b>		<b>VIA</b>
				Material da Pavimentação	Estado de conservação	Percepção de Limpeza
				<input type="checkbox"/> Asfalto <input type="checkbox"/> Calçamento <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado	<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado
				<b>VEÍCULOS</b>		
				Percepção da Velocidade dos Automóveis	Meios de transporte	
				<input type="checkbox"/> Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Presença de redutores de velocidade	<input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Caminhões <input type="checkbox"/> Automóveis <input type="checkbox"/> Bicicletas	<input type="checkbox"/> Motocicletas <input type="checkbox"/> Tração Animal <input type="checkbox"/> Animais

PERCURSOS			Local do Levantamento		Sentido do deslocamento		Referencia do lado da rua para levantamento			Percurso (m)
Área	Sub-área	Equipe	Trecho	Logradouro	De	até	Na	De costas para	Lado	
AZUL	Claro	1	1.1	Avenida Alaska	Avenida Toronto	Rua Ontário	Avenida Alaska	Avenida Toronto	Esquerdo	200
			1.2		Rua Ontário	Avenida Toronto				Direito
			1.3	Rua Kremlin	Avenida Alaska	Avenida Victoria	Rua Kremlin	Avenida Alaska	Esquerdo	180
			1.4	Avenida Victoria	Rua Kremlin	Avenida Toronto	Avenida Victoria	Rua Ontário	Direito	60
			1.5		Avenida Toronto	Rua Ontário		Avenida Toronto	Direito	200
			1.6	Rua Ontário	Avenida Victoria	Avenida Canadá	Rua Ontário	Avenida Alaska	Direito	60
			1.7	Avenida Canadá	Rua Ontário	Rua Hudson	Avenida Canadá	Rua Ontário	Direito	200
			1.8		Rua Hudson	Rua Ontário		Rua Hudson	Direito	200
			1.9	Rua Ontário	Avenida Canadá	Rua Vancouver	Rua Ontário	Avenida Canadá	Direito	400
			1.10		Rua Vancouver	Avenida Alaska		Rua Vancouver	Direito	140
<b>TOTAL</b>									<b>1770</b>	
Ponto de entrega do grupo azul claro:			Lanchonete do Posto Chefão Rua Kremlin, entre Avenida Alaska e Avenida Victoria			Ponto de coleta do grupo azul claro:		Lanchonete do Posto Chefão Rua Kremlin, entre Avenida Alaska e Av. Victoria		

## ÍNDICE

- Abrahão  
Sérgio Luís, **39, 40, 59, 109, 111, 126, 129, 139, 178**
- abstine*, 58, 84, 171
- abusus*, 46, 58, 61, 84, 85, 89, 103, 135
- Ackroyd  
Peter, **120**
- Alberti  
Leon Battista, 15, 19, 22, 23, 40, 56, 62, 76, 88, 90, 91, 106, 126, 156, 157, 161, 162, 169
- Almodóvar  
Pedro, 18
- Ampère  
André Marie, **171**
- Andrade  
Carlos Drummond de, **87, 99**
- Arendt  
Hannah, 19, **20, 36, 37, 38, 39, 40, 60, 62, 63, 64, 71, 79, 84, 106, 119, 120, 131, 157, 158, 160, 168, 172, 173**
- Argan  
Giulio Carlo, 37, 66, 104
- Bachelard  
Gaston, 26, 121
- Badiou  
Alain, 97
- Barbery  
Muriel, 44, **93**
- Barbosa  
Ana Mae, 21, 22, 72, 163
- Barros  
Manoel de, 15, 25, 28, 106, 127, 137
- Baumgarten  
Alexander, **161**
- Belo Horizonte  
Minas Gerais, Brasil, **21, 82, 86, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 132, 133, 134, 185, 189**
- Benjamin  
Walter, **39, 69, 91, 119, 131, 142**
- Bensimon  
Nella Bianchi, 56, 90, 127
- Bhering  
Iracema Generoso de Abreu, 107, 144, 145, 189
- Bivar  
Arthur, 28
- Botton  
Alain de, 74
- Boujenko  
Natalya, **107, 134**
- Brandão  
Carlos Antônio Leite, 18, 22, 56, 58, 62, 90
- BRASIL  
Legislação Federal, 29, 53, 83, 86, 87, 105, 114, **123, 132, 133**
- Calvino  
Ítalo, 27, 172
- capital  
capitalismo, 44, 46, 59, 60, 78, 80, 81, 82
- Carmina Burana*, 40
- Carmona  
Matthew, 116
- Castoriadis  
Cornelius, 32, 37, 42, 68, 141
- Caye  
Pierre, 15, 16, 18, 19, 21, 22, **23, 24, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 68, 70, 71, 76, 85, 90, 95, 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 131, 143, 162, 169, 171**
- CBT  
Código Brasileiro de Trânsito, **122, 123, 133**
- Cegalla  
Domingos Paschoal, 28
- Certeau  
Michel de, **25, 38, 53, 92, 114, 138, 156, 157, 160, 170, 173**
- Champs Elysées, 109
- Choay  
Françoise, 16, 21, 22, 25, 34, 73, 77, 92, 100, 104, 107, 110, 119, 161, 173
- cibernética, 69, 171, 172, 173
- Cícero, 58
- cinestesia, 72, 119
- City  
Londres, Inglaterra, **47, 52, 55, 56, 59, 102, 139**
- CITY OF 20 CAMPAIGN  
Londres, Inglaterra, **139, 182**
- Código de Posturas, 113, 115
- Congestion Charging*  
Londres, Inglaterra, **139**
- Costa  
Geraldo Magela, 104  
Heloisa Soares de Moura, 104, 149, 150
- De Re Aedificatoria*  
Leon Battista Alberti, **161, 162**
- Derrida  
Jacques, 70, **90, 97, 118, 154**
- des-envolvimento, 28, 29, 76, 83, 174
- Dias  
Lélia, 18
- Durkheim  
Émile, 20, 25, 36, 53, 63, 74, 88, 104, 108, 128, 138, 141, 142, 168

- Eagleton  
Terry, 73, 90, 101, 155, 158
- estoicismo  
estoicista, 58
- Estudo de Impacto de Vizinhança, 56, 86
- Evelyn  
John, **48**
- Farmer  
Alan, **57**
- Fernandes  
Edésio, **115, 116, 123, 125**  
Francisco, 28
- Ferreira  
Aurélio Buarque de Hollanda, 29, 100, 105, 114, 124, 127
- fetichismo, 161  
fetichismo, fetichista, 82, 129  
fetichização, 81, 82, 129, 135
- Filarete, **76**
- Foster  
Hal, **161**
- Foucault  
Michel, **57, 117**
- Freire  
Paulo, 22, 26, 62, 70, 73, 141, 163
- Freud  
Sigmund, 19, 23, 31, 64, 65, 68, 73, 74, 118, 128, 154, 156
- fruição, 46, 72, 74, 75, 78, 84, 85, 98
- Furlan  
Francesco, 15
- Gehl  
Jan, **94, 95, 96, 108, 130**
- Glaeser  
Edward, **56**
- Goethe  
Johann Wolfgang von, 32, 73, 74, 91
- Golsenne  
Thomas, **76**
- Gomes  
Paulo César da Costa, **129, 130**
- Gorz  
André, 30, 33
- Grande Incêndio, 47, 60  
Londres, Inglaterra, 57
- habitat*, 17, 58, 75, 82, 127, 161
- Hampstead Heath  
Londres, Inglaterra, 57
- Hauriou  
Maurice, **41**
- Hegel, 158
- Heidegger  
Martin, **90, 117, 161**
- Heller  
Agnes, 25, 39, 63, 69, **70, 74, 82, 86, 90, 93, 96, 97, 98, 103, 105, 127, 176**
- Herbert  
George, **102, 158**
- Hillman  
James, 119, 121, 137
- Hoffmann  
E.T.A, 31
- Holzinger  
Cristina, 16
- Hooke  
Robert, **48**
- Huet  
Bernard, **109, 110**
- instituição, 44, 71, 81, 88, 93, 100, 103, 115, 154
- intersubjetividade, 58
- Islington*  
Londres e Westminster, Inglaterra, **139**
- Jardim Canadá  
Nova Lima, Brasil, 143
- Jones  
Peter, **107, 134**
- Krespel  
personagem de E.T.A Hoffmann, 31, 135, 155
- Kundera  
Milan, 95, **121**
- Lacan  
Jacques, 117, 157, 172
- Lago  
Luciana Corrêa, 148
- Licenciamento Ambiental, 86
- LIVING STREETS  
Manifest for Living Streets Across Scotland, **137**
- Londres  
Inglaterra, **46, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 88, 139**
- Lukács  
George, 25
- Maderthaner  
Rainer, **74**
- Maffesoli  
Michel, 24, 53, 141
- Magna Carta, **60**
- Manual for Living Streets, **123**
- Marshall  
Stephen, **107, 134**
- Marx  
Karl, 15, 20, 23, 39, 59, 62, 65, 66, 67, 69, 79, 82, 90, 91, 97, 98, 106, 155, 156, 168
- masserizia*, 56
- Mendonça  
Jupira Gomes de, 148, 183, 185
- Merleau-Ponty  
Maurice, 18
- Mitscherlich  
Alexander, 17, 18, 115, 171
- Möbius  
faixa de, 158
- Mumford

- Lewis, **53**
- Nesbitt  
Kate, 68, 74
- Nietzsche  
Friedrich Wilhelm, 117
- NIMBY, **56, 84**
- Norberg-Schulz  
Christian, 62, 66, 107, 109, 111, 113, 161
- Nova Lima  
Minas Gerais, Brasil, **134, 143, 144, 148**
- Ogden  
R.M., **72**
- Panofsky  
Erwin, 127
- parcelamento e uso do solo, 21, 22, 48, 59, 108, 123, 125, 131, 132, 133, 143
- Paula  
João Antônio de, 29, 30
- PDDI  
Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, **122, 138**
- Pessoa  
Fernando, 67, 73, 174
- Pirène  
Henry, 16, 69, 80, 81
- Portugal  
Ana Maria, 121
- Rasmussen  
Steen Eiler, **46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 80, 81, 160**
- Read  
Herbert Edward, 15, 16, 17, 19, 22, 24, 25, 64, 72, 90, 118
- Ribeirão das Neves  
Minas Gerais, Brasil, **133, 134**
- Ricoeur  
Paul, 25, 28, 128, 158
- RMBH  
Região Metropolitana de Belo Horizonte, **122, 133, 134, 138, 143**
- Rosa  
João Guimarães, 73, 173
- Roudinesco  
Elisabeth, **90, 97**
- Ruskin  
John, **20, 22, 25, 41, 73, 75, 102, 143, 155, 156, 158, 168, 169**
- Rybczynski  
Witold, **40, 44, 52**
- Santos  
Boaventura de Sousa, **20, 23, 24, 31, 32, 40, 99, 105, 138, 143, 170**  
Carlos Nelson Ferreira dos, 22, 23, **29, 39, 40, 45, 48, 58, 59, 81, 90, 97, 103, 111, 116, 132, 139, 164**
- Sennett  
Richard, 15
- Simmel  
Georg, 34, 35, 36, 62, 119, 131, 168
- sintoma, 39, 44, 66, 82
- Souza  
Francisco Antônio de, **58, 66**  
Marcelo Lopes de, 20, **29, 30, 74, 75, 86, 93, 114, 163, 165**
- sustinere*  
*sustine*, 59, 84, 85
- Tibbalds  
Francis, 125, 162
- totalitarismo, 53
- transtemporalidade, 22
- UFMG  
Universidade Federal de Minas Gerais, 24
- Unheimlich*, 31, 68
- usus*, 46, 58, 84, 85
- Valéry  
Paul, 18
- Vasconcellos  
Sylvio de, 110
- Veiga  
José Eli da, 29, 46, 68
- Veneza  
Itália, **53**
- Vespasiano  
Minas Gerais, Brasil, **132, 133, 134, 167**
- Vidler  
Anthony, 31, 67, 68, 75, 142
- Ville Radieuse  
Le Corbusier, 52
- Villela  
Bráulio Carsalade, 144
- Viollet-le-Duc, **61**
- Vitrúvio, 161
- von Bertalanffy  
Ludwig, **171**
- von Jhering  
Rudolf, **41**
- Westminster*  
Inglaterra, **47, 139**
- Wiener  
Norbert, **171, Consulte**
- Wren  
Christopher, **48, 52, 53, 54, 56**
- Yázigi  
Eduardo, **111, 126**
- Žižek  
Slavoj, 17, 20, 23, 29, 32, 39, 40, 44, 68, 81, 82, 90, 105, 111, 120, 129, 131, 137, 138, 142, 158, 173
- Zoneamento do Solo Urbano, 86